Michel Pêcheux

SEMÂNTICA E DISCURSO

Uma Crítica à Afirmação do Óbvio

SEMÂNTICA E DISCURSO

EDITORA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

Reitor: José Martins Filho
Coordenador Geral da Universidade: André Villalobos
Conselho Editorial: Alfredo Miguel Ozorio de Almeida, Antonio Carlos Bannwart, César Francisco Ciacco (*Presidente*), Eduardo Guimarães, Hermógenes de Freitas Leitão Filho, Hugo Horácio Torriani, Jayme Antunes Maciel Júnior, Luiz Roberto Monzani, Paulo José Samenho Moran
Diretor Executivo: Eduardo Guimarães

MICHEL PÊCHEUX

SEMÂNTICA E DISCURSO

UMA CRÍTICA À AFIRMAÇÃO DO ÓBVIO

Tradução:
Eni Pulcinelli Orlandi
Lourenço Chacon Jurado Filho
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
Silvana Mabel Serrani

D.: PPGEdu
03.07.97
R$ 9,00

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UNICAMP

Pêcheux, Michel
P333s Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do
2.ed. óbvio / Michel Pêcheux; tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] -- 2.ed. -- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

(Coleção Repertórios)

1. Semântica. 2. Discurso. I. Título.

20. CDD - 410
ISBN 85-268-0125-2 - 418

Índices para catálogo sistemático:

1. Semântica: Lingüística	410
2. Semântica: Lingüística aplicada	418

Coleção Repertórios

Copyright © by Michel Pêcheux

28582

801.54
P365V=P

EDU
1990/22449-8
1997/08/25
12984

Editora da Unicamp
Caixa Postal 6074
Cidade Universitária - Barão Geraldo
CEP 13083-970 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: (0192) 39.8412
Fax: (0192) 39.3157

Nota à edição brasileira
Uma questão de coragem: a coragem da questão

Michel Pêcheux é o iniciador da Escola Francesa de Análise de Discurso, que hoje se desenvolve sob várias perspectivas nos trabalhos de um conjunto de autores bastante diferenciados (e diferenciadores) entre si. O que tem produzido um campo de reflexões que não exclui, em sua própria constituição, a heterogeneidade, o necessário movimento teórico e até mesmo a discordância.

Não me coloco no lugar de quem vai apresentar um autor. Suficientemente conhecido, ele mesmo apresentar-se-á nesse seu escrito.

Prestamos antes uma homenagem a um autor cuja capacidade crítica produziu a tematização do histórico, do social, do ideológico, em um domínio de conhecimento em que esses assuntos são, desde algum tempo, colocados meticulosamente de lado para não atrapalhar o conhecimento sedentário e seu aliado mais próximo, o des-conhecimento.

Aprendi com ele um modo de pensar a linguagem que me permitiu compreender que a reflexão não é nunca fria: lugar de emoção, de debate, de opressão, mas também de resistência.

Este livro de Pêcheux representa apenas um momento de sua reflexão (1975), num percurso em que ele mesmo se de-

frontou com questionamentos, limites e reavaliações que o levaram, com seus escritos posteriores, a precisar certos conceitos, aprofundar alguns e abandonar, provisoriamente, outros. Movimento natural em uma forma de reflexão que não se pretende fixista mas, ao contrário, teoricamente crítica.

Nesse sentido, se alguns desenvolvimentos do seu texto já nos aparecem como excessivamente ligados a aspectos de uma teoria da ideologia hoje passível de crítica, para certas perspectivas; por outro lado, a maior parte desse seu escrito mantém uma excepcional energia intelectual poucas vezes atingida no domínio dos estudos lingüísticos.

Deixo, pois, a palavra a M. Pêcheux "que tinha, ele também, a arte de levar aos extremos as questões imperdoáveis".

Eni Pulcinelli Orlandi

Paris, 1988

Agradeço a Angelique ter tornado bem mais simples o contato com os escritos de M. Pêcheux.

SUMÁRIO

Introdução 09

Simples nota prévia 11

I. **Lingüística, lógica e filosofia da linguagem** 25

1. Apreciação sobre o desenvolvimento histórico da relação entre "teoria do conhecimento" e retórica face ao problema da determinação 41

2. Realismo metafísico e empirismo lógico: duas formas de exploração regressiva das ciências pelo idealismo 65

II. **Da filosofia da linguagem à teoria do discurso** 85

1. Língua e ideologia 87

2. Determinação, formação do nome e encaixe 95
3. Articulação de enunciados, implicação de propriedades, efeito de sustentação 105
4. Sujeito, centro, sentido 123

III. **Discurso e ideologia (s)** 141
1. Sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção 143
2. Ideologia, interpelação, efeito "Münchhausen" ... 151
3. A forma-sujeito do discurso 159

IV. **Os processos discursivos nas ciências e na prática política** 187
1. Ruptura epistemológica e forma-sujeito do discurso: não há "discurso científico" puro 189
2. O marxismo-leninismo transforma a relação forma-sujeito do discurso e a prática política 199
3. A forma-sujeito do discurso na apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política do proletariado 213

Conclusão 239

Anexos 279
1. Uma teoria científica da propaganda? 281
2. Algumas repercussões possíveis nas pesquisas lingüísticas 287
3. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação 293

Bibliografia 309

INTRODUÇÃO

Simples nota prévia

O termo *semântica* se avizinha hoje, freqüentemente, dos termos *semiótica* e *semiologia*; lembremos a esse respeito alguns aspectos característicos dessas diferentes disciplinas.

A *Semiótica*, ou ciência dos signos, introduzida por J. Locke no quadro de uma filosofia empirista da linguagem, foi desenvolvida nos Estados Unidos pelo filósofo Ch. S. Peirce (1839-1914) através das distinções entre o icônico, o indicial e o simbólico. Em seu recente *Dicionário das Ciências da Linguagem,* do qual emprestamos o essencial desta nota, O. Ducrot e T. Todorov relatam a seguinte confidência de Peirce sobre as finalidades universais da Semiótica, tal como ele a concebe: "Nunca esteve em meu poder estudar fosse o que fosse – matemáticas, moral, metafísica, gravitação, termodinâmica, óptica, química, anatomia comparada, astronomia, psicologia, fonética, economia, história das ciências, homens e mulheres, vinho, metrologia – senão como estudo semiótico" (op. cit., p. 111). Essa universalidade empírica à americana não deixa de ter uma ligação paradoxal com a "filosofia das formas simbólicas" de E. Cassirer, na qual o simbólico, marca distintiva do homem face ao animal,

Lacan fala homem x animal quando fala do objeto a

constitui a mola propulsora comum do mito, da religião, da arte e da ciência, que são também "linguagens". Assinalemos que o lógico Ch. Morris, referindo-se à noção de linguagem ideal (Frege, Russel, Carnap), desenvolve a relação entre Lógica e Semiótica, propondo, notadamente, uma distinção entre sintaxe (relações dos signos entre si), semântica (relação dos signos com o que eles designam) e pragmática (relação dos signos com os seus usuários). Observemos, enfim, que, a partir dos anos 60, os pesquisadores soviéticos e de outros países socialistas começam a desenvolver pesquisas de Semiótica. Apóiam-se, para tanto, principalmente na teoria dos dois sistemas de sinalização, e na cibernética e teoria da informação.

Jacobson

De forma completamente independente, o termo *Semiologia* foi introduzido pelo lingüista F. de Saussure para definir o objeto da Lingüística no interior de um quadro mais amplo: "A língua [escreve ele] é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas. Pode-se, então, conceber *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social;* ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral (*Curso de lingüística geral,* ed. bras., p. 24). Sabemos como, através da célebre distinção significante/significado, e também de outras oposições lingüísticas como paradigma/sintagma, se desenvolveu, ao abrigo dessa fórmula de Saussure, uma série de estudos semiológicos, incidindo sobre os sistemas da moda, da publicidade, dos sinais de trânsito, relações de parentesco, mito, etc.

Independentemente da questão de a Semiótica e a Semiologia designarem ou não uma única e mesma disciplina – o que é ainda discutido –, permanece a questão de que ambas dizem respeito ao conjunto de signos, sejam eles de natureza lingüística ou extralingüística (imagens, sons, etc.). A *Semântica*, por outro lado, cuja definição mais geral é a de que ela se ocupa do sentido, parece derivar, antes de tudo, da Lingüística e da Lógica: a palavra semântica apareceu no fim do século XIX, mas o que ela designa remete tanto às preocupações mais antigas dos filósofos

e gramáticos quanto às pesquisas lingüísticas recentes; durante todo um período (a primeira metade do século XX mais ou menos), os lingüistas hesitaram, inclusive, em reconhecer a Semântica como uma "parte da Lingüística". Desde o aparecimento do Chomskysmo, a Semântica ("interpretativa" ou "gerativa") encontra-se no centro das controvérsias entre lingüistas, em particular no que tange à sua relação com a Sintaxe (estrutura profunda exclusivamente sintática, ou, ao mesmo tempo, sintática e semântica). Essas controvérsias se baseiam, como veremos, em questões filosóficas que tocam, também elas, o problema da universalidade e da linguagem ideal. Há, finalmente, certos autores (é o caso de Adam Schaff) que identificam Semântica e Semiologia, o que marca bem a proximidade teórica das três disciplinas.

critica todas abordagens da linguística - fica dizendo o que sua abordagem não é

A história extra-oficial conta que Stalin teria dito um dia: "estou rodeado de gatinhos cegos", sem suspeitar um só minuto da parte que lhe podia caber nesta cegueira.

Hoje, no momento em que a crise imperialista se agrava, a crise do movimento comunista internacional se acentua consideravelmente, e coloca à mostra, tornando visível aos olhos de todos, a contradição que estava em gestação no movimento operário mundial desde o início dos anos 30: em seu sentido mais profundo, a contradição entre os efeitos políticos de Outubro de 1917 (da revolução dos sovietes e da vitória de Stalingrado) face àquilo que, insensivelmente, os colocou em causa, reverteu-os e os fez submergir no horror prático do regime stalinista, do qual sobrevivem traços no sistema repressivo da URSS atual.

No entanto, com o XX Congresso do PCUS, o movimento operário acreditou que, pela crítica ao "culto da personalidade" e aos crimes do sujeito-Stalin, a questão estivesse solucionada, ficando a esperança de se colocar, assim, um ponto final à história do stalinismo: mas as causas profundas do "desvio stalinista" permanecem opacas, continuando, intactas, a produzir seus efeitos... O desfraldamento "humanista" dos anos 60 prolongou, à sua maneira, essa ignorância das causas, atendo-se apenas a seus efeitos; entretanto, abria-se, de qualquer modo, um novo

espaço no movimento comunista, espaço no qual se buscava questionar a relação da política do proletariado com o Estado burguês, os meios de conquistar esse Estado, de transformá-lo e de quebrar os mecanismos pelos quais ele se reproduz.

No movimento operário dos países capitalistas (em particular na Itália, na França e depois na Espanha) voltava a questão de saber se não era absolutamente indispensável – justamente para realizar esses objetivos – entrar de algum modo no jogo do Estado para pegá-lo em sua própria legalidade, a fim de voltá-lo contra si mesmo.

Simultaneamente, nos países do "Socialismo existente", o XX Congresso liberava novas questões, sobre a natureza da sociedade socialista e do Estado do proletariado.

A ideologia constituía, evidentemente, uma das questões privilegiadas dessas novas interrogações: os pesquisadores marxistas se lançaram, assim, ao reconhecimento de regiões teóricas às quais, durante o período do stalinismo histórico, Jdanov e seus êmulos lhes haviam, pura e simplesmente, impedido o acesso. A Semântica constitui um desses terrenos tabus.

Em 1960, os fantasmas jdanovianos que assombravam as pseudociências "do proletariado" estavam desaparecendo, e o filósofo marxista polonês Adam Schaff pôde empreender a reconciliação entre o marxismo e a semântica – "parte da lingüística que se ocupa da significação das palavras e da evolução dos seus sentidos", segundo os dicionários [1]. Ele terminava sua *Introdução à Semântica* constatando que:

> *Assistimos agora a sua (da Semântica) reabilitação. Não só na lingüística, onde o desenvolvimento das pesquisas semânticas nunca encontrou dificuldades maiores, mas também na lógica. Pois acabou acontecendo que o estudo da sintaxe lógica e da metalinguagem encontra aplicações muito práticas na construção de máquinas de traduzir, aparelhos mecânicos de memória, etc. Há ainda um outro campo de aplicação da semântica, para o qual vale a*

pena chamar a atenção: a teoria científica da propaganda, *infelizmente negligenciada nos países socialistas* [2] (op. cit., pp. 355-6).

Em suma, o ressurgimento das pesquisas semânticas à luz do marxismo é contemporâneo ao XX Congresso do PCUS e, também, ao começo da, assim chamada, era "informática e espacial". Desde essa reabilitação, o tempo passou e, tanto no Leste como no Oeste, os estudos nesse domínio se multiplicaram.

Não se trata aqui de estudar especificamente, e por elas mesmas, as posições teóricas de Adam Schaff. Não se trata, tampouco, de efetuar um recenseamento dos trabalhos que resultaram desse ressurgimento no contexto das pesquisas "ocidentais" que perseguiam nesse tempo seu próprio caminho (girando em torno do marxismo ou espiando-o com o canto do olho). O que estamos pensando é que a própria possibilidade de uma *história* do conjunto dessas pesquisas (levadas ou não sob a bandeira do marxismo) está subordinada a um *ponto prévio de natureza, ao mesmo tempo, teórica e política*: a possibilidade (e a profunda necessidade) de abrir, no marxismo e no leninismo, uma crítica dessa reabilitação sem, contudo, ressuscitar os fantasmas de Jdanov ou de Marr. Estamos recusando a armadilha retórica do dilema (sob o modo do "ou...ou" e do "se não é um é outro"), no qual alguns sonham encurralar a pesquisa marxista ou afogá-la como um gatinho cego, impedindo-a de construir novas problemáticas. Estamos, pois, reivindicando a liberdade de questionar *o oportunismo filosófico* de que se autoriza a atual coexistência "marxista" do pavlovismo, da cibernética, da Semiótica, das aplicações da Lógica Formal à teoria da Linguagem e à Semântica, e *também a liberdade de lutar contra uma concepção stalinista voluntarista da ciência* em que "o marxismo" ditaria, previamente, a uma ciência seus princípios e seus resultados, em nome do Materialismo Dialético ou das Leis da História.

Mas isso não é mais que uma boa intenção: é preciso julgar sobre fatos...

Comecemos por examinar de que modo Adam Schaff se utiliza da evidência que faz da Semântica, enquanto parte da Lingüística, uma disciplina científica moderna e complexa, que o marxismo tem todo o interesse em "assimilar".

A obra que acabamos de mencionar começa por uma *definição*, fornecida como uma informação:

> *A "Semântica (semasiologia) é um ramo da lingüística"* [3], *como se disséssemos "Paris está na França": uma pura evidência.*

Ora, continuando a leitura, nos damos conta de que esse ramo da Lingüística tem extensões singulares em direção à "Lógica", de um lado, e também a algo que é designado pela expressão (citada mais acima) "teoria científica da propaganda", que, então, através da política, toca naquilo que classicamente chamamos a Retórica.

pura evidência de significado deixa de existir com a entrada da semântica

A inclusão da Semântica na Lingüística a gratifica assim com esses dois prolongamentos, a saber:

– a "Lógica", isto é, *evidentemente*, ao mesmo tempo a parte das Matemáticas que leva o nome de lógica matemática, mas também, e, sobretudo (a primeira garantindo a segunda), a "Teoria do Conhecimento" como teoria das "leis do pensamento";

– e sua contrapartida aparente, a "Retórica" enquanto reflexão sobre a técnica da argumentação, manipulação da crença, fabulação e engano. Logo, a "Retórica" (para *não dizer* a Política), suplemento inevitável, contrabalançando a "Lógica" (as Matemáticas unem os homens, a Política os divide, como dizia Hobbes).

Como tudo isso pode se unir para formar a Semântica, como ramo da Lingüística? Seguramente o idealismo tem suas soluções (veremos quais), mas A. Schaff pretende encontrar a resposta a essa questão no marxismo, mais precisamente em *A ideologia alemã*, que ele cita abundantemente e da qual extrai a

entrada do marxismo

noção de "função comunicativa da linguagem", desenvolvendo-a da seguinte maneira:

> *O processo de comunicação e a relacionada situação-signo, isto é, a situação em que objetos e processos materiais se tornam signos no processo social da semiose, têm-nos servido de base à análise das categorias semânticas signo e significação. Tal análise, porém, mostra que, para entender o processo de comunicação e também o que é signo e significação, é necessário fazer referência à linguagem por meio da qual nos comunicamos uns com os outros no plano social e dentro da qual objetos e processos materiais podem, sob circunstâncias definidas, funcionar como signos, isto é, adquirir significações definidas. Eis por que a linguagem e a fala são elevadas ao papel de categorias fundamentais, em todas as pesquisas semânticas. Além disso, o lingüista, o lógico, o psicólogo, o antropólogo, etc., todos eles se referem à linguagem e à fala.* [4]

Graças a essa citação um pouco longa, podemos prolongar a lista das "evidências" que A. Schaff encontra em seu caminho:

– há *coisas* ("objetos" e "processos materiais") e "*pessoas*", sujeitos dotados da intenção de comunicar ("nós" comunicamos "por meio de"...);

– há objetos que se tornam *signos*, isto é, que remetem a outros objetos, pelo "processo social da semiose";

– há enfim as *ciências humanas*, que têm cada uma o que dizer sobre a linguagem e a fala, formando um verdadeiro entroncamento interdisciplinar.

Se, para terminar, acrescentarmos que, sempre de acordo com A. Schaff, a linguagem é "(...) um sistema de signos verbais que serve para formular pensamentos no processo de reflexão da realidade objetiva pela cognição subjetiva e para comunicar socialmente esses pensamentos sobre a realidade, bem como

as experiências emocionais, estéticas, volitivas, etc., a esta relacionadas"[5], podemos completar a lista com duas últimas evidências:

– há uma oposição entre o *emocional* e o *cognitivo* (imagem da oposição Retórica/Lógica);

– e, sobretudo: o pensamento e o conhecimento têm um caráter *subjetivo*.

Sem resolver a questão de saber em que medida essas diferentes "evidências" são projetadas por A. Schaff em sua leitura de *A ideologia alemã*, somos obrigados a constatar que essa leitura é ao menos possível e, hoje, até cada vez mais freqüente, de forma que esse texto, bem como as *Teses sobre Feuerbach* e, *a fortiori*, os *Manuscritos de 1844* aparecem como meios para não se referir aos conceitos presentes em *O capital* e à dupla ruptura (na teoria *e* na prática) que o acompanha, ruptura esta que se prolongou no trabalho (teórico *e* prático) de Lênin e que continua hoje naquilo que leva o nome de marxismo-leninismo.

Isso significa que nosso propósito aqui é o de questionar as *evidências fundadoras* da "Semântica", tentando elaborar, na medida dos meios de que dispomos, as bases de uma teoria materialista.

Nosso ponto de partida é duplo. Queremos mostrar que:

semântica - entrada das contradições na linguística

1. a *Semântica*, que se apresenta, como acabamos de ver, como uma "parte da Lingüística" – ao mesmo título que a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe – constitui, de fato, para a *Lingüística*, o ponto nodal das contradições que a atravessam e a organizam sob a forma de tendências, direções de pesquisa, "escolas lingüísticas", etc., as quais, em um mesmo movimento, *manifestam* e *encobrem* (tentam enterrar) essas contradições;
2. se a Semântica constitui para a Lingüística tal ponto nodal, é porque é nesse ponto, e mais freqüentemente sem reconhecê-lo, que a Lingüística tem a ver com a *Filosofia* (e, como veremos, com a *ciência das formações sociais* ou *materialismo histórico*).

Desse modo, seremos levados a colocar em presença a Lingüística e a Filosofia, a falar de Lingüística e de Filosofia, a falar de Lingüística em Filosofia e de Filosofia em Lingüística. Isto supõe fazer um desvio, para que os lingüistas e os filósofos – a quem nos dirigimos aqui em prioridade – se habituem, uns e outros, à maneira pela qual lhes vamos falar de Filosofia e de Lingüística, ou melhor, para que eles se habituem uns com os outros através da maneira pela qual lhes vamos falar.

Para esclarecer as condições, o terreno e os objetivos desse desvio, é necessário caracterizar rapidamente a situação atual da Lingüística. Sem entrar em detalhes inúteis para um não-especialista, podemos legitimamente identificar três tendências principais que se opõem, se combinam e se subordinam umas às outras sob formas variáveis:

1. A tendência formalista-logicista, hoje essencialmente organizada na escola Chomskyana, enquanto desenvolvimento crítico do estruturalismo lingüístico através das teorias "gerativas". Essa tendência pôde encontrar um aval filosófico nos trabalhos da escola de Port-Royal. Voltaremos a isso. [6]
2. A tendência histórica, formada desde o século XIX enquanto lingüística histórica (F. Brunot, A. Meillet), desembocando hoje em teorias da variação e da mudança lingüísticas (geo-, etno-, sócio-lingüísticas). [7]
3. Enfim uma última tendência, que se poderia chamar "lingüística da fala" (ou da enunciação, da "performance", da "mensagem", do texto, do "discurso", etc.), em que se reativam certas preocupações da Retórica e da Poética, através da crítica do primado lingüístico da comunicação. Essa tendência desemboca em uma lingüística do estilo como desvio, transgressão, ruptura, etc., e sobre uma lingüística do diálogo como jogo de confrontação. [8]

Podemos facilmente constatar que hoje, nas relações de forças que se estabelecem entre essas diferentes tendências, é – ao menos nos países ditos "ocidentais" – *a primeira que domina*

as outras duas: é sobretudo em relação à tendência formalista-logicista que as outras duas se caracterizam; melhor dizendo, é sobre essa primeira tendência que as outras duas mais freqüentemente se amparam (por empréstimos, reversões, reapropriações, etc.) para se separar dela. De fato, ambas estão ligadas a ela por laços contraditórios: a tendência *histórica* está ligada contraditoriamente à tendência formalista-logicista por diferentes formas intermediárias (o funcionalismo, o distribucionalismo [9], etc.); também a lingüística da *enunciação* mantém um vínculo contraditório com essa tendência, em particular por intermédio da filosofia analítica da escola de Oxford (Austin, Searle, Strawson, etc.), que aborda os problemas da pressuposição.

Enfim, a tendência histórico-sociológica mantém igualmente uma ligação com a terceira tendência, na medida em que ela faz intervir os "fatos de fala" para quebrar a homogeneidade da "competência", que é a noção chave do formalismo lingüístico. Simultaneamente, trabalhos puramente "gerativistas" (R. D. King, P.. Kiparsky) ou se pretendendo como tais (W. Labov, U. Weinreich) tentam hoje "dar conta" da mudança lingüística.

Acrescentemos que a contradição que opõe principalmente a tendência formalista-logicista às duas outras tendências tem repercussões no interior de cada uma delas (inclusive no interior da própria tendência dominante) sob a forma de contradições secundárias: a forma *explícita* que essa contradição toma é a de uma contradição entre *sistema lingüístico* (a "língua") e *determinações não-sistêmicas* que, *à margem do sistema, se opõem a ele e intervêm nele*. Assim, a "língua" como sistema se encontra contraditoriamente ligada, ao mesmo tempo, à "história" e aos "sujeitos falantes" e essa contradição molda atualmente as pesquisas lingüísticas sob diferentes formas, que constituem precisamente o objeto do que se chama a "semântica".

É no interior desse trabalho que o presente estudo visa intervir, não para abrir a via mítica de uma *quarta tendência* que "resolveria" a contradição (!), mas para contribuir para o desenvolvimento dessa contradição sobre uma base material no interior do materialismo histórico.

+ importante: Althusser - sobre determinação Pêcheux - contradição

Expliquemo-nos, pois, sobre a maneira pela qual vamos abordar essa contradição e fazê-la trabalhar.

A tese fundamental da posição formalista em Lingüística pode, segundo o que pensamos, resumir-se em dois pontos, a saber:

1) a língua *não é* histórica precisamente na medida em que ela é um sistema (pode-se também dizer uma "estrutura");

2) é na medida em que a língua é um sistema, uma estrutura, que ela constitui o objeto teórico da Lingüística.

Conseqüentemente, o sistema (ou a estrutura) se opõe à história da mesma forma que o explicável se opõe ao seu resíduo inexplicável, e, como o explicável sistêmico ou estrutural é primeiro, não há o que se questionar acerca das condições que o instituem como explicável: o *estruturalismo lingüístico*, mas também o funcionalismo e até mesmo o gerativismo, "se dão" seu objeto sob a forma geral da língua (ou da gramática). Nessa medida, e especialmente no que diz respeito à "Semântica", o estruturalismo lingüístico não pode deixar de desembocar em um *estruturalismo filosófico* que tenta abarcar no explicável o resíduo inexplicável.

seria negar o real real - o inexplicável

Face a essa tese e a suas conseqüências, a posição histórica responde colocando a questão da gênese, da evolução, das transformações do objeto que a tendência formalista "se dá" como primeiro. Assim a contradição poderia tomar a forma bem conhecida do conflito insolúvel entre "gênese e estrutura" ... o que fortificaria, em definitivo, a tendência formalista. Contudo, as coisas não são assim tão simples, na medida em que a referência à história, enquanto resposta às teses formalistas, está ameaçada de uma grave ambigüidade:

– Estaria em causa, ao falarmos de história a propósito da Lingüística, a vaga evidência segundo a qual "os fatores sociais influem na língua" (a língua "se enriquecendo" à medida que se dá a "evolução" dos progressos técnicos e sociais)?

– Ou, então, tratar-se-ia de alguma outra coisa, além deste historicismo sociologista evolucionista que o estruturalismo não

tem muita dificuldade em recuperar pelo viés da "fala" e dos "sujeitos-falantes"?

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões de Lingüística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as "práticas lingüísticas" inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no "estudo da linguagem" e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tomando-as como os efeitos derivados da luta de classes hoje em um "país ocidental", sob a dominação da ideologia burguesa.

A esse respeito, tomaremos emprestado do trabalho recente de R. Balibar e de seus colegas sobre *Le français national*. [10], e sobre *Les français fictifs* [11], uma distinção que esclarece notavelmente a base material histórica dessas contradições: essa distinção diz respeito a dois processos históricos, periodizados pela transformação das relações de classe na França (a luta antifeudal da burguesia para conquistar e assegurar sua dominação política, e a sua luta antiproletária para conservar essa dominação).

– O primeiro desses processos, contemporâneo à própria Revolução Francesa, consiste em uma *uniformização* visando, política e ideologicamente, instituir uma língua nacional contra os "patois" e o latim que, sob formas diversas, criam obstáculo à *livre comunicação lingüística* necessária à realização econômica, jurídico-política e ideológica das relações de produção capitalistas.

– O segundo processo histórico, que se realiza pela imposição escolar do francês elementar como língua comum, consiste em *uma divisão desigual no interior da uniformização igualitária*, visando, política e ideologicamente, impor uma diferenciação antagonista das práticas lingüísticas de classe, no interior do uso da língua nacional, de modo que a livre comunicação lingüística, requerida pelas relações de produção capitalista e sua reprodução, *seja ao mesmo tempo uma não-comunicação definida* que impõe "na linguagem" barreiras de classe, igualmente

necessárias à reprodução dessas mesmas relações capitalistas.

Destaquemos de imediato que tal distinção está totalmente ausente do trabalho de A. Schaff, que fala bastante, à sua maneira, do primeiro processo ("a linguagem como comunicação"), mas jamais do segundo (a não-comunicação definida que impõe "na linguagem" barreiras de classe)...

Em suma, o historicismo evolucionista (ao qual Schaff não deixa de se referir) não leva em conta o fato de que o terreno da luta foi se deslocando progressivamente: no início da revolução burguesa, tratava-se de uma luta diretamente lingüística pela unificação fonológica, morfológica, sintática e lexical da língua inscrita na forma-nação, unificação que o estruturalismo, o funcionalismo, o gerativismo, etc., apreenderão no século XX como unidade de um sistema; mas, progressivamente, as relações capitalistas desembocam em uma nova luta entre "realizações" dessa língua em que, certamente, se reproduzem diferenças morfo-fonológicas, lexicais e sintáticas no manejo da língua – essas diferenças constituem hoje o objeto da Sócio-lingüística e da Etnolingüística –, mas reinscritas nas diferenças de sentido que fazem com que, de um e de outro lado do "fosso lingüístico e ideológico que separa, na França, os dois graus escolares, primário e secundário-superior"[12], "vocabulários-sintaxes" e "raciocínios" se enfrentem e conduzam, às vezes com as mesmas palavras, a direções diferentes, segundo a natureza dos interesses ideológicos colocados em jogo.

como se fosse possível uniformizar

O presente trabalho visa exatamente esse ponto. Não se trata, pois, de um ensaio de sócio-lingüística "marxista" com tendência a uma espécie de revanche do concreto, que oporia as variações empíricas da performance, a pluralidade de níveis de comunicação, as diferentes modalidades d' "a interação social", etc. ... à "abstração gramatical": um artigo recente (Gadet, 1977) critica de maneira notável as próprias bases do projeto sócio-lingüístico (que não cessa de se desenvolver desde o início dos anos 70), ao evidenciar aí uma teoria psicossocial do comportamento lingüístico, que funda uma metodologia correlacionista e desemboca numa concepção profundamente reformista da política.

Trata-se, no presente trabalho, de compreender como aquilo que hoje é *tendencialmente* "a mesma língua", no sentido lingüístico desse termo, autoriza funcionamentos de "vocabulário - sintaxe" e de "raciocínios" antagonistas; em suma, trata-se de pôr em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem a sua fachada.

Não seria, pois, nem justo nem possível, de um ponto de vista lingüístico, anular riscando com um traço a dominação dessa tendência – na qual, por vieses diversos, a maioria dos lingüistas atuais se reconhecem ainda, através do *conceito de língua como sistema lingüístico*. Por outro lado, seria, ao que nos parece, compreender mal o trabalho *histórico* de R. Balibar, ver nele uma incitação para multiplicar metaforicamente línguas fictícias ("língua" da burguesia, do proletariado, da pequena burguesia e, também, do direito, da administração, etc.) como *novos objetos lingüísticos* empiricamente opostos ao francês enquanto língua imposta pela escolarização nacional: a unidade tendencial daquilo que a Lingüística atual define como língua constitui a base de processos antagonistas no nível do "vocabulário-sintaxe" e no dos "raciocínios". Veremos mais adiante as razões que nos levam a falar de *processos discursivos e de formações discursivas*, na perspectiva de uma análise materialista das práticas "de linguagem".

O leitor já deve ter compreendido que a questão da divisão discursiva por detrás da unidade da língua é, na realidade, por intermédio da comunicação/não-comunicação o que toma a aparência do par *lógica/retórica*, através das diversas "funções" que essa divisão preenche na formação social capitalista, onde se nota em todo lugar sua presença:

– na base econômica, no próprio interior das condições materiais da produção capitalista: necessidades da organização do trabalho, da mecanização e da estandardização que impõem uma *comunicação* sem equívocos – clareza "lógica" das instruções e diretivas, propriedade dos temas utilizados, etc. – comunicação que é, ao mesmo tempo, através da divisão social-técni-

ca do trabalho, uma *não-comunicação* que separa os trabalhadores da organização da produção e os submete à "retórica" do comando;

– encontramos essa divisão nas relações de produção capitalistas, e sob sua forma jurídica, que deve tirar os equívocos nos contratos, trocas comerciais, etc. (igualdade lingüístico-jurídica entre as partes contratantes), e, simultaneamente, manter o equívoco fundamental do "contrato de trabalho", o que se pode resumir dizendo que, no direito burguês, "todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros"!

ORWELL em Revolução dos bichos

– encontramos, enfim, a mesma divisão (igualdade/desigualdade, comunicação/não-comunicação) nas relações sociais políticas e ideológicas: a dependência nas próprias formas da autonomia... Teremos ocasião de voltar a isso.

Encontramos, assim, tomados no interior da unidade dividida e contraditória da comunicação/não-comunicação, os elementos dos quais, como vimos, o estudo teórico esteve, como por acaso, separado entre correntes e escolas diferentes (a tendência logicista-formal e a tendência retórico-poética). Essa separação mascara, na realidade, o fato de que esses elementos só existem em sua combinação, sob formas tendencialmente contraditórias que correspondem ao que Baudelot e Establet caracterizaram como *as duas redes da escolarização burguesa* [13]. Sem fornecer desde já todas as justificações necessárias, adiantaremos que essas duas formas tendenciais de combinação do lógico e do retórico são o *realismo concreto*, de um lado, e o *racionalismo idealista*, de outro.

No realismo concreto, a Lógica está presente sob a forma de elementos simples, indestrutíveis, que constituem a essência dos objetos sem qualquer adjunção estranha. A retórica do concreto e da situação "fala" às crianças (e aos operários que, como todo mundo sabe, são "crianças grandes"!) e os alça, com dificuldade, até o "essencial", isto é, até o indispensável que é necessário saber para se situar utilmente, para evitar a confusão de tudo. Em resumo, o realismo concreto "primário" diz respeito àquilo sem o que um objeto deixa de ser o que ele é. A redação-

narração é a forma escolar do realismo concreto.

No racionalismo idealista, ao contrário, o realismo é transfigurado, porque o pensamento se junta à realidade e, para resumir, a recria na ficção. A Lógica deve, pois, permanecer aberta a todas as incisas, adjunções e a todos os suplementos através dos quais o espírito (queremos dizer o espírito daqueles que deixaram o "primário" pelo "secundário-superior") representa para si a realidade. Assim, a lógica não é obstáculo para a poesia, isto é, para aquilo sem o que "as coisas não seriam senão o que elas são": alguns poderão chegar até mesmo a sustentar que a lógica é a forma mais sublime da poesia. A dissertação-explicação do texto é a forma escolar do racionalismo idealista.

Veremos mais adiante por meio de que manobra essas duas formas escolares se projetam, reorganizadas, nas formas filosóficas especializadas do realismo metafísico e do empirismo lógico. Por enquanto, pensamos ter dito o suficiente para que o leitor que não é especialista em Lingüística possa apreender as razões que nos levaram a tomar como matéria-prima de nossa reflexão, como exemplo de referência constante durante o *desvio necessário* dos dois primeiros capítulos, o fenômeno "lingüístico" claramente designado pela oposição entre "*aposição explicativa*" e "determinação", em particular no caso das construções relativas do tipo "o homem que é racional é livre", a respeito das quais os lingüistas afirmam serem "ambíguas" por causa de tal oposição.

Quanto ao leitor que recebeu uma formação em Lingüística, pensamos que ele deve ter reconhecido na oposição entre a explicativa e a determinativa uma das dificuldades maiores nas quais desembocam hoje as teorias lingüísticas, sejam elas "estruturalistas" ou "gerativas" [14]. Na realidade, essa oposição condensa e exibe no domínio "lingüístico" os efeitos da dualidade Lógica/Retórica, cuja suspeita evidência acabamos de comentar; melhor dizendo, ela chama, irresistivelmente, para a reflexão lingüística, considerações sobre a relação entre objeto e propriedades do objeto, entre necessidade e contingência, entre objetividade e subjetividade, etc., que formam um verdadeiro balé filosófico em torno da dualidade Lógica/Retórica.

Em termos aristotélicos, a oposição entre explicação e determinação recorta a distinção entre os dois tipos de ligações que podem unir um *acidente* e uma *substância*: no caso em que um certo acidente está preso por uma ligação essencial a uma substância, essa substância não pode subsistir se o acidente em questão vem a faltar. Assim, por exemplo, um homem não pode subsistir privado de sua cabeça ou de sua razão (de forma que a interpretação aristotélica da relativa citada mais acima é espontaneamente explicativa, pois um homem desprovido de razão não é mais um homem). Mas há acidentes que podem ser subtraídos a um ser sem que sua existência seja atingida, por exemplo, o fato de que um homem esteja vestido de branco é um acidente cujo desaparecimento não destrói a substância à qual ele está preso por uma ligação "não-essencial": enquanto não se pode conceber "um homem que não é racional", pode-se conceber "um homem que não está vestido de branco"; a relativa *determina* assim aquele ser (dentre os seres) ao qual ela se aplica, sem destruir, no entanto, a existência dos seres aos quais ela não se aplica, mas, ao contrário, pressupondo essa existência.

Vemos, assim, como, nessa questão "lingüística", vem se articular a relação entre *necessidade* (enquanto ligada à substância) e *contingência* (exprimindo a incidência das "circunstâncias", dos "pontos de vista" e das "intenções" [15], que podem ou não juntar tal propriedade a tal objeto).

contingência - historicidade

Como se pode constatar, as "evidências" sobre as quais se apóia A. Schaff, e que expusemos mais acima não para lhe atribuir uma importância ou uma responsabilidade particulares mas porque ele constitui um "sintoma" particularmente claro, essas evidências (por exemplo o fato de que *as palavras* comunicam *um sentido*, o fato de que há uma divisão entre *pessoas* e *coisas*, entre *subjetividade* e *objetividade*, entre *o emocional* e o *cognitivo*, etc.) se encontram aqui no mesmo nível.

O leitor filósofo já deve sem dúvida ter chegado a uma conclusão, que não é supérfluo explicitar, para uso dos pesquisadores que trabalham em outras "especialidades": essa conclusão é a de que as questões "lingüísticas" que abordamos aqui estão simultaneamente inscritas em uma problemática filosófica

que é, globalmente, a do empirismo e do subjetivismo "modernos"; o signo contraditório dessa "modernidade" é o *formalismo lógico-matemático* que tem hoje o primeiro plano (Chomsky, Piaget, Lévi-Strauss), parecendo se opor radicalmente ao empirismo e ao subjetivismo "primário", quando ele constitui seu prolongamento: hoje, o empirismo do bispo Berkeley está morto e enterrado [16], mas, através do neokantismo contemporâneo, sua descendência empírico-lógica vai, como veremos, muito bem.

Uma questão teórica, portanto, que procuraremos apreender tanto em seu desenvolvimento filosófico quanto nas suas repercussões lingüísticas; mas veremos que essa questão é também, diretamente, uma questão *política*: o fato de que Lênin se tenha preocupado, em seu tempo, em intervir na questão do empiriocriticismo constitui, a esse respeito, um primeiro índice [17]. As condições políticas através das quais o marxismo contemporâneo tem, entre outras coisas, se encontrado com a "semântica" – a saber, como dissemos, o XX Congresso do PCUS e o início da era "atômica e espacial" – constitui um outro índice; os frios espaços da semântica exalam um sujeito ardente.

A propósito, uma observação de passagem, que o leitor poderá guardar num canto de sua cabeça ao longo do "desvio" dos dois primeiros capítulos: os semanticistas se utilizam de bom grado, como veremos, de classificações dicotômicas do tipo abstrato/concreto, animado/não-animado, humano/não-humano, etc., que, se fossem aplicadas exaustivamente até seu limite máximo, constituíriam uma espécie de *história natural do universo*:

– por exemplo, *uma cadeira* seria, segundo J. Katz [18], caracterizada pelos seguintes traços: (objeto) – (físico) – (não-animado) – (artificial) – (móvel) – (portátil) – (com pés) – (com encosto) – (com assento) – (para uma pessoa);

– da mesma forma, *um solteiro* será caracterizado como (físico) – (animado) – (adulto) – (masculino) – (não-casado), o que autoriza a "tirada" à La Palice (aliás bastante suspeita) que faz com que, se alguém não é casado, é porque é solteiro [19];

– mas suponhamos que se queira abordar, por meio dessa classificação, realidades tão estranhas quanto a *história*, ou *as*

massas, ou ainda *a classe operária*... O que dirá o semanticista? Trata-se de objetos, ou de coisas? Ou de sujeitos, humanos ou não-humanos? Ou de coleções de sujeitos?

Gozado como a máquina de classificar de repente se enrola... No entanto, ela funcionava com respeito a *pessoas* e *coisas*! Será que, por acaso, para funcionar, ela tem necessidade do espaço universal abstrato do direito tal como o modo de produção capitalista o produziu? Nós veremos isso especialmente no trabalho de B. Edelman.

Em todo caso, o leitor já deve estar agora com a pulga atrás da orelha, e se, além disso, leu um dos recentes textos publicados por Althusser, sabe então que, apesar de ele nunca ter falado de "Semântica", nesse texto é levantado a questão de saber se, a exemplo do homem (com *h* minúsculo ou maiúsculo), a história, as massas, a classe operária são ou não *sujeitos*, com todas as conseqüências que daí resultam [20] ...

Como veremos, o texto da *'Résponse à John Lewis* [21] , com as 'Notes pour une recherche', publicados em 1970 na revista *La Pensée*, sob o título 'Idéologie et appareils idéologiques d'Etat', e também os recentes *'Éléments d'autocritique'* [22] , tocam vivamente no problema, *mesmo se*, e sem dúvida *porque* eles se referem apenas incidentalmente à questão do "sentido das palavras": L. Althusser fala muito pouco de Lingüística, e jamais, insistamos, de "Semântica". Ao contrário, ele fala do *sujeito* e do *sentido*, e eis o que ele diz:

> *Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra 'designe uma coisa' ou 'possua um significado' (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.* [23]

Em suma, a evidência diz: as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são su-

jeitos: mas, sob essa evidência, há o absurdo de um *círculo* pelo qual a gente parece subir aos ares se puxando pelos próprios cabelos, ao modo do Barão de Münchhausen, personagem menos conhecida dos leitores franceses que M. de La Palice, mas que, também ele, e por um outro viés, bem que merece a Semântica. [24]

Eis, pois, aqui traçado o quadro desse estudo, que prolonga uma pesquisa preliminar sobre a relação entre *sistema lingüístico* e "*Semântica*" [25]: as posições antipsicologistas do lógico Frege [26] nos serão preciosas, *até um certo ponto, que constitui, como veremos, o "ponto cego" de seu idealismo*. Por outro lado, certos aspectos do trabalho de J. Lacan – na medida em que ele explicita e aprofunda o materialismo de Freud – virão se agrupar ao que, como dissemos, constitui aqui o elemento essencial, a saber, as direções abertas por Althusser, sobretudo nos textos de 1970, 1973, 1974, já assinalados. [27]

Examinaremos, inicialmente, o desenvolvimento histórico da questão da *determinação* (relação entre relativa determinativa e relativa explicativa), sob seus aspectos lógico-filosóficos e retóricos, desde o período clássico até a época atual, mostrando, no nível da Lingüística, as conseqüências resultantes com respeito à relação entre "Teoria do Conhecimento" [28] e Retóriça, relação circular essa que implica, sob diversas formas, o acobertamento da descontinuidade entre conhecimento científico e efeito ideológico de desconhecimento *(méconnaissance)*.

Tentaremos, em seguida, desenvolver as conseqüências de uma posição materialista – no elemento de uma teoria marxista-leninista da Ideologia e das ideologias – com respeito ao que chamamos "processos discursivos". Os elementos científicos (ainda em estado embrionário) que propomos para a análise desses processos serão designados aqui sob o nome global de "Teoria do Discurso", sem que – vamos repetir – se deva ver nisso a pretensão de fundar uma nova disciplina entre a Lingüística e o Materialismo Histórico. Examinaremos, enfim, que incidências esses elementos podem ter, em sua especificidade, sobre as duas questões centrais para o marxismo-leninismo, a saber:

– a questão da produção dos conhecimentos científicos,

– a questão da prática política revolucionária do proletariado.

O leitor encontrará no anexo III [29] (pág. 293) um texto redigido durante o inverno político francês de 1978-79. Esse texto inicia a necessária retificação de certos aspectos das teses desenvolvidas nas partes III e IV, bem como na conclusão da presente obra.

NOTAS

1 Ver a nota prévia.

2 A. Schaff. *Introdução à Semântica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp. 355-6.

3 Ibid., p. 9. N. dos T.: o termo *semasiologia* corresponde, na edição francesa, a *sémiologie*.

4 Ibid., p. 306.

5 Ibid., p. 309.

6 Além de N. Chomsky, pode-se citar os nomes de C. J. Fillmore, de um lado, de G. Lakoff & McCawley, de outro, e também o formalista soviético S. K. Saumjan.

7 Citemos M. Cohen, U. Weinreich, W. Labov e, de um ponto de vista menos teórico, B. Bernstein.

8 Em particular R. Jakobson & E. Benveniste, O. Ducrot, R. Barthes, A. J. Greimas e J. Kristeva.

9 Trata-se sobretudo das pesquisas de L. Bloomfield e de suas conseqüências sobre os trabalhos de Z. Harris, que serão evocados várias vezes neste trabalho. Ver, a esse respeito, o anexo II e também Pêcheux e Fuchs, 'Mises au point et Perspectives à propos de l'analyse automatique du discours', *Langages*, 1975, nº 37.

10 R. Balibar & D. Laporte, *Le Français National*, Paris, Hachette, 1974.

11 R. Balibar, *Les Français fictifs*, Paris, Hachette, 1974.

12 Ibid., p. 281.

13 Cf. *L'Ecole capitaliste en France*, Paris, Maspero, (Cahiers libres), 1971.

14 Esse aspecto é sistematicamente explorado no estudo do P. Henry, 'Constructions relatives et Articulations discursives', *Langages*, 1975, nº 37; ver também C. Fuchs & J. Milner, 'A propos des relatives', 1979.

15 Lembremos que, para Aristóteles, a Retórica é uma técnica, permitindo a produção artificial de um resultado que está somente *in potentia*, isto é, suscetível indiferentemente de ser ou não ser, em oposição às propriedades "necessárias" da substância.

16 Ainda que a psicologia experimental da percepção esteja sempre pronta para discutir (para aprová-las ou rejeitá-las) as teses de G. Berkeley. Especialmente nos Estados Unidos ...

17 Devemos a D. Lecourt (*Une crise et son enjeu*, Paris, Maspero, 1973) o fato de ter recentemente esclarecido essa questão. Faremos amplo uso desse livro no presente trabalho.

18 J. J. Katz, *Semantic Theory*, New York, Harper and Row, 1972, p. 40.

19 Pelo título dado a este estudo, quisemos dar a M. de La Palice o lugar que ele merece, o de patrono dos semanticistas. A canção diz:

Senhores queiram ouvir	Messieurs vous plaît-il d'ouïr
A ária do famoso La Palice,	L'air du fameux La Palice,
Ela poderá vos divertir	Il pourra vous divertir
Contanto que vos alegre.	Pourvu qu'il vous réjouisse
La Palice teve poucos bens	La Palice eut peu de bien
Pra sustentar seu nascimento,	Pour soutenir sa naissance,
Mas nada lhe faltou	Mais il ne manqua de rien
Enquanto viveu na abundância.	Tant qu'il fut dans l'abondance.
Bem instruído desde o berço,	Bien instruit dès le berceau
Jamais houve alguém tão distinto,	Jamais, tant il fut honnête,
Ele não colocava o chapéu	Il ne mettait son chapeau
Senão para cobrir a cabeça.	Qu'il ne se couvrît la tête.
Ele era afável e doce	Il était affable et doux
Com o humor do seu falecido pai,	De l'humeur de feu son père,
E não entrava em cólera	Et n'entrait guère en courroux
A não ser quando estava bravo.	Si ce n'est dans la colère.
Desposou, conta-se,	Il épousa, ce dit-on,
Uma virtuosa senhora;	Une vertueuse dame;
Se tivesse continuado solteiro,	S'il avait vécu garçon
Não teria tido esposa.	Il n'aurait pas eu de femme.
Foi sempre querido,	Il en fut toujours chéri,
Ela não era nada ciumenta,	Elle n'était point jalouse;
Desde que ele se fez seu marido	Sitôt qu'il fût son mari,
Ela se tornou sua esposa.	Elle devint son épouse.
Um adivinho, por dois tostões,	Un devin, pour deux testons,
Lhe disse com voz astuta	Lui dit d'une voix hardie
Que ele morreria atrás dos montes	Qu'il mourrait delà les monts
Se morresse na Lombardia.	S'il mourait en Lombardie.
Ele aí morreu, esse herói,	Il y mourut, ce héros,
Ninguém hoje duvida,	Personne aujourd'hui n'en doute,
Logo que ele fechou os olhos,	Sitôt qu'il eut les yeux clos
Imediatamente não viu mais nada.	Aussitôt il n'y vit goutte.
Foi por um triste destino	Il fut par un triste sort
Ferido por mão cruel.	Blessé d'une main cruelle.
Acredita-se, já que ele morreu disso,	On croit, puisqu'il en est mort,
Que a ferida era mortal.	Que la plaie était mortelle.
Morreu na sexta-feira	Il mourut le vendredi
O último dia de sua vida.	Le dernier jour de son âge.
Se tivesse morrido no sábado,	S'il fût mort le samedi
Teria vivido um pouco mais.	Il eût vécu davantage.

[20] Por exemplo, sobre a questão, aberta pelo XX Congresso do PCUS, do "culto à personalidade", e também sobre o humanismo, e ainda sobre a união entre o movimento operário e a teoria marxista. O que diz L. Althusser sobre esse último ponto constitui em si uma "resposta" ao texto de Schaff que citamos ao começar: "A união (ou fusão) do movimento operário com a teoria marxista é o maior acontecimento da história das sociedades de classes, isto é, praticamente de toda a história humana. A famosa grande 'mutação' científico-técnica de que nos enchem os ouvidos (era atômica, eletrônica, computadores, cósmica, etc.) é apenas, e malgrado sua grande importância, peripécia científica e técnica". (Althusser, *Lénine et la Philosophie*, Paris, Maspero, 1972, p. 51.)

[21] Paris, Maspero, 1973. N. dos T.: há tradução em português (L. Althusser, Ed. Graal, 1978.).

[22] Paris, Hachette, 1974. N. dos T.: há tradução em português (L. Althusser, Ed. Graal, 1978.).

[23] *La Pensée*, 1970, nº 151, p. 30. N. dos T.: *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2ª ed., Ed. Graal, 1985, p. 94.

[24] La Palice, como se sabe, se entrega à evidência; Münchhausen, por sua vez, se especializa no absurdo que, como veremos, se avizinha estranhamente da evidência: "Outro dia, eu queria saltar um charco que, à primeira vista, estava longe de parecer tão largo quanto eu o percebi, mas que, de fato, era bem largo quando me vi quase no meio dele. Dei uma volta no meio do meu impulso e voltei com o cavalo para o ponto de onde eu tinha vindo. Eu o lancei pela segunda vez, mas tomei o impulso ainda muito curto, de forma que caí perto da margem oposta, com a lama até o pescoço.

Sem minha presença de espírito ordinário eu teria, infalivelmente, soçobrado. Saí desse perigo iminente só pela força do meu braço, enlaçando o cavalo entre as pernas e depois me alçando fortemente pelo meu cabelo e me puxando, com meu cavalo, para a margem". (Burger, Kaerster et Lichtenberg, *Histoire et Aventures du baron de Münchhausen*, Bruxelas, C. Mugnardt, 1840, p. 66.)

[25] C. Haroche, P. Henry, M. Pêcheux, 'La Sémantique et la Coupure saussurienne: langue, langage, discours', *Langages*, 1971, nº 24, pp. 93-106.

[26] Ao falar sobre a abordagem psicológica das questões de Lógica, Frege escreve: "Isso leva necessariamente ao idealismo na Teoria do Conhecimento (zum er-Kenntnistheoretischen Idealismus). Porque será preciso, então, que os elementos que distinguimos no pensamento, como o sujeito e os predicados, pertençam à Psicologia, tal como o próprio pensamento. E como cada conhecimento se efetua através de julgamentos, qualquer ponto que leve ao objetivo é cortado. E qualquer esforço para atingi-lo só pode ser, então, uma tentativa para se puxar a si mesmo pelos cabelos para sair do charco". (G. Frege, "Logik" (1897), *Schriften zur Logik*, Berlin, Akademie-Verlag, 1973, p. 64.)

[27] N. dos T.: cf. notas 21, 22 e 23.

[28] Colocamos esta expressão entre aspas para bem lembrar o caráter ideológico do que ela designa:

"Que esse espaço do 'problema do conhecimento' seja um espaço fechado, isto é, um círculo vicioso (aquele mesmo da relação especular do reconhecimento ideoló-

gico), toda a história 'da teoria do conhecimento' na filosofia ocidental nos *dá a ver*, desde o famoso 'círculo cartesiano', até o círculo da teleologia da Razão hegeliana ou husserliana." (Althusser, Ler o Capital, p. 56.)

29 N. dos T.: Por solicitação de M. Pêcheux, o anexo III foi introduzido na edição inglesa de 1982. A exemplo desse anexo, a presente Introdução é o resultado de alterações feitas pelo autor por ocasião da edição inglesa. O anexo III também foi inserido na presente edição brasileira.

I

LINGÜÍSTICA, LÓGICA E FILOSOFIA DA LINGUAGEM

ele explica o percurso

1. *Apreciação sobre o desenvolvimento histórico da relação entre "teoria do conhecimento" e retórica, face ao problema da determinação*

A posição clássica da relação filosófico-lógica entre determinação e explicação é fornecida por um texto da *Lógica de Port-Royal*, que Noam Chomsky referiu e comentou nesses termos:

> *Desenvolve-se aí (na* Lógica de Port-Royal*) uma distinção entre as relativas explicativas (não-restritivas ou apositivas) e as determinativas (restritivas). Esta distinção se baseia em uma análise prévia da "compreensão" e da extensão das "idéias universais", ou seja, em termos modernos, em uma análise da significação e da referência. A compreensão de uma idéia é o conjunto de atributos essenciais que a definem, e tudo o que pode ser deduzido desses atributos; sua extensão é o conjunto dos objetos que ela denota:*
>
> *Chamo* compreensão *da idéia os atributos que ela traz em si, e que não se lhe pode tirar sem des-*

Linguística

truí-la, tal como a compreensão da idéia de triângulo traz a extensão, a figura, três lados, três ângulos, cuja soma é igual a dois ângulos retos, e assim por diante.

Chamo extensão *da idéia os sujeitos a quem essa idéia convém, aquilo a que se chama o superior de um termo geral, que, face a eles, é chamado superior, assim como a idéia de triângulo em geral se estende a todas as diferentes espécies de triângulos.* (Arnauld & Nicole, *Logique ou art de penser*, 1662).

Ao utilizar essas noções, podemos distinguir as "explicativas" como *Paris, que é a maior cidade da Europa* e *O homem que é mortal* das "determinativas" tais como *os corpos transparentes, os homens sábios* ou *um corpo que é transparente, os homens que são piedosos* [1].

A essa posição filosófico-lógica do problema corresponde explicitamente a exposição da *Grammaire générale et raisonnée* de Arnauld e Lancelot [2], como o especifica, aliás, a Advertência que a acompanha:

[...] Estamos à vontade para advertir que, depois da primeira impressão desse livro, apareceu a obra intitulada Logique ou art de penser *que, baseando-se nos mesmos princípios, pode muito bem servir para esclarecê-lo e provar muitas coisas que nele são tratadas.* [3]

Constatamos, com efeito, na leitura dessa última obra, que a gramática (ou arte de falar) é homogênea à lógica (arte de pensar) na medida em que os mesmos princípios encontram-se aí em ação.

No capítulo IX, 'Du pronom appelé relatif', os autores da *Grammaire générale et raisonnée* colocam que esse pronome, mesmo tendo algo em comum com os outros pronomes (o fato de poder se colocar no lugar do nome), possui por outro lado "algo próprio" que pode ser considerado de duas maneiras:

A primeira, a de que ele sempre se relaciona com um outro nome ou pronome que chamamos antecedente, como "Deus que é Santo", [...]. A segunda coisa que o relativo tem de próprio, e que acredito não ter sido ainda observada por ninguém, é que a proposição na qual ele entra (que podemos chamar incidente*) pode fazer parte do sujeito ou do atributo de uma outra proposição que podemos chamar principal.*

começo pra pensar a relação sujeito e ideologia

Isso só pode ser bem entendido se nos lembrarmos do que vimos dizendo desde o começo desse discurso: que em toda proposição há um sujeito, que é aquele do qual se afirma alguma coisa, e um atributo, que é o que se afirma de alguma coisa.

Mas esses dois termos podem ser simples, como quando eu digo "Deus é bom", ou complexos, como quando eu digo "um magistrado hábil é um homem útil à República". Pois aquilo que afirmo não é apenas um magistrado *mas um* magistrado hábil*; e o que afirmo não é apenas que ele é* homem*, mas que* ele é homem útil à República. [4]

Os autores especificam, referindo-se à *Lógica* ("Sur les propositions complexes", parte 2, capítulo III, IV, V e VI), que esta união de vários termos no sujeito ou no atributo não impede que a proposição seja simples, do ponto de vista lógico, na medida em que ele só contém *um juízo ou afirmação*: tudo se passa, pois como se um ser (ou uma classe de seres) fosse designado pela união com uma substância de uma propriedade característica, o ser (ou a classe de seres) encontrando-se assim determinado como uma espécie no interior de um gênero. Nesse caso, a proposição relativa não faz nem o "sujeito entrar" nem o "atributo entrar", "é preciso acrescentar aí a palavra de que o relativo ocupa o lugar para fazer o sujeito entrar". ...Reconhece-se aqui o princípio da *relação de determinação*, que Arnauld e Lancelot reconhecem implicitamente poder se realizar de forma

equivalente por uma construção relativa, por uma adjetiva (exemplo acima) ou por um complemento de nome (exemplo citado por Arnauld e Lancelot: *O valor de Aquiles causou a tomada de Tróia*).

> *Mas outras vezes também [prosseguem eles], essas espécies de proposições em que o sujeito ou o atributo são compostos de vários termos contêm, ao menos em nosso espírito, vários juízos, de que podemos fazer tantas proposições como quando digo: "Deus invisível criou o mundo visível". Ocorrem três juízos em nosso espírito, encerrados nessa proposição. Pois eu julgo primeiramente que* Deus é invisível*; segundo, que ele* criou o mundo*; terceiro, que* o mundo é visível. *Dessas três proposições, a segunda é a principal e o essencial da proposição, mas a primeira e a terceira são apenas incidentes, e são só parte da principal, de que a primeira comporta o sujeito e a última o atributo.* [5]

Tal é, para os gramáticos de Port-Royal, a definição da *relação explicativa*, oposta à primeira: vê-se logo que essas duas relações não têm o mesmo estatuto em relação à ontologia clássica. Pode-se dizer, com efeito, que a relação determinativa, pelo jogo de relação entre compreensão e extensão, diz respeito exclusivamente à ordem do ser, o mundo das essências, *fora de toda adjunção do pensamento*: estamos no nível em que o ser se designa a si mesmo.

A relação explicativa, ao contrário, intervém como uma *incidência do pensamento* sobre a ordem das essências. (O termo "incidente", utilizado por Arnauld e Lancelot no texto citado acima, deve, portanto, ser reservado rigorosamente para o caso da explicação.) É aqui que a relação entre "teoria do conhecimento" e retórica pode se esclarecer, no que concerne à época clássica: como o mostra M. Foucault na introdução ao texto da *Gramática* de Port-Royal:

A gramática não poderia valer como as prescrições de um legislador que dá enfim à desordem das palavras sua constituição e suas leis [...] ela é uma disciplina que enuncia as regras de acordo com as quais é realmente necessário que uma língua se ordene para poder existir. [6]

Dito de outra maneira, a lógica (e a "teoria do conhecimento" que lhe corresponde) é o fundamento primeiro, e a "arte de falar" não tem outra finalidade senão a de se conformar às regras que a constituem, enquanto regras imanentes à própria ordem das essências. Nessa perspectiva, o *bom uso da palavra* é o de reconduzir o sujeito às verdades do mundo das essências, a "arte de falar" é constitutivamente uma pedagogia: a *explicação* torna-se assim *aquilo pelo que se reabsorve o desencontro* entre meu pensamento e os seres aos quais meu discurso se refere, isto é, ao nível da gramática, entre o que M. Foucault chama a "língua materna" (ou ao menos a parte da língua materna que é adquirida durante a infância) e a língua a aprender (ou ao menos as regras da língua materna que não são ainda nem utilizadas nem compreendidas).

é Freud também

Na medida em que a explicação consiste assim em "remeter as regras a seu fundamento", pode-se dizer que a boa retórica está a serviço de uma pedagogia da verdade: a *retórica das figuras* aparece então ao mesmo tempo como um sistema de erros pedagogicamente necessários para atingir a verdade, com, coextensivamente, a ameaça constante de uma escapada para fora da verdade, de um passeio do homem entregue à imaginação (e ao não-ser).

retórica da imagem é da poesia; da histeria; da loucura

Essa subordinação do falar à ordem que só ele permite formular, logo, a subordinação do campo da gramática e da retórica ao do conhecimento, se marca, enfim, na concepção clássica da relação que o sujeito falante mantém com seu discurso. É permitido, parece-nos, discernir aí retrospectivamente a ausência perfeitamente determinada de uma teoria da enunciação (esse termo está definido mais adiante, na página 62), o que o início do capítulo VIII da *Grammaire* ("Des pronoms") esclarece bem:

retorica nas figuras - e de elefante ou o sorvete amassou

Como os homens foram obrigados a falar freqüentemente das mesmas coisas em um mesmo discurso, e como era inoportuno repetir sempre os mesmos nomes, inventaram certas palavras para tomar o lugar desses nomes, que, por essa razão, são chamados pronomes. *Primeiro, eles reconheceram que era freqüentemente* inútil e de mau tom *se nomear a si mesmos; e assim introduziram o pronome da primeira pessoa, para colocá-lo no nome daquele que fala: ego, eu, etc.* [7]

Posição do sujeito

A posição do sujeito é apenas o efeito de uma regra que é, ao mesmo tempo, de polidez e de economia, regra esta inteiramente dependente do enunciado, onde se reabsorve logicamente.

Examinemos agora o deslocamento que se deu a partir da época clássica. Tomaremos como referência a filosofia do século XVIII, e a teoria da linguagem que lhe corresponde a fim de mostrar que elas constituem uma verdadeira "forma de transição" no deslocamento que estamos analisando. A distinção entre *propriedade essencial* e *propriedade contingente* não desaparece com a época clássica: Leibniz faz apelo a essa distinção, quando separa verdades de razão (ou verdades necessárias) e verdades de fato (ou verdades contingentes):

Há duas espécies de verdade, as de razão e as de fato. As verdades de razão são necessárias e seu oposto é impossível, e as de fato são contingentes e seu oposto é possível. Quando uma verdade é necessária, podemos encontrar sua razão pela análise, resolvendo-a em idéias e em verdades mais simples até chegar às mais primitivas. Mas a razão suficiente deve ser encontrada também nas verdades contingentes ou de fato, isto é, na seqüência de coisas espalhadas pelo universo das criaturas; onde a resolução em razões particulares poderia ir a um detalhe sem limites, por causa da variedade imensa das coisas da natureza e da divisão dos corpos ao infinito.

Há uma infinidade de figuras e de movimentos presentes e passados que entram na causa eficiente de minha escrita presente, e há uma infinidade de pequenas inclinações e disposições de minha alma, presentes e passadas, que entram na causa final. [8]

Comecemos por lembrar o que significa para Leibniz a resolução de uma verdade necessária em idéias ou verdades mais simples: trata-se, de fato, de esclarecer as *determinações* de uma idéia:

> *Em Leibniz [escreve Yvon Belaval], compreender significa analisar, e [...] uma vez que a idéia que Deus tem do triângulo se exprime em mim, é preciso que sejam contidas analiticamente nessa expressão* todas *as propriedades do triângulo e que, conhecidas ou desconhecidas, cognoscíveis ou incognoscíveis para nós, todas elas tenham seu efeito nessa expressão: e é por isso que a idéia se define pelo poder de "reencontrar", segundo a lição de* Menon, *as propriedades do triângulo, quando a ocasião lhe é dada.* [9]

Qual é, nessas condições, o estatuto das "verdades contingentes", que precisamente não podem ser remetidas a axiomas, encadeando, pelo cálculo, os definidos a suas definições, segundo a lei de substituição dos idênticos? Que relações as verdades não-redutíveis da religião, da moral, da diplomacia e da história mantêm com as verdades matemáticas, redutíveis a seus axiomas? Da perspectiva que adotamos aqui, é nesse ponto que reside o deslocamento que a filosofia do século XVIII introduz e que Leibniz realiza, a seu modo, a propósito dos conceitos do racionalismo clássico: formulado nos termos já introduzidos, poder-se-ia dizer que, em Leibniz, esse deslocamento consiste em *reduzir, do ponto de vista de Deus, todas as relações explicativas a relações determinativas*: a "razão suficiente" da qual, contrariamente à razão analítica, o homem não pode abraçar o

Leibniz reduz relações explicativas a determinativas

detalhe em seu pensamento, remete, assim, a esse supercálculo inacessível ao homem e que determina a secreta necessidade dos fatos contingentes. Expliquemo-nos por um exemplo reconstituído segundo Leibniz. Seja o enunciado:

> "Tarquínio Sexto, que quis ir a Roma, contribuiu (violando Lucrécia) para a queda da realeza".

A relativa incidente explica o papel histórico de Sexto pela sua decisão contingente de ir a Roma. Mesmo que ele não tivesse ido, ainda assim, a face do mundo teria mudado. Ora, esse fato contingente, "Sexto quis ir a Roma", que aparece como separado da "substância" mesma de Sexto, é tratado por Leibniz como uma *determinação*, por meio da ficção da infinidade dos mundos possíveis; eis, aliás, o que diz a deusa Pallas, fazendo os humanos visitar a pirâmide dos mundos possíveis:

> *Vocês podem imaginar uma seqüência regulada de Mundos que contenham, todos e cada um deles, o caso de que se trata e que façam variar suas circunstâncias e conseqüências. [...] Eu mostrarei onde poderá ser encontrado, não exatamente o mesmo Sexto que vocês viram (isto não é possível, ele sempre traz consigo o que ele será), mas os Sextos aproximativos que terão tudo o que vocês já conhecem do verdadeiro Sexto, mas não tudo o que já está nele, sem que a gente o perceba, nem conseqüentemente tudo o que ainda lhe acontecerá. Vocês encontrarão, em um mundo, um Sexto muito feliz e refinado, em um outro, um Sexto satisfeito com um estado medíocre; Sextos de toda espécie, e de uma infinidade de maneiras.* [10]

Se, pois, a decisão de Sexto de ir a Roma nos parece contingente, é porque nosso espírito é incapaz de discernir de *qual Sexto se trata*, isto é, de reconhecer todas as determinações que o caracterizam, opondo-o aos outros Sextos possíveis. Vamos

observar os efeitos gramaticais dessa ficção lógica: o nome próprio Sexto, enquanto tal, só pode permitir gramaticalmente uma relativa apositiva; o aparecimento de pronomes indefinidos (*aquele entre os Sextos que*, etc.) e de determinantes tais como *um* Sexto, *alguns* Sextos, *os outros* Sextos, etc., assim como o aparecimento da própria relação determinativa são produzidos pela ficção de uma série de personagens que levam o mesmo nome, que lhes é comum. Poder-se-ia dizer que nesse caso a gramática, de certa maneira, mascara a verdade e carrega os traços de nossa falta de discernimento, de nossa "cegueira". E, de fato, a teoria leibniziana da linguagem parte do princípio de que existiu realmente uma "língua adâmica" em que aparece claramente a ordem natural comum aos anjos, aos homens e a todas as inteligências em geral, mas da qual as línguas atuais só conservam um traço deformado, por correspondências parciais entre lógica e gramática. Um imenso esforço de decifração é, portanto, necessário para ascender até a origem perdida, e, nesse sentido, Leibniz pertence à mesma configuração teórica que os filósofos "empiristas" do século XVIII [11], para além da controvérsia que os opõe a propósito da origem das idéias (cf. *Nouveaux essais*), como poderia aliás testemunhar este texto de Maupertuis:

> *Uma vez que as línguas saíram desta primeira simplicidade e que não há mais no Mundo nenhum povo suficientemente selvagem para nos instruir na busca de uma verdade pura que cada geração obscureceu, e que, por outro lado, os primeiros momentos da minha existência não me poderiam servir nessa pesquisa [...], já que, digo, estou privado desses meios de me instruir, e que sou obrigado a receber uma infinidade de expressões estabelecidas, ou, no mínimo, a me servir delas, vamos procurar conhecer-lhes o sentido, a força e a extensão; ascendamos à origem das línguas, e vejamos por quais estágios elas foram formadas.* [12]

Essa questão da origem das línguas, que sabemos o quanto preocupou todo o filosófico e erudito século XVIII, vai nos re-

conduzir, de fato, progressivamente, ao *problema "moderno" da enunciação*: é, com efeito, nesse ponto que a infinita variedade das línguas e das idéias (variedade que contesta o edifício da razão clássica) vai encontrar sua origem única, por meio de uma antropologia sensualista e utilitária, cuja tese essencial é a de que nossas idéias vêm de nossos sentidos e de nossas necessidades. É, pois, necessário, para compreender a origem da linguagem, associada à faculdade de pensar, ascender a esse "estado de natureza", nova ficção empirista que – pode-se dizer – espelha a ficção racionalista leibniziana (sobre a relação nome próprio/nome comum). Eis uma das inumeráveis versões dessa ficção, sob a pena de Adam Smith:

> *Dois selvagens que, criados longe da sociedade dos outros homens, não tivessem nunca aprendido a falar, começariam naturalmente a formar uma língua, com a ajuda da qual eles poderiam dar a conhecer mutuamente suas necessidades, pronunciando certos sons, quando quisessem designar certos objetos. Atribuiriam, de início, um nome particular aos objetos que lhes fossem mais familiares, e dos quais tivessem mais freqüentemente necessidade de falar [cavernas, árvores, fontes...]. Quando esses dois selvagens fossem levados, pela experiência, a observar mais, e que fossem forçados a falar de outras cavernas, de outras árvores, de outras fontes, eles lhes dariam naturalmente os mesmos nomes pelos quais estivessem acostumados a designar os objetos semelhantes que tivessem conhecido antes. [...] Assim, cada uma das palavras que originalmente era o nome próprio de um objeto individual tornar-se-ia insensivelmente o nome comum de objetos semelhantes.* [13]

O começo da linguagem é, pois, a produção desses sons emitidos a propósito de objetos imediatos, e sob o império da necessidade; mas essa linguagem é ela mesma o prolongamento

natural daquilo que Condillac chama a *linguagem da ação*, isto é, "aquela que a natureza nos impõe em conseqüência da conformação que ela deu a nossos órgãos" [14]. Ora, a maneira pela qual Condillac concebe a combinação dos gestos da "linguagem da ação" e dos sons da linguagem articulada mostra, resumidamente, como o embrião de uma teoria da enunciação encontra desde então seu lugar:

> *É evidente que cada homem, ao dizer por exemplo* fruta comer, *poderia mostrar, pela linguagem da ação, se ele estava falando dele, ou daquele a quem estivesse dirigindo a palavra, ou de algum outro, e não é menos evidente que, então, seus gestos seriam o equivalente das palavras* eu, você, ele. *Esse homem teria, pois, idéias distintas daquilo que chamamos primeira, segunda e terceira pessoas; e aquele que compreendesse seu pensamento faria dessas pessoas as mesmas idéias que ele. Por que, então, não poderiam eles entrar em acordo, cedo ou tarde, um e outro, para exprimir essas idéias por meio de alguns sons articulados?* [15]

Voltaremos mais adiante às conseqüências desse deslocamento, pelo qual o sujeito, *subordinado* à verdade de seu discurso, na época clássica, se torna progressivamente a *fonte* desse discurso, enquanto um nó de necessidades, de temores e de desejos; resta-nos expor o último elo do desenvolvimento histórico que estamos examinando, a saber, a aparição das filosofias da subjetividade, com a "teoria do conhecimento" que lhe corresponde, assim como uma função nova da linguagem e da retórica, como veremos.

As filosofias dos séculos XIX e XX desenvolveram até seu limite máximo os conteúdos surgidos no que chamamos a "forma de transição" do século XVIII, tanto com respeito à "teoria do conhecimento" quanto à filosofia da linguagem e à lingüística que lhe corresponde: a nova forma conceptual resultante, dominada pela categoria da *subjetividade*, aparece na reelaboração

que Kant e seus sucessores fazem da oposição aristotélica contingente/necessário, através da questão da inerência do predicado ao sujeito (ou conceito) ao qual ele se aplica. Lembremos a distinção que Kant introduz entre juízos *analíticos* e juízos *sintéticos* nos seguintes termos:

> *Em todos os juízos em que se pensa a relação de um sujeito com um predicado [...], essa relação é possível de duas maneiras: ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) no conceito A, ou B está inteiramente fora do conceito A, ainda que esteja, na verdade, em conexão com ele. No primeiro caso, eu nomeio o juízo como* analítico*; no outro, como* sintético.[16]

Convém sublinhar que, para Kant, o juízo *analítico* consiste em tomar consciência de uma relação *necessária*, inscrita no próprio conceito (isto é, de uma verdade de natureza definicional ou redutível por cálculo a uma identidade), enquanto que, e aqui está o novo elemento decisivo, o juízo *sintético* é um *ato* do sujeito que coloca uma ligação entre o conceito e algo de exterior a ele. De onde a afirmação de Kant:

> "Os juízos de experiência, como tais, são todos sintéticos".[17]

Essa nova concepção da relação entre necessário e contingente, e a noção de *ato do sujeito* que a ela vem se juntar, ligando subjetividade e contingência, constituem a base comum do pensamento "moderno", no qual os laços entre a reflexão lógico-filosófica e as preocupações relativas à natureza da linguagem tornam-se cada vez mais estreitos, como o mostram os trabalhos, aliás tão divergentes, de Husserl, de um lado, e de Frege, de outro. Indiquemos, por uma breve citação deste último, como a categoria da subjetividade se introduz na problemática do necessário e do contingente:

Inclinar-nos-emos a distinguir entre as propriedades essenciais e inessenciais, e consideraremos como intemporal aquilo que, ao sofrer mudanças, tem apenas suas qualidades inessenciais afetadas. É inessencial a propriedade de pensamento que consiste no fato de ser captada por um ser pensante ou que resulta desse fato. [18]

Teremos a ocasião de voltar, mais adiante, à especificidade da obra de Frege, e ao anti-subjetivismo que nela se manifesta [19]. Contentar-nos-emos, em um primeiro momento, em observar a *aparente coincidência* dessa afirmação com as reflexões de Husserl, nas *Recherches logiques*, que nos conduzem, por assim dizer, ao cerne da questão, uma vez que Husserl explicita nessa obra sua relação com o que chamamos a "forma de transição" do leibnizianismo.

À distinção objetivo-ideal fundamental entre a lei e o fato corresponde indiscutivelmente uma distinção subjetiva na maneira pela qual nós os experimentamos. [...] As verdades da razão de Leibniz não são nada mais que as leis, e isso no sentido estrito e para verdades ideais que se baseiam puramente nos conceitos que nos são dados e dos quais tomamos conhecimento em generalidades puras, apoditicamente evidentes. As verdades de fato de Leibniz são verdades individuais, constituindo a esfera das proposições que, com preferência sobre as outras, enunciam uma existência, mesmo apresentando para nós a forma de proposições "gerais" como, por exemplo, "todos os meridionais têm sangue quente". [20]

Esse texto, que evidencia claramente a dependência da fenomenologia husserliana frente às teses de Port-Royal, indica simultaneamente a natureza do deslocamento histórico que se operou: à oposição clássica entre necessário e contingente se su-

perpõe, com efeito, sem destruí-la, a nova oposição característica do idealismo filosófico moderno, e que pode ser resumida pelo par objetivo/subjetivo. O melhor é relatar aqui as definições que o próprio Husserl fornece:

> *Definição 1 – "expressão objetiva" – Dizemos que uma expressão é objetiva quando sua significação depende ou pode depender simplesmente de sua realidade de fenômeno fônico e quando, conseqüentemente, ela pode ser compreendida sem que, necessariamente, se tenha que levar em consideração a pessoa que a exprime nem as circunstâncias nas quais ela se exprime [...]. Das expressões objetivas fazem parte, por exemplo, todas as expressões teóricas, por conseguinte as expressões com base nas quais se edificam os princípios e os teoremas, as demonstrações e as teorias das ciências "abstratas". As circunstâncias do discurso atual não têm a menor influência sobre o que significa uma expressão matemática, por exemplo.* [21]

> *Definição 2 – "expressão subjetiva" – Por outro lado, nomeamos como essencialmente subjetiva e ocasional ou, sem mais, essencialmente ocasional, toda expressão à qual pertence um grupo que apresenta uma unidade conceptual de significação possível, de tal maneira que seja essencial para essa expressão orientar, a cada vez, sua significação atual segundo a ocasião, segundo a pessoa que fala ou sua situação.* [22]

Aqui se manifesta o vínculo estreito de qual falávamos entre lógica, "teoria do conhecimento" e filosofia da linguagem, estando no centro dessa nova configuração a noção de enunciação [23]. Como não reconhecer nesse texto de Husserl o correspondente "filosófico" direto da oposição "lingüística" entre situação e propriedade, tal como ela se exprime, por exemplo, no uso do teste "estar-ndo" [24], aplicado aos enunciados para determinar se eles são ou não situacionais?

Pressupostos x submetidos fato da língua x fato da fala enunciado x enunciação

Veremos que esta correspondência não tem nada de casual, e que a reflexão filosófica de Husserl sobre as expressões subjetivas o leva a formular observações estranhamente próximas das dos lingüistas [25] quando elas abordam o problema das relações entre situação, enunciação e determinação.

Ao comentar o que definiu como expressão subjetiva, Husserl prossegue, com efeito:

> *Toda expressão que contenha um pronome pessoal já é desprovida de um sentido objetivo* [26]

e ele acrescenta mais adiante:

> *o que vale para os pronomes pessoais vale também, naturalmente, para as palavras demonstrativas* [27]

em seguida:

> *À esfera das expressões essencialmente ocasionais pertencem também as determinações seguintes, que se ligam ao sujeito: aqui, lá, em cima, embaixo; ou ainda: agora, ontem, amanhã, depois, etc.* [28]

Ele ainda acrescenta:

> *Este caráter essencialmente ocasional se transpõe naturalmente a todas as expressões de que essas representações ou representações análogas constituem partes, o que abarca todas as múltiplas formas do discurso nas quais aquele que fala exprime normalmente algo que diz respeito a ele mesmo ou que é pensado em relação a ele mesmo. O mesmo ocorre com todas as expressões de percepções, convicções, dúvidas, votos, esperanças, temores, ordens, etc. Também fazem parte dessas expressões todas as construções com artigo definido nas quais o artigo*

remete a uma coisa individual, determinada apenas por conceitos de classes ou de propriedades. Quando nós, os alemães, falamos do imperador, visamos naturalmente ao imperador alemão atual. Quando, à noite, pedimos a lâmpada, cada um de nós entende estar falando da sua.[29]

Enfim, Husserl dá outros exemplos de "expressões flutuantes" (essencialmente ocasionais), dizendo:

Ninguém compreende a proposição há pedaços de bolo *da mesma maneira que compreende a proposição matemática* há corpos regulares. *No primeiro caso, o que se visa não é que haja pedaços de bolo em geral e em absoluto, mas que aqui e agora – com o café – haja pedaços de bolo.* [30]

Husserl, como se sabe, coloca uma separação entre o "vivido psicológico" e a idealidade dos objetos lógico-matemáticos para evitar as armadilhas do "relativismo cético" nas ciências, e, sobretudo, nas matemáticas [31]. Estaria Husserl, no entanto, nas mesmas posições epistemológicas de Frege, de quem se conhece a intransigência platônica?

Da mesma forma que uma pessoa que sobe uma montanha não cria essa montanha por meio de sua excursão, o homem que julga não cria um pensamento por reconhecer sua verdade. [32]

Parece realmente que Frege se separa de Husserl a propósito de um ponto decisivo sobre o qual voltaremos, aliás, mais adiante: trata-se da *relação do sujeito com suas representações*. Sabe-se que Husserl exprime essa relação por termos como "unidade de consciência" ou "experiência da consciência", etc., fazendo da consciência o ponto zero, a "origem" das representações; Frege, ao contrário, insiste constantemente no fato de que, se as representações estão ligadas ao sujeito, isso ocorre na medida em que ele é seu *portador*, o que sugere que essas repre-

sentações não poderiam encontrar no sujeito uma origem qualquer:

> *O prado e as rãs, o sol que as ilumina estão aí, pouco importa que eu os olhe ou não; mas quando tenho uma impressão sensível do verde, ela só existe para mim, eu sou seu portador. Parecer-nos-ia incongruente que uma dor, um estado de alma, um desejo vagueiem no mundo independentemente de um portador. (...) O mundo interior supõe um indivíduo do qual ele seja o mundo interior.* [33]

Ora, entre a concepção husserliana da subjetividade como *fonte e princípio de unificação das representações* e a concepção fregeana do sujeito *portador de representações*, é bem claro que, historicamente, a primeira tem dominado constantemente e recoberto a segunda, de Kant até nossos dias, a tal ponto que o mito romântico da criação e do autor (o "eu" único que se exprime, etc.) aparece como o duplo literário da subjetividade filosófica: a subjetividade se torna ao mesmo tempo o excedente contingente que transborda o conceito e a condição indispensável da expressão desse conceito, como o indica, aliás, o texto de G. de Humboldt:

> *A idéia nua, desprovida de tudo que lhe advém da expressão, oferece, quando muito, uma instrução árida. As obras mais notáveis, se analisadas dessa maneira, dariam um resultado muito pouco satisfatório. É a maneira de dar e de apresentar as idéias, de excitar o espírito à meditação, de revolver a alma, de lhe fazer descobrir novos caminhos para o pensamento e o sentimento, que transmite não somente as doutrinas, mas a própria força intelectual que as produziu, de época em época, e até uma posteridade remota. Aquilo que a expressão, na arte de escrever (intimamente ligada à natureza da língua, na qual é exercida), empresta à idéia não pode ser desligado da expressão sem que a idéia seja sensivelmente alte-*

rada; o pensamento não é o mesmo senão na forma sob a qual ele foi concebido por seu autor. [34]

Podemos dizer que a operação asséptica que consiste em separar a "experiência vivida" e os conceitos teve como efeito indireto instituir a subjetividade como princípio de explicação daquilo que Husserl chama as "expressões ocasionais" não-objetivas; tudo se passa como se, nesse domínio, a regra segundo a qual:

[...] é verdadeiro para cada um aquilo que lhe parece verdadeiro; para um, será tal coisa, para outro, a coisa contrária, se essa coisa lhe parece verdadeira. [35]

retomasse toda sua validade e deixasse, assim, aberta a possibilidade de uma *retórica* na qual os próprios termos *situação, enunciação* e *determinação* reaparecessem com uma outra função, ligada à expressão do sujeito face a um outro sujeito: dizemos que se trata, na verdade, de uma *retórica,* mas não mais no sentido da clássica teoria das figuras, que supunha uma distância entre o pensamento e a expressão e uma dependência da expressão em relação ao pensamento: nesse sentido, a retórica desaparece, com efeito, no século XIX, mas para dar lugar a uma *arte da expressão* que, como o especifica G. de Humboldt no texto citado, está "intimamente ligada à língua na qual é exercida", o que é uma outra forma de afirmar que a língua se cria na expressão.

Não causa, pois, espanto constatar, nos confins dos estudos lingüísticos e literários, a ação de *teorias do sujeito-falante-em-situação* misturando expressões românticas à terminologia "moderna" da comunicação: o estudo de Maurice Dessaintes, *La construction par insertion incidente*, fornece um bom exemplo. Querendo caracterizar os fundamentos psicológicos da inserção (ou explicação) este autor escreve:

É a situação, o ambiente, o ato de comunicação que acarreta a interrupção momentânea de uma proposição ou de uma frase, isto é, de uma representação de conjunto. O conteúdo de tal ato é de ordem intelectual, faz apelo à inteligência. Mas os pólos, locutor e interlocutor, não são apenas um espírito emissor e um espírito receptor, são temperamentos, corpos, almas que vibram, *com intensidades e graus diversos, ao contato com a realidade comunicada.* [36]

Convém enfim acrescentar que essa teoria do sujeito-falante-em-situação, aplicada aos problemas das relativas incidentes (ou "explicativas"), leva M. Dessaintes a formulações que constituem como que a *contrapartida psicologista das posições husserlianas*, como se pode julgar pelas afirmações seguintes:

A inserção incidente desempenha um papel interessante na expressão da subjetividade [...]; tomamos o adjetivo "modal" no sentido de: que se liga à maneira (modus) como o sujeito falante e escritor apresenta o fato enunciado, ou à maneira como esse sujeito é afetado pelo que enuncia. Chamamos modalidade o conjunto de processos lingüísticos que possibilitam essa expressão subjetiva; a repercussão de um fato enunciado sobre aquele que o enuncia. [37]

A essa função expressiva da incidência se acrescenta sua função de reação à

[...] presença de um outro, ouvinte ou leitor, a ser convencido, a ser persuadido, a ser esclarecido. E é nessa perspectiva psicológica que é preciso interpretar as incidências que nós chamamos objetivas: é pela preocupação de esclarecer o outro e de prever suas objeções ou suas reações que o locutor é levado

a interromper a marcha discursiva de seu enunciado para nele inserir detalhes circunstanciais, objetivos em si, mas subjetivos com relação ao móvel que impele a introduzi-los nesse lugar insólito. [38]

O leitor que está a par das pesquisas contemporâneas desenvolvidas no domínio da Semântica alegará, sem dúvida, que o panorama histórico que acabamos de descrever é, ao menos, incompleto, senão inútil: não seria de fato necessário considerar que, com Saussure, depois com Harris e Chomsky, as relações entre Lógica e Lingüística se transformaram e os estudos semânticos se renovaram a tal ponto que a história dessa disciplina, a bem dizer, começou apenas há uma quinzena de anos? O artigo ao qual nos referimos no começo [39] expõe, no caso de F. de Saussure, as razões pelas quais parece, de fato, necessário recusar essa concepção: essas razões se prendem aos efeitos do corte introduzido por F. de Saussure em Lingüística, na medida em que esse corte determina paradoxalmente um reforço das ilusões substancialistas e subjetivistas no domínio da Semântica, sob a forma do par ideológico criatividade/sistema. Esse paradoxo é apenas aparente: " [...] Se a ruptura saussuriana foi suficiente para permitir a constituição da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe, ela não pôde, entretanto, evitar um retorno ao empirismo em Semântica. Ao contrário, parece que o desenvolvimento da Fonologia possibilitou esse desvio, tornando-a um *modelo* que permitiu reinterpretar, em um quadro formalista, concepções bastante tradicionais da Semântica". [40]

Em suma, um retorno ao empirismo renovado pelo formalismo. Não reexaminaremos aqui a inversão na relação entre *significação* e *valor*, determinada pelo papel que Saussure atribui à fala, com respeito à "criação analógica"; lembraremos simplesmente a conclusão à qual chegamos: Saussure deixou aberta uma porta pela qual se infiltraram o formalismo e o subjetivismo; essa porta aberta é a *concepção saussuriana de que a idéia só poderia ser, em todo seu alcance, subjetiva, individual.* De onde a oposição da subjetividade criadora da fala à objetividade sistemática da língua, oposição que tem as propriedades circulares de um par ideológico:

A criatividade supõe, como observamos, a existência de um sistema que ela possa fazer explodir, sistema este que não passa do efeito resultante de uma criatividade anterior. A noção de sistema, seja caracterizando uma classificação realista das propriedades objetivas da realidade, seja designando um princípio de visão, um recorte da realidade para um sujeito (psicológico, antropológico, histórico, estético, etc.), aparece, pois, na verdade, como o complemento indispensável da criatividade no interior do "campo da linguagem". [41]

Em suma, no par língua/fala, o termo "fala" reage sobre o termo "língua" sobrecarregando sua sistematicidade própria (fonológica, morfológica e sintática) com a suposta sistematicidade extralingüística do pensamento como reflexo ou visão da "realidade". O "sujeito da ciência" não está distante.

Essas observações podem, parece-nos, ser estendidas, nesse domínio, às pesquisas *semânticas* de Chomsky e sua escola, ainda que, como se sabe, a oposição entre competência e performance não recubra exatamente a oposição língua/fala: de fato, os pressupostos que acabamos de examinar são os mesmos, como, aliás, o manifesta a convergência atual da *semântica estrutural*, inspirada, principalmente na Europa, no estruturalismo saussuriano, com a *semântica gerativa*, que constitui o desenvolvimento mais recente do chomskysmo. O leitor poderá recorrer, por exemplo, aos *Essais de sémantique générale* de F. Kiefer (1974) para se convencer disso.

Poderíamos igualmente mostrar que o par criatividade/sistema continua a assombrar a reflexão do lingüista Z. Harris inclusive em seus trabalhos mais recentes, que apresentam, aliás, um grande interesse para a perspectiva lingüística na qual nos situamos [42]; remetemos aqui o leitor ao texto 'Les deux systèmes de grammaire: prédicat et paraphrase', publicado em francês na revista *Langages* por D. Leeman, no qual Harris, querendo caracterizar a diferença entre as "transformações incremenciais" (pelas quais, ao acrescentarmos algo a um enunciado, produzi-

mos um novo enunciado, que não lhe é equivalente) e as "transformações parafrásticas" (que reformulam um enunciado por meio de um outro enunciado equivalente), sugere que essa diferença "é, a grosso modo, comparável àquela entre as atividades diversas da vida e o aparelho institucional que as canaliza". [43]

Sem proceder a um exame detalhado desse ponto – que permitiria mostrar como os diferentes elementos históricos que identificamos se encontram re-incorporados, com acentuações e alternâncias, nas teorias semânticas atuais –, contentar-nos-emos em insistir sobre dois aspectos essenciais, que indicam que essas teorias se apóiam efetivamente sobre o antigo terreno, cujos componentes fundamentais examinamos (de Port-Royal à fenomenologia).

O primeiro ponto comum às semânticas estruturais e gerativas consiste na idéia de uma combinatória semântica suscetível de determinar, pelo cálculo, o(s) sentido(s) de um enunciado: o sistema dos *semantic markers* (no sentido de Katz e Fodor) é, em princípio, homogêneo ao sistema da língua e apresenta as mesmas características funcionais (destruição do sistema se retiramos um elemento, etc.) transpostas ao nível conceptual. Mas essa perspectiva cartesiano-leibniziana, segundo a qual o sujeito falante calcula espontaneamente, encontra seu próprio limite na existência do "contexto" e da "situação", que impedem o "fechamento do sistema" por constituir um *resto* cuja reabsorção é radicalmente impossível (de onde o recurso a traços semânticos contextuais, isto é, o reconhecimento da singularidade não-sistemática dos *distinguishers* oposto à sistematicidade dos *semantic markers*, etc.). O segundo ponto característico das teorias semânticas atuais nos é, por aí mesmo, designado, de algum modo, por dualidade: trata-se, com efeito, da teoria da enunciação [44] como *teoria desse resto* inerente à existência do "sujeito-falante" em situação; aí se detectam, entremeados, alguns elementos que incidem sobre a designação anafórica [45], outros sobre a designação indicial [46] (extralingüística), outros, enfim, referentes à posição do sujeito em relação à situação e/ou em relação ao enunciado produzido nessa situação (modalizações avaliativas, emotivas, etc.). Em outras palavras, designa-se por

enunciação, ao mesmo tempo, o fato do sujeito ser o suporte de seu enunciado *e* o conjunto dos efeitos subjetivos (conteúdos psicológicos variados) subjacentes a esse enunciado.

É suficiente para nosso propósito salientar que o círculo ideológico sistema/sujeito-falante constitui o invariante das diferentes formas que "a Semântica" toma hoje. Isso explica, com efeito, que a Lingüística atual conceba espontaneamente o campo da linguagem como distribuído sobre um eixo, cujos pólos seriam, respectivamente, o conjunto dos enunciados científicos, de um lado, e a conversação (ou linguagem cotidiana), de outro. Acrescentemos que a filosofia espontânea, que domina hoje as pesquisas em Lingüística, pressupõe que essa distribuição se efetua sobre um contínuo indo do sensível ao inteligível ou, se se prefere, das *situações* às *propriedades* (ou ainda da linguagem prática à linguagem teórica ou de formulação, para empregar as expressões do Círculo Lingüístico de Praga [47]).

Resumindo:

Um imenso trajeto, desde a filosofia de Aristóteles até a disciplina "científica" que leva hoje o nome de Semântica (passando pelos escritos de Port-Royal e pela fenomenologia), ao longo do qual se entrecruzam constantemente o fio da *analítica* (as regras do raciocínio demonstrativo que permitem aceder ao conhecimento) e o da *retórica* (a arte que permite convencer pela utilização do verossimilhante); um trajeto que, *em seu próprio desenvolvimento*, parece condenado a voltar indefinidamente sobre seus próprios passos ...

O que estaria determinando essa estranha circularidade que se efetua sob as aparências de um desenvolvimento? "A questão está colocada", como se diz. Tentemos respondê-la.

2. *Realismo metafísico e empirismo lógico: duas formas de exploração regressiva das ciências pelo idealismo*

Façamos uma primeira constatação: a posição filosófica segundo a qual o pensamento e a linguagem provêm primeiramente da experiência e depois da dedução não se limita aos efeitos espontâneos que ela produz na prática do lingüista: ela existe sob uma forma filosófica autônoma que traz por sua própria conta sua "solução ao problema" da relação entre "teoria do conhecimento" e "retórica". O continuísmo espontâneo da Lingüística em matéria de epistemologia se apóia, pois, sobre um continuísmo filosófico que vai do "dado" ao "deduzido", com o fato preciso de que se pode *bem ou mal apreender o dado*, e que se pode *bem ou mal deduzir*, o que fornece um meio de distinguir entre o que é ciência e o que não é, e de decidir, pelo exame de marcas internas, se um discurso é científico ou não.

Resta-nos, pois, para compreender os efeitos dessa filosofia espontânea [48] (e, como veremos mais adiante, para tentarmos nos prevenir contra ela), examinar o funcionamento de suas categorias em relação aos dois espaços que designamos até aqui com o nome de "teoria do conhecimento", de um lado, e de "retórica", de outro.

O problema teórico da relação entre os dois "espaços" considerados não foi abordado, *explicitamente* e por ele mesmo, pela filosofia clássica: mas podemos dizer, em função do estudo histórico que fizemos, que essa questão se encontra implicitamente levantada, tanto na perspectiva do realismo cartesiano quanto na do empirismo e do subjetivismo. Mais precisamente, parece que esses dois ramos do idealismo filosófico foram constantemente empregados para fornecer "soluções" que permitiram impor uma unidade a esses dois espaços heterogêneos, anulando a separação entre eles.

Como acabamos de ver, a solução do idealismo racionalista consiste, em seu princípio, em subordinar idealmente o contingente ao necessário, mesmo se essa subordinação toma formas historicamente diferentes:

– para a escola de Port-Royal trata-se, como dissemos, de reabsorver a discrepância entre o pensamento e a verdade, não mais "classificando os objetos possíveis em grandes tipos definidos anteriormente, mas multiplicando, tanto quanto possível, as formas e os níveis da representação de um objeto, de maneira a poder analisá-lo, esforçando-se em decompô-lo, combiná-lo, ordená-lo. Uma lógica das idéias, dos signos e dos juízos substitui uma lógica dos conceitos, das categorias e dos raciocínios"[49];

– o leibnizianismo leva adiante o desenvolvimento dessa "lógica das idéias" (não sem efetuar, em certos aspectos, um retorno paradoxal à escolástica e às teorias da "Escola") em uma teoria da representação que permite conceber a secreta necessidade do que nos aparece como contingente;

– o princípio de subordinação do contingente ao necessário toma, enfim, no elemento do idealismo moderno, a forma de uma subordinação do subjetivo ao objetivo:

> Idealmente *falando, toda expressão subjetiva, mantendo-se idêntica à intenção de significação que lhe cabe em um momento dado, pode ser substituída por expressões objetivas [...], tudo o que é pode ser*

conhecido "em si" e seu ser é um ser determinado quanto a seu conteúdo, um ser que se apóia sobre estas ou aquelas "verdades em si". [...] Ao ser em si, correspondem as verdades em si e a estas, por sua vez, correspondem enunciados fixos e unívocos. [50]

O resultado dessa subordinação é a possibilidade aparente de tratar todos os seres (incluindo-se os que pertencem ao domínio da moral, da religião, da política, etc.) como análogos a seres lógico-matemáticos e aplicar a seu respeito as mesmas operações.

Frege, aliás, dá a entender essa mesma unificação confusa, em que ciências, religião e moral têm "a mesma insígnia": comentando a necessidade de ousar fazer juízo "sobre os objetos do mundo exterior", ele escreve:

Haveria ciência que não fosse uma ciência histórica? Toda teoria do dever, toda ciência do direito não ficariam abaladas? O que restaria da religião? As ciências da natureza seriam taxadas de poesia, da mesma forma que a astrologia ou a alquimia. [51]

Consideremos os efeitos do que chamamos a subordinação do contingente ao necessário (e do subjetivo ao objetivo) em um domínio como o da "moral". Seja a frase:

"Os homens que fogem são covardes."

Vemos que as "dificuldades" suscitadas pela interpretação dessa frase incidem:

1. sobre a relação entre extensão e compreensão a propósito da noção de "homem que foge";

2. sobre a distinção entre propriedades essenciais e propriedades contingentes [52];

3. sobre a natureza do *vínculo* que une as propriedades "fugir" e "ser covarde".

Vemos também que nada permite resolver essas três "dificuldades"! A partir disso, compreendemos melhor por que estamos, como diz Husserl, "infinitamente distanciados" do ideal de uma *teoria universal das idéias*, no sentido que lhe dava a lógica de Port-Royal: isso se deve ao fato de que as diversas operações que se baseiam sobre a relação extensão/compreensão perdem seu sentido e sua validade quando tentamos aplicá-las fora do domínio das disciplinas científicas existentes em um momento histórico dado, de forma que a pretensão idealista de chegar a um universo de enunciados "fixos e unívocos" que recubram o conjunto da realidade não tem mais consistência que um sonho, uma satisfação imaginária calcada no modo do "como se" (fazer como se as operações designadas acima fossem definidas em qualquer parte [53]).

Isso naturalmente não impede que esse sonho tenha sido desenvolvido a propósito de certos seres particularmente destinados a realizar um desejo calcado no modo imaginário: a idéia de triângulo preenche, na filosofia clássica, a função de um protótipo a partir do qual se pode, analogicamente, ter acesso à *idéia de Deus* e ao *inventário das propriedades essenciais* dessa idéia. Espinosa parece ter sido o único a ter visto, em seu tempo, onde estava a malícia, ao escrever:

> *Creio que o triângulo, se fosse dotado de palavra, diria também que Deus é eminentemente triangular, e o círculo, que a natureza de Deus é eminentemente circular*. [54]

Tudo isso nos leva a uma nova constatação: parece, com efeito, que toda teoria universal das idéias, tal como é pressuposta no projeto de uma "semântica", é necessariamente neutra com respeito à oposição entre *ciência*, de um lado, e *ignorância, superstição ou mito*, de outro, precisamente porque ela funciona com base no modo do "como se", e assim se esboça o lugar da

segunda solução (de natureza *empirista*) anunciada há pouco. Ela constitui, na realidade, a contrapartida cínica e pragmático-céptica do sonho realista-metafísico que acabamos de descrever, na medida em que o empirismo inverte, pura e simplesmente, a relação de subordinação entre o espaço da "teoria do conhecimento" e o espaço da "retórica" em proveito desta última.

O empiriocriticismo – a filosofia espontânea dos físicos na época da "crise da Física" – ainda hoje não deixa de ter, como veremos, relação com a filosofia espontânea da Lingüística: aí encontramos da mesma forma "variantes, mesclas, combinações, às vezes extremamente engenhosas, de empirismo, de nominalismo, de pragmatismo e de criticismo, etc.; logo, de *idealismo*". Trata-se, na verdade, da mesma "constelação filosófica dos temas do *empirismo* inglês do século XVIII, dominado pelo *criticismo* kantiano [55] [...]": em suma, o empiriocriticismo está no trajeto que vai do empirismo radical (atualmente desconsiderado e quase insustentável como tal) ao empirismo lógico de hoje.

Em *Materialismo e empiriocriticismo* [56], Lênin expõe as "contribuições e conseqüências" filosóficas e, em definitivo, políticas dessa *reviravolta*, na qual a possibilidade de um conhecimento da realidade objetiva se desvanece com a própria realidade objetiva [57]. E ocorre, o que é particularmente importante aqui, que essa concepção se baseia em uma ligação entre o empirismo subjetivista e certas categorias da retórica (sobretudo, a da *convicção*), como o declaram, aliás, os próprios empiriocriticistas:

"A convicção subjetiva, e não a certeza objetiva, é o único fim acessível a toda ciência", escreve o Dr. Hans Kleinpeter, fervoroso discípulo de Mach.

Essa posição de princípio se explica e se desenvolve por meio de afirmações que Lênin refere:

> *[...] toda minha experiência (exterior e interior), todo meu pensamento e todas as minhas aspirações me são dados sob a forma de um processo psíquico, como parte de minha consciência* [58]

E [...] o que chamamos, o físico é feito de elementos psíquicos. [59]

As ciências se tornam assim "instrumentos cômodos" [60], "modos de falar" pragmática e retoricamente eficazes [61], não sendo essa eficácia senão o reflexo da eficácia dedutiva e classificatória do que podemos, então, chamar a *retórica lógico-matemática*. A "ciência" se reduziria, pois, enquanto tal, aos procedimentos do raciocínio lógico e se confundiria, assim, com o sistema de operações (eventualmente muito complexas e logicamente muito abstratas) que pode ser aplicado a qualquer catálogo de fatos, objetos ou acontecimentos. Em outros termos, a "ciência" é concebida como um conjunto de procedimentos administrativos eficazes, como o afirma, aliás, Karl Pearson, discípulo inglês de Mach, cujo mérito de clareza Lênin reconhece sem rodeios:

> *Do mesmo modo que o espaço, o tempo é um dos modos [literalmente – comenta Lênin – um dos planos, 'plans'] pelos quais essa grande máquina de classificar, a faculdade cognitiva humana, põe em ordem ('arranges') o seu material.* [62]

Note-se que essa concepção do espírito humano como "grande máquina de classificar" é a reinscrição regressiva, no elemento da filosofia idealista moderna, do mito empirista do século XVIII, ligado, em seu tempo, à luta ideológica antimetafísica: o texto de Adam Smith citado anteriormente (pp. 49-50) se prolonga por uma definição daquilo

> *que as escolas chamam gêneros ou espécies*

como sendo

> *[...] unicamente uma grande quantidade de objetos com um certo grau de semelhança uns com os outros e que, por isso, recebem um único nome, que pode igualmente exprimir cada um deles.* [63]

Parece, assim, que, mais uma vez, mas sob uma forma inversa da do sonho teológico metafísico da ciência universal própria à época clássica, se apaga toda distinção entre o que é ciência e o que não é, na medida em que todo catálogo pode ser objeto de um procedimento administrativo lógico, contanto que esse procedimento apresente algum "interesse", ao menos a título de jogo. Essa posição empirista-behaviorista, hoje a pedra-de-toque de muitas das "ciências sociais", pôde encontrar sua expressão no próprio interior da polêmica na qual se opuseram, historicamente, diferentes concepções da lógica: as teses construtivistas e antiplatônicas de Wittgenstein – sendo o cálculo, para ele, "uma técnica antroponômica baseada no consenso" [64] – são um exemplo dessa posição. A necessidade lógica se torna, assim, uma simples conseqüência da decisão que *nós* [65] tomamos ao considerar um enunciado como inatacável; a coerção da "ciência" se identifica a uma coerção social. [66]

A luta "antimetafísica" empreendida pelo empirismo lógico e a "filosofia analítica" encobre, assim, um ataque contra o materialismo, ele próprio identificado a uma metafísica (a religião da "Santa Matéria", segundo o empiriocriticista Basarov [67]): se a verdade de um enunciado para um sujeito não fosse efetivamente nada mais que a classe dos instantes durante os quais esse sujeito adere a ela, isso significaria que os "elementos do mundo" não passariam de puras representações, o que quer dizer, como é explicado muito lucidamente por Frege, que, nesse caso, "[...] a Psicologia conteria nela todas as ciências, ao menos teria jurisdição suprema sobre todas as ciências." [68]

O único defeito da lucidez de Frege, o limite de seu materialismo, por assim dizer, é que, como já assinalamos, ao criticar as teses subjetivistas, ele apela às ciências e às "instituições" (direito, religião, moral, etc.) confundindo-as:

> *O júri seria uma instituição idiota, se não se admitisse que cada um dos jurados pode compreender a questão colocada no mesmo sentido do de seu vizinho.* [69]

Voltaremos a esse ponto. Nos desenvolvimentos que vão se seguir, as pesquisas de Frege serão mais de uma vez aproveitadas: ao usar esta ou aquela de suas formulações, teremos interesse em não esquecer nunca a existência desse "ponto cego" de Frege, aquilo a que chamamos o limite de seu materialismo.

Acabamos de atingir aqui, *nos subterrâneos da "filosofia da linguagem"* enquanto filosofia espontânea da Lingüística, *o núcleo filosófico do idealismo* que, sob sua dupla forma, se opõe contraditoriamente à posição filosófica do materialismo marcada pelo reconhecimento das disciplinas científicas existentes.

Podemos resumir nossa investigação pela seguinte constatação: *as teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das idéias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal e, a priori, de noções, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos*.

Esses dois tipos de teoria podem ser qualificados de *ideológicos*, na medida em que *exploram* a existência das disciplinas científicas, *mascarando* essa existência, de forma que a distinção entre ciência e não-ciência seja encoberta.

Destacamos, de passagem, que essas duas formas ideológicas, em aparência contraditórias, se articulam, na realidade, uma sobre a outra por uma secreta necessidade: ver, a título de exemplo, o destino histórico de Husserl que o conduziu "como pela mão" do platonismo das *Recherches logiques* (1913) (cf. p. 53) ao pragmatismo céptico da *Krisis der europëischen Wissenschaften und die transzedentale Phänomenologie* (1936) em que se descobre que "pela matematização geométrica, talhamos para o mundo vital [...] uma vestimenta de idéias bem ajustada" [70].

Esse último ponto ilumina, com nova luz, a *estranha circularidade* que constatamos mais acima (cf. p. 63).

Um equívoco permanece: se as teorias em questão "esquecem" a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, não é em razão de um infeliz acaso da história. Para falar de maneira antropomórfica (e inadequada, no caso) seria antes preciso dizer que tais teorias são "feitas para isso", ou seja, para efetuar o acobertamento dos conhecimentos científicos disponíveis em um momento histórico dado. Corrijamos o antropomorfismo da formulação: ao dizer isso, não estamos querendo sugerir que essa existência fictícia de conhecimentos no imaginário, calcada no modo do "como se", seja objeto de uma vontade deliberada. De preferência, é preciso observar nesse fato o efeito material da "necessidade cega" (Engels) sobre um estado histórico de ignorância, especificamente determinado pelo estado de desenvolvimento das ciências (da natureza e da história): essa ignorância é muito diferente de um vazio inicial do pensamento, ela é, ao contrário, o "pleno" ideológico pelo qual o impensado é dissimulado pelo pensado no próprio pensamento. Ora, a descoberta fundamental do marxismo-leninismo consiste precisamente em reconhecer que o efeito dessa necessidade não se limita à "natureza" e a suas leis, mas engloba as próprias condições nas quais o "homem" como parte da natureza entra em relação com elas, isto é, as *forças produtivas* e as *relações de produção* que determinam a história das "sociedades humanas", com a luta de classes que lhe corresponde – e as forças materiais colocadas, assim, em jogo – desde o início dessa história.

O ideológico, enquanto "representação" imaginária, está, por essa razão, necessariamente subordinado às forças materiais "que dirigem os homens" (as ideologias práticas, segundo a terminologia de Althusser), reinscrevendo-se nelas:

> *Em Engels [escreve Lênin], toda a prática humana viva irrompe na própria teoria do conhecimento, fornecendo um critério* objectivo *da verdade: enquanto não conhecemos uma lei da natureza, ela, existindo e actuando à margem, fora do nosso conhecimento, faz de nós escravos da 'necessidade cega'.*

ga'. Depois de tomarmos conhecimento desta lei, que actua (como Marx repetiu milhares de vezes) independentemente *da nossa vontade e da nossa consciência, tornamo-nos senhores da natureza.* [71]

A extensão do materialismo à história, o aparecimento de uma ciência da história que permite começar a "dominar a história" baseiam-se na mesma necessidade: o objeto real (tanto no domínio das ciências da natureza como no da história) *existe independentemente do fato de que ele seja conhecido ou não*, isto é, independentemente da produção ou não-produção do objeto de *conhecimento* que lhe "corresponde".

Podemos, então, enunciar as teses fundamentais do materialismo e comentá-las no domínio que nos interessa:

a) o mundo "exterior" material existe (objeto real, concreto-real);

b) o conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas (objeto de conhecimento, concreto de pensamento, conceito);

c) o conhecimento objetivo é independente do sujeito.

Indiquemos, inicialmente, que essas teses não são independentes umas das outras. Assim, a tese (a) e a tese (b) são indissociáveis e mesmo, literalmente, indiscerníveis. "A 'crença' na objectividade da ciência é o mesmo que a 'crença' na existência objectiva dos objectos exteriores" [72], eis o materialismo, escreve Lênin. Da mesma forma, a tese (b) é idêntica à tese (c), o que fica claro na questão abaixo à qual Lênin responde positivamente:

Existe uma verdade objectiva, isto é, pode haver nas representações humanas um conteúdo que não depende do sujeito, que não depende nem do homem nem da humanidade? [73]

O caráter materialista dessas teses reside, pois, ao mesmo tempo, em seu *conteúdo* e em sua *unidade*, na *ordem em que es-*

sas teses entram em relação. Assim, por exemplo, suponhamos que se "esqueça" a tese (c) e que se inverta a relação entre as teses (a) e (b), fazendo do mundo exterior o simples correlato do conhecimento científico: cai-se imediatamente no idealismo. Essa interdependência entre as três teses é expressa por Frege em uma fórmula, ao mesmo tempo, ambígua e espantosamente límpida:

> *Se o homem não pudesse pensar nem tomar por objeto de seu pensamento algo de que ele não é o portador, ele teria um mundo interior mas nenhum mundo em torno dele*.[74]

Fórmula ambígua, já que a tese (a) da existência do mundo exterior pode aparecer como *subordinada* à tese (c) da independência do conhecimento em relação ao sujeito e desembocar no idealismo platônico; fórmula de uma espantosa limpidez materialista, se a compreendemos: se o homem pode pensar e tomar por objeto de seu pensamento algo de que ele não é portador, é exatamente porque o mundo exterior existe.

O principal ganho materialista da fórmula de Frege consiste em explicitar o conteúdo da tese (c), que incide sobre a independência do conhecimento objetivo em relação ao sujeito. Ao dizer que o sujeito não é o portador do objeto de seu pensamento, Frege designa, sem nomeá-lo, o "processo sem sujeito", insuportável para toda filosofia idealista, de Avenarius a Sartre, Lênin cita, para criticá-la, a seguinte frase de Avenarius:

> *Podemos, naturalmente, conceber um local nunca pisado por pé humano, mas para poder* conceber *[destaque de Avenarius] semelhante meio, para isso é necessário aquilo que designamos por* Eu *(*Ich-Bezeichnetes*), de que [destaque de Avenarius] esse pensamento é pensamento*.[75]

A crítica que Frege dirige ao Husserl da *Philosophie der Arithmetik I* vai, nesse ponto, na mesma direção da crítica leni-

nista ao empiriocriticismo: ela consiste em *denunciar a confusão entre representação e conceito*, confusão essa que tende a estabelecer "que tudo é representação" [76] :

> *Assim [escreve Frege a propósito das teses husserlianas], apaga-se a diferença entre conceito e representação, entre pensar e imaginar. Joga-se tudo no subjetivo. E como se embaçam as fronteiras entre o subjetivo e o objetivo, o subjetivo toma a aparência do objetivo.* [77]

"O subjetivo toma a aparência do objetivo": na terminologia utilizada até aqui, o subjetivo *simula* o objetivo; a representação funciona *como se* fosse um conceito e, simultaneamente, o conceito é reduzido ao estado de pura representação. Voltaremos a isso... O importante aqui é compreender que essa simulação é, ela própria, inteiramente determinada pela "necessidade cega" de que fala Engels: os dois funcionamentos, o da *noção* (efeito necessário do real no imaginário, imagem que se impõe espontaneamente, "concreto-figurado") e o do *conceito* (efeito necessário do real no que Frege chama o "pensamento") são, um e outro, os efeitos da *mesma necessidade*, distribuídos segundo as condições históricas nas quais eles se realizam (o estado histórico, isto é, a natureza das relações de classes com os interesses que aí se encontram em jogo, *e* o estado de desenvolvimento desta ou daquela disciplina científica).

Para resumir, diremos que o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis, que chamaremos daqui para frente processo científico-conceptual) em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente* a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior (de onde resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamados, doravante, processo nocional-ideológico). Em outros termos, a proposição materialista "a matéria é independente do espírito" não poderia ser convertida em "o espírito é independente da matéria" sem abalar as próprias bases do materialismo.

Enfatizemos, uma vez mais, que a distinção entre processo científico-conceptual e processo ideológico-nocional não é uma oposição metafísica, que estabelece uma "Muralha da China" entre duas "regiões" eternamente fixas, onde cada uma teria suas leis e sua necessidade próprias. Mais adiante, teremos a ocasião de precisar esse ponto; contudo, indicamos desde já que, se "o conhecimento nasce da ignorância" (Lênin), é exatamente porque, em cada momento histórico dado, as formas ideológicas *não se equivalem*, e efeito simulação-recalque que elas engendram *não é homogêneo*: as formas que a "relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" toma não são homogêneas precisamente porque tais "condições reais de existência" são "distribuídas" pelas relações de produção econômicas, com os diferentes tipos de contradições políticas e ideológicas resultantes dessas relações. Em um momento histórico dado, as "formas ideológicas" em presença cumprem, de maneira necessariamente desigual, seu papel dialético de *matéria-prima* e de *obstáculo* com relação à produção dos conhecimentos, à prática pedagógica e à própria prática política do proletariado.

Paremos por aqui. Acabamos de encontrar, pela primeira vez, a categoria filosófica *processo sem sujeito*, que constitui o "fio vermelho" deste estudo. Reencontraremos essa categoria, após um desvio bastante longo e inevitavelmente "especializado", pelo qual, munidos das teses materialistas que acabamos de enunciar, caminharemos da *evidência (lógico-lingüística) do sujeito* – inerente à filosofia da linguagem enquanto filosofia espontânea da Lingüística – até o que permite pensar a "*forma-sujeito*" (e, especificamente, o "sujeito do discurso") como um efeito determinado do processo sem sujeito.

E reencontraremos, ao mesmo tempo, os dois problemas – o da produção dos conhecimentos e o da prática política do proletariado – que estamos deixando, por ora, "em suspenso".

NOTAS

[1] Chomsky, *La linguistique cartésienne*, Paris, Editions du Seuil, 1969, pp. 65-66. N. dos T.: Há tradução em português: *Lingüística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*; trad. de Francico M. Guimarães. Petrópolis, Vozes, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo , 1972, p. 48. (A tradução acima é nossa.)

[2] A. Arnauld & Lancelot, *Grammaire générale et raisonnée* (1960), prefácio de M. Foucault, Paris, Paulet, 1969, p. 157.

[3] Ibid., p. 108.

[4] Ibid., p. 49.

[5] Ibid., p. 50.

[6] Ibid., P. XIII.

[7] Ibid., p. 43-4. "Importuno", "inútil e de mau gosto". Os grifos são nossos.

[8] Leibniz, *Nouveaux essais sur l'entendement humain* (1703), Paris, PUF, 1961. N. dos T.: há tradução para o português, cf. bibliografia.

[9] Y. Belaval, *Leibniz critique de Descartes*, Paris, N.R.R., 1960, p. 151.

[10] Leibniz, *Théodicée*, § 414.

[11] Pela introdução da problemática dos "mundos possíveis", Leibniz descentra o mundo das verdades eternas da época clássica. Ele introduz assim um *princípio de variação* que é o correspondente racionalista do princípio empírico da "tábua rasa", segundo o qual não há verdade *a priori*.

[12] Maupertuis, 'Réflexions philosophiques sur l'origine des langues et la signification des mots' (1748), *Varia Linguistica*, Paris, Ducros, 1970, p. 31.

[13] A. Smith, 'Considérations sur l'origine et la formation des langues' (1759), *Varia Linguistica*, op. cit., pp. 307-8.

[14] E. Condillac, 'Cours d'étude. II. Grammaire' (1775), *Varia Linguistica*, op. cit., p. 197.

[15] Ibid., p. 204-5.

[16] E. Kant, *Critique de la raison pure* (1781), Paris, PUF, 1944, p. 37. Lembremos, no entanto, que Kant concebe a existência de "juízos sintéticos *a priori*" (ligados às formas transcendentais da intuição do espaço e do tempo), o que a escola do empirismo lógico recusará, ao identificar o analítico com a dedução e o sintético com a constatação. N. dos T.: há tradução da obra citada para o português, cf. bibliografia.

[17] Ibid., p. 38.

[18] Frege, *Ecrits logiques et philosophiques* (1879-1925), Paris, Le Seuil, 1971, p. 194.

19 Ao fazer a resenha de *Philosophie der arithmetik* de Husserl, Frege conclui nesses termos: "Supondo que um geógrafo leia um tratado de oceanografia no qual a constituição dos oceanos seja explicada de maneira psicológica, ele ficaria sem dúvida com a impressão de que o autor saiu do assunto de maneira bem estranha. É exatamente essa impressão que eu tive diante dessa obra. Certamente o mar tem uma realidade afetiva que o número não tem, mas isto não priva o número de objetividade, e aí é que está o ponto importante." (Ibid., p. 158).

20 Husserl, *Recherches logiques*, Paris, PUF, T. I, p. 147-8.

21 Ibid., T. II (1), p. 95-6.

22 Ibid.

23 Encontra-se um exemplo dessa relação entre teoria do conhecimento e filosofia da linguagem em um artigo de O. Ducrot, 'Presupposés et Sous-Entendus', *Langue Française*, nº 4, 1969, sob a forma de uma tentativa de definição contrastada dos pressupostos e dos subentendidos: Ducrot opõe a *língua* (concebida como um "instrumento") e a *fala* (concebida como a utilização desse instrumento), sendo que os pressupostos derivam da primeira e os subentendidos da segunda. A leitura deste artigo permite levantar as seguintes oposições:

Subentendido	Pressuposto
– fato de *fala* (ou de discurso)	– fato de *língua*
– enunciação	– *enunciado*
– a ser tratado em um componente *retórico*	– a ser tratado em um componente *lingüístico*
– ligado à *situação*	– sempre *verdadeiro*
– raciocínio dos *sujeitos falantes*	– *arbritário*
– posterior (ao mesmo tempo em uma produção efetiva e ao nível do modelo)	– *anterior*

24 (a) o cobrador passa ⟶ o cobrador está passando; (b) as três alturas de um triângulo se cortam em um mesmo ponto ⟶ as três alturas de um triângulo estão se cortanto em um mesmo ponto.

O segundo exemplo é de Husserl, que o comenta da seguinte maneira: "Cada vez que eu, ou quem quer que seja, pronuncio com o mesmo sentido esse mesmo enunciado, há um novo juízo. Os atos de juízo são diferentes segundo o caso, mas o que eles julgam, o que diz o enunciado, é sempre a mesma coisa". (Husserl, *Recherches logiques*, op. cit., T. II (1), p. 52.)

25 Esta oposição objetivo/subjetivo se encontra, explicitamente formulada, nos trabalhos de certos lingüistas. Por exemplo, K. Heger ('Les bases méthodologiques de l'onamasiologie et du classement des concepts', Tralili, 1965, III, 1) estabelece uma classificação de conceitos com base em uma oposição entre conceitos dêiticos, que exprimem "o ponto de vista subjetivo do locutor", e conceitos definitórios, que exprimem "diferenças objetivas entre acontecimentos".

O primeiro tipo de conceito se detectaria, segundo Heger, por meio de pontos fixos ligados ao sujeito enunciador (o "eu-aqui-agora"), enquanto que o segundo tipo seria designado por "categorias formais". Este último ponto se torna, aliás, bem menos claro quando se sabe que Heger classifica entre os conceitos dêiticos os fenô-

menos de tempo e de aspecto (marcados gramaticalmente, em russo, por oposições morfológicas), e entre os conceitos definitórios os fenômenos ditos de modo de ação, ou ainda da ordem do processo (oposições lexicográficas), o que, além da posição filosófica que uma tal iniciativa pressupõe, traduz uma incompreensão muito grande da relação entre léxico e gramática.

Essas observações são emprestadas a C. Fuchs, *Contribution à la construction d'une grammaire de reconnaissance du français*, tese de 3º ciclo, Universidade de Paris VII, 1970, no prelo. Aí encontraremos análises mais desenvolvidas desta questão, em particular à p. 50 e seguintes.

26 Husserl, *Recherches logiques*, op. cit., T. II (1), p. 96.

27 Ibid., p. 98.

28 Ibid., p. 99.

29 Husserl, *Recherches logiques*, op. cit., T. II, p. 100.

30 Ibid., p. 102.

31 Ver a esse respeito a crítica husserliana do princípio da "economia do pensado" caro a Mach e Avenarius (Husserl, *Recherches logiques*, op. cit., T. I, p. 220-4).

32 Frege, *Ecrits logiques* ..., op. cit., p. 181.

33 Ibid., p. 181.

34 Humboldt, *De l'origine des formes grammaticales* (1827), Paris, Ducros, 1969, p. 117.

35 Husserl, *Recherches logiques*, T. I, p. 124.

36 M. Dessaintes, *La Construction par insertion incidente (étude grammaticale et stylistique)*, Paris, d'Artey, 1960, p. 152.

37 Ibid., p. 59.

38 Ibid., p. 5.

39 C. Haroche, P. Henry, M. Pêcheux, 'La Sémantique et la Coupure saussurienne ...', art. cit.

40 Ibid., p. 91.

41 Ibid.

42 Ver a esse respeito, aqui mesmo, o anexo II.

43 Z. Harris, 'Les deux systèmes de la grammaire: prédicat et paraphrase', *Langages*, 1973, nº 29, p. 68.

44 *Enunciação:* ato pelo qual enunciados, frases, seqüências, etc., se realizam, assumidos por um locutor particular, em circunstâncias espaciais e temporais precisas. A presença de elementos lingüísticos como *eu, tu, aqui, agora* ... no enunciado manifesta o vínculo entre enunciado e enunciação (cf. O. Ducrot e T. Todorov, *Dicionário das Ciências da Linguagem*, op. cit., p. 379 e ss.).

45 *Anáfora*: "Diz-se que um segmento de discurso é anafórico quando se torna necessário, para lhe darmos uma interpretação (...), reportarmo-nos a um outro seg-

mento do mesmo discurso". (Ibid., p. 337). Comparados ao exemplo trivial: "Eu vi *Pedro*. *Ele* me disse que ...", outros casos são muito mais complexos.

46 *Designação indicial* : fala-se de designação indicial sempre que a compreensão do enunciado necessita de "informações" sobre a "situação", por exemplo exige saber quem são "eu" e "tu", e a que coisa se refere "isso", na frase: "Eu vou te mostrar isso".

47 "Duas direções de gravitação: uma em que a linguagem é 'de situação', ou seja, conta com elementos extralingüísticos de complemento (linguagem prática), outra em que a linguagem visa a constituir um todo tão fechado quanto possível, com tendência a torna-se completa e precisa, a usar palavras-termos e frases-juízos (linguagem teórica ou de formulação)." (Ibid., p. 382).

48 Sobre a expressão "filosofia espontânea" ver o texto de Althusser recentemente publicado sob o título de *Philosophie et philosophie spontanée des savants* (P.S.S.): "Por P.S.S. entendemos não o conjunto de idéias que os sábios têm sobre o mundo (isto é, sua "concepção de mundo"), mas apenas as idéias que eles têm na cabeça (conscientes ou não) relativas à sua prática científica e à ciência." (Paris, Maspero, 1974, p. 99-100).

49 Foucault, prefácio à *Grammaire générale* ..., op. cit., p. XVIII.

50 Husserl, *Recherches logiques*, op. cit., T. II (1), p. 105. E. Husserl acrescenta imediatamente após: "Mas estamos infinitamente longe desse ideal."

51 Frege, *Ecrits logiques* ..., op. cit., p. 190.

52 Essas "dificuldades" aparecem claramente em uma análise de Husserl emprestada ao mesmo domínio de exemplos:

"Quando dizemos: 'Um guerreiro deve ser valente', isto não quer dizer que nós, ou quem quer que seja, o desejemos ou o queiramos, o ordenemos ou o exijamos. Poderíamos, antes, distinguir aí a opinião de que em geral, isto é, no que concerne a cada guerreiro, um desejo ou uma exigência dessa natureza são justificados; se bem que isto não seja também muito exato, pois não é, entretanto, absolutamente necessário que uma tal apreciação de um desejo ou de uma exigência encontre aqui realmente um lugar: 'Um guerreiro deve ser valente', isto quer dizer: Não há senão o guerreiro valente que é um "bom" guerreiro' [...]. "(Husserl, *Recherchès logiques*, op. cit., T. I, p. 42).

Em outras palavras, a subordinação do subjetivo ao objetivo implica que um "juízo de valor" se baseie necessariamente em um "'juízo de realidade" aparentemente desprovido de normatividade. A questão (evidentemente exterior à lógica) que a observação de Husserl levanta é, em definitivo, a de saber se "só um guerreiro valente é [verdadeiramente] um guerreiro", isto é, se a valentia é uma *propriedade essecial* da idéia de guerreiro.

53 Lewis Carroll mostrou com humor o que se passa quando se pressupõe essa universalidade de funcionamentos, quaisquer que sejam os termos colocados em jogo.

Seja, com efeito, este silogismo logicamente irrepreensível, citado por J. B. Grize (*Logique moderne*, Paris, Gauthier-Villars, p. 63):

"Todo homem prudente evita as hienas
Ora, nenhum banqueiro é imprudente
Logo, nenhum banqueiro deixa jamais de evitar as hienas".

O efeito cômico vem do fato de que a propriedade "ser prudente" não é fixa e unívoca no sentido de uma propriedade lógico-matemática, salvo em relação a uma teoria que estude de maneira abstrata o comportamento humano em geral, face ao risco em geral. A "teoria dos jogos", que não conhece nem camponeses nem banqueiros, constitui, em aparência, um exemplo de estudo dessa natureza.

54 Spinoza, carta a Hugo Boxel, *Oeuvres complétes*, N.R.F., "Pléiade", p. 1302.

55 L. Althusser, *Philosophie et P. P. S.*, op. cit., p. 74.

56 *Oeuvres complétes*, Moscou, Editions du Progrès, t. XIV.

57 Lembremos que o estudo recente de D. Lecourt, *Une crise et son enjeu*, op. cit., examina com paciência e lucidez diversos aspectos da empresa "empiriocriticista", bem como a maneira pela qual Lênin interveio nessa questão.

58 Citado por Lênin, *Matérialisme* ..., op. cit., p. 18. N. dos T.: há tradução para o português, cf. bibliografia.

59 Citado por Lênin, *Matérialisme* ..., op. cit., p. 229. N. dos T.: há tradução para o português, cf. bibliografia.

60 Essa teoria, segundo a qual as leis da natureza são convenções que o homem cria para sua comodidade, foi desenvolvida na França, em particular, por H. Poincaré, no mesmo contexto filosófico que o empiriocriticismo. Sublinhemos a esse respeto que Lênin distingue o "grande físico" (espontaneamente materialista na sua prática científica) e o "magro filósofo" portador do idealismo de seu tempo. A mesma observação valeria, aliás, para o próprio E. Mach.

61 Para K. Pearson, 'A realidade da ciência é simbólica' (*La grammaire de la science*, 1892, citado por D. Lecourt, *Une crise et son enjeu*, op. cit.).

62 Citado por Lênin, *Matérialisme* ..., op. cit., p. 189 (p. 139 da edição em português).

63 A. Smith, 'Considérations sur l'origine et la formation das langues', art. cit., p. 310.

64 Bouveresse, *La Parole malheureuse*, Paris, Ed. de Minuit, 1971, p. 146.

65 Observemos, do ponto de vista lingüístico, a reaparição de um "shifter" que tem por função dar suporte ao poder persuarsivo ilimitado do orador universal sobre si mesmo, enquanto auditório universal.

66 Marcuse fornece um exemplo atual das conseqüências políticas que podem se desenvolver com base nesse oportunismo cético.

67 Cf. Lênin, *Matérialisme* ..., op. cit., p. 20 (p. 18 da edição em português).

68 Frege, *Ecrits logiques* ..., op. cit., p. 191.

69 Ibid., p. 200-1.

70 É a Jean Cavaillès que se deve atribuir o imenso mérito de ter posto claramente em evidência a ligação necessária entre o que pode aparecer superficialmente como dois "momentos" contraditórios da filosofia de Husserl (J. Cavaillès, *Sur la logique et la théorie de la science*, Paris, PUF, 1960).

71 Lênin, *Matérialisme* ..., op. cit., p. 196-7.

72 Ibid., p. 304.

73 Ibid., p. 125.

74 Frege, *Ecrits logiques* ..., op. cit., p. 189.

75 Citado por Lênin, *Matérialisme* ..., op. cit., p. 78.

76 Frege, *Ecrits logiques* ..., op. cit., p. 145.

77 Ibid.

II
DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM À TEORIA DO DISCURSO

1. Língua e ideologia

O leitor pensará talvez: "Independentemente de existir ou não ciência, independentemente de existir ou não filosofias, idealistas ou materialistas, os homens falam, as línguas existem, seu estudo objetivo (científico) é possível, e, aliás, parcialmente realizado hoje em dia" – declaração pela qual o leitor atesta, de maneira implícita, o caráter espontaneamente materialista da Lingüística como prática científica *nos limites de seu domínio*, o que significa reconhecer, como dizíamos no começo deste trabalho, que a Lingüística *é solicitada constantemente para fora de seu domínio*, acerca de um certo número de pontos sobre os quais, acreditamos, é impossível que ela não tenha "sua contribuição a dar" (sobretudo a Semântica, a Lógica e a Retórica). Gostaríamos de mostrar, apoiando-nos em tudo o que precede, que a Lingüística não pode evitar o problema com um simples "eu não sou o que vocês estão pensando!", isto é, reforçando as defesas de suas fronteiras. Se as solicitações em direção à Lingüística incidem inevitavelmente sobre as questões que acabamos de levantar, isso não se dá, absolutamente, por acaso: "a língua sempre vai onde o dente dói", diz Lênin, para expressar que o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que

há "alguma coisa por trás", confirmando a não-resolução da questão.

Em outras palavras, se a Lingüística é solicitada a respeito destes ou daqueles pontos exteriores a seu domínio, é porque, no próprio interior de seu domínio (em sua prática específica), ela encontra, de um certo modo, essas questões, sob a forma de questões que lhe dizem respeito ("você não me procuraria se já não tivesse me encontrado"). A Lingüística não seria afetada por exigências em direção à "Semântica" se ela já não tivesse se encontrado, de algum modo, com essas questões... no seu interior.

Poderíamos, mesmo, adiantar que, se a Lingüística se constituiu como ciência (primeiro, sob a forma da Fonologia, depois, sob a forma da Morfologia e da Sintaxe), foi, precisamente, no interior de um constante debate sobre a questão do sentido, sobre a melhor forma de *banir de suas fronteiras a questão do sentido*. [1]

As "questões de Semântica" com que se depara hoje a Lingüística constituem, assim, o que se poderia chamar um retorno das origens de uma ciência (retorno daquilo de que ela teve que se separar para se tornar o que é) nessa mesma ciência. E sabemos agora que a modalidade pela qual as origens da Lingüística estão presentes hoje nela é, precisamente, a "Filosofia da Linguagem" (com suas variantes realistas ou empiristas de fundo idealista), que examinamos na primeira parte deste trabalho.

Esse ressurgimento se manifesta na própria prática lingüística, sob diferentes formas, que não cabe analisar em detalhe, mas das quais se pode dizer que se trata essencialmente ou de *denegações da origem* ("a Lingüística atual não tem, graças a Deus, mais nada que temer das filosofias da linguagem, idealistas ou não"), ou de *repetições da origem* (a Lingüística atual encontra justamente o que lhe falta na *Lógica de Port-Royal*, ou no empirismo lógico, ou numa combinação de ambos").

"*Olha aí!*", pensarão alguns. "Tudo o que foi dito até agora foi só para chegar nisso: agora tentarão nos persuadir de que a

filosofia materialista (marxista-leninista) contém 'justamente o que é preciso' à Lingüística para resolver seus problemas. Uma vez mais, trata-se de chamar a Lingüística para fora de seu domínio, de explorá-la em proveito de uma filosofia, e o fato de que ela seja materialista não vai mudar nada. Em nome do materialismo, vão-se impor proibições à Lingüística, classificar os enunciados em 'científicos' ou em 'ideológicos' e refazer as línguas a partir da oposição entre noção e conceito. Realmente, uma grande solução!..."

Convém responder sem ambigüidade a tais apreensões, na medida em que constituem (teórica e politicamente) o núcleo de importantes problemas. Para começar, diremos que o que se coloca na objeção precedente é uma concepção idealista projetada sobre a filosofia materialista, e que não deixa de ter efeitos desastrosos, tanto em Lingüística como em outros domínios. O pseudo-marxista Nicolas Marr, que era também um pseudo-lingüista, quase levou os pesquisadores soviéticos a uma espécie de "caso Lyssenko" lingüístico: ele havia tentado *reconstruir as línguas*, que ele identificava às superestruturas ideológicas, de modo que a gramática se tornava o pivô de uma "luta de classes". [2]

O idealismo dessa concepção reside, ao mesmo tempo, num erro filosófico e político (a idéia de que a filosofia materialista pode fornecer – ou impor – a uma ciência seus resultados; de certo modo, fazer o trabalho que cabe a essa ciência), e num erro teórico (considerar que a língua pertence à superestrutura ideológica de uma formação social). Nesse duplo sentido, pode-se dizer que era o idealismo, e não o materialismo, que "estava explorando" a Lingüística, simulando – recalcando – essa mesma ciência.

Quanto à idéia de que se poderia distinguir, *por critérios lingüísticos*, entre os "enunciados científicos" e os que não o são, acreditamos ter mostrado, com suficiente clareza, na primeira parte, que se tratava pura e simplesmente de um fantasma teórico próprio ao neopositivismo. [3]

Como devemos, então, conceber a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência lingüística? Tentaremos mos-

trar que, longe de fornecer resultados, essa intervenção consiste, sobretudo, em *abrir campos de questões*, em dar trabalho à Lingüística em seu próprio domínio e sobre seus próprios "objetos", por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais. Desse modo, as questões que aparecem têm muito a ver com a Lingüística e, simultaneamente, incidem sobre a articulação da Lingüística com a teoria científica de processos espontaneamente representados-deformados, tornados, propriamente irreconhecíveis pela filosofia idealista, em geral, e pela "filosofia da linguagem", em particular.

Especifiquemos, agora, a natureza dessa articulação.

Durante a leitura da primeira parte deste trabalho, o lingüista deve ter reconhecido gradativamente, e sob uma forma que não lhe era necessariamente familiar, a alusão a fenômenos lingüísticos bem conhecidos por ele, pertencentes ao domínio da Lingüística Geral como teoria dos sistemas lingüísticos.

Enumeremos as pistas que remetem a fenômenos lingüísticos:

– por um lado, a oposição entre *explicação* e *determinação*, à qual o lingüista deve ter relacionado um certo número de propriedades morfológicas e sintáticas, propriedades essas ligadas ao funcionamento das relativas e das completivas, à adjetivação, à nominalização, etc.;

– por outro lado, a oposição entre *situação* e *propriedade*, à qual o lingüista deve ter, igualmente, relacionado certas características morfossintáticas do sistema verbal, do sistema dos determinantes (artigos, demonstrativos, etc.) e dos *shifters*.

Digamos, para sermos breves, que esses mecanismos pertencem ao *sistema lingüístico* ou, se se preferir, que têm a ver com o funcionamento da língua com relação a si mesma.

O que a leitura da primeira parte poderá talvez ter acrescentado ao lingüista (a menos que ele tenha simplesmente confirmado alguns de seus pressentimentos) é que esses mecanismos lingüísticos constituíam também o pano de fundo de uma refle-

xão "filosófica", cujos desenvolvimentos ele pôde acompanhar através das questões da referência, da determinação e da enunciação. Dizemos que esses dois elementos (a um só tempo, fenômenos lingüísticos e lugares de questões filosóficas) pertencem à região de articulação da Lingüística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos, que, por sua vez, é parte da ciência das formações sociais: o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que, como mostramos mais acima, os processos ideológicos simulam os processos científicos. Vamos nos deter um pouco na distinção língua/discurso, para explicitar sua significação.

Ao opor *base lingüística e processo discursivo*, inicialmente estamos pretendendo destacar que, como foi apontado recentemente por P. Henry [4], todo sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística. [5]

É, pois, *sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos*, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria "acidentalmente" os sistemas lingüísticos.

Decorre daí que a oposição concreto/abstrato não poderia se superpor à oposição discurso/língua: *a discursividade não é a fala* (parole), isto é, uma maneira individual "concreta" de habitar a "abstração" da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão *processo discursivo* visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula; a fórmula pela qual E. Balibar resume a tese de Stalin sobre a relação lín-

gua/luta de classes é, portanto, justa, desde que se compreenda bem que os termos "*indiferença*", "*não-indiferença*" e "*utilização*" remetem a práticas de classe, e não às condutas subjetivas que eles evocam espontaneamente:

> *O fato de que a língua, escreve E. Balibar, seja 'indiferente' à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam 'indiferentes' à língua. Ao contrário, elas a* utilizam, *de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política.* [6]

Com base na terminologia empregada acima, diremos que a "indiferença" da língua em relação à luta de classes caracteriza a *autonomia relativa do sistema lingüístico* e que, *dissimetricamente*, o fato de que as classes não sejam "indiferentes" à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*. Voltaremos a esse ponto fundamental. Por enquanto, retenhamos que "a língua não é uma superestrutura" e que ela não se divide segundo as estruturas das classes em "línguas de classes", com suas próprias "gramáticas de classes". Dito isso, observaremos que a "solução" proposta por Stalin – a língua está a *serviço da sociedade concebida como um todo* – necessita de um exame crítico, o que Balibar tinha começado a fazer por meio da discussão do termo "sociedade", tal como Stalin o empregava: na verdade, a tese stalinista segundo a qual a língua seria "língua do povo todo, única para a sociedade e comum a todos os membros da sociedade" [7] serve muito bem para corrigir o erro "esquerdista" de N. Marr, mas, ao mesmo tempo, pode levar a um outro erro "direitista", de natureza *sociologista*. Para sermos breves, diremos que esse erro é autorizado pela definição dada por Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, da língua como "meio de comunicação entre os homens". Pierre Raymond [8] chamou recentemente a atenção para o fato de que esse "meio" ou esse "instrumento" não é "instrumento técnico ou científico" e que essa "comunicação" não é a *a priori* identificável às comunicações materiais

fornecidas por diversos meios estudados em outros domínios", o que leva a pensar que a expressão "instrumento de comunicação" deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse "instrumento" permite, ao mesmo tempo, a comunicação *e a não-comunicação*, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, *em primeira instância*, da *comunicação* de um sentido [9]. Por sua vez, como vimos dizendo desde o começo deste trabalho, R. Balibar e seus colegas chegam a essa mesma questão, pelo viés da *língua comum de caráter nacional*, ao destacar seu vínculo com a escolarização, bem como ao destacar a diferenciação das práticas ideológicas (escolares, no caso) que se efetua na unidade da escola e na unidade da língua comum – uma de suas "matérias" –, uma vez que "a forma unitária é o meio essencial da divisão e da contradição". [10]

Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os "processos discursivos", na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes. A expressão "codificação dos intercâmbios lingüísticos", utilizada por Balibar e Macherey, parece-nos, nessas condições, inadequada (ambigüidade do jogo entre código jurídico e "código" lingüístico) para caracterizar a relação, historicamente determinada em sua evolução, entre a autonomia relativa do sistema lingüístico e o conjunto contraditório dos processos discursivos: para dizer a verdade, tal expressão, tomada isoladamente, parece-nos constituir ou um lapso, ou uma regressão teórica à época filosófica de *A Ideologia Alemã* e ao antropologismo que pode ser lido retrospectivamente nessa obra, a partir do texto do *Capital*.

Por todas as razões expostas na primeira parte, tomamos como ponto de referência a relação explicação/determinação, a fim de estudar a base comum sobre a qual os processos nocionais-ideológicos, por um lado, e os processos conceptuais-científicos, por outro, se constituem como processos discursivos. Esse ponto lógico-lingüístico vai nos conduzir progressivamente – tendo por fio a questão da natureza material do sentido – até os

fundamentos de uma *teoria materialista do discurso*. O desenvolvimento que se segue será, pois, marcado por uma *desigualdade* (que afeta necessariamente o trabalho conceptual num domínio pouco explorado) assentada na *coexistência de elementos científicos locais*, cuja definição e funcionamento conceptuais permanecem, sob muitos aspectos, em estado ainda embrionário, *e de categorias filosóficas materialistas* que servem de guia nesta exploração.

2. *Determinação, formação do nome e encaixe*

Consideremos o exemplo proposto por Frege em seu artigo 'Sens et Dénotation': "Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria". [11]

Vejamos, para começar, uma longa citação de Frege, que comentaremos em seguida:

> *Se a subordinada tivesse por sentido um pensamento, deveria ser possível exprimi-lo por meio de uma proposição independente. O que é impossível, pois o sujeito gramatical "aquele que" não tem um sentido independente; ele garante a ligação com a proposição que se segue: "morreu na miséria". Decorre daí que o sentido da subordinada não é um pensamento completo, que sua denotação é Kepler, e não um valor de verdade. Poder-se-ia objetar que o sentido do todo inclui como parte um pensamento, a saber, o de que existiu alguém que pela primeira vez descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias. De fato, se se aceita como verdadeira a proposição*

em seu todo, não se pode negar essa parte. Isso é indubitável, mas apenas porque, em caso contrário, a subordinada "que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias" não teria denotação alguma. Quando se faz uma afirmação, pressupõe-se sempre que os nomes próprios empregados, sejam eles simples ou compostos, têm uma denotação. Portanto, quando se afirma "Kepler morreu na miséria", pressupõe-se que o nome "Kepler" esteja designando alguma coisa. Mas o pensamento de que o nome "Kepler" esteja designando um indivíduo não está, porém, contido no sentido da proposição "Kepler morreu na miséria". Se fosse esse o caso, a negação dessa proposição não seria:

"Kepler não morreu na miséria",

mas sim

"Kepler não morreu na miséria ou o nome 'Kepler' não denota nada".

Mais do que isso, a pressuposição de que o nome "Kepler" designa alguma coisa vale tanto para a afirmação:

"Kepler morreu na miséria"

quanto para a afirmação oposta.

Esse texto requer algumas observações.

Inicialmente podemos constatar que Frege utiliza, para sua análise, não somente termos tomados ao vocabulário da *Lógica*, mas também expressões pertencentes à *Lingüística* de sua época, tais como, "proposição independente", "subordinada", "sujeito gramatical". Sem discutir aqui a maneira pela qual se poderia, tendo em conta alguns progressos da ciência lingüística, atualizar, desse ponto de vista, o trabalho de Frege, contentar-nos-emos em ver nele o indício de que, para Frege, o funcionamento da língua tem "alguma coisa a ver" com o funcionamento do que ele chama aqui de *o pensamento*: o que ele *acredita* estar discernindo é que o funcionamento da língua (no caso, a relação entre independente e subordinada relativa) induz no "pensa-

mento" uma *ilusão* (posição de existência) que vamos examinar logo mais. Por não ser lingüista de profissão, ele não coloca evidentemente a questão de saber se o funcionamento lingüístico que ele examina em seu exemplo está ou não *lingüisticamente* ligado a outros funcionamentos lingüísticos, ele não busca saber se se trata de um *efeito lingüístico sistemático* ou de um caso particular: ele resolve a questão como lógico, pois declara, algumas linhas após a passagem que acabamos de citar: "A ilusão provém de uma imperfeição da linguagem, da qual o simbolismo da análise matemática não está totalmente livre". [12]

Desse modo, Frege sugere que, se é possível aparecerem ilusões na linguagem, é *porque* a linguagem "natural" é mal feita e contém armadilhas e ambigüidades que podem desaparecer numa língua artificial "bem feita". Não se pode negar que a Lógica, como teoria das línguas artificiais, tenha, de fato, se desenvolvido tomando como matéria-prima a linguagem "natural", mas é preciso acrescentar, de imediato, que esse trabalho sempre teve exclusivamente por fim liberar *as matemáticas* dos efeitos da linguagem "natural" (de modo que a Lógica tem se tornado progressivamente uma parte do domínio das matemáticas), mas nunca pretendeu liberar a própria linguagem "natural" de suas "ilusões" *em geral*. Caso contrário, a Lógica conteria nela todas as ciências – para retomar uma afirmação do próprio Frege com respeito à Psicologia. [13]

Quisemos fazer esse esclarecimento prévio para nos prevenirmos contra a concepção logicista segundo a qual as oposições ideológicas (e, sob certos aspectos, políticas) resultariam, "na realidade", de imperfeições da linguagem, o que significa reduzi-las a qüiproquós, a "problemas sem pé nem cabeça" dos quais todo o mundo poderia escapar se se desse a um tal trabalho. Sempre o "ponto cego" fregeano... Procuraremos mostrar que não se trata disso, partindo do próprio exemplo de Frege e da "ilusão" que ele aí detecta.

No exemplo apresentado, Frege distingue, como vimos, dois elementos: a designação de algo, de um lado, e uma afirmação sobre esse "algo", de outro. Esse "algo" que é designado

na frase é, na verdade, "alguém", a saber, "aquele que descobriu [etc.]", ou seja, Kepler. Por sua vez, a afirmação diz respeito às condições econômicas nas quais o tal Kepler acabou sua existência; em outras palavras, uma realidade que não tem lá muito a ver com a descoberta das leis do movimento dos planetas... *exceto, obviamente*, em uma perspectiva religiosa ou moral no interior da qual a miséria é a contraparte do gênio, é o castigo ao conhecimento, entendido este último como transgressão (observaremos, de passagem, que neste caso a transformada "explicativa" do exemplo de Frege: "Kepler, que descobriu [etc.], morreu na miséria" ganharia sentido).

Mas Frege não tem, evidentemente, nenhuma intenção de aludir à existência de *qualquer relação de sentido* entre as duas partes da frase considerada. Seu interesse se restringe à *relação formal* existente entre a "proposição em seu todo" (o "pensamento") e a subordinada que nela se inscreve como objeto de pensamento. A "ilusão" a que ele se refere é a ilusão por meio da qual esse objeto de pensamento induz necessariamente, no pensamento, *a existência de alguém, não de um modo geral, mas como sujeito absolutamente único*: Johannes Kepler, o astrônomo alemão nascido em 1571 e morto em 1630 (como se pode, aliás, observar, Frege, para evitar a eventualidade – logicamente trágica – na qual dois astrônomos tivessem descoberto independentemente a forma elíptica das órbitas planetárias, toma o cuidado de precisar: "*o primeiro* a descobrir [etc.]"). Nessas condições, é preciso dizer que a necessidade dessa "ilusão", pela qual um objeto de pensamento pressupõe a existência de um objeto real que ele designa, provém de uma "imperfeição da linguagem", de um fastidioso hábito que, em última instância, requereria – como diz Frege – que "quando se faz uma afirmação, pressupõe-se sempre que os nomes próprios empregados, sejam eles simples ou compostos, têm uma denotação". [14]

Deveríamos, então, declarar como absurda e desprovida de qualquer sentido uma frase como: "aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu", na qual o discurso do ateísmo militante nega, na "proposição em seu todo", a existência da-

quele mesmo que ele pressupõe como existente na subordinada ? [15] Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há *separação, distância ou discrepância* na frase entre o *que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase*?

Foi isso que levou P. Henry a propor o termo "*pré-construído*" para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempe independente, em oposição ao que é "construído" pelo enunciado [16]. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático.

Nessa perspectiva, a "ilusão" de que fala Frege não é o puro e simples efeito de um fenômeno sintático que constitui uma "imperfeição da linguagem": o fenômeno sintático da relativa determinativa é, ao contrário, a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois "domínios de pensamento", de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos "pré-construído", isto é, *como se esse elemento já se encontrasse aí.* Especifiquemos que, ao falar de "domínios de pensamento", não estamos querendo designar *conteúdos de pensamento fora da linguagem*, que se encontrariam na linguagem com outros conteúdos de pensamento: na verdade, todo "conteúdo de pensamento" existe na linguagem, sob a forma do *discursivo*.

Voltaremos mais adiante a esse problema; destaquemos, por enquanto, que, ao abordar a questão do pré-construído, chegamos a *um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a Lingüística.*

Há, ainda, um ponto a examinar, relativo à questão do *nome próprio*: esse ponto, cujo exame nos permitirá prosseguir na elaboração do que estamos entendendo por "pré-construído", consiste no fato de que nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, pela excelente razão de que o nome próprio (sob a forma parafrástica: "aquele que [etc.]") é resultante, precisamente, da operação de determinação "levada ao extremo". É certo que não nos furtamos à possibilidade de formar expressões

como "o Jesus Cristo dos cristãos" (em oposição ao "Jesus Cristo de Renan", por exemplo) ou "o de Gaulle da Resistência" (em oposição ao "de Gaulle da 5ª República"); inclusive mencionamos, na primeira parte, o uso que Leibniz havia feito dessa possibilidade para opor uma infinidade de destinos possíveis ao destino real de Tarquínio Sexto. Contudo, a denotação de tais expressões levanta um problema, ao qual voltaremos posteriormente (cf. p. 169). Deixando de lado essa questão, permanece o problema de que se nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, devem necessariamente existir *termos que não sejam nomes próprios*, a partir dos quais, precisamente, os nomes próprios, ou antes, as expressões parafrásticas que lhes correspondem, possam ser construídos por determinação. Consideremos, a propósito, disciplinas como a Astronomia, a Geografia ou a História, tal como Frege (e, em geral, os lógicos que abordam a questão do nome próprio) as enfoca e as utiliza com predileção. Poder-se-ia dizer que essas disciplinas desempenham, respectivamente, o papel de um registro dos Corpos Celestes, de um catálogo dos Pontos Salientes na superfície da Terra, e de uma lista dos Grandes Homens e dos Acontecimentos que existiram sobre ela até o presente: a característica dessas "ciências descritivas" é a de fornecer uma espécie de Estado Civil do Universo, tratando a "realidade" como o conjunto das "coisas", sendo cada uma designada por seu *nome próprio*, como *Kepler, Berlim, Vênus*, para retomar os exemplos de Frege. Ora, e eis o ponto decisivo, essa designação pelo nome próprio implica, correlativamente, a possibilidade de designar "a mesma coisa" por uma perífrase, tal como "aquele que descobriu [etc.]", "a cidade que é a capital da Alemanha", "o segundo dos planetas que gravitam ao redor do Sol"; o que significa dizer que aos nomes próprios "simples" correspondem *necessariamente* nomes próprios "compostos", não lexicalizados, mas sim construídos por diversos funcionamentos sintáticos, que podem ir de "o N que VN" (onde N representa um "nome comum" como *homem, cidade, planeta*, etc.) até "aquele que VN" ou "o que VN", em que todo *apoio lexical* inicial desaparece.

Compreende-se, então, como o demonstrativo (isto/aquele [17]) pode aparecer ao mesmo tempo como o primeiro nome próprio e como o "instrumento" universal de construção de nomes próprios. Assim, Kepler será:

– aquele homem, de quem estou falando (aquele de quem estou falando);

– aquele homem, que me disse, ou de quem me disseram, que se chamava Kepler (aquele que me disse, ou de quem me disseram ...);

– aquele homem, que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias (aquele que descobriu ...).

A propósito, fica explicada, ao mesmo tempo, a predileção dos lógicos pelos domínios da Astronomia, da Geografia e da História: tal predileção advém do fato de que esses domínios exibem, com uma particular "evidência", o mecanismo da "identificação do objeto", que, simultaneamente é uma identificação perceptiva (eu vejo *esta coisa*, que vejo = eu vejo o que vejo) e uma identificação inteligível (sabe-se que esta coisa é o X que..., que corresponde a "sabe-se o que se sabe" [18]). Essa dupla tautologia – eu vejo o que vejo/sabe-se o que se sabe – é, poderíamos dizer, o fundamento aparente da indentificação da "coisa" e também do sujeito que a vê, que fala dela ou que pensa nela – o real como conjunto das coisas e o sujeito, único no seu nome próprio: essa "evidência", tomada ao pé da letra, é repetida no mito empirista da construção da língua a partir do que Russell chamou os "particulares egocêntricos" (*eu, isto, agora*, por exemplo em "*eu vejo isto agora*"), operando-se a construção pela combinação de *o que eu vi* com *o que eu vejo*, que a generalização constitui. [19]

Voltaremos, mais adiante, às características fundamentais da *cena* (cf. pp. 126-7 e 154), na qual o sujeito "vê o que vê a partir de seus olhos" e "sabe o que tem que pensar disso". No momento, basta-nos enfatizar que a identificação do sujeito, sua capacidade para dizer "eu, Fulano de Tal", é aqui fornecida como uma evidência primordial: é "evidente" que somente *eu* po-

deria dizer "*eu*" ao falar de *mim mesmo*. Mas o que essa evidência, simultânea à identificação da coisa, estaria ocultando? Não será Russell que nos ensinará isso, quando ele fala de um certo Smith, dizendo que "uma convenção arbitrária faz com que, em cada caso, cada homem tenha um determinado nome".[20]

Aliás, para endossar que aceita a evidência de que estamos tratando, Russel acrescenta: "O nome de um homem, do ponto de vista jurídico, pode ser um nome qualquer, desde que esse homem declare publicamente que deseja ser chamado por esse nome "[21], o que, *precisamente do ponto de vista jurídico* é um absurdo total, qualquer que seja o tipo de direito ao qual decidamos nos referir. Na verdade, o nome próprio (sobrenome) é identificado administrativamente, por referência à filiação (legítima ou natural); e seu caráter propriamente *inalienável* faz com que toda mudança de nome seja assunto de discurso legal. Acabamos de detectar um ponto central, caracterizado, por enquanto, por uma "evidência" suspeita. Veremos, mais adiante (cf. p. 155 e s.) de que se trata.

Concluiremos esta primeira aproximação do problema do *pré-construído* destacando, como uma sua característica essencial, a separação fundamental entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*, com a pré-existência deste último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito. É o que Frege exprime ao dizer que "um nome de objeto, um nome próprio, não pode absolutamente ser usado como um predicado gramatical". [22]

Em seguida, veremos que essa separação é, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, o motor do processo pelo qual *se pensa o objeto de pensamento*, isto é, o processo pelo qual o pensamento funciona segundo a modalidade do *conceito*: veremos, a esse respeito, como a unicidade de existência do objeto (designada pelo nome próprio e baseada na identificação do sujeito consigo mesmo) desaparece no "nome comum", que é a forma gramatical do conceito, fato caracterizado por Frege como se segue:

"Na sentença 'a Estrela Matutina é Vênus', temos dois nomes próprios: 'Estrela Matutina' e 'Vênus', para o mesmo objeto. Na sentença 'a Estrela Matutina é um planeta', temos um nome próprio: 'a Estrela Matutina', e um termo conceitual: 'um planeta'. Lingüisticamente, nada mais ocorreu do que 'Vênus' ter sido substituído por 'um planeta'; mas, conteudisticamente, a relação tornou-se completamente distinta". [23]

3. Articulação de enunciados, implicação de propriedades, efeito de sustentação

Ao se perguntar, em seu artigo "Função e Conceito", sobre o que convém entender por *objeto*, Frege escreve: "Considero impossível uma definição regular, já que temos aqui algo que, por sua simplicidade, não admite uma decomposição lógica. Só é possível indicar o que se quer dizer. Aqui só se pode dizer sucintamente: um objeto é tudo que não é uma função, de modo que uma expressão dele não contém lugar vazio" [24] . Tudo ocorre como se houvesse, segundo Frege, um funcionamento em dualidade, correspondendo à tabela abaixo:

objeto (denotação)	pensamento (sentido)
nome próprio ↓ objeto	predicado, função ↓ conceito
"saturação" (nenhum "lugar vazio")	"não-saturação" (lugar vazio)

na qual as duas setas verticais expressam, respectivamente, que a denotação de um nome próprio é um objeto determinado, e que a denotação de um predicado é um conceito. Por sua vez, a maneira pela qual se estabelecem as relações entre as duas partes da tabela é regulada pela afirmação fregeana segundo a qual se deve considerar os *objetos como valores de função*, isto é, como resultado da saturação de uma função por um argumento que venha ocupar o "lugar vazio" dessa função.

Isso evidentemente nos faz voltar ao problema – já abordado no parágrafo precedente – da *formação dos nomes*, mas de uma outra perspectiva, a partir da qual se poderia dizer que o *pensamento* (no sentido que Frege dá a esse termo) *se apodera do objeto*: de fato, a formação do nome é considerada, dessa vez, como "modo de apresentação (*donation*) do objeto", o que permite a Frege escrever: " '2^4' e '4.4' têm a mesma referência, isto é, são nomes próprios do mesmo número, mas não têm o mesmo sentido. Daí terem '$2^4 = 4^2$' e '$4.4 = 4^2$', na verdade, a mesma referência, mas (...) neste caso não contêm o mesmo pensamento" [25]. Já comentamos o anti-subjetivismo de Frege, o qual sempre lhe evitou a confusão entre "modo de apresentação (*donation*) do objeto" e "criação do objeto". Voltaremos a isso ao tratarmos do problema da *ficção* (cf. p. 210-1). Por enquanto, será suficiente analisar as conseqüências do que acabamos de introduzir em relação à questão do *nome próprio*, colocando a questão das formas gramaticais pelas quais se realizam a saturação e a não-saturação: já constatamos que o nome próprio (Kepler, Berlim, Vênus...) funcionava, sob certos aspectos, da mesma forma que o demonstrativo (isto, aquele), na medida em que, nos dois casos, a *unicidade do objeto identificado* era a condição comum de seu bom funcionamento. Consideremos, agora, as formas "*o que..., aquele que...,*", que já apareceram (cf. acima p. 100, por exemplo, a propósito da designação de Kepler:

Aquele = Kepler = aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias

Percebe-se facilmente que, por oposição aos dois fenômenos gramaticais considerados acima (Kepler/aquele), *essa construção não garante, em si mesma, a unicidade do objeto identificado*, mas sim, pelo contrário, que essa unicidade pode ser afetada por variações sintáticas e/ou lexicais e que seu grau de atribuição pode variar até o ponto de se extinguir: cf., por exemplo, no caso de "aquele que descobrirá...", "aquele que descobriria...", etc. Além do mais, basta substituir o termo "descobrir" por "admitir" ou "reconhecer" para que a unicidade desapareça completamente: na verdade, a frase que começa por "aquele que admite a forma elíptica das órbitas planetárias" é pouco verossímil enquanto procedimento de designação; ela aparece muito mais facilmente como o começo de um raciocínio ou de uma polêmica, do gênero "aquele que admite a forma elíptica das órbitas planetárias *deve também admitir que...*" ou "*não leva em conta o que...*", etc. Em outros termos, o próprio da estrutura sintática aquele que.../o que... é autorizar, em certas condições lexicais e gramaticais (modos, tempos, artigos, etc.), uma espécie de *esvaziamento do objeto a partir da função*, o que faz com que a forma sintática de construção do nome próprio ("aquele que VN", "o que VN"), que poderia, *por sua própria natureza*, passar por geradora de determinação, apareça, na realidade, como sendo igualmente suscetível de remeter ao indeterminado, caso no qual *aquele que* se torna o equivalente de *qualquer um que*, e *o que* se torna o equivalente de *tudo o que* ou qualquer *coisa que*. Ora – e o que foi dito precedentemente sobre a questão da simulação deveria fazer com que o leitor não se surpreendesse –, constata-se, de modo característico, que esse fenômeno de indeterminação (ou de não-saturação) se encontra tanto no discurso do aparelho jurídico ("*Aquele que* causar algum prejuízo para *alguém* deve repará-lo"[26]) como no funcionamento "cotidiano" das noções gerais (tal como o exemplo citado por Frege: "quem toca em piche se suja"[27] ou ainda "o que se sabe bem se enuncia com clareza", "todo trabalho merece salário", etc.) e, finalmente, no funcionamento (científico) do conceito tal como "todos os mamíferos têm o sangue vermelho", expressão essa que – como observa Frege – é equivalente a "o que é mamí-

fero tem sangue vermelho"[28]. Não escapou a Frege o papel da não-saturação, e da indeterminação que a ela está ligada nos diferentes tipos de enunciado que acabamos de enumerar, embora suas conclusões digam respeito apenas aos enunciados "científicos": "É por meio desta indefinição que o sentido adquire a generalidade que se espera de uma lei "[29]. Sobre esse ponto, observaremos simplesmente que o termo "lei" pode ser entendido em seus diferentes sentidos, incluindo-se o *sentido jurídico* segundo o qual alguém "sucumbe ao peso da lei", que prevê uma sanção para esse alguém: isso significa, a nosso ver, que o jurídico não é, pura e simplesmente, um "domínio de aplicação" da Lógica, como pensam os teóricos do formalismo jurídico (Kelsen, etc.), mas sim que há uma *relação de simulação*[30] constitutiva entre os operadores jurídicos e os mecanismos da dedução conceptual, especialmente entre a sanção jurídica e a conseqüência lógica[31]. Essa relação é confirmada pelo funcionamento *aparentemente homogêneo* da hipótese (e da relação condicional) que autoriza as seguintes paráfrases dos enunciados introduzidos acima:

- "Aquele que causar algum prejuízo para alguém deve repará-lo".
  "Se alguém causar algum prejuízo (a outrem), deve repará-lo".
- "Quem toca em piche se suja".
  "Se se toca em piche, se suja".
- "O que é mamífero tem sangue vermelho".
  "Se algo é um mamífero, então tem sangue vermelho".[32]

A forma geral do fenômeno em estudo poderia, nessas condições, ser escrita da seguinte maneira:

(Tudo) o que é α é β ;

com os pares α i β i seguintes:

$\alpha 1$	= causar algum prejuízo	$\beta 1$	= dever reparar o prejuízo
$\alpha 2$	= tocar em piche	$\beta 2$	= sujar-se
$\alpha 3$	= ser um mamífero	$\beta 3$	= ter sangue vermelho

Observemos que a forma clássica da expressão acima não é, nada mais, nada menos, que a da implicação:

$$\forall x, \alpha(x) \supset \beta(x).$$

Aparece aqui o caráter predicativo e conceptual do "nome comum", uma vez que – para retomar um exemplo de Frege a propósito do termo "homem" – a expressão "os homens" corresponde, de fato, a "os x que são homens", de modo que a proposição "um homem é um animal" equivale a "o que é homem é animal", ou seja:

$$\forall x, \text{ ser homem } (x) \supset \text{ser animal } (x).$$ [33]

Consideremos agora a seguinte expressão, derivada de um exemplo de Frege [34] :

> "O gelo, que tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água".

Frege distingue os três "pensamentos" seguintes:

(1) O gelo tem um peso específico inferior ao da água.

(2) Se alguma coisa tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água.

(3) O gelo flutua sobre a água.

Vê-se logo que esses três pensamentos constituem, de fato, respectivamente, (1) a premissa menor, (2) a premissa maior, (3) a conclusão de um silogismo, cuja enunciação poderia ser:

Se alguma coisa tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água.

Ora, o gelo tem um peso específico inferior ao da água.

Logo, o gelo flutua sobre a água.

Utilizando a fórmula acima e considerando:

$\alpha =$ ser gelo
$\beta =$ ter um peso específico inferior ao da água
$\gamma =$ flutuar sobre a água,

pode-se escrever:

$\forall x, \beta(x) \supset \gamma(x)$ corresponde a (2)
$\forall x, \alpha(x) \supset \beta(x)$ corresponde a (1)

de onde $\forall x, \alpha(x) \supset \beta(x) \supset \gamma(x)$
e, suprimindo o elemento intermediário $\beta(x)$

$$\forall x, \alpha(x) \supset \gamma(x)$$

que pode ser parafraseado por: "O gelo flutua sobre a água."

O leitor deve ter observado que, na verdade, acabamos de reconstituir o mecanismo da relativa "explicativa", que tem como característica essencial o fato de constituir, em si mesma, o que Frege chama um *pensamento*, isto é, um elemento saturado, por oposição à relativa "determinativa", e ao efeito de pré-construído correspondente estudado mais acima: podemos ser mais precisos, ao observar que a proposição explicativa (que, como salienta Frege, pode, *entre outras possibilidades*, ser parafraseada por uma subordinada introduzida por "pòrque") intervém como suporte do pensamento contido em uma outra proposição, e isso por meio de uma relação de *implicação* entre duas propriedades, α e β , relação essa que enunciamos sob a forma "o que é α é β ". Daremos a essa relação o nome *efeito de sustentação*, destacando que é ela que realiza a *articulação* entre as proposições constituintes. O fato de que a supressão da explicativa não destrói em nada o sentido da proposição de base (aqui:

"O gelo... flutua sobre a água") marca claramente seu caráter *incidente*: pode-se dizer que ela constitui a *evocação lateral* daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base. Voltaremos (cf. p. 166) à natureza ambígua dessa "evocação", que pode ser uma evocação simulada, que introduz, sub-repticiamente, um novo "pensamento". Qualquer que seja o caso, digamos, por enquanto, que, por oposição ao funcionamento do pré-construído – que dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência –, a articulação de asserções, que se apóia sobre o que chamamos o "processo de sustentação", constitui uma espécie de *retorno do saber no pensamento*. Isso parece ser o que Leibniz expressava a seu modo, dizendo:

> *Alguém tem necessidade, em caso de perigo, de uma bala para a pistola, e falta o chumbo para ser fundido na forma necessária. Um amigo lhe diz: lembrai-vos de que a* prata *que tendes no bolso é* fusível*; este amigo não lhe ensinará uma qualidade da prata, mas o fará pensar num emprego que pode fazer dela, para ter balas de pistola nesta necessidade urgente. Uma boa parte das* verdades morais, *e das mais belas* sentenças *dos autores é deste tipo: muitas vezes elas não dizem nada de novo, mas nos fazem pensar corretamente naquilo que sabemos.* [35]

A articulação de asserções corresponderia, para esse exemplo, a uma frase do gênero "essa prata, que é fusível, permite fabricar balas de pistola". Assinalamos no início (cf. p. 97) que a frase utilizada por Frege ("Kepler morreu na miséria") poderia admitir uma transformação explicativa, da forma "Kepler, que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias, morreu na miséria", *com a condição* de que fosse admitida uma ligação entre o fato de violar os segredos dos astros e o castigo que o fato de morrer na miséria constitui, eventualidade que Frege, como já constatamos, não evoca. Mais esclarecedor seria comparar essa frase com um outro exemplo, igualmente de Frege:

"Napoleão, que reconheceu o perigo para seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga" [36].

Frege observa que, nesse exemplo, são expressos dois pensamentos, a saber:

(1) Napoleão reconheceu o perigo para seu flanco direito;
(2) Napoleão comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga.

E Frege acrescenta:

Se a sentença total é proferida como uma asserção, asserem-se simultanetamente ambas as suas sentenças componentes. (...) Podemos, portanto, esperar que ela [a setença subordinada] possa ser substituída, sem prejuízo para o valor de verdade do todo, por uma sentença que tenha o mesmo valor de verdade. Este é, na verdade, o caso.

Entretanto, depois de ter desenvolvido esse ponto, dizendo que essa substituição pode ser operada sem prejudicar a verdade da proposição total "desde que não haja obstáculos gramaticais", Frege é levado a formular uma restrição quando diz:

[...] estas sentenças subordinadas não têm um sentido tão simples. Quase sempre, ao que parece, aos pensamentos principais que exprimimos, relacionamos pensamentos secundários que, embora não expressos, são associados às nossas palavras, inclusive pelo ouvinte, consoante leis psicológicas [37]. *[...] Poder-se-ia, talvez, achar que a sentença [acima] exprime, não apenas os dois pensamentos indicados acima, mas também o pensamento de que o reconhecimento do perigo foi a razão pela qual Na-*

poleão comandou sua guarda contra a posição inimiga. Pode-se, de fato, estar indeciso quanto a se este pensamento é apenas ligeiramente sugerido ou se é realmente expresso. Pode-se perguntar se nossa sentença seria falsa se a decisão de Napoleão já tivesse sido tomada antes de ter reconhecido o perigo.

Aqui, Frege hesita e apresenta, inclusive, um certo embaraço:

Se, apesar disto, nossa sentença fosse verdadeira, nosso pensamento secundário não deveria ser entendido como parte do sentido da sentença. Provavelmente, decidir-se-ia em favor desta última alternativa. Caso contrário, dar-se-ia uma situação bastante complicada: teríamos mais pensamentos simples do que sentenças. Se a sentença:

"Napoleão reconheceu o perigo para seu flanco direito"

fosse agora substituída por outra de mesmo valor de verdade, por exemplo,

"Napoleão tinha mais de 45 anos"

Não somente nosso primeiro pensamento se alteraria, como também o terceiro e, igualmente, seu valor de verdade – se sua idade não tivesse sido a razão da decisão de comandar a guarda contra o inimigo.

E Frege conclui com esta observação, a nosso ver, extremamente importante:

Isto mostra por que, em tais casos, uma sentença nem sempre pode ser substituída por outra de

igual valor de verdade. Pois, por estar associada a uma outra, a sentença exprime mais do que o faria isoladamente.

Em suma, Frege parece hesitar entre duas interpretações possíveis:

- uma interpretação "contingente" do tipo: "Acontece que Napoleão (de quem dizemos, aliás, ter reconhecido o perigo para seu flanco direito) comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga";
- uma interpretação "necessária", do tipo: "Napoleão, porque havia reconhecido o perigo para seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga".

Observa-se que estamos entrando, por essa via, no círculo psicológico no qual se alternam a "pura narrativa" histórica e a análise das "motivações" e das "intenções"[38] que podem animar *alguém* em face de um perigo, mais precisamente, *um general*, e, a bem dizer, *não um general qualquer, mas Napoleão*: a questão é, então, a de saber se é possível pensar uma relação qualquer de condição e conseqüência, da forma:

> "Se (sendo general, ou sendo Napoleão) alguém reconhecer que um perigo o está ameaçando, esse mesmo alguém deve comandar o ataque destinado a enfrentar esse perigo";

ou, em caso contrário, coloca-se a questão de saber o que a alusão a um perigo que ameaça o flanco direito da guarda de Napoleão vem fazer no "relato puro" dos fatos e gestos deste último. Vemos surgir, assim, uma espécie de *cumplicidade* entre o locutor e aquele a quem ele se dirige, como condição de existência de um *sentido* da frase. Essa cumplicidade supõe de fato, uma *identificação do locutor*, isto é, a possibilidade de pensar o

que ele pensa em seu lugar. Teremos oportunidade de voltar mais longamente a esse ponto (cf. mais adiante p. 154 e s.), a nosso ver, decisivo para a compreensão dos processos ideológicos; basta, por ora, constatar que a questão da existência de uma ligação entre dois predicados remete, na realidade, à questão do domínio de aplicação desses predicados.

Ora, tudo acontece, precisamente, como se o ideal implícito da reflexão lógica fosse o de atingir o "sistema de signos perfeito" (ideografia) de que fala Frege, sistema desprovido dos defeitos das línguas vulgares, e no qual *o vazio dos lugares de argumentos ligados aos predicados* seria levado "até o limite máximo", ou seja, até o "desaparecimento" dos objetos. Como se sabe, Frege nunca chegou a se comprometer a fundo com essa posição (desenvolvida, por exemplo por Russell e Wittgenstein [39]), devido a um tipo de materialismo espontâneo que o impediu de confundir o objeto com o "modo de apresentação (*donation*)" do objeto, isto é, a denotação com o sentido. Sua reflexão sobre o que ele chama "composição proposicional", do tipo:

> "Se alguém é assassino, então ele é delinqüente" [40], parece, no entanto, tender em direção à idéia de um pensamento constituído pela conexão de predicados esvaziados de qualquer objeto:
>
> "Não se pode dizer se o conteúdo da proposição 'ele é delinqüente', isolada de seu contexto e sem nenhuma outra indicação, é verdadeiro ou falso; pois a palavra 'ele' não é um nome próprio (...). O mesmo ocorre com a condicional; ela comporta um elemento, 'alguém', que também não designa nada. Contudo, a proposição composta pode expressar um pensamento. 'alguém' e 'ele' remetem um ao outro. Por essa via e por meio de 'se...então', as duas proposições estão intimamente ligadas, de maneira a expressar, juntas, um pensamento". [41]

De alguma forma, Frege parece estar supondo que, todo "pensamento" é "completo e saturado" por natureza, sendo que

a saturação é, no exemplo acima, realizada pela relação entre vários lugares vazios: poderíamos dizer que essa concepção da saturação, juntamente com o emprego da hipotética e uma apreensão logicista da "composição dos pensamentos" [42], é o que, na reflexão de Frege, constituiu o obstáculo teórico que o impediu (e quase o proibiu) de desenvolver o ponto que indicamos mais acima, relativo às restrições que afetam, na realidade, a substituição entre proposições que têm o mesmo valor de verdade, e as razões pelas quais "a partir do momento em que uma proposição se associa a uma outra, ela expressa mais do que expressaria sozinha" [43]. Ele se condenou, assim, a dividir em dois espaços o domínio de sua reflexão: de um lado, a "composição dos pensamentos" (domínio da Lógica e do silogismo); de outro lado, o que ele designa ao falar de "associação", concebida, então, *apenas* como uma adjunção extralógica de natureza *psicológica*, produzindo no pensamento a *impressão subjetiva de riqueza e profundidade* ligada ao encadeamento – associação entre os "pensamentos".

O exemplo dos "nomes comuns" e dos termos conceptuais vai nos permitir, talvez, esclarecer as razões que determinam a forma dessa disjunção na reflexão de Frege; comecemos por afirmar que, evidentemente, o problema do "vazio" dos lugares, associados a um predicado, se coloca com uma particular acuidade no caso dos "nomes comuns": à ambigüidade que comentávamos mais acima corresponde a ambigüidade de enunciados tais como "o homem que é racional é livre", em que a interpretação "determinativa" supõe uma "relação" subjacente do tipo:

> "Se (sendo homem) se é racional, se é (também, por isso mesmo) livre", o que corresponde à forma geral (onde N designa o "nome comum"; α e β, dois predicados):
>
> $$\left\{\begin{matrix}\text{um N}\\ \\ \text{todo N}\end{matrix}\right\}, \text{ se ele é } \alpha, \text{ é } \beta = \text{o [N que é } \alpha\text{] é } \beta.$$

Vê-se, pois, que – como apontamos mais acima – a regra segundo a qual "o artigo indefinido acompanha um termo conceptual" [44] nem sempre é verificada "na superfície", uma vez que, como observa o mesmo Frege, "[...] a questão não é tão simples no caso do artigo definido, especialmente no plural; [...]. No singular, tanto quanto posso ver, o tema afigura-se duvidoso apenas quando o singular substitui o plural, como nas sentenças: 'o turco sitiou Viena' [45], 'o cavalo é um animal quadrúpede'. A peculiaridade destes casos, porém, é tão facilmente reconhecível, que o valor de nossa regra não é prejudicado por sua ocorrência. É evidente que, na primeira sentença, 'o turco' é o nome próprio de um povo. Quanto à segunda sentença, é melhor considerá-la como expressão de um juízo universal, tal como: 'Todos os cavalos são animais quadrúpedes' ou 'todos os cavalos bem constituídos são animais quadrúpedes' ". [46]

Transponhamos os exemplos acima a propósito do conceito de homem: como determinar o sentido da frase "o homem que é racional é livre"? Poderíamos chegar a isso respondendo à questão de saber se "todos os homens normalmente constituídos" são racionais, ou se somente alguns entre os homens são racionais, por oposição a outros homens que, por não serem racionais, não são, apesar disso, menos homens?

Poderíamos dizer, por outro lado, que o *Homem* (por exemplo numa proposição como "O Homem caminhou sobre a lua") é o nome próprio do povo dos habitantes da Terra?

Pressente-se que a questão não pode, na verdade, ser reduzida à análise da "extensão" e da "compreensão" do conceito de *Homem*, mas que, pelo contrário, *essa análise baseia-se em alguma coisa fundamental que está em jogo antes*. Adiantaremos, neste momento, a idéia de que o que está em jogo é a *identificação* pela qual todo sujeito "se reconhece" como homem, ou também como operário, empregado, funcionário, chefe, etc., ou ainda como turco, francês, alemão, etc., e como é organizada sua relação com *aquilo que o representa* [47]: uma primeira luz, o vislumbre da solução. No exemplo de Frege, "o turco sitiou Viena", a questão parece resolvida antes mesmo de ser colocada: "o turco", isto é, "o povo turco", "os turcos" e "Turquia"

tudo a um só tempo. Por que, nessas condições, não se diria "o americano bombardeia o Vietnã do Norte", mas, a rigor, "os americanos bombardeiam o Vietnã do Norte", ou, ao invés disso, "os Estados Unidos", certamente "o governo dos E.U.A." ou "Nixon"?

Nesse sentido, reproduziremos, a seguir, uma observação cuja objetiva ironia em relação ao neopositivismo ajudará talvez a captar onde se localiza o "equívoco" fundamental do idealismo lógico: em seu estudo sobre *L'Empirisme logique* [48], o professor L. Vax observa que, na hipótese de que o universo esteja povoado de realidades distintas e observáveis, "é impossível descobrir, exceto em Tibert, Belaud, Rodilard [...], alguma *realidade* que seja a classe dos gatos, o que leva a considerar a classe dos gatos como uma construção lógica carnívora" ("Todo gato é carnívoro"). Mas, acrescenta Vax:

> *... Há algo mais grave. Da mesma maneira que ninguém sonharia em considerar 'Marianne' um ser que existe em si e que subsiste por si, é-me permitido considerar a França como uma construção lógica composta de elementos concretos como Dupont, Duval, Dubois [...]. Ora, uma construção lógica que declara guerra a uma outra construção lógica é ainda mais embaraçante do que uma construção lógica raticida e carnívora. Pois nem Dupont, nem Duval nem eu mesmo declaramos a guerra a Müller, Wagner [...] em setembro de 1939. Em outros termos, uma entidade política ou jurídica é uma coisa diferente de uma classe de indivíduos. Clara aos olhos de todo mundo, a proposição: 'A França declarou guerra à Alemanha em 1939' é de uma obscuridade inescrutável graças a uma análise lógica que supostamente a clarificaria.* [49]

Podemos propor, então, uma hipótese em relação à origem do "equívoco" positivista, que leva inelutavelmente a raciocinar "fora da questão", a partir do momento em que, de uma maneira

ou de outra, a política entra em cena: tudo se passa, nesse caso, como se a desconfiança "antimetafísica" se convertesse em cegueira com respeito à seriedade das metáforas e de sua eficácia; nem por um instante aparece a idéia de que, para que Dupont pertença ao "conjunto dos franceses", é necessário que ele seja produzido *como francês*, o que supõe a *existência eficaz* não de "Marianne", mas da "França" e de suas instituições políticas e jurídicas. Em outros termos, o equívoco impede aqui de ver a função constitutiva e não-derivada, inferida ou construída da metáfora (e da metonímia = a França/o rei da França/os Franceses) e, correlativamente, leva a ignorar a *eficácia material do imaginário*. O imaginário é colocado, então, como o equivalente do irreal e reduzido a um efeito psicológico individual, de natureza "poética". Refletindo sobre a proposição:

> "Ulisses profundamente adormecido foi depositado sobre o solo de Ítaca."

Frege declara que

> "a sentença [...] tem, obviamente, um sentido, mas [que] é duvidoso que o nome 'Ulisses', que aí ocorre, tenha uma referência" [50].

E ele acrescenta:

> *Ao ouvir um poema épico, por exemplo, além da euforia da linguagem, estamos interessados apenas no sentido das sentenças e nas representações e sentimentos que este sentido evoca. A questão da verdade nos faria abandonar o encanto estético por uma atitude de investigação científica. Logo, é totalmente irrelevante para nós se o nome 'Ulisses', por exemplo, tem referência, contanto que aceitemos o poema como uma obra de arte.* [51]

Ora, é surpreendente constatar que, algumas páginas mais adiante, Frege volta à questão das expressões desprovidas de

denotação [52] e das "falsas aparências" que elas induzem, desenvolvendo, dessa vez, um novo exemplo:

> *O abuso demagógico se apóia facilmente sobre isto, talvez mais facilmente do que sobre a ambigüidade das palavras. "A vontade do povo" pode servir de exemplo, pois é fácil estabelecer que não há uma referência universalmente aceita para esta expressão. Não deixa, pois, de ser importante que se elimine definitivamente a fonte destes erros, ao menos na Ciência.* [53]

Revela-se aqui, a nosso ver, o "ponto cego" do pensamento de Frege, o que chamamos *os limites de seu materialismo*: o que Frege coloca claramente aqui é que as expressões políticas tais como "o povo", "a vontade do povo", etc., devem ser tomadas com alguma reserva, a exemplo do que ele diz em outro lugar, isto é, são afetadas – como "Ulisses" – por um indício de irrealidade que impossibilita a estabilidade referencial do objeto e as torna questões de apreciação individual, o que é o próprio da apreensão burguesa da política. Para a ideologia burguesa, a política pertence, como a poesia, ao registro da ficção e do jogo. [54]

Mas – poderíamos, sem dúvida, dizer – essa interpretação não seria incompatível com a outra vertente, evocada acima, da reflexão de Frege, na qual ele tenta, ao contrário, conferir, à "ciência histórica" e ao direito (ver, em particular, suas afirmações sobre o funcionamento dos júris, cf. pp. 66 e 71), o caráter de objetividade científica? Não seria esse, ainda, o sentido da observação final, citada pouco acima, instando a "acabar, de uma vez por todas, com a fonte desses erros"?

Diremos claramente que, de nosso ponto de vista, essas duas perspectivas (a política como ciência objetiva formal na qual a fonte dos erros seria eliminada "de uma vez por todas" *e* a política como ficção e como jogo), não são, de modo algum, incompatíveis, mas, ao contrário, essencialmente complementares: elas remetem, de fato, às *duas vertentes do idealismo*, res-

pectivamente, o *realismo metafísico* (mito da ciência universal) e o *empirismo lógico* (uso generalizado da ficção), que comentamos na primeira parte deste trabalho (cf. p. 72). Podemos agora dizer que se trata realmente de dois "compartimentos teóricos" da ideologia burguesa, que visam ao ocultamento do registro político, sob duas formas especializadas que correspondem, no plano teórico, a duas diferentes dominâncias ideológicas e políticas da luta de classes: o realismo metafísico corresponde à *fantasia burguesa da reabsorção da luta política* no puro funcionamento do aparelho jurídico-político [55] e caracteriza as condições nas quais a questão do poder do Estado não é diretamente colocada, de tal modo que a burguesia pode, em aparência, evitar a luta política e declarar-se apolítica tratando "os problemas sob seu aspecto técnico". A ficção empirista (e o cinismo cético que a acompanha) corresponde, ao contrário, à *forma burguesa da prática política*, sempre que a mesma burguesia é obrigada a "fazer política" manobrando, embaralhando as cartas, etc., isto é, quando ela conduz a luta política sob a forma de um *jogo*.

Não seria inútil estudar em detalhe (o que não podemos fazer aqui) o modo pelo qual, de Frege a Russell e Wittgenstein (sem falar de ideólogos como K. Popper), o "ponto cego" que designamos em Frege tem se tornado progressivamente o ponto central do idealismo militante, que anima a ideologia burguesa contemporânea sob a forma combinada (com alternâncias) dos dois "compartimentos teóricos" que acabamos de examinar. Poderíamos seguir desenvolvendo. Entretanto, será suficiente para nós tentar tirar as conseqüências do que precede na perspectiva de uma teoria materialista do discurso.

4. Sujeito, centro, sentido

Em que medida o exame que acabamos de efetuar nos permitiu progredir na pesquisa que nos propusemos desenvolver?

Localizamos, de fato, um certo número de relações entre *Lógica*, de um lado (quantificador universal/existencial, função, predicado/argumentos, implicação e silogismo, composição interproposicional, etc.), e *Lingüística*, de outro (nome próprio/nome comum, demonstrativo, artigos definidos/indefinidos, propriedades lexicais, etc.), e isso a propósito de dois "funcionamentos" dos quais um deles diz respeito, em última instância, às modalidades de "preenchimento" dos lugares de argumentos de um predicado, enquanto condições de formação do enunciado, e o outro incide sobre a articulação entre enunciados, isto é, incide, na verdade, sobre a passagem à discursividade, ao engendramento do "texto".

Poderíamos, nessas condições, considerar que a descrição dos mecanismos de encaixe/articulação preencheria as exigências que havíamos fixado no fim da primeira parte deste trabalho com respeito à relação entre base (lingüística) e processo (dis-

cursivo-ideológico)? Em outros termos, seria suficiente indicar formalmente a existência desses dois mecanismos (realizáveis lingüisticamente e suscetíveis de uma interpretação lógica) para tratar da questão – levantada precedentemente – da simulação dos conhecimentos científicos no desconhecimento ideológico e, conseqüentemente, do problema-chave de uma teoria do discurso? Deveríamos considerar que os dois funcionamentos são "neutros" em relação à descontinuidade ciências/ideologias e que seu caráter lógico-lingüístico os torna *estruturas de base* suscetíveis de "servir", indiferentemente, às ciências e às ideologias?

A resposta exige um certo desenvolvimento, em razão do caráter dialético de seu conteúdo, isto é, em razão da contradição que a constitui: se, com efeito, se entende por "não-neutralidade" ou "não-indiferença" em relação à descontinuidade ciências/ideologias um tipo de especialização que faria com que um dos dois mecanismos remetesse ao "domínio do desconhecimento", enquanto que o outro caracterizaria o "discurso científico", é preciso responder claramente, a nosso ver, que tal *especialização*, ao quebrar a neutralidade e a indiferença, *é um mito*. Mais precisamente, o mito pode apenas *remeter a uma concepção ideológica da descontinuidade* ciências/ideologias – vamos mostrar, em breve, que tal concepção consiste em se substituir essa descontinuidade pela oposição entre "ciência" (ou Lógica), de um lado, e "metafísica", de outro lado – e, nesse sentido, precisamente, o duplo funcionamento lógico-lingüístico que comentamos não é "neutro" ou "indiferente" com respeito à ideologia: podemos dizer que ele realiza espontaneamente o acobertamento ideológico da descontinuidade, simulando-a ideologicamente. Acrescentemos que essa simulação se apóia, de fato, sobre o mascaramento de um terceiro elemento, nem lógico nem lingüístico, que já vimos aflorar em várias retomadas nas análises desenvolvidas acima: destacamos, na verdade, que esses dois "mecanismos" colocavam necessariamente em jogo relações entre os "domínios de pensamento", relações de discrepâncias que tomam a forma:

1) da *exterioridade-anterioridade* (pré-construído); ou a
2) do "retorno do saber no pensamento" que produz uma evocação sobre a qual se apóia a tomada de posição do sujeito.

São essas relações, no interior das quais se constitui *o pensável*, que formam o terceiro elemento, do qual dissemos, há pouco, ser mascarado pela concepção (exclusivamente) lógico-lingüística desses mecanismos. Esse terceiro elemento constitui, estritamente falando, o objeto do presente trabalho, sob a forma de uma abordagem teórica materialista do *funcionamento das representações e do "pensamento" nos processos discursivos*. Isso supõe, como veremos, o exame da relação do sujeito com aquilo que o representa; portanto, uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário.

Mas começaremos expondo até o limite o caráter *espontaneamente idealista* de que se reveste o funcionamento do par *encaixe/articulação*, tal como é desenvolvido no neopositivismo lógico, antes de procurar mostrar quais transformações e quais deslocamentos requer o seu uso materialista. É claro, realmente, que essa oposição, abandonada a si mesma, funciona naturalmente como o prolongamento atual das oposições cujo destino seguimos nos capítulos anteriores, enquanto pares de categorias filosóficas: o par *necessidade/contingência* é, como vimos, ao mesmo tempo, atravessado e encoberto pelo par *objeto/sujeito*, que toma no empirismo lógico a forma de oposição a dois "*construção lógica*"/"*observáveis*", onde um dos termos é constituído pelo corpo de observações de um sujeito descritas na linguagem "concreta" de "situação", utilizando o que Russell chama os particulares egocêntricos (eu, aqui, agora, isto...), e onde o outro termo corresponde às relações hipotético-dedutivas concebidas como a própria base da abstração científica. Não é difícil prever, em função do que precede, que, nesta perspectiva, que – é bom repetir – é representante direta do idealismo, o duplo funcionamento *articulação de enunciado/encaixe* vai se distribuir espontaneamente de modo que o *encaixe* seja o mecanis-

mo de base que fornece a "descrição dos observáveis", e que a *articulação de asserções* seja o mecanismo de base da abstração científica que liga entre si as "construções lógicas". Observemos, a esse respeito, que a determinativa "o que é α é β" corresponde a um puro vínculo "universal" entre propriedades ($\alpha \subset \beta$), e toma a forma da explicativa quando nos voltamos para o mundo das "coisas", concebidas como feixes de propriedades: "x, que é α, é β", o que constitui a "solução" logicista ao problema da relação determinação/aposição.

Chega-se assim inevitavelmente à idéia de uma "ciência de todo e qualquer objeto", para a qual somente existiriam *relações pensadas*, esvaziadas de todo "ser": trata-se dessa língua "logicamente perfeita", ou ideografia [56], da qual – diz Frege – se exigirá "que toda expressão construída como um nome próprio, a partir de sinais previamente introduzidos, e de maneira gramaticalmente correta, designe, de fato, um objeto, e que nenhum sinal novo seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurada uma referência" [57]; expressão ambígua à maneira fregeana, cuja interpretação idealista "natural" enfatiza a primeira parte em detrimento da segunda, esquecendo a modalidade "se exigirá...", de modo que sua paráfrase espontânea se enuncia: "Basta que uma expressão seja construída como um nome próprio por meio de sinais precedentemente introduzidos e de maneira gramaticalmente correta para que ela designe realmente um objeto". A "Lógica" torna-se assim o núcleo da "ciência" com – simultaneamente – o necessário engano idealista que coloca a *independência do pensamento em relação ao ser*, na medida em que toda designação sintaticamente correta constrói um "objeto"... de pensamento, isto é, uma ficção lógica reconhecida como tal. Isso explica o fato de que a filosofia neopositivista, tão preocupada, aliás, em se liberar dos "seres metafísicos", se dê tão bem com a ficção enquanto "modo de falar": o segredo último desse paradoxo é explicado pela regra de "suspensão do juízo de existência", que pretende que, "numa linguagem rigorosa, as descrições não acarretam a crença de uma existência". [58]

Aparece claramente, nessas condições, que a relação "concreto/abstrato", ou, para empregar a terminologia de Carnap, a relação entre língua de observação e língua teórica, se superpõe muito naturalmente à relação situação/propriedade tal como é considerada tradicionalmente – bem como na época atual – pela maior parte dos gramáticos e dos lingüistas. [59]

Pode-se, aliás, constatar que a relação situação/propriedade é inelutavelmente concebida pela Filosofia da Linguagem (que é, como já dissemos, a "filosofia espontânea" da ciência lingüística) de acordo com o *mito continuísta empírico-subjetivista*, que pretende que, a partir do sujeito concreto individual "em situação" (ligado a seus preceitos e a suas noções), se efetue um apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos. Poderíamos resumir esse movimento pela tabela abaixo, tomada de C. Fuchs, e que deve ser lida da esquerda para a direita:

	1	2	3	4
categorias lógico-gramaticais	origem eu	discrepância tu (você) / eu	generalização ele, x/eu	Universalização todo sujeito (cada um, quem quer que seja)
de referência	ver presente aqui	dizer passado em outro lugar /aqui	dizer passado em outro lugar/aqui	pensar sempre em toda parte
Forma de base do enunciado	(eu digo que) eu vejo isto	tu me disseste que... (você me disse que ...)	disseram-me que... foi constatado que...	é verdade que ...

De fato, é sobre a base idealista desse movimento contínuo "do concreto ao abstrato" que a distinção explicativa/determinativa é mais freqüentemente concebida [60] ; não necessariamente fazendo coincidir determinação e "concreto", de um lado, e ex-

plicação e "abstrato", de outro, mas cruzando as duas oposições sem se questionar sobre as razões que podem, em certos casos, sobredeterminar, tornar confusa ou apagar a oposição, por exemplo, em enunciados como "Viva o comunismo com o qual Brejnev não tem nada a ver" (cartaz de Lutte ouvrière) ou "Consideremos um plano inclinado que faz um ângulo de 15° com a horizontal". Voltaremos, mais adiante, aos diferentes problemas que esses exemplos suscitam, e que remetem, sob diversas formas, à questão da *simulação*. Por enquanto, diremos simplesmente que o continuísmo subjacente à oposição situação/propriedade se apóia, como procuraremos mostrar, sobre o processo da *identificação* ("se eu estivesse onde tu(você)/ele/x se encontra, eu veria e pensaria o que tu(você)/ele/x vê e pensa"), acrescentando que o imaginário da identificação mascara radicalmente qualquer descontinuidade epistemológica, o que o comentador já citado põe inocentemente em evidência, a propósito da distinção de Carnap entre "língua de observação" e "língua teórica":

> *No seio de L*, escreve L. Vax [61], *ele [Carnap] distingue duas línguas: L_O, cujos predicados designam realidades ou relações diretamente observáveis (quente, azul, maior que...); e L_t, que contém termos teóricos que designam entidades ou propriedades que escapam à observação direta (elétrons, superego...). É fácil perceber a diferença entre um* conceito de observação *e um* conceito teórico. *Vamos supor que um grupo de adolescentes se revolta por não desfrutar das vantagens concebidas a um outro grupo. Os quebra-quebras, as pichações de muros e as injúrias são dados observáveis aos quais poderão corresponder na língua L_O os termos "quebra-quebra", "pichações", etc. Um psicólogo social encarregado de estudar os fatos poderá apelar ao termo "grupo de referência", que não corresponde a nenhuma realidade diretamente observável, mas constitui um conceito teórico que pertence à língua L_t, suscetível de explicar a conduta dos adolescentes.*

Diremos que esse exemplo revelador exibe, com excepcional evidência, o mascaramento da descontinuidade (e a relação de simulação) entre conhecimento científico e desconhecimento ideológico, na medida em que o romance epistemológico que o neopositivismo erige enquanto descrição do funcionamento de uma ciência é aqui levado a sério e realizado nesse outro romance que é, realmente, a "ciência da Psicologia Social" [62]. Destacamos, aliás, a conivência entre as concepções do empirismo lógico e a ideologia do "método experimental", conivência que se apóia, como veremos, sobre o processo da identificação, representado ideologicamente sob a forma da "intersubjetividade" e do "consenso".

Tudo isso deveria normalmente levar o leitor que nos seguiu até aqui a constatar que o idealismo neopositivista *não se engana* em sua caça aos "seres metafísicos", na medida em que funciona regularmente demais para ser casual: ele cai, sem hesitação, na armadilha da Psicologia Social dos grupos, enquanto reserva de hipóteses explicativas, mas manifesta seu desdém ante "ficções demagógicas" como *o povo, as massas* ou *a classe operária*. Face a essas "entidades", o empirismo lógico encontra todo seu vigor crítico e repete sem cansaço que, contrariamente "ao mundo físico", estável e coerente, o "mundo mental" não permite assegurar uma referência, exceto pela força das ilusões que se apoderam de cada sujeito sob a forma do "consenso", do conformismo, etc. *Dupla face de um mesmo erro central*, que consiste, de um lado, em considerar as ideologias como *idéias* e não como *forças materiais* [63] e, de outro lado, em conceber que elas têm sua origem *nos sujeitos*, quando na verdade elas "*constituem os indivíduos em sujeitos*", para retomar a expressão de L. Althusser. Voltaremos novamente a essa questão. Os lógicos de Port-Royal, que também refletiram sobre termos como corpo, comunidade, povo, etc., caíram no mesmo erro, mas de uma maneira diferente, que é interessante salientar: ao falar de expressões como "os romanos venceram os cartagineses" ou "os venezianos estão em guerra contra os turcos", esses lógicos reconhecem que essas proposições não são nem universais nem particulares, mas singulares:

> Considera-se *cada povo* como uma pessoa moral, *cuja duração é de vários séculos, e que subsiste na medida em que compõe um estado e que age durante todo esse tempo através daqueles que o compõem,* como um homem age através de seus membros.[64]

Em suma, a "solução" idealista para esse ponto consiste em partir do sujeito individual "concreto", ao mesmo tempo, como elemento de um conjunto (comunidade, povo, etc.) e como fonte da metáfora constituída pela personificação desse conjunto, que funciona "como um único homem": já sugerimos, em várias retomadas, que o obstáculo idealista fundamental se encontrava na *noção ideológica de sujeito* como ponto de partida e ponto de aplicação de operações. É possível, agora, chegar às conseqüências materialistas dessa descoberta na área de que nos ocupamos, o que vai impor uma transformação da metáfora, de modo que ela apareça como o que é, ou seja, um processo não-subjetivo na qual o sujeito se constitui. L. Althusser, em seu recente "Resposta a John Lewis", designa exatamente esse ponto, ao explicar que *as massas não são um sujeito*; e ele o desenvolve, dizendo:

> *[...] pode-se ainda considerar [a propósito das massas] que estamos tratando de um "sujeito", identificável pela* unidade *de sua "personalidade"? Ao lado do "sujeito" de J. Lewis, o "homem", simples e frágil como um belo caniço de pesca ou uma gravura de moda, que se pode segurar pela mão ou apontar com o dedo, o "sujeito"* massas *põe sagrados problemas de identidade, de identificação. Um sujeito é também um ser do qual se pode dizer: "é ele!". Diante do "sujeito"* massas, *como poderemos dizer "é ele"?* [65]

Procuramos desenvolver ao máximo a concepção idealista que ameaça a "teoria do discurso", a partir de diversos pontos

de ataque, que podem ser resumidos da seguinte maneira: o primeiro desses pontos diz respeito a uma interpretação formalista dos mecanismos lingüístico-discursivos do *encaixe* (determinação) e da *articulação de enunciados*; interpretação que leva ao segundo ponto, que consiste num acobertamento da oposição *ciências/ideologias* pelo par idealista Lógica (= ciência)/Matemática. Ora, como acabamos de ver, essas interpretações e acobertamentos idealistas encontravam seu fundamento num terceiro ponto, a saber, o efeito ideológico "sujeito", pelo qual a subjetividade aparece como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação. Podemos, então, de agora em diante, afirmar que uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para se constituir, contentar-se em reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o "sujeito" ideológico como "sempre-já dado" [66] : na verdade, e isso por razões imperiosas que dizem respeito à intrincação dos diferentes elementos que acabamos de enunciar, essa teoria não pode, se deseja começar a realizar suas pretensões, dispensar uma *teoria (não-subjetivista) da subjetividade*. Dessa forma, o domínio teórico de nosso trabalho se encontra definitivamente determinado por três regiões interligadas, que designaremos, respectivamente, como a *subjetividade*, a *discursividade* e a *descontinuidade ciências/ideologias*. Se essas inter-relações não forem levadas em consideração de modo adequado, alguns pontos se tornarão radicalmente obscuros e incompreensíveis, como ocorre, aliás, com *todas* as tentativas idealistas de uma teoria do "sujeito (ideológico e/ou científico) no discurso"; sejamos precisos: o que o idealismo impossibilita compreender é, antes de tudo, a *prática política* e, igualmente, a *prática de produção dos conhecimentos* (assim como, por outro lado, a *prática pedagógica*), ou seja, precisamente, as diferentes formas sob as quais a "necessidade cega" (Engels) se torna *necessidade pensada e modelada como necessidade*.

A esse respeito, um texto já antigo, 'Remarques pour une théorie générale des idéologies '[67], é bastante revelador das dificuldades encontradas numa pesquisa como essa, e parece útil para nosso propósito atual destacar, ao mesmo tempo, os elementos materialistas que ele parece conter e os erros idealistas

nos quais ele tropeça. Esse texto coloca, com efeito, uma relação de oposição entre, de um lado, *ideologia "empírica", metáfora e Semântica*, e, de outro lado, *ideologia "especulativa", metonímia e Sintaxe*, relação essa que aparece aqui como uma tentativa de designar (de uma maneira, para dizer a verdade, confusa, porque apreendida no objeto que ela designa) a existência e os efeitos, na ideologia, do sistema acoplado dos dois mecanismos: *encaixe/articulação*. Comecemos pelos pontos de tropeço, dos quais um dos mais visíveis é uma espécie de identificação da Ideologia à "forma geral do discurso", o que leva a um uso do funcionamento empírico/especulativo que é muito fácil de superpor à oposição, já comentada, situação/propriedade. Mas a verdadeira raiz desse erro se encontra em outro lugar, mais precisamente, no desconhecimento da luta de classes: o termo e o conceito de contradição, bem como o de luta de classes, estão ausentes, enquanto tais, da descrição dos processos ideológicos empíricos e especulativos. Encontram-se apenas *oposições, diferenças* que expressam a complexidade de *dupla face* da relação forças produtivas/relações de produção. A nosso ver, essa é a razão pela qual nenhum dos efeitos (e nenhuma das formas de realização) da luta de classes é realmente levado em consideração; não há nada acerca da prática política, exceto um substituto acerca de "variação e mutação"; há pouca coisa, enfim, acerca da produção de conhecimentos (e menos ainda acerca da prática pedagógica). É também esse ponto de tropeço que torna inutilizáveis, enquanto tais, os elementos materialistas que podem ser apontados hoje, segundo entendemos, nesse artigo; a saber:

1) a concepção do processo de *metáfora* como processo sócio-histórico que serve como fundamento da *"apresentação" (donation) de objetos para sujeitos*, e não como uma simples *forma de falar* que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado "natural", literalmente *pré*-social e *pré*-histórico;

2) a distinção entre as duas figuras articuladas do *sujeito ideológico*, sob a forma da *identificação-unificação do sujeito*

consigo mesmo (o "eu vejo o que vejo" da "garantia empírica"), de um lado, e da *identificação do sujeito com o universal*, de outro, por meio do suporte do outro enquanto discurso refletido, que fornece a "garantia especulativa" ("cada um sabe que...", "é claro que...", etc.), que introduz a idéia da *simulação especulativa do conhecimento científico pela ideologia*;

3) enfim, e sobretudo, o esboço (incerto e incompleto) de uma teoria não-subjetivista da subjetividade, que designa os processos de "imposição/dissimulação" que constituem o sujeito, "situando-o" (significando para ele *o que ele é) e, ao* mesmo tempo, dissimulando para ele essa "situação" (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito "funcione por si mesmo", segundo a expressão de L. Althusser que, em *Aparelhos Ideológicos de Estado, apresentou os fundamentos reais* de uma teoria não-subjetivista do sujeito, como teoria das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção: a relação entre *inconsciente* (no sentido freudiano) e *ideologia* (no sentido marxista), que inevitavelmente ficaria misteriora na pseudo-solução estruturalista do texto de Th. Herbert [68], *começa*, assim, a ser esclarecida, como vamos ver, pela tese fundamental segundo a qual *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*:

> *[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão...* [69]

Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com um *S* maiúsculo – sujeito absoluto e universal –, é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com *A* maiúsculo), e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan. "o inconsciente é o discurso do Outro", podemos discernir de que modo *o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na*

interpelação e na identificação,[1] processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção.

Pensamos ter chegado aqui a um ponto decisivo de nosso projeto: até aqui, o presente trabalho tem sido marcado por uma progressão *condicional*, sujeita a retrocessos, designando o fato de que não tínhamos verdadeiramente acabado com os efeitos do idealismo no campo da Filosofia da Linguagem e da Teoria do Discurso. É esse tipo de progressão oblíqua, afetada por idas e voltas, que é responsável pelo aspecto, sob muitos pontos, "emaranhado" dos desenvolvimentos que precedem, isto é, desse entrelaçamento de elementos freqüentemente díspares e ambíguos, de notações que constituem outro tanto de materiais disponíveis, de indicações disjuntas, tudo isso formando uma espécie de "clima" teórico (com suas névoas e clarões), onde o leitor precede-segue vários caminhos entrecruzados, vários fios que se sobrepõem. O terreno que atingimos (terreno de uma teoria não-subjetiva da subjetividade) deve permitir-nos, de agora em diante, fundar, em seu princípio, a *teoria (materialista) dos processos discursivos* e, por essa via, indicar as posições relativas dos caminhos percorridos, ou, para retomar a outra imagem, unir os fios entre si.

Isso não significa, entenda-se bem, que o desenvolvimento que procuraremos efetuar agora esteja definitivamente assegurado em todo seu alcance materialista, uma vez desaparecido o idealismo (!), mas apenas que ele contém, "em seu princípio", os meios de corrigir os equívocos, erros e deslizes que nele poderão se manifestar.

NOTAS

1 Cf., sobre esse ponto, Haroche, Henry, Pêcheux, 'La Semántique et la Coupure saussurienne', artigo citado.

2 Cf., sobre esse ponto, J. Stalin: 'A propos du marxisme e linguistique' (1950) *Cahiers marxistes-leninistes*, 1966, nº 12-13, com um comentário de E. Balibar, 'Marxisme et Linguistique'. Cf. também o artigo de Vinogradov, 'Triompher du culte de la personalité dans la linguistique soviétique', *Langages*, 1969, nº 15.

3 Ver pp. 62-3.

4 *Le Mauvais Outil. Langue, Sujet et Discours*, Paris, Klincksieck, 1977. Esse texto retoma parcialmente, numa perspectiva aprofundada e retificada, o texto mimeografado, ao qual nos referimos mais adiante.

5 Ao empregar o termo "base" não estamos querendo sugerir que a língua faria parte da infra-estrutura econômica, mas somente que ela é o pré-requisito indipensável de qualquer processo discursivo.

6 E. Balibar, "Marxisme et Linguistique", *Cahiers marxistes-leninistes*, 1966, nº 12-13, p. 21-2.

7 Stalin, "A propos du marxisme en Linguistique" (1950), *Cahiers marxistes-leninistes*, 1966, nº 12-13, p. 27.

8 Pierre Raymond, *Le Passage au matérialisme*, Paris, Maspero, 1973.

9 "É o idealismo que inverte a ordem histórica, a começar pela procura do sentido em toda parte", diz P. Raymond em uma análise à qual remetemos o leitor (Ibid., p. 208-10).

10 E. Balibar e P. Macherey, apresentação de R. Balibar, 'Le Français fictifs', op. cit., publicado na revista *Littérature*, 1974, nº 13, p. 35.

11 Frege, *Écrits logiques et philosophiques*, op. cit. pp. 115-6. (N. dos T.: Na edição em português, o referido artigo encontra-se sob o título 'Sobre o Sentido e a Referência', *Lógica e Filosofia da Linguagem*, pp. 59-86. Dado o desenvolvimento que Pêcheux fará a partir do exemplo proposto por Frege, especialmente, com respeito aos demonstrativos, bem como às determinativas e explicativas, é fundamental manter, na tradução, a construção "aquele que ...". É por esse motivo que, para este tópico, optamos por traduzir diretamente da versão francesa.)

12 Ibid., p. 116.

13 "Nem tudo é uma representação; caso contrário, a Psicologia conteria nela todas as ciências" (ibid., p. 191).

14 Ibid., p. 115.

15 Cf. a história relatada por Freud: "Este é o lugar onde o duque de Wellington falou aquelas palavras? – Sim, é este o lugar, mas ele nunca falou tais palavras." (*Os chistes e sua relação com o inconsciente*, p. 78).

16 Remetemos aqui aos trabalhos de P. Henry, a quem devemos a elaboração dessa questão decisiva. Ver, em particular: P. Henry, *Le mauvais outil*, op. cit., section I, 'Le sujet dans la linguistique', a propósito da crítica da noção de pressuposição.

17 Cf. Frege, *Lógica e filosofia da linguagem*, op. cit., p. 77: "Lugares, instantes, intervalos de tempo são, sob o ponto de vista lógico, considerados objetos; portanto, a designação lingüística de um lugar determinado, de um instante determinado ou de um intervalo de tempo determinado deve ser considerada um nome próprio."

18 O efeito de pré-construído aparece, assim, em sua forma pura, em que estão ligadas a colocação de uma *existência singular* e a *verdade universal* que afeta as asserções que incidem sobre essa singularidade: é nesse sentido – parece-nos – que deve ser compreendida a concepção dos lógicos de Port-Royal segundo a qual uma proposição singular como "Luís XIII tomou La Rochelle", ainda que seja "diferente da universal, no que diz respeito ao fato de seu sujeito não ser comum", deve, no entanto, relacionar-se antes com a *proposição universal do que com a particular* "porque seu sujeito, pelo próprio fato de ser singular, é, necessariamente, tomado em toda sua extensão, o que constitui a essência de uma proposição universal e a distingue da particular [...] e é por isso que as proposições singulares tomam o lugar de universais na argumentação" (Arnauld e Nicole, *Logique ou Art de penser*, op. cit., p. 158).

19 E justamente Frege critica essa generalização (cf. *Écrits logiques* ..., op. cit. p. 145, por exemplo).

20 B. Russell, *Signification et Vérité*, Paris, Flamarion, 1969, p. 125-6. (N. dos T.: Há edição em português; cf. Bibliografia).

21 Ibid., p. 126.

22 Frege, 'Sobre o Conceito e o Objeto', in *Lógica e filosofia da linguagem*, p. 90.

23 Ibid., p. 91.

24 Ibid., p. 47.

25 Ibid., p. 44.

26 Esse exemplo, utilizado por Lênin em 'Explication de la loi sur les amendes' (O.C., op. cit., T II, p. 27 e s.) foi citado e comentado recentemente por B. Edelman, *Le Droit saisi par la fotografie*. Paris, Maspero, 1973, p. 10. Veremos, em várias retomadas, como nosso percurso se apóia no trabalho de B. Edelman.

27 Frege, *Lógica e filosofia da linguagem*, p. 79.

28 Ibid., p. 95.

29 Ibid., p. 78.

30 No sentido que demos a esse termo (cf. pp. 68-9 e 75). Voltaremos a isso mais adiante.

31 Outras evidências dessa promiscuidade – que constitui, por si só, um objetivo de estudo – são: os termos *julgamento, prova, indícios, testemunho* etc.

32 Essa última paráfrase é de Frege (ibid., p. 95).

33 Destaquemos desde já que, do ponto de vista lingüístico, os determinantes que introduzem o conceito são, sobretudo, o artido indefinido singular *um* e o pronome objetivo indefinido *todo*, sem que, no entanto, o artigo definido singular (*o* homem) seja impossível. Examinaremos as observações de Frege acerca desse ponto (cf. p.116), bem como as dificuldades que elas apresentam e as conseqüências que nos parecem decorrentes dessas observações.

34 Ibid., p. 84. (N. dos T.: dado o desenvolvimento que Pêcheux fará a partir do exemplo proposto por Frege, especialmente com respeito à explicativa "que tem ...", que não consta da tradução para o português da obra já referida, optamos por traduzir diretamente da versão francesa.)

35 Leibniz, *Novos ensaios sobre o entendimento humano*; p. 347.

36 Frege, *Lógica e filosofia da linguagem*, pp. 80-3.

37 O grifo é nosso; ver p. 115.

38 Cf. a distinção de Benveniste entre "história" e "discurso".

39 "Inclino-me a sugerir ... que o que se chamaria comumente uma 'coisa' não passaria de um feixe de atualidades co-existentes, tais como vermelhidão, dureza, etc.". (Russell, *Signification et verité*, op. cit., p. 111) (N. dos T.: Há edição em português; cf. bibliografia).

40 Frege, *Écrits logiques* ..., op. cit., p. 227.

41 Ibid., p. 227-8.

42 Ibid., p. 214-34.

43 Frege, *Lógica e filosofia da linguagem*, p. 83. (N. dos T.: a tradução acima é nossa.)

44 Ibid., p. 92.

45 N. dos T.: Em português, o exemplo não caberia, uma vez que para o gentílico "turco" ser tomado em sua generalidade, ele deveria aparecer no plural. Um exemplo possível seria "O brasileiro invadiu Paraguai", em que o singular do artigo e do gentílico tomam o lugar de um plural.

46 Ibid., p. 92-3.

47 [...] "é verdade, eu aqui estou, operário, patrão, soldado!" (Althusser, *Aparelhos ideológicos de Estado*, p. 100).

48 P.U.F., Paris, 1970.

49 Ibid., p. 25.

50 Frege, *Lógica e filosofia da linguagem*, p. 68.

51 Ibid., pp. 68-9; cf. pp. 118-20.

52 N. dos T.: Na edição francesa da obra de Frege o termo "Bedeutung" é traduzido por *dénotation* (denotação). Na edição em português, por "referência".

53 Ibid., p. 76.

54 Tocamos aqui uma questão essencial, que constitui o objeto de um importante trabalho de M. Plon. Ver, em particular, M. Plon 'Sur quelques aspects de la re-

contre entre la psychologie social et la théorie des Jeux', *La Pensée*, 1972, nº 161; M. Plon et E. Préteceille, 'La théorie des Jeux et le Jeu de l'idéologie', *La Pensée*, 1972, nº 166. O texto *Formes et d'une idéologie théorique: la psychologie sociale. Essai sur l'appropriation subjective de la politique*, referido abaixo, permanece inédito, tendo sido parcialmente retomado, sob uma forma retificada (em particular, no que diz respeito à noção de apropriação subjetiva), em *La Théorie des jeux: une politique imaginaire*, Paris, Maspero, 1976, 197 p.

55 Cf. a última invenção nesse domínio, conhecida pelo nome de "ciência administrativa", que deve ser aproximada à noção de "adminstração das coisas", comprendida como forma de organização social apolítica. Veremos, mais adiante, a recente discussão desse ponto levantada por E. Balibar 'La Rectification du *Manifeste comuniste*', em *Cinq études du materialisme historique*, Paris, Maspero, 1974.

56 Frege, *Lógica e filosofia da linguagem*, p. 76.

57 Ibid.

58 Vax, *L'Empirisme logique*, op. cit., p. 19.

59 Cf. acima a observação de Husserl já comentada sobre "há pedaços de bolos, há polígonos regulares".

60 Assinalemos, no entanto, que a pesquisa lingüística começa a questionar a simplicidade da oposição que associaria a hipotética à determinativa e a explicação à explicativa.

M.-C. Barbaut e J. P. Descles (*Transformations formelles e Théories linguistiques*, Paris, Dunod, 1972) lembraram recentemente que esta última pode tomar outros valores, de simples conexão, ou adversativa, ou ainda temporal. Por outro lado, o problema da autonomia relativa que caracteriza o enunciado inserido na explicativa é tratado por C. Fuchs e J. Milner (*A propos des relatives ...*, Paris, Éditions Selaf, 1979). Finalmente, em um nível mais geral, esses mesmos autores insistem na necessidade de estudar as ligações entre fenômenos lingüísticos inerentes ao sistema de valores tomados conjuntamente pelos funcionamentos da tematização (cf. as diferenças de funcionamento conforme a "relativa" – determinativa ou explicativa – incida sobre N_1 ou N_2) da determinação e do sistema verbal, em ligação com as características lexicais.

61 *L'Empirisme logique*, op. cit., p. 58.

62 Para o leitor que se choque com a brutalidade dessa afirmação, permitimo-nos remetê-lo a dois artigos publicados em *La Nouvelle Critique*, P. Bruno, M. Pêcheux, M. Plon & J.-P. Foitou, 'La Psychologie sociale: une utopie en crise', *La Nouvelle Critique*, nº 62, p. 72-8; e nº 64, p. 21-8.

63 Clausewitz explica com o maior clareza que, face aos exércitos da Revolução Francesa, os cálculos estratégicos dos generais prussianos não funcionavam nunca, pois eles não conseguiam conceber a força material que a "vontade do povo" constitui. A derrota da estratégia americana no Vietnã provém do mesmo "erro".

64 Arnauld & Nicole, *Logique ou art de penser*, op. cit., p. 204 (o grifo é nosso).

65 L. Althusser, 'Resposta a John Lewis', op. cit., p. 26.

66 Em suma, uma teoria lógico-lingüística pura do discurso é perfeitamente

possível (cf. certos aspectos dos trabalhos de Austin, de Ducrot ...), mas tal teoria continua cega à questão do sujeito como "sempre-já dado". É precisamente por isso que se trata de idealismo.

67 Herbert, *Cahiers pour l'analyse*, 1968, nº 9.

68 Consideraremos, então, de agora em diante, como definitivamente inaceitável a objeção segundo a qual somente os indivíduos concretos, "fisicamente observáveis", existem, objeção essa que pretende modelar a questão, *desarmando* a metáfora sob a forma: "A França não é nada mais do que 50 milhões de indivíduos concretos que ...". Esse "materialismo", para dizer a verdade, não se dintingue, de modo algum, do empirismo fisicalista que, como mostramos acima, fica sempre "fora da questão", o que não quer dizer, muito pelo contrário, que ele não se encaixe "exatamente" nela, conforme os interesses políticos e ideológicos da classse dominante. Destaquemos bem, a esse respeito, a insuficiência (teórica e *prática*) de qualquer interpretação da ideologia, *seja* como pura ilusão e não-ser ("desprovido de sentido"), do qual bastaria deixar de falar para anular seu efeito, *seja* como pura fábula inventada deliberadamente pelos Príncipes e os Sacerdotes (voltaremos a isso, a propósito do complexo retórica-persuasão-inculcação).

Em outras palavras, se falamos de um sujeito com *S* maiúsculo que "interpela" os indivíduos em sujeitos, etc., não é porque "acreditamos nisso", no sentido em que "acredita-se em Deus": Deus não existe, mas a religião – e, mais geralmente, as ideologias – existem – com sua materialidade própria e com o funcionamento que lhes corresponde. É disso que se trata aqui. Portanto, quando utilizamos aqui conceitos elaborados por J. Lacan, estamos separando-os da reinscrição idealista de sua elaboração, neles incluída pelo próprio Lacan, aspecto sobre o qual o texto já citado de P. Henry parece ter colocado os pingos nos ii. De nossa parte, diremos simplesmente que formulações como "o sujeito do inconsciente", "o sujeito da ciência", etc., parecem-nos participar dessa reinscrição idealista. Por sua vez, a questão da *supremacia absoluta do Simbólico* traz consigo uma filosofia e uma epistemologia lacanianas cujos interesses devem ser confrontados com os do materialismo.

69 Althusser, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, p. 104. (N dos T.: o termo *assujettissement* é aqui traduzido por "submissão").

III
DISCURSO E IDEOLOGIA(S)

1. *Sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção*

Começaremos por explicitar a expressão que acabamos de introduzir, a saber, *condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção*. Essa explicitação será realizada nos limites de nosso objetivo, que é o de esclarecer os fundamentos de uma teoria materialista do discurso.

É preciso, porém, para evitar certos mal-entendidos, especificar alguns pontos de alcance mais geral, relacionados à teoria das ideologias, à prática de produção dos conhecimentos e à prática política, sem os quais tudo o que vai se seguir estaria inteiramente "deslocado".

a) Se estamos destacando "condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção", é porque a área da ideologia não é, de modo algum, *o único elemento* dentro do qual se efetuaria a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam "em última instância" essa reprodução/transformação, no próprio interior da produção eco-

nômica, fato evocado por Althusser no começo de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado.

b) Ao falar de "reprodução/transformação", estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de *todo modo de produção que se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo "princípio" é a luta de classes*. Isso significa, em particular, que consideramos errôneo localizar em pontos diferentes, de um lado, o que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para sua transformação: a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes "passa por" aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado.

Pretendemos, ao adotar o termo *aparelho ideológico de Estado*, destacar vários aspectos que nos parecem decisivos (além de evocar, evidentemente, o fato de que as ideologias não são feitas de "idéias" mas de práticas):

1) a Ideologia não se reproduz sob a forma geral de um *Zeitgeist* (isto é, o espírito do tempo, a "mentalidade" da época, os "costumes de pensamento", etc.) que se imporia de maneira igual e homogênea à "sociedade", como espaço anterior à luta de classes: "Os aparelhos ideológicos de Estado não são a realização da Ideologia em geral..."

2) "... nem mesmo a realização sem conflitos da ideologia da classe dominante", o que significa que é impossível atribuir a *cada classe sua ideologia*, como se cada uma delas vivesse "previamente à luta de classes", em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classes ideológica o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, cada um com suas práticas e suas "concepções do mundo", seguindo-se a esse encontro a vitória da classe "mais forte", que imporia, então, sua ideologia à outra. Isso significaria, em última análise, multiplicar por dois a concepção da Ideologia como *Zeitgeist* [1]

3) "A ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu...", o que quer dizer que os aparelhos

ideológicos de Estado não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante (sabe Deus onde a ideologia dominante obteria, então, sua supremacia!), mas sim que eles são seu lugar e meio de realização: "é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante..."

4) mas os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar disso, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes: "... este estabelecimento [dos aparelhos ideológicos de Estado] não se dá por si só, é, ao contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes ..."[2], o que significa que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). *De onde, a expressão "reprodução/transformação" que empregamos.*

Podemos, de agora em diante, dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta. Digamos bem, conjunto *complexo*, isto é, com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus "elementos", e não uma simples lista de elementos: na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado* contribuem *de maneira igual* para a reprodução das relações de produção *e* para sua transformação. De fato, suas propriedades "regionais" – sua especialização "evidente" na religião, no conhecimento, na política, etc. – condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado, e isso em função do estado da luta de classes na formação social considerada.

Compreende-se, então, por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter "regional" *e* comportam posições de classe: os "objetos" ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a "maneira de se servir deles" – seu "sentido", isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem –, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia. Isso equivale a dizer que não há, na luta ideológica (bem como nas outras formas da luta de classes), "posições de classe" *que existam de modo abstrato e que sejam então aplicadas* aos diferentes "objetos" ideológicos regionais das situações concretas, na Escola, na Família, etc. É aí, na verdade, que o vínculo contraditório entre reprodução e transformação das relações de produção se liga ao nível ideológico, na medida em que não são os "objetos" ideológicos regionais tomados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.) e as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem a cena da *luta ideológica de classes*.

A dominação da ideologia (da classe) dominante, que é caracterizada, no nível ideológico, pelo fato de que a reprodução das relações de produção "subjuga" sua transformação (opõe-se a ela, a freia ou a impede, conforme os casos), corresponde, pois, menos à manutenção do idêntico de cada "região" ideológica considerada em si mesma do que a reprodução das relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões (com seus "objetos" e as práticas no interior das quais eles estão inscritos [3]): foi a esse respeito que L. Althusser pôde adiantar a tese aparentemente escandalosa segundo a qual o conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado da formação social capitalista conteria também os *sindicatos* e os *partidos políticos* (sem especificações posteriores; na verdade, o que ele estava designando dessa forma era a função *atribuída* aos partidos políticos e aos sindicatos no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado *sob a dominação da ideologia (da classe) dominante*, a

saber: a função subordinada, mas inevitável e, como tal, "necessária", pela qual a classe dominante assegura o "contato" e o "diálogo" com o adversário de classe, isto é, o proletariado e seus aliados, função com a qual uma organização do proletariado não pode, evidentemente, e como tal, *coincidir*).

Compreende-se melhor, com base nesse exemplo, a maneira pela qual as relações de desigualdade-subordinação entre os diferentes aparelhos ideológicos de Estado (e as regiões, objetos e prática que lhes correspondem) constituem, como dizíamos, a cena da luta ideológica de classes. O aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade-subordinação*[4] (o que se encontra expresso, por exemplo, na palavra de ordem "colocar a política no posto de comando"), que acarretariam uma transformação do *conjunto* do "complexo dos aparelhos ideológicos de Estado" em sua relação com o aparelho de Estado e uma transformação do próprio aparelho de Estado.[5]

Resumindo: a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do "todo complexo com o dominante" das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes.

Com relação à forma dessa contradição, vamos especificar que ela não poderia, levando-se em conta o que acabamos de dizer, ser pensada como a oposição de duas forças que se exercem uma contra a outra *em um mesmo espaço*. A forma de contradição inerente à luta ideológica entre as duas classes antagonistas não é *simétrica*, no sentido em que cada uma tenderia a realizar, em proveito próprio, *a mesma coisa* que a outra: se estamos precisando esse ponto, é porque numerosas concepções da luta ideológica tomam como uma evidência anterior à luta (cf. p. 144) a existência *da sociedade (com "o Estado" acima dela) como espaço, como terreno dessa luta*. Isso ocorre porque, co-

mo diz E. Balibar, a relação de classes é dissimulada no funcionamento do aparelho de Estado pelo próprio mecanismo que a realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como "evidências naturais". Isso nos leva a desalojar um segundo erro, gêmeo do primeiro, relativo à natureza da contradição, que consistiria em opor reprodução e transformação como poderiam ser opostas *inércia* e *movimento*: a idéia de que a reprodução das relações de produção não necessitaria ser explicada, porque "caminham por si mesmas", *tanto que não são atingidas* mesmo que não se levem em consideração as *falhas* e os *malogros* do sistema, é uma ilusão eternalista e antidialética. Na realidade, a reprodução, bem como a transformação, das relações de produção é um *processo objetivo* cujo mistério é preciso desvendar, e não um simples estado de fato que bastaria ser constatado. Já fizemos, várias vezes, *alusão* à tese central adiantada por L. Althusser: *A Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*. Chega agora o momento de examinar como essa tese "desvenda o mistério em questão, e, especificamente, examinar como a maneira pela qual ela desvenda esse mistério se abre diretamente para a problemática de uma teoria materialista dos processos discursivos, articulada com a problemática das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção.

Comecemos por uma observação de terminologia: no desenvolvimento que nos trouxe até aqui, interveio uma certa quantidade de termos, tais como aparelhos ideológicos de Estado, formação ideológica, ideologia dominante, etc., mas *nem o termo "ideologia"* (salvo de maneira negativa, na frase "os aparelhos ideológicos de Estado não são a realização da Ideologia em geral") *nem o termo "sujeito"* apareceram (nem, tampouco, o termo "indivíduo"). Como explicar o fato de que, na seqüência do desenvolvimento que precede, e justamente *para poder assegurá-lo em sua conclusão*, sejamos obrigados a mudar de terminologia introduzindo palavras novas (Ideologia no singular, indivíduo, sujeito, interpelar)? A explicação está contida nas duas proposições intermediárias seguintes:

1) Só há prática através de e sob *uma* ideologia;

2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos;

que L. Althusser enuncia antes de apresentar sua "tese central": na transcrição dessas duas proposições intermediárias, sublinhamos as duas determinações pelas quais o termo "ideologia" é afetado: na primeira, o artigo indefinido leva a pensar a pluralidade diferenciada da instância ideológica sob a forma de uma combinação (todo complexo com dominante) de elementos onde cada um é *uma formação ideológica* (no sentido definido acima); em síntese: *uma ideologia*. Na segunda proposição, a determinação do termo "Ideologia" funciona "em geral", como se disséssemos "só há raiz quadrada de um número positivo", entendendo por isso que *toda* raiz quadrada é a raiz de um número positivo: da mesma maneira, a significação dessa segunda proposição, que prefigura, na verdade, a "tese central" [6], é, realmente, que "a categoria de sujeito... é a categoria constitutiva de toda ideologia". Dito de outro modo, *a aparição do termo "sujeito"* na exposição teórica (aparição que, voltaremos a ela, se caracteriza gramaticalmente pelo fato de que esse termo não é nem sujeito nem objeto, mas atributo do objeto) é rigorosamente contemporânea ao *emprego do termo "Ideologia" no singular*, o sentido de "toda ideologia".

Isso nos leva, evidentemente, a fazer uma distinção cuidadosa entre *formação ideológica, ideologia dominante e Ideologia.*

2. *Ideologia, interpelação, "Efeito Münchhausen"*

A Ideologia em geral, cuja realização *não* se dava, como vimos, nos aparelhos ideológicos de Estado – de modo que ela não poderia coincidir com uma *formação ideológica* historicamente concreta – não é também *a ideologia dominante*, enquanto resultado de conjunto, forma histórica concreta resultante das relações de desigualdade-contradição-subordinação que caracterizam, numa formação social historicamente dada, o "todo complexo com dominante" das formações ideológicas que nela funcionam. Em outros termos, enquanto "as ideologias têm uma história própria", uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a "Ideologia em geral não tem história", na medida em que ela se caracteriza por "uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, *omni-histórica*, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história, no sentido em que o *Manifesto* define a história como 'história da luta de classes, ou seja, história das sociedades de classe'"[7]. O conceito de *Ideologia* em geral aparece, assim, muito especificamente como o meio de designar, no interior do mar-

xismo-leninismo, o fato de que as relações de produção são relações entre "homens", *no sentido de que não são relações entre coisas, máquinas, animais não-humanos ou anjos; nesse sentido e unicamente nele*: isto é, sem introduzir simultânea, e sub-repticiamente, uma certa idéia de "o homem", como antinatureza, transcendência, sujeito da história, negação da negação, etc. Como se sabe, isso constitui o ponto central da 'Resposta a John Lewis'.

Muito pelo contrário, o conceito de *Ideologia em geral* permite pensar "o homem" como "animal ideológico", isto é, pensar sua especificidade enquanto *parte da natureza*, no sentido espinosano do termo:

"A história é um imenso sistema '*natural-humano*' em movimento, cujo motor é a luta de classes [8]. Portanto, a história, ainda uma vez, *isto é*, a história da luta de classes, isto é, a reprodução/transformação das relações de classes – com os caracteres infra-estruturais (econômicos) e superestruturais (jurídico-políticos e ideológicos) que lhes correspondem. É no interior desse processo "natural-humano" da história que "a Ideologia é eterna" (*omni-histórica*) – enunciado esse que faz eco à expressão de Freud: "o inconsciente é eterno". Essas duas categorias, como se sabe, não se encontram aqui *por acaso*. Sabe-se, também, que sobre esse ponto e a despeito de importantes pesquisas recentes, *o essencial do trabalho teórico* ainda permanece por fazer, e desejamos, acima de tudo, evitar no leitor a impressão, bastante difundida hoje em dia, de que sabemos todas as respostas. De fato, não podemos mascarar por meio de fórmulas a ausência, cujo peso é grande, de uma articulação conceptual elaborada entre *ideologia* e *inconsciente*: estamos ainda no estágio dos "vislumbres" teóricos penetrando a obscuridade; e o presente estudo limitar-se-á a designar certas conexões, cuja importância pode ter sido subestimada, sem pretender, de modo algum, colocar verdadeiramente a questão mesma que governa a relação entre essas duas categorias [9]. Contentar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu fun-

cionamento, produzindo um tecido de *evidências "subjetivas"*, devendo entender-se este último adjetivo não como "que afetam o sujeito", mas "nas quais se constitui o sujeito":

> *... tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma 'evidência' primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.).* [10]

Ora, eis o ponto preciso onde surge, a nosso ver, a necessidade de uma teoria materialista do discurso; essa evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada por Althusser de uma outra evidência, presente, como vimos, em toda a filosofia idealista da linguagem, que é a evidência do sentido. Lembremos os termos dessa aproximação que vimos evocando desde o começo deste estudo:

> *Como todas as evidências, inclusive* aquelas que fazem com que uma palavra 'designe uma coisa' ou 'possua um significado' (portanto inclusas as evidências da 'transparência' da linguagem*), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar* . [11]

Essa referência foi tomada do comentário sobre a evidência do *sujeito*; os destaques que dizem respeito à evidência do sentido são nossos. Acrescentamos que, nesse ponto do texto, se encontra, em nota, uma observação que toca diretamente na questão que examinamos aqui: "Os lingüistas e todos aqueles que recorrem à lingüística com diferentes fins tropeçam freqüentemente em dificuldades que decorrem do desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive os discursos científicos " [12].

Todo nosso trabalho encontra aqui sua determinação, pela qual a questão da *constituição do sentido* junta-se à da *constitui-*

ção do sujeito, e não de um modo marginal (por exemplo, no caso particular dos "rituais" ideológicos da leitura e da escritura), mas no interior da própria "tese central", na figura da *interpelação*.

Dizemos a *figura* da interpelação para designar o fato de que se trata, como indica Althusser, de uma "ilustração", de um exemplo submetido a uma forma de exposição particular, "concreta o suficiente para que possa ser reconhecida e abstrata o suficiente para que possa ser pensável e pensada, dando origem ao conhecimento "[13]. Essa figura, ao mesmo tempo religiosa e policial ("Você, por quem eu derramei essa gota de sangue"/"Ei, você aí!") tem o mérito, primeiramente, pelo duplo sentido da palavra "interpelação", de tornar tangível o vínculo superestrutural – determinado pela infra-estrutura econômica – entre o aparelho *repressivo* de Estado (o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla "as identidades") e os aparelhos ideológicos de Estado, portanto: o vínculo entre o "sujeito de direito" (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito, seus iguais) *e* o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: "Sou eu!"). Seu mérito é também o de mostrar esse vínculo de uma maneira tal que o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo, etc.) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se* fala *do* sujeito, que *se* fala *ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: "Eu falo". As conseqüências que resultam diretamente desse ponto em relação ao problema da *enunciação* serão expostas mais adiante.

Enfim, o último mérito – mas não o de menor importância – desse "pequeno teatro teórico" da interpelação, concebido como uma crítica ilustrada do teatro da consciência, é o de designar, pela discrepância da formulação "indivíduo"/"sujeito", o paradoxo pelo qual o *sujeito é chamado à existência*: na verdade, essa formulação evita cuidadosamente a pressuposição da existência do sujeito sobre o qual se efetuaria a operação e interpelação – daí não se dizer: "O sujeito é interpelado pela Ideologia".

Isso cortaria pela raiz qualquer tentativa que consistisse em *inverter*, pura e simplesmente, a metáfora que liga o sujeito e as diversas "pessoas morais", as quais, à primeira vista, parecem ser sujeitos constituídos a partir de uma coletividade de sujeitos, e dos quais se diria, invertendo a relação, que essa coletividade, como entidade pré-existente, que impõe sua marca ideológica a cada sujeito sob a forma de uma "socialização" do indivíduo nas "relações sociais" concebidas como relações intersubjetivas. Na verdade, o que a tese "a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos" designa é exatamente que "o não-sujeito" é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é, precisamente, que a interpretação tem, por assim dizer, um *efeito retroativo* que faz com que todo indivíduo seja "sempre-já-sujeito"; ao examinar os diferentes elementos com os quais nos deparamos no começo da segunda parte deste trabalho.

Primeiramente, trata-se da *evidência do sujeito* como único, insubstituível e idêntico a si mesmo: a resposta, absurda e natural; "sou eu!" à questão "quem é ?" [14] faz eco à observação que fizemos acima (pp. 101-2) – a saber, que é "evidente" que eu sou a única pessoa que poderia dizer "eu" ao falar de mim mesmo –; dizíamos também que essa evidência oculta alguma coisa, que escapa a Russell e ao empirismo lógico.

O que oculta essa evidência, como vemos agora, é o ato de que o sujeito é desde sempre "um indivíduo interpelado em sujeito" o que, para ficar no tom do exemplo de Althusser, poderia ser ilustrado por essa injunção absurda que as crianças se dirigem a modo de pilhéria: "Senhor Fulano de Tal, o senhor poderia me dizer o seu nome?", injunção cujo aspecto lúcido mascara o parentesco com a operação policial de distribuição-verificação das *identidades*. E é exatamente disso que se trata: a "evidência" da identidade oculta que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem estranha é, contudo, "estranhamente familiar" [15].

Essa mistura surpreendente de absurdo e de evidência, e esse retorno do estranho no familiar, já foram encontrados por nós a propósito da noção de *pré-construído* (cf. por exemplo, a

anedota citada por Freud, e já lembrada por nós, que falava sobre o lugar onde o duque de Wellington (não) pronunciou suas célebres palavras, ver mais acima p. 98) e, na ocasião, devíamos nos limitar a constatar que esse efeito de pré-construído consistiria numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado "antes, em outro lugar, independentemente".

Podemos, de agora em diante, tendo em conta o que acabamos de expor, considerar o *efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito...* ao mesmo tempo em que é "*sempre-já sujeito*", destacando que essa discrepância (*entre* a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, independentemente, *e* o sujeito indentificável, responsável, que dá conta de seus atos) funciona "por contradição", quer o sujeito, em toda sua ignorância, se submeta a ela, quer, ao contrário, ele a apreenda por meio de sua agudeza de "espírito": um grande número de brincadeiras, anedotas, etc., são, de fato, regidas pela contradição inerente a essa discrepância; elas constituem como que sintomas dessa apreensão e têm como sustentáculo o círculo que liga a contradição sofrida (isto é, a "estupidez") à contradição apreendida e exibida (isto é, a "ironia"), como o leitor poderá se convencer com base neste ou naquele exemplo que seja particularmente "eloqüente" [16].

O papel de sintoma que reconhecemos no funcionamento de um certo tipo de brincadeira (nas quais o que está, em última instância, em jogo é a *identidade* de um sujeito, de uma coisa ou de um acontecimento) com respeito à questão da interpelação-identificação ideológica nos leva a colocar, em ligação com esse sintoma, a existência do que chamamos (p. 117) um *processo do significante, na interpelação-identificação.* Expliquemo-nos: não se trata aqui de evocar, em geral, "o papel da linguagem" nem mesmo "o poder das palavras" deixando incerta a questão de saber se se trata do *signo, que designa alguma coisa para alguém,* como diz J. Lacan, ou se se trata do *significante,* isto é, *daquilo que representa o sujeito para um outro significante,*

(ainda J. Lacan). É claro que, para nossos propósitos, é a segunda hipótese que é boa, porque nela é que está a questão do *sujeito como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é "preso" nessa rede* – "nomes comuns" e "nomes próprios", efeitos de *shifting*, construções sintáticas, etc. – de modo que o sujeito resulta dessa rede como "causa de si" no sentido espinosano da expressão. E é, de fato, a existência dessa contradição (produzir como *resultado* uma *causa de si*), e seu papel motor em relação ao processo do significante na interpelação-identificação, que nos autorizam a dizer que se trata realmente de um processo, na medida em que os "objetos" que nele se manifestam se desdobram, se dividem, para atuar sobre si enquanto outro de si. [17]

O apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como "causa de si", tem como conseqüência, a nosso ver, a série do que se poderia chamar as *fantasias metafísicas*, que tocam, todas, na questão da causa: por exemplo, a fantasia das *duas mãos* que, tendo cada uma um lápis, *se desenham uma à outra sobre a mesma folha de papel* e, também, a do salto perpétuo no qual, *de um impulso prodigioso, se salta pro alto antes de se ter tocado o solo*; poderíamos continuar. Vamos nos deter, propondo atribuir a esse efeito *fantástico* – pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito – o nome de "efeito Münchhausen", em memória do imortal barão que *se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos*.

Se é verdade que a ideologia "recruta" sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a *todos*, é preciso, então, compreender de que modo os "voluntários" são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer), enquanto "sujeitos-falantes": compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de

uma análise teórica, o "efeito Münchhausen", colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso.

3. *A forma-sujeito do discurso*

Podemos resumir o que precede dizendo que, sob a *evidência* de que "eu sou realmente eu" (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas "idéias", minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: "aquele que...", isto é, X, o qüidam que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas "relações sociais jurídico-ideológicas"[18]. O futuro do subjuntivo[19] da lei jurídica "aquele que causar um dano..." (e a lei *sempre* encontra "um jeito de agarrar alguém", uma "singularidade" à qual aplicar sua "universalidade") produz o sujeito sob a forma do *sujeito de direito*[20]. Quanto ao sujeito ideológico que o reduplica, ele é interpelado – constituído sob a evidência da constatação que veicula e mascara a "norma" identificadora: "um soldado francês não recua", significa, portanto, "*se você* é um *verdadeiro* soldado francês, o que, de fato, você é, então você não *pode/deve* recuar"[21]. Desse modo, é a ideologia que, através do "hábito" e do "uso, está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que*

deve ser, e isso, às vezes, por meio de "desvios" lingüisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de "retomada do jogo"[22]. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um soldado[23], um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" e que mascaram, assim, sob a "transparência da linguagem", aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Expliquemos o que estamos querendo dizer com isso. Diremos que o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos "o todo complexo das formações ideológicas". Especificaremos essa dependência por meio de duas teses:

1) A primeira consiste em colocar que o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem[24]. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).[25]

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual

são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são "interpelados" em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam "na linguagem" as formações ideológicas que lhes são correspondentes. [26]

Ao mesmo tempo, a questão (colocada na página 190) sobre a relação entre *base* (lingüística) e *processo* (discursivo-ideológico) encontra aqui o ponto de partida de sua solução: se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente "evidentes" – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria "próprio", vinculado a sua literalidade [27]. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, "ter o mesmo sentido", o que – se estamos sendo bem compreendidos – representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido. A partir de então, a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – "significantes" – em uma formação discursiva dada [28].

Compreende-se melhor, agora, de que modo o que chamamos "domínios de pensamento" (cf. pp. 199 e 124) se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc. É por essa via, como veremos, que todo sujeito se "reconhece" a si mesmo (em

si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a *condição* (e não o *efeito*) do famoso "consenso" intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento. Assim, ao reconhecermos que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido (sua "matriz", por assim dizer), somos diretamente levados à nossa segunda tese, que será enunciada da seguinte maneira:

2) *Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao "todo complexo com dominante" das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas definido mais acima.*

Vamos desenvolver: propomos chamar interdiscurso a esse "todo complexo com dominante" das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas.

Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva [29] é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que "algo fala" (*ça parle*) sempre "antes, em outro lugar e independentemente", isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Descobrimos, assim, que os dois tipos de discrepância, respectivamente, o efeito de *encadeamento do pré-construído* e o efeito que chamamos *articulação* – que consideramos, de início, como leis psico-lógicas do pensamento – são, na realidade, determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso.

Concluiremos esse ponto dizendo que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece "a cada sujeito" sua "realidade", enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas - experimentadas. Ao dizer

que o *EGO*, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*, não estamos, pois, fazendo apelo a nenhuma "transcendência" (um Outro ou um Sujeito *reais*); estamos, simplesmente, retomando a designação que Lacan [30] e Althusser – cada um a seu modo – deram (adotando deliberadamente as formas travestidas e "fantasmagóricas" inerentes à subjetividade) do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como *interior* sem *exterior*, *e isso pela determinação do real* (*exterior*), e especificamente – acrescentaremos – *do interdiscurso como real* (*exterior*).

Compreende-se, pois, que o idealismo não é, de início, uma posição epistemológica, mas, sobretudo, o funcionamento espontâneo da *forma-sujeito* [31], por meio do qual se dá como essência do real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito.

Somos, assim, levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do "Ego-imaginário", como "sujeito do discurso". Já observamos que o sujeito se constitui pelo "esquecimento" [32] daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto "pré-construído" e "processo de sustentação") que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

Um ponto foi aqui deixado em suspenso: diz respeito à especificidade diferencial dos dois tipos de elementos do interdiscurso ("pré-construído" e "articulações") que – repelidas as ilusões idealistas que lhes concernem – aparecem determinando o

sujeito, impondo-dissimulando-lhe seu assujeitamento sob a aparência da autonomia, isto é, através da estrutura discursiva da forma-sujeito. Retomaremos, aqui, a distinção dominação/determinação para colocar que a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva *dominante*, e que as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso *determinam a dominação da formação discursiva dominante*. A distinção entre pré-construído e articulação nos permitirá avançar.

Diremos, então, que o "pré-construído" corresponde ao "sempre-já-aí" da interpelação ideológica que fornece-impõe a "realidade" e seu "sentido" sob a forma da universalidade (o "mundo das coisas"), ao passo que a "articulação" *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*. Especifiquemos de que se trata: antecipamos mais acima (cf. p. 160) uma concepção do efeito de sentido como relação de possibilidade de substituição entre elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma formação discursiva dada. Acrescentaremos, agora, que essa possibilidade de substituição pode tomar duas formas fundamentais: a da *equivalência* – ou possibilidade de substituição simétrica –, tal que dois elementos substituíveis A e B "possuam o mesmo sentido" na formação discursiva considerada, e a da *implicação* – ou possibilidade de substituição orientada –, tal que a relação de substituição A ⟶ B não seja a mesma que a relação de substituição B ⟶ A.

Exemplifiquemos, a título de esclarecimento, essa distinção.

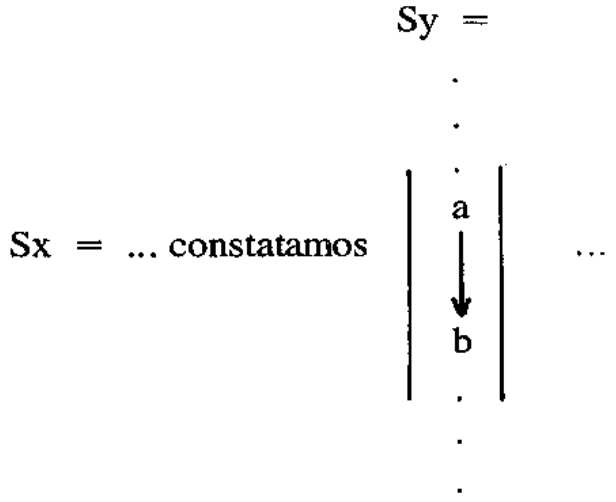
Seja uma substituição como: triângulo com um ângulo reto/triângulo retângulo.

Vê-se que a relação entre os substituíveis é uma relação de identidade "não orientada", uma vez que os substituíveis só podem ser sintagmatizados [33] por uma meta-relação de identidade.

Consideremos, por outro lado, uma substituição como:

> passagem de uma corrente elétrica/deflexão do galvanô metro, no contexto de uma seqüência do tipo "constatamos a/b".

Vê-se, aqui, que a relação entre os substituíveis resulta, ao contrário, de um encadeamento (ou de uma conexão) que não é uma relação de identidade: tudo se passa como se uma seqüência Sy viesse atravessar perpendicularmente a seqüência Sx que contêm os substituíveis, unindo-as por um encadeamento necessário:



Em nosso exemplo, a seqüência Sy, que pertence àquilo que chamaremos o "*discurso-transverso*" de Sx, e que efetua um encadeamento entre a e b em Sx, poderia ser:

> "A passagem de uma corrente elétrica *determina* a deflexão do galvanômetro"

ou

> "A deflexão do galvanômetro *indica* a passagem de uma corrente elétrica".

Observemos que o funcionamento do "discurso-transverso" remete àquilo que, classicamente, é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc.

Vemos, ao mesmo tempo, que o que chamamos anteriormente "articulação" (ou "processo de sustentação") está em relação direta com o que acabamos agora de caracterizar sob o nome de *discurso-transverso*, uma vez que se pode dizer que a articulação (o efeito de incidência "explicativa" que a ele corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo do que designaremos pela expressão *intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de "co-referência" que garantem aquilo que se pode chamar o "fio do discurso", enquanto discurso de um sujeito [34]).

Vemos, assim, com base no exemplo precedente, que se obtém, por sintagmatização do discurso transverso, uma construção "incidente" do gênero:

> "Constatamos uma deflexão do galvanômetro, que indica a passagem de uma corrente elétrica ..."

O desenvolvimento que acabamos de efetuar pede uma observação com respeito ao domínio de exemplos utilizado: trata-se de um exemplo extraído do domínio da ciência física, apelando, portanto, para o que chamamos processos conceptuais-científicos, não sustentados por um "sujeito" (que seria o impossível "sujeito da ciência"). O que, nesse caso, significa dizer que a "evocação" que é efetuada não é, aqui, a evocação, no discurso do sujeito, do pensamento de um sujeito (mesmo se ele aparece como tal ao sujeito, por uma re-ideologização espontânea do processo sem sujeito). No caso de um processo nocional-ideológico, ao contrário, o efeito de determinação do discurso-transverso sobre o sujeito induz necessariamente neste último a relação do sujeito com o Sujeito (universal) da Ideologia, que é "evocada", assim, no pensamento do sujeito ("todo mundo sabe que...", "é claro que...").

Voltaremos mais adiante (cf. p. 221 e conclusão) à relação entre processo sem sujeito e universalidade ideológica do Sujeito; essa relação está diretamente ligada ao que foi mostrado quando falamos de *simulação das ciências pela ideologia* (cf. p. 75).

Observaremos, por outro lado, que o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como "sujeito falante", com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto "fio do discurso" do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma "interioridade" inteiramente determinada como tal "do exterior". E o caráter da forma-sujeito, com o idealismo espontâneo que ela encerra, consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual o "sujeito do discurso" se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro "já-dito" do intra-discurso, no qual ele se articula por "co-referência "[35]. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos*.

Ora, essa identificação do sujeito consigo mesmo é – como dissemos –, simultaneamente, uma identificação com o outro (com *o* minúsculo) enquanto outro "ego", origem discrepante, etc.: o efeito-sujeito e o efeito de "intersubjetividade" são, assim, rigorosamente contemporâneos e coextensivos. Nessa perspectiva, o autocomentário pelo qual o *discurso do sujeito* se desenvolve e se sustenta sobre si mesmo (ao se articular por "incidentes" que – como acabamos de ver – sintagmatizam elementos substituíveis) é um caso particular dos fenômenos de paráfrase e de reformulação (como forma geral de relação entre substituíveis) constitutivos de uma formação discursiva dada, na qual os

sujeitos por ela dominados se reconhecem entre si como espelhos uns dos outros: o que significa dizer que a coincidência (que é também conivência – e mesmo, cumplicidade) do sujeito consigo mesmo se estabelece pelo mesmo movimento entre os sujeitos, segundo a modalidade do "como se" (como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta), modalidade na qual a "incorporação" dos elementos do interdiscurso (pré-construído e articulação-sustentação) pode se dar até o ponto de confundi-los, de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito. Essa modalidade, que é a da *ficção*, representa, por assim dizer, a forma idealista pura da forma-sujeito sob suas diversas formas, da "reportagem", à "literatura" e ao "pensamento criador", e que passaremos rapidamente a examinar.

Seja, por exemplo, a seguinte frase, extraída de um artigo-reportagem sobre a Irlanda, publicado pelo jornal *Le Monde* [36] :

> "A cruz branca que os manifestantes amarraram em um poste não foi tocada pela polícia".

Vê-se que a demarcação entre a incidência de uma evocação (vocês sabem: essa cruz branca...) e a evidência de um elemento pré-dado (vocês estão vendo essa cruz branca que os manifestantes...) é, a rigor, nula, uma vez que os dois funcionamentos voltam-se para o mesmo fenômeno de simulação-presentificação (a Irlanda *como se vocês* estivessem lá): "Se vocês tivessem estado lá, teriam visto essa cruz e saberiam do que estou falando". O poder de *mise en scène*, o efeito "poético" que faz assistir à cena [37] , tem, pois, como base a condição implícita de um deslocamento das origens (do "ponto zero" das subjetividades), deslocamento do presente ao passado, acoplado ao deslocamento de um sujeito a outros sujeitos, que constitui a identificação. Compreendemos, assim, retrospectivamente, que o verdadeiro objeto encontrado por Frege quando ele comenta a frase que relata os feitos e gestos de Napoleão não passa daquilo que chamaremos as formas de identificação do sujeito, com o narrador e com o

"objeto" de sua narração (Napoleão, e suas apreciações, suas intenções, etc.).

Pode-se, então, prever que o efeito da presença romanesca funciona de acordo com a mesma modalidade. Imaginemos, então, uma frase suscetível de aparecer em uma seqüência romanesca "clássica" como:

> "era uma dessas manhãzinhas pálidas que se assemelham a um nascimento..."

para explicitar o que estamos querendo dizer: é claro que a questão de saber se "em realidade" *todas* as manhãzinhas pálidas se assemelham a um nascimento ou se *algumas*, apenas, é bastante incongruente. Aí, ainda, a diferença de funcionamento se anula: a teoria estética do romance clássico fala da "transmutação" romanesca dos conteúdos "cotidianos" (manhãzinha, pálida, nascimento) como meio pelo qual o romancista cria "seu mundo", "fora da realidade", com seus próprios objetos, suas qualidades e propriedades específicas, etc., em conivência com o leitor. Assim, pois, a ideologia estética da "criação" [38] e a recriação pela leitura – correlativa da criação – encontram, também elas, sua origem naquilo que chamamos a "forma-sujeito", mascarando a materialidade da *produção* estética.

Enfim, é fácil mostrar que a concepção do *pensamento como "atividade criadora"* é o prolongamento espontâneo (sob a forma de uma teoria estetista do conhecimento) do idealismo inerente à forma-sujeito. A partir do momento em que "o ponto de vista cria o objeto" [39], toda noção e, do mesmo modo, todo conceito aparecem como ficções cômodas, "maneiras de falar" que põem em dúvida, ao se multiplicarem os seres fictícios e os mundos possíveis, *a existência independente do real como exterior ao sujeito*. Efeito este que se pode explicar por expressões como "a Berlim dos anos 30", "o Napoleão de Abel Gance", "o Mundo dos Antigos", etc., que significam indiferentemente: "Berlim na época dos anos 30" *e* "Berlim – 1930", "Napoleão, tal como foi visto por Abel Gance" *e* "a personagem que Abel Gance criou com o nome de Napoleão", "o Mundo, tal como o

concebiam os Antigos" *e* "o Mundo-para-os-Antigos", etc. A relação pela qual a "realidade" se torna dependente do "pensamento" é justamente a marca do idealismo, tal como o descreve Lênin em *Materialismo e Empiriocriticismo*, e para o qual se apaga a distinção entre pensar e imaginar. Ressaltemos – ainda uma vez – a esse respeito que o idealismo não se encontra, de maneira alguma, na estrutura formal (lingüística ou lógica) da expressão, a saber, um nome próprio afetado por uma determinação, mas, ao contrário, na posição da realidade como realidade-para-o-pensamento. Nesse sentido, o funcionamento que acabamos de evocar é, na verdade, o extremo oposto de expressões polêmicas – embora formalmente análogas – como "Sua Virgem Maria" ou "o ar de fogo dos alquimistas", etc. (significando "a alucinação que você chama Virgem Maria", "aquilo que os alquimistas *queriam dizer ao falar* de ar de fogo", etc.), que remetem não a uma inversão geral da relação do pensamento do real, mas, bem ao contrário, ao traçado de uma demarcação materialista entre o real e a ilusão enquanto desconhecimento do real. Voltaremos a isso mais adiante (cf. p. 215).

Vê-se, assim, que o efeito do real sobre si mesmo, na medida em que ele produz aquilo que chamamos a "forma-sujeito", fornece-impõe a "realidade" ao sujeito sob a forma geral do desconhecimento, forma da qual a *ficção* – tal como a examinamos há pouco – representa a modalidade mais "pura" [40]. Não causa surpresa o fato de que – em função do que precede – esse *desconhecimento* seja fundado sobre um *reconhecimento*, caracterizado por L. Althusser como:

> "reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo" [41].

É nesse reconhecimento que o sujeito se "esquece" das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendamos que, sendo "sempre-já" sujeito, ele "sempre-já" se esqueceu das determinações que o constituem como tal. Isso explica o caráter não fortuito, mas absolutamente necessário, da dupla forma

("empírica" *e* "especulativa", na terminologia de Th. Herbert) do assujeitamento ideológico, que permite compreender que o *pré-construído*, tal como o redefinimos, remete simultaneamente "àquilo que todo mundo sabe", isto é, aos conteúdos de pensamento do "sujeito universal" suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma "situação" dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do "contexto situacional". Da mesma maneira, a *articulação* (e o discurso-transverso, que – como já sabemos – é o seu funcionamento) corresponde, ao mesmo tempo, a: "como dissemos" (evocação intradiscursiva); "como todo mundo sabe" (retorno do Universal no sujeito); e "como todo mundo pode ver" (universalidade implícita de toda situação "humana"). Em suma, todo sujeito é assujeitado no universal como singular "insubstituível", o que L. Althusser traduz nas formas de ideologia religiosa ao dizer:

> *Deus tem (...) necessidade de "tornar-se" homem, o Sujeito precisa tornar-se sujeito, como para mostrar empiricamente, de forma invisível aos olhos, palpáveis às mãos (veja-se São Tomás) dos sujeitos que, se eles são sujeitos, submetidos [assujeitados] ao Sujeito, o são unicamente para voltar finalmente no dia do Julgamento Final ao seio do Senhor, como o Cristo, ou seja ao seio do Sujeito*.[42]

Diremos que a marca do inconsciente como "discurso do Outro" designa no sujeito a presença eficaz do "Sujeito", que faz com que todo sujeito "funcione", isto é, tome posição, "em total consciência e em total liberdade", tome iniciativas pelas quais se torna "responsável" como autor de seus atos, etc., e as noções de *asserção* e de *enunciação* estão aí para designar, no domínio da "linguagem", os atos de tomada de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante.

O que precede nos permite dizer que a noção de "ato de linguagem" traduz, de fato, o desconhecimento da determinação do sujeito no discurso. Permite, ainda, dizer que, na verdade, a *tomada de posição* não é, de modo algum, concebível como

um "ato originário" do sujeito-falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da "exterioridade" do real ideológico-discursivo, na medida em que ela "se volta sobre si mesma" para se atravessar [43] . Nessas condições, a tomada de posição resulta de um retorno do "Sujeito" no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele "toma consciência" e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus "semelhantes" e com o "Sujeito". O "desdobramento" do sujeito – como "tomada de consciência" de seus "objetos" – é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que ele designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade *no próprio interior do sujeito.*

Notemos – de passagem – que o projeto fenomenológico husserliano, que visa reencontrar no "solo originário" dos atos do sujeito (como consciência, atividade, etc.) a fonte daquilo que determina, na realidade, o sujeito como tal, é, com bastante exatidão, a repetição do mito idealista da interioridade, pelo qual o "não-dito" não poderia ser diferente do "*já-dito*" ou do "*dizível*" que o sujeito pode encontrar por uma reflexão sobre si mesmo. Diremos que o coração desse mito se apóia na noção de *consciência* como poder sintético unificador, centro e ponto ativo de organização das representações que determinam seu encadeamento. [44]

Acrescentaremos que a "verdade" desse mito idealista consiste precisamente no funcionamento (concebido como autônomo) de uma *formação discursiva* no sentido em que a definimos, isto é, como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma "intersubjetividade falante" pela qual cada um sabe de antemão o que o "outro" vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro (uma vez que, como dizíamos – cf. pp. 127 e 167 –, cada um é o espelho dos outros).

Vamos precisar o funcionamento dessa ilusão no espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva: ao falar de "intersubjetividade falante", não estamos abandonando o círculo fechado da forma-sujeito; bem ao contrário, estamos inscrevendo nessa forma-sujeito, a necessária referência do que *eu* digo àquilo que *um outro* pode pensar, na medida em que aquilo que eu digo *não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer*. Ao empregar expressões como "eu poderia", "estou determinado a" ..., estamos designando o setor subjetivo das virtualidades, das finalidades, das intenções, das reticências, das recusas, etc., e o que esse setor encobre só é possível mostrar a partir de Freud.

Apoiando-nos em uma interpretação da primeira tópica freudiana, havíamos, em um trabalho anterior[45], utilizado a oposição entre o "sistema pré-consciente-consciente" e o "sistema inconsciente" para definir dois tipos radicalmente diferentes de "esquecimentos" inerentes ao discurso.

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao "esquecimento" pelo qual todo sujeito-falante "seleciona" no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.*

Por outro lado, apelamos para a noção de "sistema inconsciente" para caracterizar um outro "esquecimento", o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento nº 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão.

Essa interpretação da primeira tópica possuía a vantagem de explicar o fato de que não há fronteira ou solução de continuidade "no interior" de uma formação discursiva, de modo que o acesso ao "não-dito" como "dito de outro modo" (aceito ou

rejeitado) permanece constitutivamente aberto. Por outro lado, essa interpretação nos permitia dar conta da impressão de realidade de seu pensamento para o sujeito-falante ("eu sei o que estou dizendo", "eu sei do que estou falando"), impressão deflagrada pela abertura constitutiva da qual esse sujeito se utiliza constantemente através do retorno sobre si do fio de seu discurso, da antecipação de seu efeito e da consideração da discrepância introduzida nesse discurso pelo discurso de um outro (como próprio outro) para explicitar e se explicitar a si mesmo o que ele diz e "aprofundar o que ele pensa".

Enfim, a mesma interpretação se justificava pela associacão entre pré-consciente e representação-objeto, na medida em que essa representação é acompanhada de tematizações, de focalizacões da atencão, etc. E, com efeito, no quadro particular da *Traumdeuntung* (da análise dos sonhos, portanto, mas também de maneira mais geral), Freud descrevia o processo pré-consciente nos seguintes termos:

> *(...) parece que a seqüência de pensamento que foi assim iniciada e abandonada pode continuar a desenrolar-se sem que a atenção seja novamente voltada para ela, a menos que, num ou noutro ponto, ela atinja um grau especialmente alto de intensidade, que força a atenção para ela. Dessa maneira, se uma seqüência de pensamento é inicialmente rejeitada (conscientemente, talvez) por um julgamento de que ela é errada ou inútil para os propósitos intelectuais imediatos em vista, o resultado pode ser que essa seqüência de pensamento avance, inobservada pela consciência, até o início do sono.*
>
> *Para resumir: chamamos uma seqüência de pensamento como esta de 'pré-consciente'; encaramo-la como completamente racional (...).* [46]

As formulações precedentes nos parecem, hoje, insuficientes, na medida em que levam a fazer do pré-consciente-consciente uma zona autônoma com relação ao inconsciente, de-

limitado pela barreira do recalque e da censura: portanto, uma vez mais, a ilusão de um império dentro de um império, da luta entre o império da razão e da consciência contra o império do inconsciente. De fato, essa ilusão não passava de uma nova forma da ilusão da autonomia do pensamento com respeito ao inconsciente, isto é, do processo secundário com relação ao processo primário.

Ora, o próprio Freud, especialmente em *Esquisse d'une Psychologie scientifique*, restabeleceu o primado dos processos primários sobre os processos secundários ao reafirmar que o pensamento é inconsciente: as conseqüências desse restabelecimento são levadas ao extremo na segunda tópica, e isso nos obriga, através da reelaboração lacaniana, a retomar o problema do pré-consciente.

Para os nossos propósitos, diremos, então, que o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente. É esse vínculo entre as duas representações verbais em causa que é restabelecido na discursividade, na medida em que ambas podem ser unidas à mesma formação discursiva (podendo, então, uma remeter à outra por reformulação parafrástica ou por metonímia). Esse vínculo entre as duas representações procede da *identificação simbólica* [47] e, como tal, é representado através das "leis da língua" (lógica e gramática), de modo que, também aí, fica claro que todo discurso é ocultação do inconsciente.

Compreende-se, pois, que aquilo que continuaremos chamando o esquecimento nº 2 *cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apóia sua "liberdade" de sujeito-falante*. Isso permite – parece-nos – compreender que a tão famosa problemática da "enunciação" – que, com o subjetivismo que freqüentemente a acompanha, se difunde hoje em dia nas pesquisas lingüísticas – remete, na realidade, à ausência teórica

de um *correspondente lingüístico do imaginário e do ego freudianos*: fica por fazer a teoria do "corpo verbal" que toma posição em um termo (modalidades, aspectos, etc.) e em um espaço (localização, determinantes, etc.) que sejam o tempo e o espaço imaginários do sujeito-falante. Aqui – parece-nos – seria preciso destacar os "efeitos semânticos ligados à sintaxe", na medida em que, como diz Lacan, "a sintaxe, exatamente, é pré-consciente" [48].

Pode-se, com respeito a esse ponto, recordar o que Freud expôs em seu texto sobre a *negação (Verneinung)*, a saber, que, em particular pelo jogo da negação enquanto efeito sintático mínimo, duas representações são colocadas em uma relação pré-consciente.

O fato de uma representação verbal e seu "contrário" gramatical ou lógico estarem dessa forma ligados marca que as condições de uma *separação* (que isola a representação verbal da formação discursiva que lhe atribui um sentido, fazendo, assim, dessa representação verbal um puro significante) estão inscritas, como um traço universal, na sintaxe. *Os significantes aparecem dessa maneira* não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas *como aquilo que foi "sempre-já" desprendido de um sentido*: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está "sempre-já" desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no *non-sens* do significante.

Destaquemos que isso não se contradiz, em absoluto, com a supremacia do significante sobre o significado, desde que se compreenda que essa supremacia se exerce no quadro de uma formação discursiva determinada por seu exterior específico. Esse exterior, como vimos mais acima, é radicalmente ocultado para o sujeito-falante que está sob a dominância dessa formação discursiva (fato que continuaremos a chamar esquecimento nº 1), e isso em condições tais que todo acesso a esse exterior pela reformulação lhe seja proibido por razões constitutivas referentes às relações de divisão-contradição que atravessam-organizam o

"todo complexo das formações discursivas" em um momento histórico dado.

O efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar de constituição do que chamamos o *imaginário lingüístico* (corpo verbal).

A esse imaginário lingüístico deveriam, sem dúvida, ser relacionadas também as "evidências" lexicais inscritas na estrutura da língua, levando-se em conta que as equivalências lexicalizadas entre substituíveis resultam, de fato, do esquecimento (de tipo 1) do discurso-transverso que as une, de modo que essas equivalências aparecem, no que chamamos o imaginário lingüístico, *como o simples efeito das propriedades lexicais*, evidentes em sua eternidade. Isso marca – parece-nos – a ascendência dos processos ideológico-discursivos sobre o sistema da língua e o limite de autonomia, historicamente variável, desse sistema. [49]

Sem desenvolver mais nada aqui sobre esse ponto, insistiremos no fato de que, no espaço de reformulação-paráfrase de uma formação discursiva – espaço no qual, como dissemos, se constitui o sentido –, efetua-se o acobertamento do impensado (exterior) que o determina; insistiremos igualmente no fato de que esse acobertamento se efetua, na realidade, na esfera reflexiva da consciência e da intersubjetividade, isto é, na esfera sem margens nem limites da forma-sujeito que, como a ideologia (e porque ela é seu ponto central), "não possui um exterior", segundo a expressão de L. Althusser. [50]

Ora – e isso fará progredir de maneira decisiva nosso exame –, essa fórmula, "a ideologia não possui um exterior", é colocada por L. Althusser em vizinhança imediata e paradoxal com uma segunda fórmula que se volta contra ela, dizendo: "a ideologia é exterioridade". Vamos esclarecer como essas duas fórmulas são reunidas e comentadas em dois breves parênteses: "A ideologia *não possui um exterior* (para si mesma) mas (...) ao mesmo tempo *ela é exterioridade* (para a ciência e para a realidade)" [51].

De onde a questão que, levando-se em conta o que precede, não poderia deixar de ser colocada, e que constitui aquilo que se poderia chamar o *pons asinorum* de uma teoria materialista (marxista-leninista) da ideologia, questão a qual enunciaremos da seguinte forma, deliberadamente "ingênua" e provocadora:

Dado que a ideologia não possui um exterior *para si mesma*, isto é, se somos compreendidos, *para o sujeito* – o que significa dizer que "todo homem", para "cada um de nós", etc. –, *como, por que, de que ponto* de vista, etc., se poderia dizer que a ideologia *é exterioridade*? Questão elementar, *pons asinorum* do marxismo-leninismo, isso não quer dizer que a resposta seja fácil (como veremos, ela é, na verdade, relativamente difícil, supondo mesmo uma transformação da própria questão), mas, antes, que *tudo depende dela*, primordialmente a concepção da teoria e da prática revolucionárias, e suas conseqüências no que tange a questões como "o que significa lutar?" e também "o que significa produzir (e "reproduzir") conhecimentos científicos?".

Evoquemos rapidamente, *em função da memória*, duas "soluções" que não são soluções, mas que insistem constantemente em esclarecer a questão.

A primeira "solução" consiste em imaginar uma *saída do sujeito para fora da ideologia* por meio de um ato (individual ou coletivo) que permita "atravessar a barreira" para "passar do outro lado", *na ciência e no real*[52], isto é, para "atingir as próprias coisas" (cf. Husserl) para além da subjetividade do discurso. Em suma, "transpondo as aparências", "quebrando o espelho" da subjetividade, etc., o sujeito vai "ver em outro lugar" o que é. Inútil continuar desenvolvendo: essa concepção de dessubjetivização subjetiva do sujeito correspondente – poder-se-ia mostrá-lo com facilidade – a uma posição politicamente "heróica" e epistemologicamente teológica, na qual a descontinuidade ciência/ideologia funciona como uma fantasia epistemológica e política de origem platônica (pré-existência da "ciência" na produção histórica dos conhecimentos, transcendência da política como "ciência nobre"). Em suma, esse primeiro caminho é o do *realismo metafísico*, do qual tratamos em detalhe mais acima.

Seremos ainda mais breves na abordagem à segunda "solução", que consiste em imaginar que a "ciência" é *a ideologia mais cômoda*, em um momento dado e em circunstâncias dadas – o "sistema de representações" mais "prático" –, de modo que se colocar "do ponto de vista da ciência e do real" significa, nesse caminho – no qual reconhecemos todos os traços do *empirismo* – construir, pragmática e subjetivamente, esse ponto de vista na *ideologia*; o que resulta, epistemologicamente, em uma consagração da continuidade pela qual a própria ideologia concebe sua relação com a "ciência", e, politicamente, em uma bênção da relação de forças em presença, na medida em que essa relação determina, a cada instante, a "comodidade" dessa ou daquela posição.

Finalmente, o próprio dessas duas pseudo-soluções (poder-se-ia mostrar que a segunda corresponde ao quietismo empirista e oportunista da II Internacional e que a primeira corresponde ao voluntarismo do desvio stalinista na III Internacional) é buscar resolver o problema *precisamente onde sua solução é radicalmente impossível*, ou seja, tomando como ponto de partida aquilo que chamamos a "forma-sujeito", a qual – como pensamos ter mostrado – é, de fato, um efeito e um resultado, isto é, precisamente *tudo menos um ponto de partida*.

Tomar a forma-sujeito como ponto de partida significaria considerar – por uma divisão epistemológica em dois campos que se afrontam a partir de suas posições respectivas – que há, de um lado, o "ponto de vista das ciências" sobre o real e, de outro, o "ponto de vista da ideologia". Na verdade, todo "ponto de vista" é o ponto de vista de um sujeito; uma ciência não poderia, pois, ser um ponto de vista sobre o real, uma visão ou uma construção que representasse o real (um "modelo" do real): uma ciência é o real sob a modalidade de sua necessidade-pensada, de modo que o real de que tratam as ciências *não é senão* o real que produz o concreto-figurado que se impõe ao sujeito na necessidade "cega" da ideologia. Isso equivale a dizer que *o verdadeiro ponto de partida em referência ao qual podemos compreender por que "a ideologia é exterioridade" para a ciência*

e para o real é exatamente o mesmo ponto de partida que nos levou a desenvolver a análise da forma-sujeito na qual a ideologia não possui um exterior. Esse verdadeiro ponto de partida, já se sabe, não é o homem, o sujeito, a atividade humana, etc.[53], mas, ainda uma vez, *as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção*.

NOTAS

[1] Ver, sobre esse ponto, a análise do reformismo em Althusser, 'Resposta a John Lewis', op. cit., p. 26-7.

[2] Althusser, *Aparelhos ideológicos de Estado*, p. 106.

[3] "... a unidade entre os diferentes Aparelhos Ideológicos do Estado está assegurada, geralmente de maneira contraditória, pela ideologia dominante, a da classe dominante" (Ibid., p. 74).

[4] Por uma transformação dessas subordinações na luta de classes: por exemplo, por uma transformação da relação entre *a escola* e *a política*, relação que, no modo de produção capitalista, é uma *relação de disjunção* (denegação ou simulação), baseada no lugar "natural" da escola, entre a família e a produção econômica.

[5] Trata-se, como lembra E. Balibar no texto já evocado, de substituir o aparelho de Estado burguês *ao mesmo tempo por um outro* aparelho de Estado, e *por uma coisa diferente de* um aparelho de Estado.

[6] "Esta tese [a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos] vem simplesmente explicitar a nossa última formulação" (Althusser, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, p. 93). N. dos T.: O termo *proposition* do francês corresponde, na edição brasileira, a "formulação".

[7] Ibid., p. 84.

[8] Althusser, 'Resposta a John Lewis', op. cit., p. 28.

[9] Um dos méritos do trabalho de E. Roudinesco (*Un discours au réel*, Mame, "Repères", Tours, 1973) é demonstrar por que a justaposição "freudo-marxista" não pode constituir uma solução. Poderíamos dizer que é essa *falta de uma ligação entre ideologia e inconsciente* que atualmente "dá trabalho" à pesquisa em Psicanálise, sob formas diversas e, freqüentemente, contraditórias. Não se trata aqui de antecipar o que resultará disso. Adiantemos somente que a reinscrição idealista do trabalho de J. Lacan se encontrará necessariamente na berlinda e que é, sobretudo, o assunto daqueles que hoje trabalham no interior da Psicanálise.

[10] Althusser, *Aparelhos ideológicos de Estado*, p. 94.

[11] Ibid.

[12] Ibid.

[13] Ibid., p. 96.

[14] O exemplo é utilizado por Althusser (ibid., p. 95).

[15] De onde as conhecidas palavras infantis do tipo: "eu tenho três irmãos, Paulo, Miguel e eu" ou "Papai nasceu em Estrasburgo, mamãe em *Brest* e eu em Paris: estranho que a gente tenha se encontrado".

[16] Tais exemplos poderiam se multiplicar ao infinito: – *sobre a relação família-escola*: a história do mau sujeito que telefona ao diretor da escola para pedir dispensa da aula e responde: "É meu pai!" à questão "quem fala?"; – *sobre a repetição ideoló-*

gica: "Não há mais canibais em nossa área, comemos o último na semana passada". – *sobre o aparelho cultural e o culto aos Grandes Homens*: a anedota relatada por Freud, e também "As obras de Shakespeare não foram escritas por ele, mas por um contemporâneo desconhecido que tinha o mesmo nome". – *sobre a metafísica e o aparelho religioso*: "Deus tem todas as perfeições exceto uma: ele não existe"; "X não acreditava em espíritos e chegava mesmo a não ter medo deles.", etc.

17 A propósito do desdobramento e da divisão na contradição, e sob forma de piada, temos: "que vergonha que não construam as cidades no campo, o ar é tão puro lá!".

18 Essas relações sociais jurídico-ideológicas não são intemporais: elas têm uma história, ligada à construção progressiva, no fim da Idade Média, da ideologia jurídica do Sujeito, que corresponde a novas práticas nas quais o direito se desprende da religião, antes de se voltar contra ela. Mas isso não significa, em absoluto, que o efeito ideológico de interpelação apareça somente com essas novas relações sociais: simplesmente elas constituem uma nova forma de assujeitamento, a forma *plenamente visível da autonomia.*

19 N. dos T.: o tempo verbal do texto em francês é o futuro anterior.

20 Assim, o que os lógicos de Port-Royal chamavam "a universalidade moral" – e que faz com que se diga "os franceses são valentes; os italianos são desconfiados, os alemães são grandes; os orientais são voluptuosos, porque nos basta que isso seja verdadeiro para a maioria" (Arnauld & Nicole, *Logique ou Art de penser*, op, cit., p. 203) – aparece, de fato, como uma das condições de funcionamento e de realização da ideologia.

21 A respeito dessa questão, ver B. Edelman; *Le droit saisi par la photographie*, op. cit.

22 Por exemplo, o "desvio" (e a profunda coerência) entre a norma "um soldado francês não recua" e a constatação "O soldado francês é resmungão", que contribui para assegurar, na especificidade das condições francesas, a interpelação-identificação do sujeito como soldado francês.

23 Cf. sobre esse ponto as reflexões já citadas de Husserl (cf. p. 68) sobre a frase "um guerreiro deve ser bravo", e que constituem um autocomentário da evidência.

24 No momento, estamos deixando em suspenso os casos dos "discursos científicos"; voltaremos mais adiante a esse assunto (cf. p. 189 e s.).

25 Haroche, Henry, Pêcheux. 'La Sémantique et la Coupure saussurienne...', art. cit., p. 102.

26 Não solucionaremos aqui o problema da *natureza* dessa correspondência. Diremos apenas que não se pode tratar nem de uma pura equivalência (ideologia = discurso) nem de uma simples distribuição de funções ("prática discursiva"/"prática não-discursiva"). Seria, antes, conveniente falar de uma "intrincação" das formações discursivas nas formações ideológicas, intrincação cujo princípio se encontraria precisamente na "interpelação".

27 Inclusive a noção de "sentido próprio", que caminha par-a-par com a noção de sentido "figurado", derivado, secundário, etc., perde aqui toda significação.

28 Esse ponto tem como conseqüência o fato de que todo critério *puramente lingüístico* (isto é, de tipo morfossintático) é, em sentido estrito, insuficiente para ca-

racterizar os processos discursivos inerentes a uma formação discursiva. A esse respeito, poderíamos remeter o leitor ao texto 'Linguistique et Analyse du discours', de M. Pêcheux & C. Fuchs, na revista *Langages*, nº 37, onde essas conseqüências são examinadas e discutidas de maneira mais detalhada na perspectiva de uma teoria não-subjetiva da leitura, como base da teoria do discurso.

29 Ainda uma vez, estamos deixando de lado o caso do "discurso científico", ao qual voltaremos.

30 "[...] o sujeito só é sujeito por ser assujeitamento ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro" (J. Lacan, *O Seminário – Livro 11: Os Quatro Conceitos...*, p. 178).

31 A expressão "forma-sujeito" é introduzida por L. Althusser ('Resposta a John Lewis', op. cit., p. 67): "Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A 'forma-sujeito', de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais".

32 O termo "esquecimento" não está designando aqui a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de "perda de memória", mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito.

33 Entendemos por "sintagmatização" de dois elementos sua entrada em uma mesma "relação sintagmática" no sentido que F. de Saussure dá a essa expressão no capítulo V da Segunda Parte do *Curso de Lingüística Geral*, dizendo: "(...) os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo" (op. cit., p. 142).

34 Observamos a esse respeito que, se essa articulação funciona no nível *consciente* sob as diferentes formas da coerência lógica (relações de "causa", de "concessão", de "ligação temporal, etc.), ela não se reduz a isso: a incidência de certas aposições ou incisas pode representar a irrupção, no fio do discurso, de um processo *inconsciente*, como Freud o havia percebido a propósito da *Verneinung*.

35 A co-referência designa o efeito de conjunto pelo qual a identidade estável dos "referentes" – daquilo que está em questão – se encontra garantida no fio do discurso. A *anáfora* (Cf. p. 62) constitui o mais visível dos mecanismos lingüísticos por meio dos quais esse efeito se realiza.

36 Estamos tomando esse exemplo de C. Fuchs & J. Milner (*A propos des relatives...*, op. cit., p. 52) que o destacam como caso de anulação da diferença entre interpretação "explicativa" e interpretação "determinativa".

37 Em um estudo consagrado ao funcionamento ideológico do jornal *Le Monde*, A. Guedj & J. Girault (*Le Monde: humanisme, objectivité et politique*, Paris, Editions sociales, 1970) falam de "uso romanesco da informação" (p. 146).

38 Com respeito a esse ponto, ver P. Macherey, *Pour une théorie de la production littéraire*, Paris, Maspero, 1966, em particular o capítulo 'Création et Production'; R. Balibar & D. Laporte, *Le Français national*, op. cit.; R. Balibar, *Les Français fictifs*, op. cit.; E. Balibar & P. Macherey, 'Sur la littérature comme forme idéologique. Quelques hypothèsis marxistes'. *Littérature*, 1974, nº 13, pp. 29-48.

39 Isso corresponde, de fato, a fazer coincidir o "modo de apresentação do objeto" e o "objeto" (cf. p. 41).

40 O leitor achará em R. Balibar (*Les Français fictifs*, op.cit.) uma série de análises concretas da relação entre *realismo* e *ficção* enquanto produção alucinatória do real, dissimulando o trabalho da ficção.

41 *Aparelhos Ideológicos de Estado*, op. cit., p. 103.

42 Ibid., p. 102. As condições materiais da criação e da educação do animal humano, incluindo-se aí a materialidade específica do imaginário (aparelho familiar como aparelho ideológico) representam a maneira pela qual, retomando a expressão de L. Althusser, o Sujeito se torna um sujeito, ou seja, a maneira pela qual as determinações que assujeitam o indivíduo fisiológico em sujeito ideológico se realizam necessariamente no corpo de um animal pertencente à "espécie humana", no sentido biológico do termo.

43 Comentando as propriedades topológicas do *cross-cap* e da *superfície de Moebius*, "cuja frente continua em seu verso", J. Lacan é levado a caracterizar a *interseção* como "estruturalmente definível (...) por uma certa relação da superfície consigo mesma, na medida em que, retornando sobre si mesma, ela se atravessa num ponto sem dúvida a ser determinado. Muito bem! Essa linha de travessia é, para nós, o que pode simbolizar a função da identificação" (J. Lacan, *O Seminário-Livro 11: Os Quatro Conceitos...*, p. 256.).

44 "Não estamos efetuando uma simples sucessão de representações, mas um *juízo*, uma 'unidade de consciência' particular que liga as representações. E é nessa ligação que se constitui para nós a consciência do *estado de coisas. Efetuar o juízo e (nesse 'modo sintético' que consiste na 'superposição' de alguma coisa sobre alguma coisa) tomar consciência de um estado de coisas são uma única coisa.*" (Husserl, *Recherches logiques*, op. cit. t. II, p. 284.)

45 M. Pêcheux & C. Fuchs, 'Mises au point et Perspectives à propos de l'analyse automatique du discours', *Languages*, 1975, nº 37.

46 Freud, *Obras Completas*, vol. V, pp. 631-2.

47 Essa identificação simbólica domina as identificações imaginárias através das quais toda representação verbal, portanto toda "palavra", "expressão", ou "enunciado", se reveste de um sentido próprio, "absolutamente evidente", que lhe pertence. Voltaremos, mais adiante, à relação entre identificação simbólica e identificação imaginária. Também sobre esse ponto e, de maneira mais geral, sobre a relação entre discursividade e inconsciente, ver o trabalho já mencionado de P. Henry, *Le mauvais outil*, section II, chapitre II 'Le sujet et le significant'.

48 (J. Lacan, *O Seminário-Livro 11: Os Quatro Conceitos...*, p. 70.)

49 Dissemos mais acima (cf. p. 93) que a separação língua/discurso não era fixada *ne varietur* mas era submetida a uma transformação histórica por um efeito em retorno dos processos discursivos sobre a língua. Nesse sentido, a "teoria do discurso", apesar de embrionária, nos parece abrir "novos campos de questões" aos lingüistas, mesmo que seja apenas com respeito ao problema da definição das *margens e limites do objeto lingüístico.*

50 *Aparelhos Ideológicos de Estado*, op. cit., p. 98.

51 *Ibid.*

52 Empregaremos, aqui, por nossa conta, o termo *real* ao invés do termo *realidade*, dado o papel que atribuímos até aqui ao termo *realidade* na descrição do funcionamento ideológico.

53 Cf. Marx: "Meu método analítico *não parte do homem*, mas do período social economicamente dado. (...) *A sociedade não é composta de indivíduos* "(Citado por L. Althusser, 'Resposta a John Lewis', op. cit., p. 29).

IV
OS PROCESSOS DISCURSIVOS NAS CIÊNCIAS E NA PRÁTICA POLÍTICA

1. *Ruptura epistemológica e forma-sujeito do discurso: não há "discurso científico" puro*

Vamos, pois, voltar ao "verdadeiro ponto de partida" para compreender o que a expressão "a ideologia é exterioridade" significa, mantendo ainda o objetivo de avançar o quanto pudermos na teoria materialista dos *processos discursivos*. Isso nos leva novamente à *dupla referência* que indicamos ao começar: no funcionamento da forma-sujeito (e, especificamente, da forma-sujeito do discurso), tal como ele se realiza nas condições produzidas pelo modo de produção capitalista e sob a dominância geral do jurídico, distingue-se um duplo sistema de referência, para a prática *científica* e para a prática *política*, com uma remissão perpétua entre os significantes do conhecimento e os da política. E veremos como o marxismo-leninismo transforma as relações entre essas duas práticas e as conseqüências "discursivas", entre outras, que daí resultam.

Sem que seja preciso ver aqui uma ordem racional das questões que nos obrigasse a começar por uma e não por outra, abordaremos, de início, a questão da produção dos conhecimen-

tos científicos, em suas incidências sobre o problema dos processos discursivos.

Como acabamos de observar, é impossível continuar mantendo por mais tempo a "evidência" segundo a qual é o *homem*, o *sujeito*, a *atividade humana*, etc., que produz os conhecimentos científicos. Sem dúvida – pensar-se-á imediatamente diante do idealismo "evidente" desta primeira solução –, não é o Homem que produz os conhecimentos científicos, são *os homens*, em sociedade e na história, isto é *a atividade humana social e histórica*. Descartaremos, no entanto, também essa segunda formulação, em razão da vaguidade que ela traz consigo, na qual se perde a referência materialista às relações de produção e ao modo de produção que as implica. Descartaremos essa formulação porque ela pressupõe a existência da sociedade e da história independentemente das relações de produção e da luta de classes [1]. Ora, a história da produção dos conhecimentos não está *acima* ou *separada* da história da luta de classes, como o "bom lado" da história se oporia ao "mau lado"; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes. Isso implica que a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma "inovação nas mentalidades", uma "criação da imaginação humana", um "desarranjo dos hábitos do pensamento", etc. (cf. T. S. Kühn), mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica. Ao dizer que as condições da produção dos conhecimentos científicos estão inscritas nas condições da reprodução/transformação das relações de produção, não estamos fazendo mais do que explicitar a afirmação precedente. Especifiquemos: as condições dessa reprodução/transformação são, como já foi assinalado, ao mesmo tempo econômicas e não-econômicas. Isso significa, para tomar o exemplo das ciências da natureza, que as condições de aparição destas últimas estão ligadas às novas formas de organização do processo de trabalho impostas pela instauração do modo de produção capitalista bem como às novas condições da reprodução da força de trabalho correspondente a essas formas de organização; essas condições de aparição estão ligadas, por isso mesmo,

às ideologias práticas do modo de produção capitalista e à relação que essas ideologias mantêm com as dos modos de produção anteriores, e, através delas, com as ciências já "começadas" (essencialmente, o continente matemático). Em outras palavras, as "idéias científicas", as concepções gerais e particulares (epistemologicamente regionais) historicamente apontáveis para cada época dada – em suma, as ideologias teóricas e as diferentes formas de "filosofia espontânea" que as acompanham – não estão separadas da história (da luta de classes): elas constituem "compartimentos" especializados das ideologias práticas sobre o terreno da produção dos conhecimentos, com discrepâncias e autonomizações variáveis. Em outros termos, e para retomar a excelente formulação de D. Lecourt [2], "as ideologias práticas atribuem suas formas e seus limites às ideologias teóricas", o que significa dizer que o sistema das ideologias teóricas próprio a uma época histórica dada, com as formações discursivas que lhes são correspondentes, é, em última instância, determinado pelo todo complexo com dominante das formações ideológicas em presença (isto é, o conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado).

Isso significa que as contradições que constituem o que chamamos as *condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção* se repercutem, com deslizamentos, deslocamentos, etc., no todo complexo das ideologias teóricas sob a forma de *relações de desigualdade-subordinação que determinam os "interesses" teóricos em luta numa conjuntura dada* [3], e isso tanto no período que precede o começo histórico de uma ciência quanto durante o desenvolvimento sem fim que esse começo inaugura.

Do ponto de vista que nos interessa aqui, diremos que a objetividade material específica do complexo das ideologias teóricas que constituem um campo epistemológico dado se encontra precisamente nas relações de desigualdade/subordinação que atribuem a cada elemento (noções, representações, procedimentos, métodos, etc.) desse campo um papel determinado, no qual se combinam sob formas a cada vez específicas o caráter de *obstáculo epistemológico e o de matéria-prima* ou de *instru-*

mento, segundo "dosagens" variáveis, de modo que certos elementos constituem, em um momento dado, *puros obstáculos*, e outros constituem *os pontos de apoio de uma transformação do campo* (os pontos onde "as coisas andam", e aqueles onde "elas emperram"). Isso nos leva a colocar que, para um "continente científico" dado, todo evento epistemológico (ruptura que inaugura uma ciência, "descoberta" e produção de conhecimentos, "reelaboração", etc.) se inscreve numa conjuntura historicamente determinada pelo estado das relações de desigualdade-subordinação que acabamos de mencionar: não há um "estádio" pré-epistemológico em que "os homens" se encontrariam diante do mundo em estado de completa ignorância, não há "estado de natureza" – ou de inocência – epistemológico. As formas de "conhecimento empírico" e as "teorias descritivas", que são outros tantos embriões materialistas "espontâneos", colocam, pois, "sempre-já" em jogo *objetos de conhecimento*, "matérias-primas" teóricas que têm uma história e um desenvolvimento desiguais próprios, até o ponto de acumulação que constitui as condições de possibilidade do corte epistemológico no qual são produzidos os *conceitos fundadores* de uma ciência, e que marca, assim, seu começo histórico. Isso significa dizer, como já destacamos, que *as ideologias teóricas não se equivalem* e que sua combinação historicamente determinada não se identifica, de forma alguma, à névoa da ignorância pré-científica que seria dissipada por não se sabe qual "revelação".

Nessas condições, por que continuar a falar de corte e de descontinuidade epistemológicos? Por uma razão essencial, cuja explicação não poderia ser fornecida enquanto a análise da forma-sujeito não tivesse sido introduzida: apoiando-nos sobre o que precede, diremos, pois, que o próprio dos conhecimentos (empíricos, descritivos, etc.) que *precedem o corte* em um campo epistemológico dado é que eles *permanecem inscritos na forma-sujeito*, isto é, que eles existem sob a forma de um *sentido evidente* para os sujeitos – seus suportes históricos –, através das transformações históricas que afetam esse sentido. O que resulta disso no que se refere à discursividade é (cf. pp. 160-1) que o efeito de conhecimento coincide, nessas condições, com um

efeito de sentido inscrito no funcionamento de uma formação discursiva, isto é, como se viu, o sistema das reformulações, paráfrases e sinonímias que a constitui.

O processo histórico que inaugura a conjuntura de corte pode, então, ser caracterizado como a formação progressiva de um "bloqueio" no interior do todo complexo das ideologias teóricas, de tal modo que o estado das relações de desigualdade-subordinação que atravessam este último não pode mais "trabalhar" e é compelido a *se repetir circularmente* através de diferentes demarcações, ajustamentos, etc., de modo que a própria estrutura da forma-sujeito (com a relação circular sujeito/objeto) se torna o "limite" visível do processo.

Isso significa dizer que o momento histórico do corte que inaugura uma ciência dada é acompanhado necessariamente de um questionamento da forma-sujeito e da *evidência do sentido* que nela se acha incluída. Em outros termos, a especificidade de todo corte é, parece-nos, a de inaugurar, num campo epistemológico particular, uma relação do "pensamento" com o real, de tal modo que o que é pensado não seja, como tal, sustentado por um sujeito [4]. Ao falarmos, pouco acima, dos *conceitos fundadores* de uma ciência, produzidos no próprio trabalho do corte que a inaugura, estávamos designando, na verdade, o "paradoxo" (que, como se verá, não é paradoxo senão do ponto de vista do idealismo) de *um pensamento do qual todo sujeito está, como tal, ausente*, de modo que os conceitos de uma ciência enquanto tais não possuem, a rigor, *um sentido*, mas uma função em um processo [5]. "Paradoxo" de um discurso e de uma *construção* (dispositivos experimentais) sem sujeito que, do ponto de vista que nos interessa e levando-se em conta aquilo que foi anteriormente adiantado, chega a conceber que, no processo conceptual do conhecimento, a determinação do real ("exterior") e de sua necessidade independente do pensamento se materializa sob a forma de um corpo articulado de conceitos que, a um só tempo, *exibe* e *deixa em suspenso* o efeito "cego" dessa mesma determinação enquanto efeito-sujeito (centração-origem-sentido), isto é, enquanto interior sem exterior – ou ao qual o exterior está subordinado –, produzido pela determinação do real ("exterior"),

e especificamente pela determinação do interdiscurso como real ("exterior"). Não é, então, supreendente constatar que os elementos discursivos aos quais nos referimos como interdiscurso, a saber, o funcionamento do *pré-construído* e o *discurso-transverso*, sejam por natureza levados a desempenhar um papel específico essencial no processo de constituição do "discurso" de uma ciência. Estamos designando aqui o trabalho do impensado no pensamento, por meio do qual os próprios termos de uma questão, com a resposta que ela pressupõe, desaparecem, de modo que a questão perde literalmente seu sentido, ao passo que vão se formando "respostas" novas a questões que não haviam sido colocadas – processo no qual nomes e expressões se apagam, com a referência "evidente" a seus objetos, enquanto outros nomes e expressões aparecem sob o efeito de certos deslocamentos do campo, de certas intrusões "incongruentes" de elementos "lançados", desligados-caídos de outros lugares, deslocamentos e intrusões que constituem propriamente *o trabalho do filosófico*, no sentido em que, segundo L. Althusser, a filosofia age "modificando a *posição dos problemas*, a *relação* entre as práticas e seu objeto" [6].

Portanto, um deslocamento no espaço das questões [7], uma "mudança de terreno" por meio da qual aparece retrospectivamente aquilo a partir do que a ciência nascente rompe, isto é, aquilo de onde ela surge; e é nessa retrospecção (a descoberta que até então não havia *começado*, que havia permanecido "fora da questão") que a idelogia pode aparecer como *sendo exterioridade* para o conhecimento, e para o real.

É nessa retrospectiva que se abre, com relação à ciência considerada, a possibilidade de uma *tomada de posição materialista* (isto é, reconhecendo a objetividade que se instaura no discurso e a prática experimental dessa ciência) e a possibilidade de uma tomada de posição *idealista* que recusa e rechaça essa objetividade, repetindo indefinidamente o bloqueio que precede o corte, e que, por isso, tende a entravar o desenvolvimento do novo continente científico assim aberto, explorando-deformando-apagando seus primeiros resultados para voltar atrás. Mos-

tramos em outro trabalho [8] de que modo se estabelecem, a esse respeito, alianças complexas, nas quais os continentes científicos já formados fornecem *enquanto tais* um apoio e uma garantia ao materialismo da nova disciplina (por intermédio de articulações e de sustentações intracientíficas), mas podem também servir de aval para a luta antimaterialista contra essa nova disciplina, *não em si mesmos* (isto é, enquanto continentes científicos), mas por intermédio das ideologias teóricas e das concepções de mundo que os acompanham e "interpretam" seus resultados. Um dos sintomas mais claros dessa exploração se encontra na acumulação dos *jogos de palavras* baseados nos termos *matéria* e *materialismo*:

– por exemplo, o "materialismo" mecanicista cartesiano que serve de aval à repressão, no continente científico da Física, da objetividade materialista do eletromagnetismo (portanto, durante a suposta "crise da Física", em que esse mesmo "materialismo" autoriza a famosa afirmação idealista segundo a qual "a matéria desaparece");

– por exemplo, esse mesmo "materialismo" imaginário face à objetividade materialista da fisiologia; [9]

– por exemplo, o "materialismo" pseudofisiológico que explora-dirige os resultados da Fisiologia contra a objetividade materialista da descoberta freudiana, etc.

Poderíamos multiplicar as referências aos casos em que uma ideologia teórica "reativa", representando sobre o terreno de uma ciência ou de um continente científico "interesses" teóricos e práticas determinadas, intervém em nome dessa ciência (logo, sob um disfarce "materialista") para colocar obstáculo ao desenvolvimento objetivo-materialista dos conhecimentos, num campo científico que tem esta ou aquele importância "estratégia" no interior de uma dada conjuntura teórica e ideológica, cujas características são, em definitivo, determinadas pelo estado das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, isto é, pelo estado da luta ideológica de classes. Veremos daqui a pouco em que o caso do materialismo histórico representa, desse ponto de vista, um caso novo.

Mas antes destacaremos o fato de que toda ruptura epistemológica é a ocasião de um "desarranjo", de uma redistribuição específica das relações entre materialismo e idealismo, na medida em que, como dissemos, toda ruptura exibe e põe em discussão, em seu próprio campo, os efeitos da forma-sujeito: de *um lado*, portanto, e em condições a cada vez específicas, a repetição *idealista* da forma-sujeito caracterizada pela coincidência do sujeito consigo mesmo (eu/ver/aqui/agora) no "visto" de uma cena, na evidência da *experiência* de uma situação, no sentido do alemão *Erfahrung*, isto é, de uma experiência que pode ser transferida, por identificação-generalização, a qualquer sujeito; portanto, uma coincidência que assegura a continuidade na evidência do sentido entre o vivido empírico e a abstração especulativa [10], a continuidade da "situação" (concreta) à "propriedade" (abstrata), a continuidade entre o sujeito concreto e o sujeito universal, supostamente o sujeito da ciência (funcionamento nocional-ideológico [11]).

De *outro lado*, em condições igualmente específicas, o processo *materialista* do conhecimento, enquanto processo sem sujeito, no qual a experimentação (no sentido do alemão *Experiment*) atualiza o corpo dos conceitos em dispositivos nos quais se encontra a objetividade da ciência considerada sem qualquer acréscimo estranho (funcionamento conceptual-científico). O paradoxo, que não é, na verdade, um paradoxo, é que todo "sábio", enquanto perito em uma dada ciência, *toma necessariamente posição pela objetividade, isto é, pelo materialismo*. Quando se fala do materialismo espontâneo dos sábios, o que se está designando são os efeitos, na forma-sujeito, do fato de estar "no verdadeiro", mesmo sem poder "dizer o verdadeiro". Mas é preciso imediatamente acrescentar que *a luta entre materialismo e idealismo não cessa jamais*, de modo que, a cada época de uma ciência, no curso de seu desenvolvimento sem fim, essa luta se realiza através dos confrontos teóricos que caracterizam o *front* científico das questões, isto é, o front da luta pela produção dos conhecimentos. Esses confrontos remetem a *posições* e *problemáticas* (marcadas, entre outras coisas, pelo uso de "shifters": "Nós", partidários da tese x, afirmamos que...") cuja

distribuição pode retrospectivamente ser traçada pela história das ciências.

A idéia de que a produção dos conhecimentos consistiria no puro e simples desenvolvimento (empírico-dedutivo) das propriedades dos objetos [12] é, pois, um mito idealista, que identifica ciência e lógica e, ao colocar esta última como *princípio* de toda ciência, concebe inelutavelmente a prática científica como uma atividade de triagem entre enunciados verdadeiros e enunciados falsos [13], repelindo tudo o que diz respeito às condições próprias de aparição desses enunciados, isto é, às *questões* que lhes são correspondentes no interior de uma *problemática* historicamente determinada. O processo da produção dos conhecimentos está, pois, indissociavelmente ligado a uma *luta a propósito de nomes e de expressões* para *aquilo que eles designam* (eletricidade/eletricidade positiva/negativa/eletricidade animal; velocidade limite na mecânica relativista; ar deflogisticizado; seqüência que converge o mais lentamente, etc.) e *a propósito da formulação de questões*: o mito da "neutralidade científica", da suposta indiferença como respeito às palavras e da intertradutibilidade das questões para além dos confrontos (reduzidos a polêmicas ou a controvérsias) mascara, na verdade, o fato de que a objetividade científica é indissociável de uma *tomada de posição* materialista, para a qual não há *jamais* equivalência entre várias formulações, e que não espera *jamais* que a "experiência" sirva para exibir a "boa" problemática. Isso significa reconhecer, ao mesmo tempo, a confusão representada pela distinção já evocada (cf. p. 62) entre a "linguagem prática", que seria caracterizada por um "dispositivo de ligação" (*embrayage/shifting*) com a "situação", acarretando a existência conjunta de "pressupostos" e de posições subjetivas *e* a "linguagem teórica ou de formulação", que seria a "linguagem da ciência", excluindo, por seu fechamento, qualquer referência a "situações", pressupostos e tomadas de posição: confusão entre situação-espelho, assento da *Erfahrung*, *e* situação teórico-concreta que caracteriza o front da produção dos conhecimentos em uma disciplina dada, em um momento dado de seu desenvolvimento; confusão entre posição subjetiva, correlativa

à *Erfahrung*, *e* tomada de posição materialista; confusão entre "esvaziamento" de qualquer referência, deixando subsistir apenas um puro sistema "coerente" de propriedades lógicas, *e* desconstrução (de núcleos de evidências referidos a certos nomes e expressões) que se sustenta apenas pela referência a outras construções (teóricas), através de outros nomes e expressões.

Na raiz dessa confusão está, finalmente, a idéia de que existe um *discurso da ciência*, isto é, um *discurso do sujeito da ciência*, cuja característica seria a de que esse sujeito está apagado nela, isto é, "presente por sua ausência", exatamente como Deus sobre esta terra no discurso religioso!

O único meio de esclarecer essa confusão é reconhecer que não há "discurso da ciência" (nem mesmo, a rigor, "discurso de uma ciência") porque todo discurso é discurso de um sujeito – não, obviamente, no sentido behaviorista de "comportamento discursivo de um indivíduo concreto", mas entendendo que todo discurso funciona com relação à forma-sujeito, ao passo que o processo de conhecimento é um "processo sem sujeito".

Para resumir, enumeraremos três pontos cuja reunião constitui um paradoxo incompreensível do ponto de vista idealista, uma vez que eles compõem a base de uma posição materialista:

– o processo de produção dos conhecimentos é um processo sem sujeito, isto é, um processo do qual todo sujeito, como tal, está ausente;

– o processo de produção dos conhecimentos se opera através das tomadas de posição ("demarcações", etc.) *pela* objetividade científica;

– o processo de produção dos conhecimentos é um "corte continuado"; ele é, como tal, coextensivo às ideologias teóricas, das quais ele *não cessa de se separar*, de modo que é absolutamente impossível encontrar um puro "discurso científico" sem ligação com alguma ideologia.

2. *O marxismo-leninismo transforma a relação entre a forma-sujeito do discurso e a prática política*

Dizer que *toda* ciência é *sempre* investida (circundada e ameaçada) pelo "ideológico" é reconhecer, vamos repetir, que a luta entre materialismo e idealismo é uma luta sem fim, de modo a não ser *jamais* atingida uma situação inexpugnável que constituiria por si mesma um certificado e uma garantia de materialismo [14]. Isso significa dizer, em outros termos, que as ciências não podem, de modo algum, "expelir" a Filosofia, uma vez que *toda ciência* supõe em seu desenvolvimento concreto uma *tomada de posição pela objetividade* [15]. Ora, esse fato, que já é verdadeiro no caso das "ciências da natureza", o é ainda mais no caso da ciência (marxista) da história: como toda ciência, a ciência (marxista) da história começa por um "corte epistemológico" que constitui um *ponto de não-retorno*.

> *Começa algo que jamais terá fim [diz Althusser – retomando Lênin]. Um "corte continuado" [...], o início de um longo trabalho, e, como em toda ciência, um trabalho aberto porém rude, dramático*

> *às vezes, interiormente marcado por eventos teóricos (extensão, retificações, refundições) que dizem respeito ao conhecimento científico de um objeto definido: as condições, os mecanismos e as formas da luta de classe. Em termos mais simples, a ciência da história.*[16]

Portanto: a ciência marxista-leninista da história é realmente *uma ciência* (e *não* um "ponto de vista" uma "aposta", uma "interpretação" ou um "evangelho"; em suma, um *mito político*) e, "como qualquer ciência", o trabalho de produção dos conhecimentos marxistas-leninistas é uma luta e não o desenvolvimento harmonioso (a "perspectiva *Nevski*" do progresso científico) que o racionalismo clássico atribui a toda ciência, progredindo "em linha reta [...], sem males ou conflitos internos, e por si mesma a partir do 'ponto de não-retorno' do 'corte epistemológico' ". [17]

> *Há certamente um 'ponto de não-retorno'*; mas, *para não voltar atrás, é preciso avançar, e, para avançar, quantas dificuldades e lutas! Pois, se é verdade que Marx teve de passar para posições teóricas de classe proletária para poder fundar a ciência da história, ele jamais efetuou essa passagem de um só golpe, nem de uma vez por todas, nem para sempre. Foi preciso elaborar essas posições conquistando-as sobre e contra o adversário. A batalha filosófica travada, portanto, prosseguiu no próprio Marx, em sua obra: em torno dos princípios e sob a espécie dos conceitos da ciência revolucionária nova, que era uma de suas metas.* [18]

Assim, "como para qualquer ciência", é preciso avançar para não voltar atrás, *mas é aqui que se manifesta o caráter epistemologicamente novo do materialismo histórico*: essa especificidade diz respeito à natureza do *objeto* dessa ciência nova e revolucionária; de fato, no caso das "ciências da natureza", a

luta pela produção dos conhecimentos (luta *na teoria* entre materialismo e idealismo) se desenvolve, no essencial, com base na cena das "ideologias teóricas", mesmo se, bem entendido, as "firmas e limites" dessa cena e da luta que nela se desenvolve (tal como a definimos mais acima no interior do processo contraditório de reprodução/transformação das relações de produção) é tocada apenas *indiretamente* pela produção dos conhecimentos no "continente" das ciências da natureza: aquilo a que a exploração desse continente está diretamente ligada – por uma relação de determinação recíproca – é, no essencial, as formas históricas de desenvolvimento e de organização das forças produtivas, sob a determinação não-reconhecida como tal (isto é, "eternizada") das relações de produção, isto é, com *efeitos indiretos e cegos* sobre estrutura do modo de produção (vínculo entre o desenvolvimento do capitalismo e o começo das ciências da natureza, com as contradições, discrepâncias, não-correspondências, etc., resultantes desse vínculo) e com *repercussões* no terreno da luta ideológica de classe, nas "ideologias práticas" (por exemplo, a repercussão do galileísmo no aparelho religioso do século XVII e, de forma mais generalizada, o papel ideológico da "ciência" e das "luzes" na luta de classe da burguesia contra a ideologia religiosa que dominava o modo de produção feudal).

Resumindo, diremos que a especificidade do processo de produção dos conhecimentos no continente das "ciências da natureza" é a de ser *cego enquanto tal* aos efeitos que nele se inscrevem no processo de reprodução/transformação das relações de produção, de modo que as "formas e limites" que as ideologias práticas atribuem às ideologias teóricas (separações das ideologias práticas) são, nesse particular, propriamente inapreensíveis, o que pode ser reformulado ao se dizer que a produção dos conhecimentos no domínio das ciências da natureza se efetua globalmente [19] no interior de um perfeito desconhecimento da história, isto é, da luta de classes, de modo que *seus resultados se reinscrevem espontaneamente nas formas da ideologia dominante sem que, nem por isso, o processo de produção dos conhecimentos nesse setor esteja, como tal, diretamente entravado.*

Em outros termos, a especificidade do continente "ciências da natureza" é a de que o encobrimento ideológico que o acompanha como sua sombra *não constitui como tal um "retrocesso" na produção dos conhecimentos*, pelo menos na medida em que a luta da classe burguesa não está se inclinando, como é atualmente o caso nesse domínio, em direção ao terreno das ideologias pré-capitalistas (irracionalismo, misticismo, etc.). Compreende-se, assim, por que as "ciências da natureza" puderam, até o aparecimento do socialismo, se desenvolver no quadro progressivamente formado da Universidade burguesa.

Ora, e é aqui que a natureza do "continente-história" firma sua especificidade, enquanto *caso epistemologicamente novo*, o próprio objeto da ciência (marxista-leninista) da história ("concepções, mecanismos e formas da luta de classes") faz com que todo *encobrimento ideológico desse objeto* (reinscrição nas formas da ideologia dominante) *constitua simultaneamente um "retrocesso" na luta de classes na teoria e na luta de classes em geral, isto é, na luta pela transformação das relações de produção.*

Esse fato tem por conseqüência imediata que, dada a especificidade de seu objeto, o materialismo histórico se presta ainda menos que qualquer ciência a uma dissociação da filosofia que o sustenta (isto é, da posição de classe na luta teórica que governa essa filosofia). Eis porque o marxismo especulativo-universitário, que serve de garantia a impensáveis "ciências humanas marxistas [20] ", isto é, a um encobrimento do marxismo em um novo academicismo, constitui um desvio *político* que se chama o teoricismo. Esse desvio consiste essencialmente em não reconhecer que, no caso específico do marxismo-leninismo, o *corte científico está subordinado a uma revolução filosófica*, de modo que uma "teoria geral (da história) das ciências" é impossível, na medida em que ela implicaria a projeção, no materialismo histórico, das características epistemológicas ligadas ao surgimento das ciências da natureza, indevidamente confundidas com "as ciências" em geral. É evidente, contudo, que retificar desse modo o desvio teórico não equivale em absoluto a invalidar a análise do historicismo e do voluntarismo, levada a cabo em *A favor*

de Marx (Pour Marx) e *Ler o Capital*: o projeto de *opor* o marxismo-leninismo às ciências da natureza, fazendo da ciência (marxista) da história uma ciência "crítica", fundada sobre uma concepção humanista da história como "antinatureza", é uma outra variante universitária do mesmo desvio político.

Atingimos, assim, outro ponto, sobre o qual incide tudo o que aqui está sendo debatido: esse ponto, como dissemos, é o da prática política revolucionária *na união do movimento operário com a teoria marxista*. É, na verdade, disso – e unicamente disso – que provém o caráter epistemologicamente novo da ciência (marxista) da história: a exemplo de todas as ciências, como se viu, essa ciência é determinada, em suas condições de aparição e de desenvolvimento, pelas condições infra e superestruturais da reprodução/transformação das relações de produção, mas sua especificidade – sua "inovação" radical – se encontra no fato de que seu *objeto* (objeto da teoria e da prática dessa ciência) é, precisamente, *essa reprodução/transformação das relações da própria produção*, de modo que os interesses *teóricos* do materialismo histórico e os interesses *práticos* (políticos) do movimento operário são, a rigor, indissociáveis. Em outros termos, a prática teórica do materialismo histórico pressupõe e implica a prática política do proletariado, com o vínculo que as une: em suma, trata-se da formação histórica de uma *política científica*, contemporânea à formação histórica do movimento operário, e ligada, de seu interior, a um conhecimento científico da luta de classes.

Não há, pois, e não poderia existir, "ciência burguesa" da História, o que, bem entendido, não quer dizer, de modo algum, que, contra todas as aparências, a burguesia não faça política (!), mas sim que as formas burguesas da prática política – essencialmente a *denegação* da política e o *jogo* político (cf. acima, pp. 120-1) – são formas "espontâneas" onde se exprimem *cegamente* [21] os interesses de classe da burguesia.

Portanto, uma ciência cujas condições de aparição são determinadas por um complexo desigual, contraditório e sobredeterminado de ideologias teóricas, que *dependem*, em suas "for-

mas e limites", de ideologias práticas, inscritas na luta de classes própria ao modo de produção capitalista, de tal modo que o *reconhecimento dessa dependência constitui uma das primeiras metas dessa "ciência de tipo novo"*: a desigualdade-contradição-sobreterminação não é, pois, *apenas* nem *de início* a de um campo teórico novo (o "continente-história"), mas, sobretudo, a característica e o efeito da divisão em classes próprio ao modo de produção capitalista; ela aparece como tal ao nível das ideologias práticas, nas quais se encontra *representada a "relação imaginária"* dos indivíduos com suas condições reais de existência" [22]. Essa característica poderia ser resumida ao falarmos de um efeito diferencial do assujeitamento ideológico, imposto pela forma capitalista da divisão em classes, de tal modo que as condições reais de existência atribuídas pelo modo de produção capitalista ao proletariado constituem para este último uma "evocação" constante do *lugar* que lhe é construído ao passo que a burguesia *esquece seu próprio lugar* – e o do proletariado – no imaginário da universalidade econômica, jurídica, moral, etc. Assim, a "espontaneidade proletária", que resulta da representação da relação (imaginária) do proletariado com suas condições reais de existência, caracteriza a maneira pela qual este último pode "estar no verdadeiro" (reconhecer que *isso* não pode durar, que é preciso fazer algo *a esse respeito* [23], etc.) sem nunca poder "dizer o verdadeiro". Mas a possibilidade de "dizer o verdadeiro" sobre a história e a luta de classes, isto é, a emergência histórica da ciência (marxista) da história – a abertura do "continente proibido" [24] – só foi, na verdade, possível porque esse continente já estava "habitado":

> *Não foi, pois, unicamente em virtude de sua inteligência teórica que K. Marx pôde atravessar a fronteira do novo continente. Para se lançar à sua descoberta, ele necessitava de guias, daqueles que já* estavam vivendo *sobre esse continente, daqueles cuja situação objetiva impedia que o segredo não fosse um segredo – os proletários.* [25]

É, aliás, por essa razão que, como destaca E. Balibar,

> *[...] a teoria marxista não foi mumificada ou progressivamente rejeitada pelo movimento operário, mas transformada por ele ao mesmo tempo em que ela o transformava.* [26]

Em outros termos, pode-se dizer que o materialismo histórico é, em sentido próprio, a *ciência experimental da história*, utilizando, com respeito a esse fato, a demarcação *Erfahrung/Experiment* introduzida mais acima. Pode-se, de fato, dizer que, face à prática política empírica e espontânea que toma sua forma sob a dominação da ideologia burguesa enquanto *Erfahrung política*, a prática marxista-leninista da política constitui uma verdadeira "experimentação histórica [27]"; *Experiment*, ao mesmo tempo, conhecimento e transformação, conhecimento *para* transformar, nas condições específicas do processo "história". Dessa forma, encontram-se aí, como em toda ciência, *ao mesmo tempo conceitos e dispositivos* através dos quais seus efeitos são realizados, em condições epistemológicas e práticas novas (que excluem, por exemplo, a miniaturização dessa experimentação em "laboratórios" resguardados...): em resumo, os *conceitos* são os do marxismo-leninismo, os *dispositivos* (não confundi-los com "instrumentos", "sistemas" ou "montagens") são as organizações do movimento operário e, sobretudo, os "partidos de tipo novo", no sentido leninista do termo.

Expliquemo-nos, e inicialmente com respeito à distinção *Erfahrung/Experiment* aplicada à prática política. Pelo termo *Erfahrung*, já designamos, mais acima, o efeito de desconhecimento-reconhecimento ligado à *identificação* do sujeito com o *Sujeito*, com outro sujeito e consigo mesmo. Dizer que a forma empírica e espontânea da prática política, antes da aparição do marxismo-leninismo, é a *Erfahrung* é dizer que a forma dessa prática não é outra senão a da forma-sujeito com a série de seus efeitos, incluindo-se, na esfera do "discurso", a responsabilidade e a imputabilidade associadas à *liberdade do sujeito* ("César atravessou o Rubicão..."), o que evoca inelutavelmente a cate-

goria do possível (os "mundos possíveis") como a contraparte dessa liberdade (aquele dentre os Césares possíveis que atravessou o Rubicão, isto é, aquele dentre os mundos possíveis no qual César, etc.). Sobre esse ponto, vamos remeter às reflexões, já destacadas, de Clausewitz acerca do equívoco dos generais prusianos e de sua estratégia face à guerra popular da Revolução Francesa: a característica da inscrição da prática política na "forma-sujeito" se encontra na indefinida identificação do "outro" e do cálculo que lhe é coextensivo – "se eu fosse você, ele, o governo, a política, etc.". Pensando na incongruência do "sujeito-massas", poder-se-ia continuar, a título de ironia preventiva: "Se eu fosse o povo, as massas, a classe operária, o partido!..." Poder-se-ia mostrar (mas não o desenvolveremos aqui, contentando-nos em remeter o leitor ao trabalho de M. Plon [28] que aborda centralmente essa questão) que o processo de identificação, inerente à forma-sujeito, traz consigo (e através da representação do possível e do apagamento do lugar do sujeito, que a ambos está conjugado) uma simetrização-dicotomização do campo do político que confere, a esse campo, todas as aparências de uma construção *lógica* na qual se pode progredir passo-a-passo respondendo *com sim ou com não* a cada questão colocada [29]. A arte burguesa do dilema político-dramático [30], a fantasia de uma "formalização da política", a idéia de que bastaria calcular para se entrar em acordo (Leibniz), em síntese, o projeto de aplicar "O método experimental" em política (Kissinger) não passa da contraparte formal do efeito empírico inscrito na forma-sujeito [31]. Compreende-se, assim, como a aparição do marxismo-leninismo (ao mesmo tempo teoria científica dos processos históricos *e* prática política do proletariado) constitui um corte prático na região da política, corte que "continua" ainda hoje; uma das características essenciais desse corte foi recentemente lembrada por E. Balibar no artigo já citado:

> *A revolução proletária não é concebida como um* ato, *o ato do proletariado que realiza seu próprio programa ou projeto, mesmo se for realmente a prática política do proletariado que realiza a revolução*

[...]. A revolução não é concebida simplesmente como um ato, mas como um processo *objetivo*. [32]

Em outros termos, a prática política do proletariado não é o *ato de um sujeito* (que seria o proletariado); essa prática rompe com o funcionamento político espontâneo da forma-sujeito, e é com respeito a esse fato que ela é *Experiment*, experimentação científica, e não *Erfahrung*. Isso não quer dizer, como veremos, que o efeito da forma-sujeito desaparece pura e simplesmente, mas sim que se encontra transformado e deslocado – e é aí que se verifica, a bem dizer, a incidência, sobre a questão da política proletária, do ponto que aqui desenvolveremos: como em todo corte, a configuração na qual ele se produz se acha reorganizada em elementos que funcionam de modo diferenciado como *obstáculos* e/ou como *matérias-primas* em relação a ele. Em outras palavras, as formas empíricas e espontâneas – subjetivas – da prática política funcionam diferencialmente em função das posições de classe às quais elas correspondem, e constituem o ponto de aplicação da prática política de tipo novo (prática não-subjetiva de experimentação-transformação da história desenvolvida pelas massas por meio de suas organizações). A transformação das relações de produção, em suas diferentes etapas – da tomada do poder político pelos trabalhadores à ocupação-transformação-destruição da "máquina do Estado" na transição socialista para o modo de produção comunista –, é o objeto dessa prática de tipo novo, caracterizada por uma "transformação da luta em não-luta pelo desenvolvimento de uma luta nova" [33], que é o estrito correspondente político do trabalho científico de produção dos conhecimentos, enquanto transformações das "matérias-primas" ideológicas em objetividades materialistas, através do desenvolvimento de ideologias novas (cf. mais acima, p. 191). Desse modo, assim como as descobertas científicas não contribuem para realizar o "fim das ideologias", assim também a política proletária não pode consistir em um puro e simples "desaparecimento da política". [34]

Prosseguimos, colocando em destaque o aspecto que nos interessa especificamente aqui: diremos que essa "prática de tipo

novo" inclui, em uma necessária intrincação, ao mesmo tempo um trabalho político sobre o aparelho de Estado (remetemos, acerca desse ponto, aos desenvolvimentos de E. Balibar sobre a relação entre aparelho de Estado e poder de Estado [35]) *e* um trabalho político-ideológico sobre "os aparelhos ideológicos de Estado". Mais precisamente, um trabalho sobre a ideologia dominante que neles é realizada, enquanto "condições ideológicas da reprodução das relações de produção", isto é (cf. mais acima, p. 143 e ss.), na verdade um trabalho sobre o complexo contraditório-desigual-sobredeterminado dos aparelhos ideológicos de Estado. Esse aspecto da "prática política de tipo novo" constituído pelo marxismo-leninismo visa transformar a configuração do "complexo dos aparelhos ideológicos de Estado", de modo que *na relação contraditória de reprodução/transformação das relações de produção, a transformação predomina sobre a reprodução*, por um desarranjo-rearranjo das relações de desigualdade-subordinação que caracterizam o "todo complexo com dominante" dos aparelhos ideológicos de Estado e das formações ideológicas inerente às relações de produção capitalistas. *Por exemplo*, a transformação das relações entre a *escola* e a *política*, já evocada mais acima, transformação que incide, ao mesmo tempo, sobre as relações de subordinação entre diferentes A.I.E. – a escola, a família, as organizações sindicais, os partidos políticos... – *e* sobre as relações que esses aparelhos mantêm com formas de prática e de organização não-inscritas no aparelho de Estado.

É, pois, no quadro desse trabalho político-ideológico sobre o complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, e, portanto, sobre as formações ideológicas e as *formações discursivas* que lhe são coextensivas, que a emergência de uma nova "prática discursiva", para retomar a expressão de M. Foucault, pode ser compreendida. Nesse quadro, e unicamente nesse quadro, como o destaca D. Lecourt, ao comentar as teses de *A arqueologia do saber* sobre a discursividade: "É, na verdade, porque toma o ponto de vista do proletariado que Marx inaugura uma 'nova prática discursiva' ". [36]

Reencontramos nesse ponto o vínculo entre *tomada de posição* e *objetividade materialista*, enquanto tomada de posição em relação "ao que é": o "ponto de vista do proletariado" não é nem um ponto de vista particular confrontável com outros na pesquisa desinteressada da verdade (a cada um, seu ponto de vista, e, acima de todos, a verdade inacessível!) nem um ponto de vista "universal", de direito, embora, de fato, sendo o ponto de vista de uma classe. É enquanto ponto de vista de classe que ele é objetivo, e isso ao longo de toda a história. Insistamos sobre esse ponto decisivo – trata-se do que chamamos mais acima o "pons asinorum" do marxismo-leninismo – aplicando-o aos nossos propósitos: é preciso, ao mesmo tempo, compreender que a ideologia (da classe) dominante domina o conjunto da formulação social (incluindo-se, nesse conjunto, a classe dominada) *e* que "a luta de classes é o motor da história". É preciso, para tanto, começar por extirpar até a raiz a idéia de uma *disjunção* entre a história e a luta de classes, disjunção pela qual se pensa, *em primeiro lugar*, a história em sua "objetividade" (por exemplo, enquanto evolução tecnológica e social, "hominização", etc.), *em seguida*, a luta de classes como um *efeito na história*, acarretando tomadas de posição com respeito a essa "objetividade". Como não ver que essa disjunção levaria, considerando a questão particular do discurso, à oposição entre uma "linguagem ideológica" (que seria referida a situações concretas que implicassem tomadas de posição) e uma "linguagem científica" (que seria o puro desenvolvimento de propriedades "abstratas", isto é, "verdadeiras" para além de qualquer tomada de posição), de modo que, em todo discurso, incluindo-se aí o "discurso político", poder-se-ia fixar e distinguir "o que é ideológico" (enquanto ligado a uma tomada de posição) e "o que não é ideológico" (enquanto situado para além de toda tomada de posição)?

Acreditamos ter estabelecido mais acima os meios teóricos que nos permitem afirmar que a objetividade materialista do ponto de vista do proletariado se caracteriza discursivamente por tomadas de posição *a favor de* certas palavras, formulações, expressões, etc., *contra* outras palavras, formulações ou expres-

sões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos.

Em uma entrevista concedida em 1968 ao jornal *L'Unitá*, tendo por título 'La Philosophie comme arme de la révolution', L. Althusser condensou esse ponto dizendo:

> *Por que a filosofia entra em contendas por palavras? As realidades da luta de classes são "representadas" por "idéias" que são representadas por palavras. Nos raciocínios científicos e filosóficos, as palavras (conceitos, categorias) são "instrumentos do conhecimento". Mas na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar de um* equívoco*: a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa. [...] O combate filosófico por palavras é uma parte do combate político. A filosofia marxista-leninista só pode realizar seu trabalho teórico, abstrato, rigoroso, sistemático com a condição de entrar em contendas também por palavras muito "sábias" (conceito, teoria, dialética, alienação, etc.) e por palavras muito simples (homem, massa, povo, luta de classes).* [37]

O que precede nos autoriza a considerar que o que foi dito a propósito das "palavras" diz respeito, de fato, à região dos processos discursivos tomados em seu conjunto [38], e é *ipso facto* aplicável ao caso mais geral das expressões, formulações, etc., que, em conjunturas de importância histórica variável, passam a representar *pretextos político-ideológicos* (por meio de expressões como "a crise do petróleo", "a ditadura do proletariado", "o fim da história"... ou, por outro lado, por meio de enunciados como "o homem faz a história", "a luta de classes é o motor da história"...). Diremos que, em função do "todo com-

plexo com dominante" dos aparelhos ideológicos de Estado e das formações discursivas que lhes são correspondentes, com suas relações específicas de contradição-desigualdade-subordinação, são constituídas "linhas de demarcação" discursivas, adquiridas através das lutas por *formulações equívocas*, nascidas no terreno da ideologia dominante e mais, ou menos, "trabalhadas", "revolvidas", etc., por um trabalho político-teórico sobre os "pré-construídos" e sobre os "efeitos-transversos" que os produziram. Formulações, expressões e palavras de ordem políticas são, assim, elaboradas em uma conjuntura dada, com um grau variável de autonomia (ora *armas*, por exemplo "ditadura do proletariado", ora elaborações que apresentam um estatuto *equívoco*, por exemplo "o fim da história"), grau de autonomia este que depende diretamente do grau de autonomia política de que dispõe, com respeito a uma questão dada, para uma fase dada da luta de classes, o movimento operário e suas organizações no conjunto das forças políticas em presença.

3. *A forma-sujeito do discurso na apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política do proletariado*

Podemos, a partir de agora, retomar a expressão *práticas discursivas*, já que dispomos, *tanto* no domínio das ciências *quanto* no da política (domínios esses não-justapostos ou opostos, mas sim como acabamos de ver, articulados), de indicações conceptuais indispensáveis. Sabemos que toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Essas formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas (pelos "efeitos de pré-construído" e "efeitos-transversos" ou "de articulação" expostos mais acima), de modo que elas são o lugar de um *trabalho de reconfiguração* que constitui, segundo o caso, um trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo.

É nesse ponto que voltamos a encontrar, após longa – porém indispensável – reconstrução, a questão do *discurso na forma-sujeito*: uma vez que não existe prática sem sujeito (e, em

particular, prática discursiva sem sujeito), uma vez que os "indivíduos-agentes [...] agem sempre na forma de sujeitos enquanto sujeitos" [39], a questão da prática discursiva levará necessariamente à questão do efeito do complexo das formações discursivas na forma-sujeito. Não se trata de dizer, porém, que uma prática (discursiva ou não) seja *a prática de sujeitos* (no sentido dos atos, ações, atividades de um sujeito – isso seria cair no golpe do que chamamos o "efeito Münchhausen"!), mas sim de constatar que todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos (por suas "condutas" e por suas "palavras") em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em "sujeito-responsável".

Dissemos mais acima que "os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) por formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes". Especificamos também que "a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina". Acrescentaremos agora, retomando formulações recentes de P. Henry [40], que essa interpelação supõe necessariamente um *desdobramento*, constitutivo de sujeito do discurso, de forma que *um dos termos* representa o "locutor", ou aquele a que se habituou chamar o "sujeito da enunciação", na medida em que lhe é "atribuído o encargo pelos conteúdos colocados" – portanto, o sujeito que "toma posição", com total conhecimento de causa, total responsabilidade, total liberdade, etc. – e o outro termo representa "o chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou do que se pretende como tal" [41]. Ressaltemos que esse *desdobramento* corresponde, a rigor, à relação, igualmente *explicitada mais acima*, entre *pré-construído* (o "sempre-já" aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a "realidade" e seu "sentido" sob a formada universalidade – o "mundo das coisas") e *articulação* ou *efeito-transverso* (que, como dissemos, constitui o sujeito em sua relação com o sentido, isto é, repre-

senta no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito). O que teríamos a acrescentar sobre esse ponto, após o desvio – relativo à prática de produção dos conhecimentos e à prática política do proletariado – que acabamos de fazer?

Um elemento, a nossos olhos capital, que diz respeito aos "efeitos paradoxais" induzidos por essas duas práticas na *forma-sujeito, enquanto relação de desdobramento entre "sujeito da enunciação" e "sujeito universal.*

Expliquemo-nos e, para tanto, comecemos por constatar que esse desdobramento pode assumir diferentes modalidades, duas das quais são "evidentes":

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*, de modo que a "tomada de posição" do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do "*livremente consentido*": essa superposição caracteriza o discurso do "bom sujeito" que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos "em plena liberdade").

A segunda modalidade caracteriza o discurso do "mau sujeito", discurso no qual o *sujeito da enunciação* "se volta" *contra o sujeito universal* por meio de uma "tomada de posição" que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, constestação, revolta...) *com respeito ao que o "sujeito universal" lhe "dá a pensar"*: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência efetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. Essa reversão apresenta traços lingüísticos: "*aquilo que você chama* crise do petróleo", "*suas* ciências sociais", "*tua* Santa Virgem" (como se alguém dissesse "tua neurose"!), etc. Cf. o exemplo dado na p. 98: "Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz jamais existiu." Em suma, o sujeito, "mau sujeito", "mau espírito", *se contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo "interdiscurso" como determinação exterior de

sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra* (isto é, *contradiscurso*), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contranatureza, etc.) sob suas diversas formas teóricas e políticas, reformistas e esquerdistas. [42]

Não poderíamos ir adiante, uma vez apreendidas essas duas modalidades discursivas do funcionamento subjetivo, sem considerar a dupla referência – à produção dos conhecimentos científicos, de um lado; à prática política, de outro – já explorada no interior do problema específico de que estamos nos ocupando... Poderíamos, aliás, ter a ilusão de poder fazer a "teoria" dessas duas práticas *a partir das modalidades discursivas do funcionamento subjetivo*; em suma, fazer uma "teoria" discursiva das ciências e da política! Haveria, de fato, algo mais simples do que opor a aceitação livremente consentida (primeira modalidade) à recusa (segunda modalidade) e ver nesse "antagonismo" o segredo da política e do trabalho científico? Ora, o que, justamente, nosso desvio permite compreender é que esse "antagonismo" (que possui a forma da contradição hegeliana: a negatividade, a *Aufhebung*, etc.) se manifesta, em realidade, *no interior da forma-sujeito*, na medida em que o efeito daquilo que definimos como *o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite*. Estamos diante do que P. Henry caracterizou recentemente sob a forma do par *acobertamento-rejeição*, que não deve ser confundido com o processo que ele chama a "integração":

> *[...] se há ideologias proletárias constituídas, então, em última instância, o que as diferencia das ideologias da classe dominante em uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista são os conhecimentos que elas* integram *pela reprodução dos efeitos de significação, na medida em que as ideologias da outra classe* rejeitam *ou* acobertam *esses conhecimentos*. [43]

Essa integração designa, de fato, o caráter historicamente novo da prática ideológica do proletariado, que consiste, diremos por nossa conta, em trabalhar de maneira explícita e conseqüente *sobre* a forma-sujeito. Mas isso significa, também, apontar a existência capital de uma "terceira modalidade" subjetiva e discursiva, paradoxalmente, caracterizada pelo fato de que ela integra o *efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito*, efeito que toma a forma de uma *desidentificação*, isto é, de uma *tomada de posição não-subjetiva*: se estamos sendo bem compreendidos, essa *desidentificação* é correlativa do fato, já mencionado, de que os conceitos cientfficos não possuem "um sentido" apreensível no funcionamento de uma formação discursiva, o que acarreta, ao mesmo tempo, o fato de que, enquanto conceitos [44], não há nenhuma "representação" que lhes corresponda. Voltaremos a esse ponto na conclusão deste estudo. Acrescentemos que isso é igualmente verdadeiro, e por razões que já explicitamos, para as "organizações políticas de tipo novo" que constituem o que chamamos dispositivos de experimentação-transformação históricos. Isso equivaleria a dizer que a prática de produção dos conhecimentos e a prática política de tipo novo constituída pelo marxismo-leninismo realizam (acarretam ou determinam) *uma dessubjetivização do sujeito*, isto é, promovem um tipo de anulação da forma sujeito (desassujeitamento, ruptura ou fragmentação do sujeito, como o sugere atualmente uma certa concepção formalista de "escritura")? *A resposta é não*, a menos que se queira justamente recair no mito teórico e político do "fim das ideologias". Na realidade, o funcionamento dessa "terceira modalidade" constitui um *trabalho* (transformação-deslocamento) *da forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas "de tipo novo"*. A ideologia – "eterna" enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do "desarranjo-rearranjo" do complexo das for-

mações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo). É, segundo o que pensamos, unicamente sob essa condição que se pode compreender em que consiste a *apropriação subjetiva dos conhecimentos* (especificamente, o funcionamento dos processos discursivos científico-pedagógicos), *de um lado*, e a *apropriação subjetiva da política do proletariado* (especificamente, o funcionamento dos processos discursivos políticos do proletariado), *de outro*.

Alguns esclarecimentos, em seqüência, acerca desses dois pontos. [45]

A expressão *apropriação subjetiva dos conhecimentos* tem por fim lutar, ao mesmo tempo, contra o mito de uma "pedagogia pura", no sentido de pura exposição-transmissão de conhecimentos [46], "livre de qualquer pressuposto(!)", e contra o mito de uma reconstrução dos conhecimentos na "atividade" do sujeito (contrariamente a Piaget, insistamos que a "atividade" não é a mesma coisa que a "prática"; a prática não pode ser a prática de um sujeito: não há, para sermos exatos, prática de um sujeito, há apenas os sujeitos de diferentes práticas). Nos dois casos, com efeito, estão sendo confundidas a prática de produção dos conhecimentos *e* a prática de transmissão-reprodução desses conhecimentos [47], e sendo evitado o ponto – crucial, a nosso ver – da não-existência de qualquer *começo* pedagógico (não-existência que é mascarada por certas "evidências", como a do ingresso das crianças na escola). O reconhecimento desse ponto crucial nos permite compreender que todo efeito pedagógico se apóia sobre "o sentido" pré-existente, sentido este produzido em formações discursivas "sempre-já aí" e que lhe servem de matéria-prima:

> *[...] a aberração que seria introduzir a criança nos conhecimentos matemáticos tendo por base o enunciado axiomatizado da teoria dos conjuntos está ligada à impossibilidade de produzir a evidência pela qual a criança reconheceria os conhecimentos pelos conhecimentos, dado o fato de que não se pode ir ao fundamento dessa enunciação axiomatizada.* [48]

Isso significa que toda pedagogia supõe um "ir ao fundo da questão", que faz com que só se possa falar do começo uma vez que se tenha "começado" – quando, na verdade, cada sujeito já começou desde sempre –, de modo que essa questão", que é a forma específica do "efeito Münchhausen" no domínio da apropriação subjetiva dos conhecimentos, designa o lugar da política na "pedagogia"; diremos, utilizando o que precede (cf. pp. 120-1), que as formas burguesas da política na prática pedagógica podem, em seu princípio, ser reconduzidas a duas formas polares (combinadas em alternância), e um lado, a do *realismo metafísico* (que faz passar por objeto de conhecimento puros efeitos ideológicos), e, de outro, a do *empirismo lógico* (que apresenta o objeto de conhecimento como uma comodidade, uma convenção arbitrária), de modo que, tanto em um caso como em outro, a transmissão-reprodução dos conhecimentos é identificada praticamente a uma inculcação. De onde a mistificação explicitamente "direitista", cientificista, por exemplo da "economia matemática", da "sociologia racional", da "psicologia científica", da "teoria formal" do direito, etc., alternada, segundo as circunstâncias, com o obscurantismo e as tendências regressivas-liqüidadoras, que apresentam, freqüentemente, feições "esquerdistas". Face a essas duas formas de prática burguesa da política na pedagogia, torna-se possível caracterizar o efeito da política do proletariado nesse domínio pelo traçado de uma linha de demarcação entre conhecimentos científicos e processos de inculcação ideológica, traçado historicamente determinado pelo estado de desenvolvimento dos conhecimentos nos diferentes setores de pesquisa, isto é, pelo estado da luta teórica e da luta ideológica das classes, traçado que varia em função das formações ideológicas existentes e que trabalha sobre elas para transformá-las, mas, simultaneamente, traçado que continua indefinidamente, como a própria ideologia. O fato de que "todo corte epistemológico" seja "um corte continuado" tem como conseqüência, no domínio aqui sob consideração, o fato de a distinção entre formação científica e inculcação ideológica ser uma distinção política [49], e não uma distinção puramente científica – o que faria supor que essa distinção estaria inscrita na própria materia-

lidade do "objeto", ou nas "técnicas" e no "discurso" pedagógicos, etc. A relação de desigualdade ou de discrepância entre os conhecimentos científicos (enquanto funcionamento conceptual) e a "ignorância" (que, como se sabe, não é o vazio mas o demasiadamente-cheio do impensado) pode tomar diferentes formas, conforme a natureza do aparelho escolar em que essa relação se realiza, e, em última instância, em função do modo de produção que domina a formação social considerada (por exemplo, contrariamente à ideologia burguesa, a ideologia do proletariado é *deformante sem ser mistificadora* [50]), mas isso significa também que nada poderia anular, pura e simplesmente, a discrepância em questão: essa discrepância não pode se anular mais – isto é, não pode, na qualidade de um "ir ao fundo da questão", desaparecer mais – do que pode a própria Ideologia (enquanto interpelação dos indivíduos em sujeitos).

E é realmente disso que se trata; ao falar, como se viu mais acima, da impossibilidade de se ensinar às crianças a matemática sob a forma do enunciado axiomatizado da teoria dos conjuntos, P. Henry prossegue nesses termos:

> *É, pois, necessário reinscrever essa enunciação sob forma de discurso sobre o mundo físico, isto é, restabelecer aí um sujeito, no lugar do qual a criança pode imaginariamente se colocar por identificação.* [51]

A apropriação subjetiva do conceito e a desidentificação de que essa apropriação necessita se efetuam, assim, paradoxalmente, através de uma identificação-presentificação que coloca inevitavelmente em jogo conivências, "garantias" perceptivas e nocionais ("eu vejo o que vejo"/"sabe-se o que se sabe" – cf. mais acima, pp. 101-133). Essa identificação-presentificação se apóia, *ao mesmo tempo*, numa *mise en scène* (ficção *realizante*) do conceito ou do dispositivo experimental como *coisas* (figuras, esquemas, diagramas, etc.) no quadro-negro – "*vemos*, na figura, que o ponto H está entre B e C" [52]; "seja uma esfera que se desloca sobre um plano inclinado fazendo um ângulo de 15° com

a horizontal", etc. – *e*, simultaneamente, no retorno do "saber" (do Universal, do conceito) ao pensamento do sujeito sob a forma de uma *evocação* – "*esse* triângulo, que é isóscele, tem os dois ângulos da base iguais" –, isto é, o efeito de sustentação produzido pela incisa, isto é, a intervenção do que chamamos "discurso-transverso".

A apropriação dos conhecimentos jamais se realiza sob a forma de uma *dedução a partir de princípios primeiros* (isto é, um discurso que seria ao mesmo tempo uma máquina lógica), mas, antes (e em qualquer campo científico considerado), como uma *volta aos princípios*, por um caminho que é, por assim dizer, construído retrospectivamente; pois o que diz respeito a esse caminho é algo bastante diferente do passeio de um espelho: à medida em que se dá a apropriação dos conhecimentos, sua configuração se transforma, de modo que enunciados que funcionavam como definições adquirem o estatuto de teoremas, ou, inversamente, certos enunciados são imputados como falsos e substituídos, resultados marginais (laterais ou acidentais) se universalizam, ou, inversamente, etc., sendo que o conjunto desse deslocamento realiza o *efeito de desidentificação* mencionado acima [53], isto é, exibe *o real enquanto "necessidade-pensada"*. Um exemplo, extraído de um manual de Física, apresentado sob a forma que se segue, esclarecerá o que estamos querendo dizer:

> *As correntes de alta freqüência produzem à distância correntes de indução cuja intensidade é máxima quando a freqüência própria da corrente induzida é igual à freqüência do circuito emissor.*

Constata-se que nenhuma análise "gramatical" ou "lógica" que tenha por objeto o enunciado em si mesmo permite – com razão – solucionar a questão (lingüística e/ou logicamente) de saber se estamos diante de uma construção determinativa ou, ao contrário, de uma construção explicativa-apositiva. Esse enunciado, lido como contendo uma *apositiva*, pode, com efeito, significar seja:

"as correntes de alta-freqüência produzem correntes de indução, sobre as quais *se descobre* que P" – aprende-se que isso é assim e não de outro modo, o que seria também concebível –;

seja, ao contrário:

"as correntes de alta-freqüência produzem correntes induzidas, sobre as quais é obviamente necessário que P" – recorda-se que isso é assim e não de outro modo, desde que se conheça a definição de "correntes induzidas".

Poder-se-ia fazer exatamente as mesmas observações com respeito à eventualidade de uma construção determinativa, na medida em que esse tipo de construção é não só compatível com a interpretação "contingente":

"correntes induzidas que P" – por oposição a *outros tipos de correntes induzidas* que têm um comportamento diferente –;

como também com a interpretação "necessária":

"correntes que P, chamadas correntes induzidas" – por oposição a *outros tipos de correntes*.

O que dizer, senão que o funcionamento dos elementos lógico-lingüísticos de um enunciado depende das formações discursivas no interior das quais cada um desses elementos pode tomar *um* "sentido", de modo que, em última instância, será a configuração das formações discursivas no interior das quais se inscreve uma subjetividade dada que determinará *o* "sentido" que esse enunciado tomará com o caráter necessário ou contingente, disjunto ou integrado, etc., dos objetos e propriedades que nele se manifestam?

Mas isso significa reconhecer ao mesmo tempo que o efeito de desidentificação inerente à apropriação subjetiva dos conhecimentos se realiza de maneira diferente (e pode, no limite, não

se realizar totalmente) em função da natureza das formações discursivas que servem de "matéria prima" a esse efeito. O leitor já deve ter compreendido que estamos diante de *uma* das causas da "desigualdade frente à escola", desigualdade que não é, em absoluto, uma fatalidade biopsicológica, nem mesmo um fenômeno sociológico: ela traduz, na verdade, o efeito da luta ideológica das classes sobre o terreno da apropriação social dos conhecimentos, em seu vínculo com a apropriação subjetiva desses conhecimentos. Essa luta se traduz, no ensino, pela luta sobre o "modo de apresentação de uma questão", a "ordem das questões", etc., em função dos efeitos ideológico-discursivos que esta ou aquela apresentação supõe e reativa: poder-se-ia dizer, em tom de brincadeira levemente provocativa, que, nessas condições, e contrariamente ao que afirma Frege, expressões como "*meu* teorema de Pitágoras" (isto é, a apresentação do teorema de Pitágoras que eu defendo, dada minha posição com respeito ao ensino da Matemática, contra outras apresentações que eu reprovo) são perfeitamente compreensíveis! Basta, aliás – e, desta vez, brincadeira à parte – assistir a um debate entre docentes sobre esse tema para constatar que a luta ideológica o atravessa de parte a parte...

Resta, por fim, explicarmo-nos acerca da *apropriação subjetiva da política*, na medida em que essa apropriação é afetada por uma teoria dos processos discursivos. Iniciaremos observando que essa questão se liga àquela que acabamos de considerar ao tratarmos da *inculcação*:

> *[...] a escola (mas também outras instituições do Estado, como a Igreja e outros aparelhos como o Exército) ensina o "Know-how" mas sob formas que asseguram* a submissão [54] à ideologia dominante *ou o domínio de sua "prática". Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, sem falar dos "profissionais da ideologia" (Marx) devem de uma forma ou de outra estar "imbuídos" ["penetrados"] desta ideologia para desempenhar "conscienciosamente" suas tarefas, seja a de explorados (os*

operários), seja a de exploradores (capitalistas), seja a de auxiliares na exploração (os quadros), seja a de grandes sacerdotes da ideologia dominante (seus "funcionários") etc.... [55]

Penetração que se opera "por si só", e, ao mesmo tempo, *inculcação* que trabalha conscienciosamente sobre o resultado dessa penetração para "se acrescentar a ela", de modo que, no total, cada "sujeito" saiba e veja que as coisas são realmente assim. Levando-se em conta o que acabamos de ver, pode-se dizer que o aparelho escolar contribui para essa penetração-inculcação de uma maneira específica, que é a de simular a "necessidade-pensada" dos conhecimentos científicos sob a forma de evidências ideológicas de diversas naturezas [56], numa intrincação tal que a "incompreensão" (a dúvida, a resistência e a revolta) daqueles que sentem a escolarização como uma intrusão, um momento desagradável pelo qual têm que passar, etc. (isto é, a grande massa dos explorados do modo de produção capitalista) é um sintoma que traduz *ao mesmo tempo* a separação objetiva do trabalho manual e do trabalho intelectual nesse modo de produção, *e também* a resistência espontânea dessa massa a essa penetração-inculcação, o que, no conjunto, caracteriza o que é chamado às vezes de seu "mau espírito". Mas, dois pontos bastante importantes devem ser salientados: o primeiro é o de que essa *penetração não tem origem* na Escola, que não passa de um dos lugares de sua realização; o segundo é o de que essa resistência ideológica espontânea é *uma reversão e uma rejeição*, ou seja, os processos discursivos ligados a essa resistência se inscrevem no que chamamos "segunda modalidade" (na qual o sujeito-enunciador se volta contra o Sujeito universal da Ideologia, contra-identificando-se a ele). Essa contra-identificação representa a "matéria-prima" do trabalho sobre a forma-sujeito constituído pela apropriação subjetiva da política do proletariado, mas ela não realiza em si mesma, de modo algum, essa apropriação, como tentaremos agora mostrar.

Escolhemos como domínio de exemplo a época da Primeira Guerra Mundial; por diferentes razões, das quais a menor não é,

certamente, a importante questão – mantida em suspenso – de saber se, em definitivo, "Marianne" é, sim ou não, "um ser que existe em si e que subsiste por si"!

Observemos inicialmente que *não* há *apropriação subjetiva* da política *burguesa*, simplesmente porque a ideologia dominante que lhe é subjacente será "sempre-já" aí, sob forma de um funcionamento ideológico espontâneo mais antigo do que a própria burguesia: *a França* está ameaçada/somos *todos* franceses/é a guerra!/ – uma cadeia de evidências da ordem do fato realizado que vão funcionar, segundo a "primeira modalidade", para uma grande parte do povo francês, subsidiadas e articuladas em diversos ditos sentenciosos e injunções carregadas de pré-construídos inculcados ("um soldado francês não recua", "levantem-se, os mortos!", etc.). Identificação de cada sujeito francês com o Sujeito-França: "a França entra em guerra", como o anunciam os jornais da época, e como o repetem ainda hoje os manuais de História; e, *do mesmo modo*, "a Alemanha", "a Rússia", etc., "entram em guerra"...

Isso não quer dizer – bem ao contrário – que o funcionamento do que chamamos "segunda modalidade" (regido pela contra-identificação, a rejeição e a reversão) seja pura e simplesmente apagado: na verdade, ele está presente, enquanto funcionamento espontâneo da *ideologia do proletariado operário e camponês*, sob a forma da evidência cruelmente absurda – mas plena de sentido – que faz com que "sejam sempre os mesmos que costumam se matar", e que constitui a base do *pacifismo* na França, bem como na Alemanha, na Rússia, etc. O "paradoxo" dessa evidência ideológica do pacifismo ("abaixo a guerra! viva a paz!"), que atravessava a ação dos partidos socialistas alemães, franceses e russos *contra a guerra*, foi, como se sabe, o de levar cada um desses partidos a tomar lugar na "Union Sacrée" votando a favor de créditos de guerra em nome da defesa da paz e contra a política de anexações, de modo que a ideologia espontânea do proletariado (o pacifismo) se achou subordinada à ideologia dominante burguesa (a evidência fatal da guerra).

Como isso veio a ocorrer, e o que fazer para sair dessa situação? É a essa enorme tarefa de explicação e de organização

da luta do proletariado que Lênin se consagra, no quadro de uma "prática política de tipo novo", visando *trabalhar* ideológica e politicamente as massas ainda influenciadas pelo "social-chauvinismo da Segunda Internacional". E essa prática comporta, entre outros elementos, um "discurso político de tipo novo", uma modalidade discursiva capaz de traçar *linhas de demarcação* em relação aos efeitos discursivo-ideológicos da identificação e da contra-identificação, destruindo certas evidências (por exemplo, aquela segundo a qual a França é [também] a pátria dos proletários franceses, e o mesmo com respeito à Alemanha, etc.) e também traçando alguns paralelos, ao restabelecer as relações dissimuladas por certas oposições (por exemplo, a oposição guerra/paz).

Essa prática política (marxista-leninista) supõe, ao mesmo tempo, um trabalho teórico de retorno ao materialismo histórico e um trabalho de luta pela organização do proletariado, e se inscreve, por essa razão, na linha do *Manifesto do Partido Comunista,* onde Marx e Engels haviam, por antecipação, contrabatido certas "evidências". Assim, por exemplo: "Os trabalhadores não têm pátria. Não se pode tirar deles o que não possuem", enunciado tautológico seguido de uma observação a respeito da qual se poderia dizer, por antecipação, que é profundamente leninista:

> *[...] tendo o operariado como objetivo a conquista do poder político, para se transformar em classe dirigente da nação, tornando-se a própria nação, nesse sentido, ele é nacional, não porém no sentido burguês da palavra.* [57]

Tudo se fundamenta, de fato, na maneira pela qual se concebe a relação entre o proletariado e a nação. E é essa relação que é tratada na luta de Lênin contra as posições de Kautsky, que lembra a de Marx e Engels contra o "socialismo" lassalliano:

> *É evidente que, para poder lutar, a classe operária deve se organizar* nela mesma enquanto classe,

sendo seus respectivos países o teatro imediato de sua luta. É nesse sentido que sua luta de classe é nacional, não quanto a seu conteúdo, mas, como diz o Manifesto Comunista, *"quanto a sua forma". Mas o "quadro do Estado nacional atual" (por exemplo do império alemão) entra, por sua vez, economicamente, "no quadro" do mercado universal e, politicamente, "no quadro" do sistema dos Estados. Qualquer comerciante sabe que o comércio alemão é também comércio exterior, e a grandeza do Sr. Bismarck se encontra precisamente no caráter de sua política* internacional. [58]

Em suma, o núcleo do problema – e Lênin não cessa de repeti-lo – se localiza no vínculo entre social-chauvinismo e oportunismo, vínculo que tem como base a "evidência" da oposição-disjunção entre *guerra* e *paz*, e que acarreta a oposição entre *luta pelo socialismo no quadro nacional* (em tempo de paz) e *luta entre nações* (estado de guerra que coloca a luta pelo socialismo em "banho-maria"). Lênin mostra que a raiz da "traição" se localiza na própria concepção da luta de classes e de sua relação com o "quadro do Estado e da nação, acarretando uma confusão entre o que Marx e Engels chamam o *teatro imediato* da luta e o *conteúdo* dessa luta, confusão (constitutiva do oportunismo) da qual uma das características consiste em fórmulas sintomáticas que podem – recordando o que foi exposto mais acima – ser chamadas de "efeitos Münchhausen" políticos, na medida em que essas fórmulas pressupõem a solução no próprio momento em que se coloca a questão que elas evocam, dissimulando totalmente que a base da solução é incompatível com a da questão. De onde a série de "pré-construídos" e de "relações universais" que Marx e Engels fazem voar em estilhaços como "direito igual", "o Estado livre", "justa partilha", "igualdade dos salários", etc., mostrando que se trata de objetos tão inconcebíveis quanto a famosa "faca sem lâmina da qual falta o cabo" (o exemplo poderia ser de Marx ou de Lênin. É de Freud [59]). Na época da Primeira Guerra Mundial, uma luta pela

paz que não é *ao mesmo tempo* uma luta pelo socialismo é um *non-sens*, uma vez que o pacifismo é uma ilusão enquanto o socialismo não seja estabelecido. Eis o que Lênin explica e desenvolve de mil maneiras, com uma dureza irônica que às vezes lhe faz dizer "isso serviria para rir, se não fosse tão triste [60]" – por exemplo, a propósito da "unanimidade" dos socialistas de cada um dos países em guerra para lutar contra as anexações... o que colocaria em risco o próprio imperialismo "de cada um deles": Lênin não precisou ser gramático para discernir o funcionamento político dessa *restrição*, pela qual se explica a cegueira dos kautskystas diante do *caráter simétrico* da guerra inter-imperialista, *no quadro da economia e da política mundiais* [61]. É precisamente essa cadeia interimperialista que será rompida pela Revolução de Outubro, sendo que a dissimetria resultante desse fato acarretará – entre outros efeitos! – a formação de novas expressões políticas ("URSS, pátria do proletários", e também "comunistas, não franceses", "os comunistas não estão à esquerda, estão a leste", etc.) e o desaparecimento de certas expressões, substituídas por outras ("economia e política mundiais" tornando-se "economia e política socialistas"/"economia e política imperialistas"). Bem entendido, as expressões "economia mundial" ou "política mundial" não desaparecem pura e simplesmente: *elas se deslocam* de uma formação discursiva articulada ao marxismo-leninismo, onde designavam conceptualmente o sistema imperialista mundial, para uma outra formação discursiva, de natureza ideologicamente burguesa ou reformista, que acoberta, por meio de uma pseudo-universalidade nocional dos comportamentos econômicos e políticos "para além dos sistemas", a dissimetria introduzida pela revolução socialista soviética.

Isso nos leva a uma observação sobre as noções de penetração e de inculcação: uma vez que, de um lado, a formação do materialismo histórico representa a abertura do novo continente teórico da *História* e que, de outro lado, a prática marxista-leninista autoriza, por meio de uma primeira experimentação histórica, o acesso ao novo continente político da *transição socialista em direção ao comunismo*, as condições da luta ideológica se

acham transformadas. E poder-se-ia adiantar que as formas ideológicas do fascismo constituem um dos efeitos da "miscelânea" ideológica determinada pela conjugação desses dois eventos. Expliquemo-nos.

Antes da existência concreta da combinação *ciência da História + experimentação histórica da revolução socialista*, a *penetração* da ideologia burguesa nas massas proletárias se efetuava, por assim dizer, através dos funcionamentos espontâneos de reversão-rejeição que expusemos. Bem entendido, essa penetração supunha uma prática ideológica de classe, portanto uma *inculcação* mas que se baseava, sobretudo, na exploração, pela burguesia e pelo imperialismo, da *ignorância* – então universalmente expandida – das *leis da História* conjugada à *ausência de realização concreta do "sonho socialista"*.

Desde que o socialismo surgiu, sob suas diferentes formas históricas concretas, o *perigo mortal* que ele constituía para a burguesia capitalista e para o imperialismo em seu conjunto determinou a aparição de práticas políticas e ideológicas "novas" (cuja novidade, contudo, não chega, evidentemente, a sair do círculo da ideologia burguesa!), visando simular a ideologia e a política do proletariado para tentar mascarar, desfigurar e acobertar a existência concreta do socialismo, tirando sistematicamente partido dos "erros" cometidos em nome do socialismo. Aqueles a quem Marx chamava os "profissionais da ideologia" assumem, por essa razão, funções diretamente políticas no interior do fascismo, e a renovação dos estudos relativos à retórica, à "manipulação das massas", e à "psicologia das massas" não passa, no seio da luta de classes, de um sintoma dessa nova direção do trabalho político e ideológico burguês, que constitui o impossível e impensável "simétrico" da prática marxista-leninista [62] : a "Psicologia" não é, pois, apenas a matéria-prima do humanismo. Ela é também um dos instrumentos que a burguesia e o imperialismo tentam utilizar politicamente contra a política do proletariado, apoiando-se sobre o fato de que, de qualquer maneira, os aparelhos ideológicos de Estado burgueses "funcionam à maneira da Psicologia", em razão de sua *estrutura de re-*

presentação. Estamos querendo dizer com isso que eles têm por base o agenciamento de três "lugares" elementares – a saber:

- o *auditório* (a multidão, o "povo" no sentido cristão, os expectadores, os assistentes, os participantes, etc.);
- *a cena* (o altar, o estrado, a barra do tribunal, a mesa de demonstração – do "sábio", do mágico ou do palhaço – o quadro-negro [63]), etc.;
- *os bastidores* (a sacristia, o "vestiário", etc.),

e que é na relação entre esses três lugares que se realizam os efeitos ideológicos elementares de identificação-interpelação dos sujeitos, de imputação de responsabilidade e de distribuição do sentido. A característica desse dispositivo é a de produzir e de reproduzir a *separação* entre o resguardo das intenções, finalidades e estratégias escondidas, etc., e a aparência que é encenada, sob a forma de uma "profundidade" psicológica dos personagens. Compreende-se, então, por que a luta do proletariado *no interior* dos aparelhos ideológicos de Estado é, simultaneamente, uma luta *contra* sua estrutura e seu funcionamento, na medida em que a apropriação subjetiva da política do proletariado supõe, paradoxalmente, como se viu, uma desidentificação, ligada a uma transformação subjetiva da imputação, da representação e do sentido: a relação com a História como processo, com as massas que fazem a História e com o partido comunista como organização política de tipo novo não pode ser uma relação de identificação (cf. as observações de Althusser sobre a impossibilidade de designar o "sujeito"-massas dizendo "é ele!"), uma vez que essa relação tende a abolir o vínculo de representação, dividindo representantes e representados (cf. sobre esse ponto o funcionamento desidentificador de uma manifestação de massas).

Especifiquemos, enfim, que essa relação, ponto central da prática política e ideológica do proletariado, não está "fora da ideologia", o que significa dizer que nenhum *sujeito* pode se estabelecer como tal nessa "terceira modalidade" constituída pela desidentificação, e que, por isso mesmo, a ideologia do proletariado, "deformante mas não mistificadora", como diz S. Karsz, é constantemente ameaçada, em si mesma (no trabalho

que ela executa sobre a forma-sujeito), pelas mistificações burguesas inerentes ao funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado.

NOTAS

[1] Ainda uma vez, portanto, o reformismo, presa fácil de um tipo de etno-sócio-historicismo que fala muito bem da "evolução social da humanidade".

[2] D. Lecourt, 'Sur l'archéologie du savoir. A propos de Michel Foucault', *La pensée*, nº 152, 1970, p. 85.

[3] Recordemos como L. Althusser designou, desde *Ler o Capital*, a materialidade histórica do processo de produção dos conhecimentos como "o sistema historicamente constituído de um *aparelho de pensamento*, fundado e articulado na realidade natural e social. (... Esse pensamento [a produção teórica] é constituído por uma estrutura que combina (*Verbindung*) o tipo de objeto (matéria-prima) sobre o qual ele trabalha, os *meios de produção* teóricos de que dispõe (teoria, método e técnica, experimental ou qualquer outra), e as relações históricas (ao mesmo tempo teóricas, ideológicas e sociais) nas quais ele produz. Esse sistema determinado das condições da prática teórica é que atribui a este ou aquele sujeito (indivíduo) pensante o seu lugar e a sua função na produção dos conhecimentos. Esse sistema de produção teórico, sistema material tanto quanto "espiritual", cuja prática se funda e se articula nas práticas econômicas, políticas e ideológicas existentes, que lhe fornecem direta ou indiretamente o essencial de sua "matéria-prima" – "possui uma realidade objetiva determinada" (op. cit., pp. 42-3).

[4] O que estamos dizendo é que todo corte inaugura uma relação como essa, mas não que uma tal relação constitui em si mesma a "condição de possibilidade epistemológica" de uma ciência. Trata-se, na realidade, da análise de um efeito sobre a posição subjetiva no interior da prática científica.

[5] O ponto (essencial) da *circunscrição do sentido no conceito* será retomado na conclusão deste estudo.

[6] Althusser, 'Resposta a John Lewis', in *Posições – 1*; op. cit., p. 35 (nota).

[7] Remetemos, aqui, o leitor ao desenvolvimento que, do § 5 ao § 17 de *Ler o Capital*, diz respeito a esse ponto, a propósito da revolução científica que leva o nome de Marx.

[8] Cf. M. Fichant & M. Pêcheux, *Sobre a história das ciências*, Lisboa, Estampa, 1971.

[9] Cf. acerca desse ponto o trabalho de desmistificação efetuado pelos historiadores da Biologia, e, sobretudo, G. Canguilhem.

[10] Assim, na retrospecção aberta pelo começo de uma disciplina científica, as *teorias descritivas* que a precediam na qualidade de embriões materialistas "espontâneos" mudam de estatuto e se tornam freios e obstáculos, oscilando no idealismo empírico-especulativo.

[11] Essa continuidade, considerada como uma evidência, constitui, de fato, o fundamento do evolucionismo sob diferentes formas, psicológicas, sociológicas, históricas, etc., incluídas em trabalhos efetuados em nome do marxismo. Não é de se espantar que essa posição seja, por exemplo, mantida – no domínio em consideração

aqui – por A. Schaff, que considera que a teoria de N. Marr "continha indubitavelmente um grande número de idéias novas e preciosas, de um alcance teórico importante", em particular "a concepção de uma linguagem 'manual' enquanto pré-linguagem e [...] a hipótese a ela relacionada da evolução da linguagem a partir de um concreto imaginado até a abstração" (Schaff, *Langage et connaissance*, op. cit., p. 16). Essa concepção evolucionista é baseada no que Schaff chama "a humanização da vida social", no interior da qual a noção de comunicação desempenha um papel primordial: "O processo do trabalho e da utilização dos signos, isto é, *a comunicação das pessoas entre si*, são indissociavelmente ligados tanto ao ponto de vista genético quanto ao funcional. Se se admite essa ligação, pode-se muito bem fazer da comunicação um elemento da definição do homem e da sociedade humana" (ibid., p. 113; os grifos são nossos). Em suma, A. Schaff permanece no marxismo dos *Manuscritos de 1844*, das *Teses sobre Feuerbach* e de *A ideologia alemã*, textos dos quais ele extrai, aliás, a quase totalidade de suas referências marxistas: ele não pode ir muito longe, pois, se o fizesse, teria que questionar o que chamamos o seu "etno-sócio-historicismo". Ele prefere exibi-lo com uma cândida honestidade: "'O homem', enquanto 'indivíduo humano', é 'o conjunto das relações sociais', no sentido em que só se pode compreender sua gênese e seu desenvolvimento espiritual em seu contexto histórico e social, enquanto exemplar de uma 'espécie', mas, desta vez, de uma espécie não apenas natural mas também social. *Trata-se aí de um historicismo e de um sociologismo, no sentido preciso desses termos.*" (Ele que o diz! O que fizemos foi destacar a última frase). E Schaff prossegue: "Vemos, pois, que o materialismo histórico introduz no estudo da vida espiritual do homem em geral e no estudo de suas manifestações culturais em particular um ponto de vista sociológico, científico" (ibid., p. 134). Após o que Schaff tem as mãos livres para proceder a uma reabilitação "marxista" da Semântica...

12 "Imaginemos um mundo tão reduzido quanto possível, tendo como habitantes apenas meu gato e meu cachorro; e que eles não tenham outras características além de suas respectivas cores: a cinza e a preta. Esse mundo compreende dois elementos, meu gato cinza e meu cachorro preto. *A ciência elementar desse mundo* [grifos nossos] se reduz a duas proposições atômicas: 'meu gato é cinza' e 'meu cachorro é preto'. Vê-se que há estrita correspondência entre as realidades do mundo e os enunciados da linguagem." (Vax, *L'empirisme logique*, op. cit., p. 12).

13 Cf. as regras da divisão colocadas pela Logique de Port-Royal (op. cit., p. 211-212): "A primeira é quando se divide o gênero segundo as espécies. *Toda substância é corpo ou espírito: todo animal é homem ou besta.*

A segunda é quando se divide o gênero segundo suas diferenças. *Todo animal é racional ou privado de razão = todo número é par ou ímpar = toda proposição é verdadeira ou falsa = toda linha é reta ou curva.*

A terceira é quando se divide um sujeito comum segundo os acidentes opostos dos quais ele é capaz, ou de acordo com seus diversos inferiores ou em diversos tempos; como: *todo astro é luminoso por si mesmo ou apenas por reflexão = todo corpo está em movimento ou em repouso = todos os franceses são nobres ou plebeus = todo homem é sadio ou doente = todos os povos se servem, para se expressar, ou da fala, apenas, ou da escrita, além da fala.*

A quarta, de um acidente em seus diversos sujeitos, como a divisão de bens em bens do espírito e bens do corpo.

14 Essa ilusão foi, parece-nos, a do jdanovismo.

15 Isso não quer dizer que toda ciência se baseia no postulado de objetividade como "ética do conhecimento científico". A tomada de posição pela objetividade não é a condição prévia mas a forma de realização que a prática científica toma.

16 Althusser, 'Resposta a John Lewis', in *Posições-1*, op. cit., p. 42.

17 Ibid., p. 46.

18 Ibid.

19 Globalmente, isto é, até a formação histórica de uma posição marxista-leninista com respeito à produção dos conhecimentos nas ciências da natureza (Marx-Engels, depois Lênin), e nos limites de exercício dessa posição, com as "deformações" que podem afetá-la (por exemplo, o jdanovismo do período stalinista e também a reação neutralista que segue a "de-stalinização").

20 Ao dizer que a idéia de "ciências humanas marxistas" é literalmente *impensável*, não estamos pretendendo dizer que o efeito acadêmico que ela traduz seja *irrealizável*; bem ao contrário, infelizmente.

21 Não estamos querendo dizer, contudo, que a burguesia seja *cega* politicamente (!): bem ao contrário, seus representantes (econômicos e políticos) se dedicam continuamente a cálculos, computações, hipóteses, etc., como se estivessem diante de um *problema a resolver*. Voltaremos brevemente a isso.

22 Althusser, *Aparelhos ideológicos de Estado*, p. 85 e s.

23 As condições reais de existência do proletariado não podem ser *apagadas* pela ideologia dominante. Como escrevem M. Plon e E. Préteceille: "Alguém pode ser operário e votar na U.D.R., ler apenas a imprensa burguesa mais insípida ou não ler absolutamente nada, ocorre que a exploração da força de trabalho existe e produz seus efeitos, ocorre ainda que, nos piores casos, tenta-se justificar: 'a vida é assim mesmo!', 'quanto a isso, não se pode fazer nada', mas o 'isso' permanece, atestando alguma coisa." ('La théorie des jeux et le Jeu de l'idéologie', *La Pensée*, 1972, nº 161, p. 67).

24 A expressão é de L. Althusser e consta de um texto recentemente publicado por S. Karsz, em anexo a seu estudo *Théorie et politique: Louis Althusser*, Paris, Fayard, 1974, p. 321.

25 Ibid., p. 271.

26 Balibar, *Cinq études...* op. cit., p. 70.

27 Ibid., p. 86.

28 M. Plon, *La Théorie des jeux: une politique imaginaire*, Paris, Maspero, 1976.

29 É, pelo mesmo motivo, a lei de funcionamento da enquete administrativa ou jurídica.

30 Frémontier analisa, de maneira notável, suas "artimanhas" em *La forteresse ouvrière: Renault*, Paris, Fayard, 1971.

31 No estudo já citado, E. Balibar cita um trecho de uma entrevista de Pham Van Dong (Le Monde, 18 de maio de 1972) no qual ele explica por que os Estados Unidos, embora façam a guerra "com todos os meios científicos dos quais podem

dispor", sofrem fracassos. A resposta está contida nessas palavras: "Fazemos cientificamente a guerra [...], combatemos sobre nosso terreno em vista de nossos próprios objetivos, com nossos próprios métodos." (E. Balibar, *Cinq études...*, op. cit., pp. 99-100, nota).

32 Ibid., p. 79.

33 Ibid., p. 82.

34 Por exemplo, em proveito da pura economia, como administração das "coisas" e da psicopedagogia como formação dos "homens".

35 "[...] A burguesia 'se organiza em classe dominante' *apenas* ao desenvolver o aparelho de Estado. [...] O proletariado 'se organiza em classe dominante' *apenas* ao fazer surgir ao lado do aparelho de Estado e contra ele formas de prática e de organização políticas totalmente diferentes: portanto, destruindo, de fato, o aparelho de Estado existente e substituindo-o não simplesmente por um outro aparelho, mas pelo *conjunto de um outro aparelho de Estado mais outra coisa que não um aparelho de Estado*." (Ibid., p. 97).

36 Lecourt, 'Sur l'Archéologie du savoir...', op. cit., pp. 86-7.

37 Consta de *La pensée*, 1968, nº 138, pp. 33-4. Lembremos, a propósito, a tomada de posição de Frege acerca de "a vontade do povo".

38 É, aliás, o que ele sugere em uma nota a propósito da palavra "homem" em 'Resposta a John Lewis': "a palavra 'homem' não passa de uma palavra. É o lugar que ocupa e a função que exerce na ideologia e na filosofia burguesa que lhe conferem seu *sentido*". (p. 30, nota, sublinhado por L.A.)

39 Althusser, 'Resposta a John Lewis', in: *Posições-1*, op. cit., p. 67.

40 *De l'enoncé au discours...*, op. cit. e *Le mauvais outil*, em particular, pp. 118-22.

41 *De l'enoncé au discours...*, op. cit., p. 37.

42 A "segunda modalidade" aparece, assim, como o simétrico inverso da primeira. Um enunciado como "a revolução socialista é incompatível com a democracia", *enunciado que reverte totalmente o quadro*, constitui um exemplo político no qual essa simetria se exibe de modo particularmente claro. Ver sobre a questão da simetria as análises de Guedj e Girault já mencionadas.

43 Henry, *De l'énoncé au discours...*, op. cit., p. 235; os grifos são nossos.

44 "[...] todo conceito não só não é representativo, como também não pode jamais sê-lo totalmente; sua produção, enquanto conceito, não é a imagem do objeto real que ele subsume." (Raymond, *Le passage au matérialisme*, Paris, Maspero, 1973, p. 277).

45 A expressão "apropriação subjetiva" (dos conhecimentos, da política proletária) surgiu, na época da redação deste livro, no contexto de reflexões levadas em comum com M. Plon e P. Henry. Desde então, ficou claro quanto essa expressão podia estar carregada de ambigüidades políticas e teóricas, tanto que M. Plon (1976 b) e P. Henry (1977) evitaram, com razão, fazer qualquer uso "positivo" dela nesses trabalhos. O leitor encontrará no Anexo III, redigido em 1978, meu esboço de retificação dessa questão.

46 "A comunicação da ciência pelo ensino tem por finalidade poupar certas experiências a um indivíduo, transmitindo-lhe as de um outro indivíduo; são, na verdade, as experiências de gerações inteiras que são transmitidas às gerações seguintes pelos livros acumulados nas bibliotecas e que lhes são assim poupadas." (E. Mach, citado por D. Lecourt, *Une crise et son enjeu*, op. cit., p. 94).

47 É necessário distinguir a maneira pela qual se organiza uma questão escolar "clássica", com as formas de identificação de um lugar com outro na prática pedagógica ("consideremos *este* triângulo" sobre o quadro-negro diante de *vocês*, etc.), *e* a distribuição de tomadas de posição necessárias a uma proposição que não é, em um momento dado da história de uma ciência, nem demonstrada nem refutada. A mesma observação poderia ser feita a propósito dos *pré-construídos inexistentes*, conforme se inscrevam em uma finalidade pedagógica (por exemplo: "triângulo com dois ângulos retos na geometria euclidiana, "decaedro regular", etc.) ligada à demonstração por absurdo, ou sirvam de pretexto para uma polêmica numa conjuntura científica dada (por exemplo: o conceito relativista de "velocidade limite").

48 Henry, *De l'énoncé au discours...*, op. cit., p. 219.

49 Cf. os trabalhos de Baudelot & Establet sobre as duas redes de escolarização em *L'école capitaliste en France*, op. cit.

50 Estamos retomando aqui uma expressão de S. Karsz, *Théorie et politique...* op. cit., p. 215.

51 Henry, *De l'énoncé au discours...*, op. cit., p. 219.

52 O exemplo é de P. Henry, ibid.

53 Como já enfatizamos, o processo histórico de produção de um conjunto de conhecimentos não é, de forma alguma, sobreposto ao processo de apropriação desse mesmo conjunto. Dever-se-ia, contudo, enfatizar que é possível encontrar, por exemplo, na história da Geometria, um correspondente histórico-epistemológico do efeito subjetivo de desidentificação no trabalho progressivo de apagamento do lugar do geômetra (e, correlativamente, da figura como "contexto") que é realizado pela passagem da demonstração *ostensiva* à demonstração *axiomática*.

54 N. dos T.: o termo *assujettissement* foi, na edição brasileira, traduzido por "submissão". Na terminologia da Análise de Discurso se tem preferido o termo "assujeitamento". Os grifos são de M. Pêcheux.

55 Althusser, *Aparelhos ideológicos de Estado*, pp. 58-9.

56 Portanto, como dissemos mais acima, a universalidade ideológica do Sujeito – jurídico, moral, filosófico, etc. – simulando a necessidade do processo sem sujeito.

57 Marx & Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, p. 34.

58 Marx & Engels, *Critique des programmes de Gotha et d'Erfurt*, Editions sociales, p. 36.

59 Um exemplo, tirado de *Critique du programme de Gotha*, sobre a questão do assalariado, no qual Marx comenta as posições de Lassaele sobre a "lei de ferro dos salários":

"É como se, numa revolta de escravos que tivessem finalmente penetrado nos segredos da escravidão, um escravo, ainda sob o efeito da escravidão, inscrevesse no pro-

grama da revolta: a escravidão deve ser abolida porque, no sistema de escravidão, a manutenção dos escravos não pode exceder uma certa quantia, pouco elevada!"

Como não pensar aqui na "história engraçada", citada mais acima (p. 155), da tribo em que não há mais canibais desde que o último foi comido há uma semana?

60 Lenine, *Oeuvres complétes*: XXII, p. 346.

61 Cf. o texto de Lênin, *A propos de la brochure de Junius*, onde ele expõe as condições nas quais a guerra interimperialista pode se tornar uma guerra para o socialismo, no quadro de uma guerra nacional.

62 Retórica, manipulação das massas e psicologia das massas: poder-se-ia dizer que se trata do *locum tenens* de uma teoria marxista das ideologias, ou seja, uma teoria ideológica das ideologias. Note-se que o "liberalismo" político burguês encontra aí um álibi que lhe permite colocar no mesmo saco fascismo e marxismo-leninismo, culpados, ambos, e de igual modo, de violar a universalidade das leis, inclusive psicológicas, que governam o Mundo e o Homem.

63 Cf., por exemplo, a utilização ideológica do quadro-negro nas "demonstrações" de Giscard d'Estaing na televisão.

CONCLUSÃO

Repetidas vezes, enfatizamos que aqui estávamos nos dirigindo, simultaneamente, aos *especialistas* da ciência lingüística (com o tipo de prática específica que essa disciplina requer) e aos *não-especialistas* que, na própria prática filosófica, deparam com as questões da "linguagem", do "sentido", etc., intrincadas nas diferentes problemáticas especificamente filosóficas e, sobretudo, no que se convencionou chamar a "teoria do conhecimento". Tínhamos, pois, a vencer duas ordens de restrições (de obstáculos que dificultavam a leitura):

– uma impaciência do lado filosófico, ligada a certos aspectos inevitavelmente "técnicos" de nossa investigação ("técnicos", isto é, na verdade, provenientes da especificidade de um campo relativamente autônomo de problemas científicos); essa impaciência se fundava na ilusão de que se poderia ir mais depressa ao centro da questão, desenvolvendo-a por si mesma;

– um embaraço do lado lingüístico, acarretado pela aparição escalonada de elementos que, no atual estado de coisas, o lingüista só pode considerar como estranhos a seu domínio (e, conseqüentemente, como importações "filosóficas"), mesmo se, seguramente, já tenha "ouvido falar" deles em outro contexto, isto é, não precisamente enquanto lingüista, mas enquanto inte-

lectual que mais ou menos participa do curso da atualidade teórica e filosófica, e que tem, a esse respeito, sua apreciação de conjunto, suas preferências e suas objeções, como se diria de alguém que "se faz a própria cabeça" e, eventualmente, se constrói seus "sacos de pancadas".

Esperamos ter contribuído para pôr fim a essas diferentes restrições – à medida em que o próprio desenvolvimento deste trabalho as suscitava –, colocando claramente dois pontos em evidência:

1) Os *filósofos* devem ter compreendido que não se tratava, de modo algum, de uma reflexão filosófica *sobre* a Lingüística e/ou a "linguagem", utilizadas estas últimas como matéria-prima, trampolim ou ponto de partida para um resultado "intrinsecamente filosófico" (o que seria, aliás, um erro sobre a natureza da filosofia, uma vez que esta, não tendo objeto, não poderia, a rigor, produzir resultados intrínsecos).

2) Os *lingüistas* devem ter reconhecido que não tínhamos, de modo algum, importado "a Filosofia" para um campo que lhe seria, por natureza, estranho, mas que, bem ao contrário, o filósofo já estava inteiramente instalado no coração da questão que estávamos levantando, sob a forma de evidências relativas ao "sujeito-falante", ao "sentido" e à "comunicação", evidências de tal modo tenazes que são invisíveis "a olho nu" – queremos dizer a olho não-prevenido, não-munido, do lingüista ingênuo.

O que pensamos também ter mostrado é que esse filósofo já instalado, como uma evidência estranhamente familiar no coração da questão levantada, representava "interesses" ideológicos e, em última instância, políticos, bem precisos, a saber, os da reprodução das relações de produção burguesas existentes, contra os quais nos empenhamos em valorizar outros "interesses", isto é, uma outra posição em que se mesclam os interesses da cientificidade da disciplina lingüística – portanto os interesses de todos aqueles que estão realmente preocupados com seu desenvolvimento científico – e os interesses ideológicos, e, em última instância, políticos do proletariado e de seus aliados, cujo objetivo é a transformação das relações de produção inerentes ao

modo de produção capitalista. Advirtamos, enfim, para uma precisão – não desprovida de importância para que sejamos aqui corretamente compreendidos –, a saber, que essa luta não se refere *ao terreno da Lingüística em geral*, enquanto disciplina supostamente homogênea, reunindo a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica (segundo a classificação tradição retomada ainda hoje em todo bom manual de "Lingüística geral"), mas refere-se, precisamente, *à relação que a última "parte constituinte" enumerada, a semântica, mantém com as outras partes*. Para resumir, sob a forma de uma constatação, o ponto inicial que pensamos ter asseverado pelo que precede, diremos:

Constatação 1: *O que designamos pelo termo semântica faz parte da disciplina lingüística de maneira distinta da fonologia, da morfologia ou da sintaxe e constitui um ponto de retorno da Filosofia nessa disciplina.*

Evidentemente não estamos querendo sugerir, com isso, que a semântica não tenha "nada a ver" com a Lingüística; ao contrário, quisemos mostrar que a maneira pela qual "tem a ver" com ela é radicalmente diferente do caso da fonologia, por exemplo. Como conseqüência marginal, lembraremos o caráter tipicamente imaginário de qualquer "semântica" que pretenda se constituir com base no modelo estrutural da fonologia. Sabe-se que, a se considerar a posteridade "semiológica" da obra de um Hjelmslev, esse projeto nada tem de imaginário: sua "realidade" imaginária freqüenta, ainda hoje, os empreendimentos dos "semanticistas". Como estávamos dizendo, a maneira pela qual a semântica "tem a ver" com a Lingüística é a de constituir o ponto em que a autonomia relativa desta última se depara com seus limites: em outras palavras, estamos afirmando que, para resolver as questões que (não) são colocadas no setor da "semântica", para dissipar as questões-bloqueios que são "respostas-por-antecipação" e que impedem qualquer avanço, em síntese, para ir além desse ponto limite – e mesmo satisfazendo-se com interesses estritamente "profissionais" inerentes ao desenvolvimento da Lingüística como ciência, portanto aos interesses "pro-

fissionais" dos lingüistas que trabalham nesse setor e se esforçam para ir adiante –, é que se apresenta a possibilidade e a necessidade de desordenar-reconfigurar a problemática que se designa ainda hoje pelo termo "semântica", permitindo que os conceitos do materialismo histórico e as categorias do materialismo dialético "tomem posição" junto a essa problemática.

Ao designar, nesses termos, a necessidade dessa aliança teórica (cujas condições tentamos expor e cujos riscos lembraremos em instantes), devemos tomar muito cuidado para evitar a freqüente confusão de propor que a semântica se alie – "para se libertar" – à Psicologia, à Sociologia, à Antropologia e mesmo a uma certa variedade estrutural da História. Porque, como vimos, não há necessidade alguma de recomendar essa aliança teórica aos lingüistas preocupados com semântica, uma vez que ela coincide justamente com o próprio *ato de nascimento* dessa semântica, que, por sua vez, encontra aí mesmo o seu caminho totalmente traçado, tanto ao nível "fundamental" das "teorias do conhecimento" – teorias da linguagem enquanto relação entre os homens e enquanto relação entre o sujeito e o objeto –, como ao nível "aplicado" das pesquisas "concretas" relativas à psicopedagogia das matemáticas e das línguas vivas (maternas ou não), à sócio-lingüística e ao vocabulário político e até à documentação e à tradução automáticas... Por essa enumeração, longe de ser exaustiva, queremos somente lembrar a extensão das pretensões atuais da *semântica aliada às ciências humanas*; não podemos, evidentemente, mostrar, em cada caso, o lugar onde "o sapato aperta", científica e politicamente, mas acreditamos ter fornecido mais acima os princípios capazes de orientar tais investigações.

Em suma, o recurso ao materialismo histórico e ao materialismo dialético não deve ser confundido com a coabitação espontânea da semântica e da ideologia das "Ciências Humanas", sob o disfarce de expressões cuja ambigüidade deverá ser um dia dissipada, como, por exemplo, a expressão "relações sociais": da distinção entre o *materialismo*, de um lado, e, de outro, o ardil que representa o que se poderia chamar um *realismo social*,

depende, e continuará dependendo por muito tempo, a possibilidade de realmente avançar nesse domínio. Tudo está em jogo aqui, inclusive o próprio futuro do caminho científico aberto por Saussure.

Mostramos, com efeito, no curso deste trabalho, que a noção saussuriana de *fala* constituía justamente "o mais fraco elo" do dispositivo científico estabelecido sob a forma do conceito de *língua*: a *fala* não é de modo algum o conceito de um elemento contraditório dialeticamente ligado ao conceito de língua, e todas as acrobacias teóricas nada poderão mudar nesse particular; a *fala* saussuriana é, bem ao contrário, o autêntico tipo de anti-conceito, um puro excipiente ideológico que vem "completar", por sua evidência, o conceito de língua, portanto um tapa-buraco, um remendo que oculta a "lacuna" aberta pela definição científica da língua como sistematicidade em funcionamento. Isso não significa evidentemente que estamos imputando a F. de Saussure sabe Deus qual responsabilidade teórica em relação a um "erro" que ele tivesse tido que evitar; queremos apenas designar o ponto de fragilidade do edifício saussuriano, sua fenda constitutiva, o lugar central em que o pensamento saussuriano foi transbordado e recoberto pelo impensado, do qual, em outros aspectos, esse pensamento se separava; resumiremos o que foi exposto por uma constatação:

Constatação 2: *A oposição entre sistema da língua e fala do sujeito-falante é a contradição da qual vive a Lingüística desde Saussure*, e acrescentaremos que *essa oposição é a retomada deslocada das oposições pré-saussurianas entre lógica da razão e retórica das posições, de um lado, e entre existência da língua e uso da língua, de outro.* [1]

Em outros termos, estamos argumentando que, ante a impossibilidade de ter acesso a essa contradição central para tratá-la como convém, a Lingüística (saussuriana) está, em seu limite, condenada a retornar *para aquém do corte que a inaugura*, por um tipo de "obstinação do recalcado", cujo nó (que constitui seu mais fraco elo) se situa na região da semântica e se arti-

cula em torno do par língua/fala: como prova, podemos tomar o fato de que, tendo o estruturalismo lingüístico saussuriano como posteridade, ao mesmo tempo, a glossemática de Hjelmslev, de um lado, e o funcionalismo (e o distribucionalismo), de outro, a primeira dessas correntes determinou, no quadro do estruturalismo filosófico europeu, a aparição da "semiologia", representada sobretudo pelos trabalhos de Barthes e de Greimas, ao passo que a evolução da segunda vertente acabou por levar, por intermédio de Harris e Chomsky, ao terreno ocupado atualmente pela "semântica gerativa", concepção segundo a qual se supõe que as estruturas proporcionais (no sentido lógico do termo) constituem a "estrutura profunda" da linguagem. Como não perceber que hoje está sendo traçado o perfil, na figura ecumênica dos grandes congressos internacionais, de uma reunificação oportunista dessas duas correntes em um verdadeiro *melting-pot* ideológico onde os "pontos de vista" semiológicos, lógico-lingüísticos e retóricos se permutam e se auxiliam mutuamente, *agitando, sempre que se oferece a ocasião, a bandeira saussuriana, quando, de fato, se está regressando ao mito pré-saussuriano das "gramáticas gerais"*, das quais vimos um exemplo privilegiado nos trabalhos de Port-Royal! [2]

Na realidade, portanto, a situação teórica do setor que constitui o objeto do presente trabalho se caracteriza, pois, pelo fato de que a questão de sua relação com "a lógica", com "a ciência", com a "ideologia", etc. se encontra resolvida antes mesmo de ter sido colocada: procuramos mostrar que essa "*solução-por-antecipação*" podia tomar tanto a forma do que chamamos o *realismo metafísico*, como a forma do *empirismo lógico*, cada uma delas acarretando uma espécie de *separação (na verdade misturada)* entre lógica, de um lado, retórica, poética e política, de outro. A análise a que procedemos nos permitiu reconhecer que os obstáculos teóricos que se acumulam nesses dois *caminhos sem saída* tinham, em última instância, razões de natureza filosófica. Certamente, o fato de que esses caminhos sejam *teoricamente* sem saída (isto é, sejam *cegos teoricamente*) não exclui o fato de que eles ainda tenham diante de si um certo fu-

turo de repetição acadêmica, a autorizar o arranjo de novas perspectivas com aparências enganosas, de novos "pontos de fuga". etc. Mas, fundamentalmente, se aproxima o momento em que os pesquisadores que trabalham nesse setor farão, em sua prática, a experiência da des-ilusão, experimentando, desse modo, a necessidade imperiosa de fazer *explicitamente* "filosofia" para compreender *onde estão as coisas* e para determinar o lugar onde, como dizíamos, *o sapato aperta* [3]. Pode-se, inclusive, considerar como um índice dessa evolução o fato de que nas pesquisas atualmente levadas a efeito, o empirismo antifilosófico munido de "instrumentos" matemáticos (na tradição primeira do distribucionalismo harrisiano, por exemplo) cede hoje terreno para o formalismo lógico (cf. as metamorfoses do chomkyanismo hoje), em que se expõe, sem pudor, um idealismo filosófico a céu aberto.

Não é, pois, inútil ter presente no espírito o que os lingüistas encontrarão para digerir, filosoficamente falando, no dia em que tiverem que recorrer explicitamente à "filosofia" para compreender e transformar sua situação atual. Porque pode-se dizer que eles terão surpresas, e freqüentemente um tanto desagradáveis!

A primeira surpresa dos lingüistas, ao descobrirem o equipamento dos profissionais da filosofia dominante (a antropologia filosófica), será, sem dúvida, a de se darem conta de que, desde o princípio, estavam em *terras conhecidas*, a ponto de ficarem, ao mesmo tempo, deliciosamente reconfortados – por constatar que os filósofos exprimem em alto e bom tom justamente a base do que eles sempre tiveram por evidente – e, por outro lado, secretamente decepcionados, com a impressão de que na verdade "esse resultado não compensava o desvio".

Tudo o que precede visa preparar os lingüistas que se deram ao trabalho de nos ler para essa "divina surpresa" filosófica, de maneira que, *estando eles advertidos de que as evidências da antropologia filosófica* ("há sujeitos e objetos, os sujeitos conhecem os objetos extraindo suas propriedades pela abstração e associam ao resultado generalizado dessa abstração palavras com um sentido; os sujeitos, sendo vários e tendo "coisas a di-

zer", comunicam-se entre si por meio de palavras, etc.") *são as mesmas da filosofia espontânea da semântica, não fiquem paralisados teoricamente por essa surpresa, porque, de fato, ela não será surpresa para eles.*

Uma outra surpresa, talvez ainda mais paralisante, espera aqueles lingüistas que, por razões teóricas, filosóficas ou políticas, deixarão de lado a insipidez da filosofia burguesa para se voltarem para o marxismo-leninismo com a certeza de que "é aí que esse assunto tem lugar", porque o materialismo de nosso tempo está aliado às ciências, incluindo-se as ciências "em crise" que lutam para superar as dificuldades que as entravam. Eles descobrirão, assim, entre os trabalhos contemporâneos levados a efeito sob a bandeira do marxismo, bom número de declarações, análises e desenvolvimentos apoiados sobre *certas* citações dos clássicos, diante das quais terão, de novo, uma nítida impressão de *déjà-vu*: ainda uma vez, o sujeito e o objeto, a "teoria do conhecimento" e o papel da abstração e da generalização, etc., apenas com a diferença de que o conjunto está mergulhado numa atmosfera sócio-histórica em que a divisão técnica do trabalho e as "relações sociais" (concebidas como relações entre os homens) formam o pano de fundo, ornadas, mais freqüentemente, por uma referência a *A Ideologia alemã* – a língua como meio de comunicação entre os homens – e por uma outra ao texto de Engels sobre "o papel do trabalho na transformação do macaco em homem".

Estamos, nesse sentido, lidando sempre com "um dado sujeito que sabe", como diz A. Schaff [4], mesmo se esse sujeito, sendo o "conjunto das relações sociais", usa "lentes sociais" (sempre A. Schaff); estamos sempre no interior do espaço que leva o nome filosófico de *antropologia* e o nome político menos sábio de *humanismo*. Quisemos, ainda aí, poupar os lingüistas que concordarão em nos ler – e, sobretudo, aqueles que hoje se voltam para o marxismo-leninismo com a esperança de aprender algo que lhes possa servir como uma arma – da desagradável surpresa de não ficarem "surpresos" mas, antes, simultaneamente reconfortados e paralisados pela evocação repetida dos

temas da antropologia humanista *no próprio interior do marxismo*. É por essa razão que, de certo modo, *nos apressamos* em expor a questão da semântica *do ponto de vista das reflexões escritas nos anos 60 por um filósofo comunista*, especialista em lógica e em linguagem. Mas, como o leitor já deve ter compreendido, A. Schaff não está só... ele está, inclusive, como disse Althusser a propósito de um outro filósofo comunista, em companhia bastante numerosa. Sem desenvolver, e nos atendo ao setor que nos interessa aqui, diremos que a teoria (idealista) do conhecimento, que examinamos longamente sob suas duas formas – realismo metafísico e empirismo lógico –, infiltrou-se amplamente no marxismo contemporâneo a ponto de constituir um verdadeiro "lugar comum" epistemológico, que autoriza estranhas vizinhanças, sob a bandeira do marxismo e para além de diferenças políticas que freqüentemente são bem mais do que simples nuances: esse lugar comum, designado, por exemplo, pelo par situacional/genérico, enquanto representante da série concreto/abstrato, contingente/essencial, irracional/racional, etc., autoriza hoje a coexistência "marxista" do pavlovianismo, da cibernética, da semiótica, das aplicações da lógica formal à teoria da linguagem, da psicologia – behaviorista ou estrutural –, da "propaganda científica", etc. [5]. Essa vizinhança tem por efeito determinar no marxismo-leninismo uma espécie de *marginalização da dialética*, em proveito da lógica formal e da psicologia, que constituem, sob diversas formas, o duplo motor da antropologia "marxista". O terreno fica, assim, preparado para diferentes *operações reversivas*, que continuam, paradoxalmente, o trabalho de marginalização da dialética no marxismo-lenismo, em nome de um "retorno à dialética". Assim, aquele a quem estamos nos dirigindo, o lingüista preocupado com filosofia e politicamente determinado a "fazer filosofia", não chegou ainda ao fim de suas surpresas!

Uma dessas reversões consiste em *apresentar a dialética como um modo de tornar a lógica formal mais flexível e fluida*, em nome da luta contra o fixismo e a metafísica: pensar "dialeticamente" a realidade é pensá-la repleta de mudanças e de contradições, de mudanças, portanto, de contradições. Já houve

bons espíritos para introduzir a noção matemática de "conjunto fluido" [6], suposto rompedor das fronteiras artificialmente nítidas das classificações lógicas... por que não prosseguir em tão bom caminho e não inventar conceitos flexíveis, lógicas moles e demonstrações elásticas como sendo o *nec plus ultra* da dialética?

Através de uma reversão que mantém a identificação entre ciência e lógica, e, com sua cumplicidade no que se refere a sua oposição à "poesia", ficando, por sua vez, a "linguagem ordinária" como termo médio da proporção (ou seja "a poesia" está para a "linguagem ordinária" assim como esta última está para a "ciência"), as "imperfeições da linguagem humana" tornam-se, assim, o signo de sua "riqueza". Em sua *Introdução à Semântica*, A. Schaff apela, com respeito a isso, à noção russeliana de *vagueza* argumentando nos seguintes termos:

> *Excetuados os termos científicos, cuja significação é estabelecida mediante convenção, a vagueza é uma propriedade de praticamente todas as palavras. Esta propriedade é um reflexo do caráter relativo de toda classificação que toma a forma de nomes genéricos ou, mais amplamente, de palavras genéricas. As coisas e fenômenos pertencentes à realidade objetiva são muito mais ricas e muito mais multilaterais do que qualquer classificação e quaisquer palavras que exprimam esta classificação. Na realidade objetiva, há transições entre classes de coisas e fenômenos representadas por palavras, e tais transições, esses 'fenômenos limítrofes' são responsáveis por aquilo que denominamos a vagueza das palavras. Este é o significado da declaração de que a vagueza das palavras é um fenômeno objetivo.* [7]

Segue-se um desenvolvimento no qual A. Schaff mostra que "a ciência" se utiliza de convenções arbitrárias, embora muito úteis, por exemplo, para distinguir entre *regato e rio*. E prossegue:

[...] pode-se dizer que uma completa eliminação da vagueza das palavras tornaria a linguagem muito mais pobre. Não se interprete esta declaração como contrária à precisão ao fazer declarações e contra o esforço para eliminar a vagueza das palavras e os resultantes mal-entendidos: minha intenção é chamar a atenção para os limites objetivos desse procedimento. Pois só podemos compreender plenamente o malogro da concepção de uma linguagem 'ideal', contra o pano de fundo de todos esses dados. [8]

Mais uma vez, a perturbadora impressão de já ter visto tudo isso em algum lugar; por exemplo, sob a forma da "hipótese" bem conhecida dos lingüistas pela união dos nomes de Sapir e de Whorf, segundo a qual a linguagem, *em razão de sua natureza convencional* determina para cada comunidade lingüística o que o homem pode perceber e pensar. A. Schaff refere-se, aliás, a essa hipótese e faz a seu respeito uma discussão crítica moderada e "benevolente", segundo sua própria expressão – e ele trata a "semântica geral" de Korzibsky quase da mesma maneira. No fundo, ele aceita o custo de um inegável *relativismo do conhecimento*, em troca da reconfortante idéia de que o homem só sabe aquilo que faz, e tem, assim, a satisfação de não ter esquecido o "fator humano" do "conhecimento"... Ainda e sempre a antropologia!

Frente a uma situação sem saída, chega um momento em que se arrisca tudo, passando-se por cima de velhas objeções e contendo o próprio medo. Afinal, a "linguagem está na moda desde o episódio do estruturalismo filosófico dos anos 60, e, forçosamente, como dissemos, o lingüista a quem estamos nos dirigindo já "ouviu falar" sobre essas coisas: ele se lembra, de repente, de que, nos brilhantes trabalhos que ele jamais leu, fala-se com certa freqüência de Saussure, e também de Marx, e de Freud; e ele se pergunta se este não seria o momento de ir ver essas coisas mais de perto, vencendo uma certa suspeita com relação aos sagrados monstros filosófico-literários parisienses, e

superando seu medo de nada compreender, uma vez que ele tem notícia de que "é muito difícil", de que não está "ao alcance do primeiro que chegar".

Pois tudo se passa como se houvesse, é bom que se diga, *uma barreira* a se transpor para se "estar em dia com as coisas", para se ter acesso ao marxismo e ao freudianismo de nossos dias; para se recolocar a dialética "no ponto de comando". E, de fato, tendo ultrapassado essa barreira, já que ele é graduado e sabe como ler, o novo iniciado encontrará, sem dúvida alguma, no campo assim descoberto, *traços do trabalho materialista* que se faz há algum tempo no marxismo-lenismo e no freudianismo. Mas (decididamente, vamos de surpresa em surpresa!) ele não tardará também a perceber que *esses traços estão sendo cada vez mais encobertos* por elementos que ocultam, com certa freqüência, sob a novidade de suas aparências progressistas, o velho fundo do idealismo neokantiano e hegeliano. A situação não era tão nítida há alguns anos, mas atualmente, pela reaparição dos temas do "fetichismo" e da "negação da negação", pela utilização metafórica da economia marxista, acompanhada de jogos de palavras sobre o valor e a circulação, a poupança e a despesa, pelo retorno da "negatividade" como algo que vai além da negação lógica... – seus sinais se multiplicam, de forma que a dúvida é cada vez menos permitida.

Ora, reinstalando sub-repticiamente a dialética *hegeliana*, as diversas perspectivas que se defrontam hoje sobre o "campo de batalha" da Escritura, do Texto, etc., têm, sob esse ponto de vista, ao que nos parece, poucas chances de tomar parte nessas lutas, a não ser pela forma do comentário, *a única forma da política hegeliana*, se é que existe tal coisa. Para se ater somente aos interesses teóricos e políticos do marxismo-leninismo, não se pode dizer que eles tenham sido realmente defendidos em um discurso que, ao falar em Marx, está na verdade, trocando olhares com Husserl, com Hegel ou com Heidegger [9]. Isso não tem contribuído, ao que parece, para superar os obstáculos; poder-se-ia mesmo perguntar se – depois de ter fornecido, por seus "excessos", "transbordamentos" e "transgressões", um pretexto

suplementar ao humanismo, "marxista" ou não, para se agarrar fortemente à massa compacta de suas tranqüilas evidências – esse discurso não vai desembocar numa nova antropologia, que encontraria, finalmente, *seu lugar* na internacional semiológica da qual falávamos mais acima... a reversão é, como lembram Balibar e Macherey, "uma figura privilegiada da conservação ideológica".

Ao final deste périplo, resumamos, por meio de uma constatação, as "notas de viagem" do lingüista preocupado com filosofia:

Constatação 3: *Até prova em contrário, a filosofia dos filósofos reproduz e alimenta, sob diversas formas, a filosofia espontânea dos lingüistas que trabalham no domínio da "Semântica", de modo que a contradição sistema/sujeito-falante, da qual vive a lingüística – isto é, por meio da qual sobrevivem e se agravam as dificuldades que a afetam –, não tem nenhuma chance de ser realmente abordada no quadro empírico-formalista da antropologia filosófica, quer essa antropologia se apresente sob sua forma burguesa, quer se apresente sob uma forma "marxista" qualquer.*

Ter-se-á compreendido que é no interior dessa situação que o presente estudo pretende intervir, mostrando, no limite de nossas possibilidades atuais e sob uma forma que já chamamos cientificamente embrionária, de que maneira as posições filosóficas do marxismo-leninismo (sobre a luta de classes, o materialismo e o processo sem sujeito) constituem precisamente a "prova do contrário", essa exceção filosófica, por meio da qual o núcleo vital da contradição evocada pode ser imediatamente atingido e trabalhado. No que nos diz respeito, acreditamos ter esquematizado aqui alguns elementos capazes de contribuir para um estudo materialista do discurso, e ficaremos satisfeitos se este trabalho permitir a outras pessoas ganhar um pouco de tempo e ir mais longe *sem ter que retroceder*. Porque não é fácil – quem trabalha nesse *front* de luta teórica e ideológica sabe algo

a respeito – não retroceder ao sociologismo, ao historicismo ou ao psicologismo: não se fica quite com o materialismo histórico pela simples referência às *condições de produção* sócio-históricas do discurso [10], é preciso, ainda, poder explicitar o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, sob a dominação do conjunto das formações ideológicas, tal como a luta ideológica das classes determina. Em sua *Arqueologia do saber* que, por muitos aspectos, apresenta um extraordinário interesse para a teoria do discurso, M. Foucault "retrocede" sobre o que ele mesmo avança, volta à sociologia das instituições e dos papéis, por não reconhecer a existência da luta (ideológica) de classes [11].

Também não se está quite com o materialismo histórico apenas pela inversão da teoria "comunicacional" da linguagem em uma teoria instrumental e pragmatista segundo a qual a linguagem serve, primordialmente, para agir sobre outrem. Insistimos nesse ponto porque a filosofia analítica anglo-saxônica desemboca, de boa vontade, numa teoria da linguagem que, por meio das noções de pressuposição, de performativo e de enunciação, tende a "explicar" as relações jurídico-políticas e ideológicas como um *jogo* verbal no qual subjetividades se afrontam em ato, buscando, umas e outras, *se pegar*, em todos os sentidos do termo: em suma, a luta de morte dos sujeitos-falantes!

Por várias vezes, criticamos, neste trabalho, as teses de O. Ducrot que, desconsideradas algumas divergências superficiais, representa ativamente essa tendência, pois à primeira vista poder-se-ia crer e descobrir em suas teses elementos lingüísticos próprios a se integrarem como tais numa teoria dos aparelhos jurídico-políticos e ideológicos, ao invés de se reconhecer que, de fato, se trata, essencialmente, de uma nova forma do complexo lingüístico lógico-retórico, afetada por um deslocamento da ênfase em direção à retórica.

Na verdade, não se fica nunca em dia com o materialismo histórico, ou com o materialismo dialético – e, sobretudo, não se desembaraça deles –, apresentando-os *por antecipação*, isto é, colocando-os *antes* de se começar o trabalho: trabalha-se com. É

o que temos procurado fazer aqui a propósito do núcleo vital da contradição lingüística, e isso nos leva:

1) a desenvolver certas "teses" filosóficas do *materialismo dialético*, especialmente no que se refere à relação entre o ser e o pensamento, à dualidade sujeito-objeto e ao processo sem sujeito:

2) a adiantar, sob a forma de "proposições", alguns elementos que podem fornecer a base de uma análise científica dos processos discursivos, articulando, no *materialismo histórico*, o estudo das superestruturas ideológicas, a teoria psicanalítica e a pesquisa lingüística.

Agruparemos, logo abaixo, os principais aspectos do que acreditamos assim ter atingido; se estamos correndo o risco de expô-los, é para submetê-los à discussão e à crítica, *primeiro* daqueles que hoje se empenham, como nós, em avançar nesse domínio, à luz do marxismo-leninismo, mas *também* de todos aqueles que, em seu trabalho de pesquisa e sob diferentes formas "profissionais", experimentaram, como um obstáculo, o efeito das aporias semânticas longamente examinadas mais acima e estão tentando remediar essa dificuldade.

Começaremos por enunciar uma tese (filosófica) referente *ao real e à necessidade*; essa tese, que contitui, a rigor, *a base* de tudo o que adiantamos neste trabalho, pode ser enunciada como segue:

Tese 1: *O real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real.*

A não-simetria que liga, desse modo, real e pensamento indica, de saída, que não estamos diante de duas "regiões", o que torna sem efeito a questão de saber qual das duas regiões "contém" a outra e em que condições (e em que espaço) se pode tentar fazê-las coincidir. Essa não-simetria designa na verdade "o primado do ser sobre o pensamento", na medida em que *o real como necessário* (a "necessidade-real") *determina o real*

como pensamento (a "necessidade-pensada") e isso como se se tratasse *da mesma necessidade*.

A questão da objetividade dos conhecimentos – que, como D. Lecourt mostrou (em *Une crise et son enjeu*), está subordinada inevitavelmente, de uma posição materialista, à questão do primado do ser sobre o pensamento – torna-se, então, o lugar de uma problemática científica, a saber, a das formas históricas do processo de produção dos conhecimentos: as proposições com pretensão científica que vamos introduzir abaixo situam-se *em parte* nesse lugar, nesse "cantão" do materialismo histórico, freqüentemente evocado, mas ainda muito pouco explorado; elas se situam nesse lugar na medida em que se referem às modalidades histórico-materiais sob as quais o real determina as formas de existência do pensamento. Especifiquemos: as modalidades histórico-materiais sob as quais "o real determina as formas de existência do pensamento" são, elas mesmas, determinadas pelo conjunto das relações econômicas, políticas e ideológicas, tal como existem em um ou em outro momento histórico, isto é, tal como a luta de classes, que as atravessa sob diversas formas, as organiza.

Isso significa que essas modalidades histórico-materiais não poderiam em caso algum corresponder à estrutura idealista do conhecimento, supondo a distribuição em objetos a conhecer, de um lado, e sujeitos capazes de conhecer, de outro, e nestes últimos a possibilidade correlativa de atingir (no campo da verdade) ou de falsear (no campo do erro) os objetos em questão: *é a mesma necessidade* que, sob essas modalidades histórico-materiais determinadas, se realiza, ao mesmo tempo, como "necessidade cega" (isto é, a necessidade-real na medida em que não é pensada) *e* como necessidade-pensada.

Resulta desse fato que a necessidade-pensada não poderia ser concebida como um espaço *fechado* no interior da necessidade cega, tal como um "império dentro de um império" (Espinosa); como dizíamos, não há duas regiões, cada uma com sua necessidade própria – a necessidade *lógica* da "ciência" e a necessidade *ideológica* da não-ciência, da ilusão, do erro ou da igno-

rância –, assim, nunca se *sai* de uma região para se *entrar* em outra: não se rompe jamais com a ideologia em geral, mas sempre com esta ou aquela formação ideológica, inscrita histórico-materialmente no conjunto complexo das formações ideológicas de uma formação social dada.

E isso nos permite adiantar que o papel motor da contradição, na prática da apropriação do "mundo exterior" (do real) pelo pensamento, se marca sob a forma da *divisão em dois funcionamentos opostos* (os quais, neste trabalho, designamos, respectivamente, como funcionamento nocional-ideológico e funcionamento conceptual-científico) *da unidade complexa do processo da necessidade-real*, portanto em sua divisão dominada pela unidade desse processo.

Isso nos abre a possibilidade de explicitar, em uma série de *proposições*, as modalidades histórico-materiais nas quais a necessidade-real determina, sob a unidade complexa de seu processo, as formas contraditórias de existência do pensamento.

Proposição 1: *As modalidades histórico-materiais sob as quais a necessidade-real determina as formas contraditórias de existência do pensamento são constituídas pelo conjunto complexo com dominante das formações discursivas, ou interdiscurso, intrincando no conjunto das formações ideológicas que caracterizam uma formação social dada em um momento dado do desenvolvimento da luta de classes que a atravessa.*

O pensamento é uma forma particular do real e, como tal, é parte integrante do movimento objetivo e necessário das determinações de desigualdade-contradição-subordinação que constituem o real como processo sem sujeito. Conseqüentemente, o "pensamento" não tem, em absoluto, a homogeneidade, a continuidade conexa, a transparência – em suma, a interioridade subjetiva da "consciência" – que, sem trégua, todas as variedades do idealismo lhe atribuíram: na verdade, "o pensamento" só existe sob a forma de *regiões de pensamento*, disjuntas e submetidas entre si a uma lei de exterioridade distribuída, que está

relacionada com a exterioridade global do real em relação a "o pensamento"; mais precisamente, é nessa lei de disjunção, de exterioridade contraditória imanente aos modos histórico-materiais de existência do "pensamento" que se exprime a dependência global deste em relação a uma *exterioridade* que o determina. Portanto, leis "internas", cujo funcionamento remete a um "exterior".

Digamos logo *o que não é* esse "exterior" do pensamento, em resposta à filosofia (idealista) da linguagem que tem uma solução inteiramente pronta sob a forma da *exterioridade da língua em relação ao pensamento*: o contrapasso indefinidamente repetido pelos filósofos idealistas (e pela Lógica, pela Psicologia e pela Retórica) entre "a estrutura da língua" e "a estrutura do pensamento" seria, contudo, uma solução elegante para essa questão da exterioridade. Primeiramente, porque se dá entre vizinhos: a atração recíproca, o noivado, o himeneu, as cenas domésticas, o divórcio, etc., entre a reflexão pura, de um lado, e o lingüístico [12] com seus humores cambiantes (uma vez que pode ser "belo", "grosseiro", "rigoroso", "poético", etc.), de outro. Em segundo lugar, e sobretudo, porque essa solução é, afinal de contas, a promessa de um *happy end* pelo qual a exterioridade da linguagem seria reabsorvida no pensamento sob a forma de uma ideografia que universalizaria, enfim, o campo da "linguagem simbólica" e, por essa via, *reunificaria o pensamento*.

Portanto uma solução elegante, mas idealista... *a* solução idealista que combatemos ao longo de todo este trabalho. E fomos levados, ao combatê-la, a mostrar por que esse *happy end* nunca acontecerá: essencialmente porque os efeitos de exterioridade, de anterioridade e de independência que representam, no próprio interior do pensamento, o primado do real sobre o pensamento, *não estão ligados, de modo algum, a puras propriedades lingüísticas, mas dependem de um "exterior" bem diferente, que é o conjunto dos efeitos, na "esfera da ideologia", da luta de classes sob suas diversas formas: econômicas, políticas e ideológicas*.

Os processos discursivos não constituem, pois, em absoluto, um "cantão" isolado em sua autarcia e submetido a uma ne-

cessidade específica. Em particular, o que chamamos a autonomia relativa da *base lingüística* não poderia, sob o pretexto de que está na base, imprimir *sua forma* aos processos discursivos que se desenvolvem sobre essa base; os termos: interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído e efeito-transverso – introduzidos ao longo deste trabalho e que justamente caracterizam, segundo o que pensamos, a forma da discursividade – não correspondem, portanto, a fenômenos lingüísticos: *representam, em relação à base lingüística, a existência determinante do todo complexo das formações ideológicas*, submetido, em condições históricas sempre específicas, à lei "geral" de desigualdade que afeta essas formações (enquanto ideologias práticas *e* ideologias teóricas, e através de suas características ao mesmo tempo "regionais" e de classe) no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes. Ao dizer que *o todo complexo das formações discursivas (o interdiscurso) é intrincado no das formações ideológicas*, queremos deixar claro que ele não é a forma geral (a discursividade não é "a forma geral da ideologia"!), mas *uma das formas específicas* (voltaremos, em breve, à especificidade dessa intrincação a propósito da interpelação ideológica). Assim, temos razões precisas para afirmar que as modalidades histórico-materiais discursivas nas quais o real determina as formas de existência do "pensamento" impõem a ele a forma da não-conexidade e da disjunção, e isso "para todo o sempre", irreconciliavelmente, tão verdadeiro quanto a luta de classes é o motor de toda história humana e quanto a não haver "fim das ideologias".

Detenhamo-nos um instante sobre a lei de não-conexidade inerente ao processo de pensamento: ao enunciar uma tal lei, não se trata simplesmente de suprimir a evidência da linearidade discursiva do pensamento (o fio do discurso e o fio das idéias) sob pretexto de que essa linearidade encobriria, "na realidade", outra coisa, por exemplo uma estrutura de árvore, o que, diga-se de passagem, constitui a solução da escola chomskyana. Essa solução mantém, de fato, a conexidade entre os constituintes da frase enquanto forma do pensamento, isto é, o essencial da forma-consciência; ela se contenta em introduzir diferenças de nível

(de "profundidade") na consciência do sujeito falante, de modo que, fatalmente, estaciona numa *concepção leibniziana do sujeito-mônada na qual os fenômenos de involução e de explicitação podem passar por efeitos "inconscientes" sob a condição estrita de que o conteúdo da descoberta freudiana fique inteiramente ignorado*. Ora, é justamente Freud quem fornece, por exemplo, em *La Science des rêves*, uma concepção totalmente diferente da não-conexidade do processo de pensamento, na qual a forma unificadora da consciência efetivamente desaparece. Releia-se, no capítulo VI dessa obra, uma das magníficas análises que ele contém, por exemplo e da "monografia botânica"; constatar-se-á que o processo de pensamento, tal como o descreve Freud, existe sob a forma de regiões disjuntas do pensamento (cocaína, Flora, alcachofra, etc.) dentre as quais *nenhuma poderia ser associada como tal a um sujeito que as enunciasse*: cada uma das regiões, separadas entre si como por pausas, interrupções e bloqueios de pensamento, tem o estatuto de uma *representação*, no sentido de um quadro no qual não se pode discernir nenhuma marca de enunciação ou de asserção, o que transparece em *frases nominalizadas* como "a florescente esposa do Professor Gärtner", "o oculista Königstein", etc. No que toca a essas representações, não podemos dizer que as vemos, que as pensamos e que falamos sobre elas. Nenhum sujeito é, como tal, sua causa [13] : pelo contrário, é nessas representações que o sujeito se instalará, sentindo-se "aprisionado", identificado com a completa estranheza de uma evidência familiar... Como já sublinhamos, *o não-dito precede e domina a asserção*.

Não estamos perdendo de vista a especificidade do objeto da pesquisa freudiana, nem pretendemos que seja possível aplicar, de imediato, detalhes de seus resultados ao problema do qual estamos tratando. Mas acreditamos também que se trata de algo diferente do simples acaso de um encontro analógico: o caráter histórico-material da não-conexidade do pensamento é, sem dúvida, um dos pontos pelos quais a questão da relação entre *inconsciente e ideologia* poderá avançar em direção a sua solução que, ainda hoje, segundo o que pensamos, permanece informulável como tal.

Contudo, o que vamos desenvolver agora diz respeito, em certos aspectos, a essa questão, mas por um prisma que continua bem particular. Tendo presente o caráter limitado e necessariamente inacabado da abordagem aqui efetuada, vamos, pois, prosseguir.

Proposição 2: *Um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é "produzido como causa de si" na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso.*

Lembramos há pouco que as modalidades histórico-materiais de existência do pensamento, na medida em que se realizam sob a determinação do interdiscurso, impõem constitutivamente ao pensamento sua disjunção em "regiões de pensamento": em suma, sustentamos o paradoxo, segundo o qual o pensamento só existe sob uma determinação que lhe impõe margens, separações e limites, enfim, que "o pensamento" é determinado em suas "formas" e seus "conteúdos" pelo impensado. Necessitamos lembrar, neste momento, a maneira pela qual *essa determinação produz*, enquanto seu efeito necessário, *sua própria desaparição no pensamento*: no decorrer deste trabalho, expusemos as razões pelas quais o apagamento dessa determinação remetia simultaneamente à questão do *sentido* e à do *sujeito*. Vamos resumir aqui essa exposição, dando, de passagem, maior precisão a alguns pontos.

A tese principal é a de que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é "produzido como causa de si". Busquemos explicitar essa simultaneidade e, para isso, voltemos, por um instante, à afirmação segundo a qual "o não-dito precede e domina a asserção". Queremos dizer com isso que é no *non-sens* das representações, que "não se mostram para ninguém", que se

configura o lugar do sujeito que toma posição em relação a elas, aceitando-as ou rejeitando-as, colocando-as em dúvida, etc. Em suma, "o sujeito" se produz *nesse* "não-sujeito" constituído por um amontoado de representações "desprovidas de sentido", e essa produção é acompanhada precisamente por uma *imposição de sentidos às representações*.

Prossigamos: essa imposição de sentidos às representações supõe uma divisão entre o que Freud chama "representação de coisa" e o que ele chama "representação de palavra", precisamente para que a ocultação dessa imposição possa se realizar. Ora, o que o desenvolvimento lacaniano da teoria psicanalítica nos ensina sobre esse ponto é que essa divisão se dá no *elemento do Significante* que não é, como tal, nem "representação de palavra" nem "representação de coisa": diferentemente do signo que "representa alguma coisa para alguém" – e do qual também podemos nos fazer uma representação –, o significante "representa o sujeito por um outro significante", o que nos parece acarretar duas conseqüências de extrema importância.

1) A primeira conseqüência se verifica no que se poderia chamar *o primado do significante sobre o signo e o sentido*: o significante, que não é o signo, e, como tal, não tem sentido, determina a constituição do signo e do sentido. Nessas condições, o sentido não poderia ser a "propriedade" da literalidade significante (que, nesse caso, seria invencivelmente reduzida ao signo); ele é o efeito de uma relação no elemento do Significante, relação que J. Lacan designou como *metáfora*, dizendo: "uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora" e acrescentando a seguinte nota, excepcionalmente esclarecedora para nosso propósito: "A metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*".

É sobre essa concepção da metáfora que se baseia o que adiantamos acima ao dizer que uma palavra, uma expressão ou uma proposição não *têm* um *sentido* que lhes seria próprio, preso a sua literalidade; *nem*, acrescentaremos, *sentidos* deriváveis a partir dessa literalidade por meio de uma combinatória lógico-

lingüística que domaria sua ambigüidade, construindo os diferentes casos possíveis, à maneira do que é proposto hoje pela semântica gerativa: o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (*meta-phora*), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que "se revestem de um sentido", não poderia ser predeterminada por propriedades da língua (por exemplo, ligações "lingüísticas" entre sintaxe e léxico); isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido, que têm primeiramente *sentido* ou *sentidos*, antes de ter *um* sentido. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. Simultaneamente, a transparência do sentido que se constitui em uma formação discursiva mascara a dependência desta última em relação ao interdiscurso. Na verdade, a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por *uma região* do interdiscurso. Um esclarecimento sobre esse ponto: o interdiscurso não intervém jamais como uma globalidade, um "todo" gestaltista onipresente em sua causalidade homogênea. A exemplo do "todo complexo dominante das formações ideológicas" no qual está intrincado, o interdiscurso é fundamentalmente marcado pelo que chamamos a lei de não-conexidade. Nessa medida, pode-se dizer que o que torna possível a metáfora é o caráter local e determinado do que cai no domínio do inconsciente, enquanto lugar do Outro (*Autre*), onde, diz J. Lacan, "se situa a cadeia do significante que comanda tudo o que vai poder se presentificar do sujeito"... e do sentido, acrescentaríamos. Em outros termos, nenhuma formação discursiva, por ser o *lugar* de realização da transferência que acabamos de descrever, poderia ser a *causa*, porque o sentido não se engendra a si próprio, mas "se produz no *non-sens*", segundo a fórmula lacaniana já citada e que prossegue assim:

[...] o sentido se produz no non-sens, *isto é, nessa passagem, que como descobriu Freud, quando transposta em sentido inverso, dá lugar a essa palavra que em francês é a "palavra" por excelência, a palavra que não tem nenhum outro comando a não ser o significante do espírito, e em que é palpável o fato de que é seu próprio destino que o homem desafia pelo escárnio do significante.* [14]

2) Chegamos agora à segunda conseqüência, estritamente contemporânea à primeira, resumida aqui pelo *primado do significante sobre o signo e o sentido*. Formularemos essa segunda conseqüência dizendo que *o significante toma parte na interpelação-identificação do indivíduo em sujeito*: "um significante representa o sujeito por um outro significante", o que acarreta que *o significante não representa nada para o sujeito, mas opera sobre o sujeito fora de toda compreensão*; "o sujeito, se ele já pode parecer escravo da linguagem, o seria tanto mais de um discurso – em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito desde o seu nascimento – quanto se assim o fosse sob a forma de seu *nome próprio*" [15]: o "nome próprio" não é uma "propriedade" como os outros, e ele designa o sujeito sem representá-lo. Os lógicos, como vimos, freqüentemente limitaram-se a constatar isso e a comentar, com base no tema da "convenção", o efeito de exterioridade e o *non-sens* que aí se manifestam. Pensamos ter começado a elucidar alguns aspectos desse mistério apoiando-nos sobre o que, a partir de P. Henry, passamos a chamar o "pré-construído": como, de fato, não ver agora, com base no que precede, que a imposição do "nome próprio" constitui a forma em edição príncipe do *efeito de pré-construído*, que representa a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso (aquilo por meio do qual ele diz: "Eu, Fulano de Tal") como "sempre-já" sendo sujeito, isto é, a modalidade discursiva sob cujo domínio ele é *produzido como causa de si*, com seu mundo, seus objetos e seus sujeitos, mantendo a evidência de seus sentidos?

Uma última precisão a propósito do termo identificação: o fato de que a evidência do sentido (a produção de sentido no *non-sens*) seja estritamente contemporânea à interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se exprime, como dissemos, por sua identificação com a formação discursiva que o domina, onde ele se encontra "encravado" na condição de sujeito – e esse "encravamento" se desloca juntamente com a própria dominância no decorrer da "formação" do sujeito. Trata-se, pois, de uma *identificação imaginária* que diz respeito à "gênese do ego", ao ajustamento sempre inacabado do sujeito consigo mesmo (baseado na relação com outros sujeitos, cada um dos quais é para ele um alterego), à sua identificação com os traços do objeto na representação que o sujeito "possui" desse objeto... No domínio que nos interessa aqui, caracterizamos como *efeito de intradiscurso* uma das fontes dessa identificação imaginária, ligada a uma "zona de esquecimento nº 2" e não voltaremos mais a essa questão. Parece-nos, entretanto, que não se pode ficar por aí, na crença de que a Ideologia interpela pura e simplesmente "o ego", deixando o "sujeito" à mercê do Simbólico. A Ideologia não é idêntica ao Simbólico, mas sua diferença não se inscreve nunca nessa diferenciação de funções:

> *Todas as identificações especulares que se exercem na linha do ego ideal e que fazem o sujeito saltear de captura em captura são inteiramente dependentes de uma outra identificação, simbólica não-especular, que é constitutiva do ideal do ego (presente no inconsciente sob a forma de um pensamento, de um desejo).* [16]

Essa observação de M. Safouan vem se aplicar aqui de uma maneira que não nos parece deslocada, na medida em que a identificação imaginária é, como mostramos, dependente da questão da *identidade* (fundamento da imputação e da responsabilidade) e, por isso, toca no simbólico ao remeter ao nome próprio e à lei (e o pacto e a dívida que daí resultam para o sujeito estão realmente presentes no inconsciente sob a forma de um

"pensamento" ou de um "desejo"): essa remissão manifesta o fato de que a interpelação é, simultaneamente, ideológica *e* jurídica, isto é, que ela não se efetua na esfera fechada e vazia do "cultural", mas na imbricação dos aparelhos ideológicos e do aparelho repressivo (jurídico-político) de Estado.

Para resumir, diremos que *a forma-sujeito do discurso*, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza *o non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira*. Estamos lidando com uma determinação que se apaga no efeito necessário que ela produz sob a forma da relação entre sujeito, centro e sentido, o que, de uma forma condensada, chamamos "efeito Münchhausen".

Proposição 3: *O funcionamento conceptual-experimental (científico) que, sob formas específicas em cada ramo da produção dos conhecimentos, materializa a necessidade-real como necessidade-pensada (e, nesse sentido, torna localmente excluídos o sentido e o sujeito) nunca existe "em estado puro" sob uma forma disjunta de seu oposto nocional-ideológico. Conseqüentemente, a apropriação do real pelo pensamento não poderia consistir em uma dessubjetivação do sujeito, mas supõe um trabalho de apropriação subjetiva na e sobre a forma-sujeito, isto é, entre outras determinações, na e sobre a forma-sujeito do discurso.*

Partiremos aqui das recentes formulações propostas por D. Lecourt [17] sobre a questão das "formas históricas concretas nas quais se realiza o processo sem fim em que consiste a produção dos conceitos científicos":

> *Uma vez estabelecido que as ciências obedecem a um processo dialético que não poderia ter como fundamento nenhum sujeito empírico ou transcendental, o que fica, então, a ser feito é determinar o problema bastante real dos efeitos desse processo*

sobre os indivíduos concretos que são chamados a ser seus agentes.

Portanto, uma primeira (e muito importante) constatação: a prática de produção dos conhecimentos *não constitui de maneira alguma uma exceção no conjunto das práticas*; ela funciona, como toda prática, "como interpelação". E Lecourt prossegue:

> *Como se vê, a solução desse problema – e mesmo sua colocação – suporia uma teoria das diversas formações ideológicas, uma teoria do "assujeitamento" do indivíduo às relações sociais ideológicas, para poder, a partir daí, colocar ordem na questão da repercussão do processo (sem sujeito) do conhecimento científico sobre os efeitos desse assujeitamento.*

Tentaremos mostrar de que modo os elementos (cientificamente embrionários) que acreditamos ter isolado neste trabalho referente aos processos discursivos podem contribuir para *colocar* essa questão, designando certas condições de sua solução.

Lembremos antes de tudo que o *funcionamento nocional-ideológico* se realiza sob a dominação da forma-sujeito e, especificamente, no que nos diz respeito aqui, sob a dominação da forma sujeito do discurso. Conseqüentemente, as *noções* inscritas nesse funcionamento *têm um sentido* porque o próprio funcionamento é coextensivo aos efeitos de paráfrase-reformulação, do interdiscurso e do "esquecimento nº 2", pelos quais uma formação discursiva é caracterizada como tal, com os fenômenos *especulares* que, necessariamente, a acompanham: a noção tem um sentido que representa um "concreto-figurado" diretamente acessível na identificação imaginária da *Erfahrung*, sob a forma do "dado" de um *objeto* para um *sujeito*; o caráter representativo da noção assegura a evidência do sentido no interior do "consenso".

Acrescentaremos, imediatamente, que, nada do que o conceito possa fazer pela forma de irrupção é suficiente para que a

autonomia de uma formação discursiva no interior do interdiscurso seja rompida; do mesmo modo, nenhuma reconfiguração das relações entre diferentes formações constitui, em si mesma, uma "ruptura epistemológica", pois assim estaríamos tomando o efeito pela causa. Bem mais que isso, o processo de produção dos conhecimentos não poderia ser o objeto de uma "teoria geral", uma vez que as condições, nas quais um conjunto desigual-contraditório-sobredeterminado de ideologias teóricas (e de formações discursivas correspondentes) "trabalha", são sempre historicamente especificadas. A respeito desse ponto, vamos, pois, nos limitar a designar algumas condições-de-forma que caracterizam o que se poderia chamar as modalidades de existência da forma-conceito, acentuando que não se trata absolutamente de condições internas, legislativas, "epistemológicas", do processo do conhecimento, como se esse processo fosse isolado, isto é, primitivo: trata-se de modalidades que são impostas à necessidade-de-pensada pelo processo sem sujeito da necessidade-real, o processo natural-social objetivo – econômico, político e ideológico.

Portanto, algumas condições-de-forma: e, de início, a d(efeito-encontro entre elementos ideológicos (e, especificamente discursivos), efeito cuja particularidade é a de que a ocultação desse encontro não chega a se efetuar completamente em uma reconfiguração ideológica [18] e, desse modo, desencadeia o que se poderia chamar o significante livre, que corresponde a "representações sem sujeito" que perdem seu caráter representativo e se reinscrevem no simbólico, *designando sem representar* – a exemplo de um nome próprio, um conceito designa sem representar, mas, contrariamente ao nome próprio, ele designa por meio de construções que são, ao mesmo tempo, construção de enunciados (construção de necessidade-pensada) e construção de dispositivos (na necessidade-real). Uma das condições de realização da forma-conceito consiste, assim, em uma relação particular entre necessidade-real e necessidade-pensada de tal modo que a necessidade-pensada, não seja "uma coisa diferente" da necessidade-real: *um conceito representa*, poder-se-ia dizer, *a*

necessidade-real na rede de conceitos que constitui, para uma região dada do conhecimento, a necessidade-pensada, sob a forma de emparelhamentos entre enunciados e entre construções experimentais. Assim, o funcionamento conceptual-experimental (científico) afeta a relação entre nomear-designar, de um lado, e entre enunciar-construir, de outro, por meio de uma integração que não é uma identificação: uma outra "condição-de-forma", que – pode-se suspeitar – se refere, em particular, à relação entre efeito de pré-construído e efeito-transverso.

Não nos deteremos mais sobre esse ponto, estimando que as considerações sobre "forma" que acabamos de fazer só podem *se desenvolver* na análise concreta de funcionamentos conceptuais determinados. Vamos nos contentar aqui em notar que *o conceptual não se articula na forma-sujeito do discurso*, o que significa dizer que *nenhum sujeito é, como tal, portador da necessidade-pensada*: nesse sentido, pode-se afirmar que o funcionamento conceptual deixa localmente circunscritos o sentido e a forma-sujeito do discurso.

Essa circunscrição constitui, segundo o que pensamos, uma "repercussão" (para retomar a expressão de D. Lecourt) do processo (sem sujeito) do conhecimento científico sobre o assujeitamento do sujeito: gostaríamos de mostrar agora que essa repercussão não poderia ser interpretada como um "desassujeitamento", uma dessubjetivização ou um apagamento do sujeito; o sentido não "morre", o sujeito não "desaparece"... A repercussão consiste num trabalho na e sobre a forma-sujeito, em particular na e sobre a forma-sujeito do discurso.

Esse fato impõe algumas explicações com base no que foi exposto acima e, antes de mais nada, uma precisão relativa ao fato de que essa "repercussão" não é um "*já-pronto*": *em primeiro lugar*, não há o processo sem sujeito da produção dos conhecimentos, enquanto efetuando-se *primeiramente* "em si mesmo", e, depois, *já-pronto*, reinscrevendo, por uma retomada, "sujeitos", que, então, *em uma segunda etapa*, se apropriam do resultado desse processo; o paradoxo que é preciso compreender é o de que o trabalho de apropriação subjetiva na e sobre a for-

ma-sujeito é estritamente coextensivo ao processo sem sujeito da produção dos conhecimentos científicos, e, portanto, não poderia ser aquartelado em um setor que lhe seria "subordinado", por exemplo, no da "reprodução escolar": "os indivíduos-agentes agem sempre sob a forma de sujeitos", e a produção dos conhecimentos não constitui, nesse sentido, uma exceção. Os agentes históricos dessa produção são "interpelados", como vimos, sob a forma específica de posições teóricas pelas quais eles tomam partido (nas quais se reconhecem) no interior de uma conjuntura dada, face a outras posições à quais eles se afrontam, e já indicamos (cf. p. 196) de que maneira certos elementos discursivos intervêm nesses afrontamentos; certos índices são passíveis de marcação *no pré-construído* (afrontamentos a propósito de nomes e expressões) e *nos processos-transversos* (afrontamentos a propósito da ordem e do encadeamento entre enunciados, proposições e teoremas).

O efeito paradoxal dessa repercussão do processo sem sujeito do conhecimento sobre os indivíduos que são seus agentes é que ele realiza, portanto, no interior da forma-sujeito um questionamento da forma-sujeito. O que chamamos acima (p. 217) a *terceira modalidade discursiva do funcionamento subjetivo* (portanto nem a identificação nem a contra-identificação) participa dessa "repercussão". A desidentificação (e as tomadas de posição não-subjetivas que dela resultam) se efetua, paradoxalmente, no sujeito, por um processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos (representação da necessidade-real na necessidade-pensada), processo no qual a interpelação ideológica continua a funcionar, mas, por assim dizer, contra si mesma.

Desse modo, portanto, a produção dos conhecimentos consiste na transformação de "matérias-primas" ideológicas em objetividades materialistas *através do desenvolvimento de ideologias novas e de formas novas da interpelação ideológica*, e já constatamos que essa transformação tinha uma correspondente política estrita no que E. Balibar chamou, a propósito da prática política do proletariado, "a transformação da luta em não-luta pelo desenvolvimento de uma luta nova". O ponto comum constituído pela *interpelação ideológica com seu funcionamento "às*

avessas'' na desidentificação mostra que não se trata aí de duas questões paralelas e simétricas como são "o conhecimento" e "a ação" numa concepção idealista da filosofia; o primado do real sobre o pensamento, que é também um primado da prática sobre a teoria, nos leva a considerar que tudo o que acaba de ser lembrado sobre a apropriação subjetiva do real diz respeito não somente às condições (ideológico-práticas) da produção dos conhecimentos científicos *em geral*, mas também e sobretudo às condições ideológicas e políticas (prática política do proletariado) que regem a operacionalização *específica* dos conhecimentos científicos do *materiaismo histórico*.

Para resumir esse ponto, diremos que a prática política do proletariado rompe com o funcionamento espontâneo da forma-sujeito, na medida em que as formas empírico-subjetivas da prática política tornam-se a matéria-prima de uma transformação que, incidindo sobre o aparelho (jurídico-político) de Estado e os A.I.E., afeta, por isso mesmo, a forma-sujeito: o trabalho desidentificador da ideologia proletária, parte integrante da prática política do proletariado, se desenvolve, paradoxalmente, através de novas identificações em que a interpelação funciona *às avessas*, isto é, em referência a "não-sujeitos" como a História, as massas, a classe operária e suas organizações. [19]

E, em particular, é essa determinação específica da política do proletariado que rege o funcionamento dos processos discursivos que nela se inscrevem, por exemplo o funcionamento de uma *palavra de ordem* tomada numa conjuntura política dada.

As três proposições que acabamos de comentar formam, parece-nos, uma *base para* investigações científicas referentes aos processos discursivos, mas nem por isso fica a nossa pretensão de colocar, nem muito menos de resolver, os problemas que podem ser desenvolvidos sobre essa base. Evocaremos, no anexo II, alguns desses problemas, sob a forma de repercussões que eles podem ter na pesquisa lingüística atual.

Primeiramente, porém, achamos necessário condensar em uma tese (filosófica) a posição que, pouco a pouco, se determinou no curso deste trabalho em relação à categoria da Ideologia.

Tese 2: *"A Ideologia não possui um exterior para si mesma" = a universalidade do Sujeito da Ideologia;*
"A Ideologia é exterioridade para a ciência e para a realidade" = o processo sem sujeito do real, do conhecimento do real e da transformação do real.

Enunciar essas duas teses ao mesmo tempo é propor a existência contraditória de duas tendências (idealista e materialista) que atravessam o pensamento; é designar sua luta a propósito do risco que, para o idealismo, é constituído pela identificação mútua dessas teses e que, para o materialismo, é constituído pela sua disjunção.

Repetidas vezes e sob diferentes formas, encontramos, no curso deste trabalho, um efeito que, por falta de um termo melhor, chamamos de *simulação*: vimos que esse efeito de simulação encobria uma relação de *exploração dos conhecimentos científicos por uma teoria universal das idéias*, visando a se apresentar (sob a forma do realismo metafísico ou do empirismo lógico) como a condição, o fundamento ou o invólucro desses conhecimentos. Pela mesma razão, dizíamos, essa teoria universal tende a mascarar sua existência, apagando a distinção entre ciência e não-ciência. E esclarecemos que os fins atuais da "semântica" se inscrevem no espaço dessa teoria universal. Vimos também – ao estudar as manobras em que se embaralham a lógica, o direito, a política e a filosofia espontânea dos sábios (incluindo-se aí uma certa concepção da ficção poética) – que essa *exploração-simulação* não era somente *teórica* (sob a forma de uma pseudociência do Todo, ciência das outras ciências e de si mesma, lugar de Conhecimento e do que se apresenta como tal, para retomar a expressão de P. Henry): ela mantém uma ligação privilegiada com a forma burguesa do *jurídico-político*, na medida em que o direito e os procedimentos jurídico-administrativos em geral realizam, *na prática*, essa "teoria universal" em seu funcionamento explícito [20]. Isso nos permitiu compreender que a interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especialmente, em sujeitos de direito) *se efetua em nome do Sujeito universal da Ideologia*: o Sujeito "se faz lembrar" aos sujeitos, dizíamos, e os determina a ser o que são, a agir como agem (e, em parti-

cular, a falar como falam). Em outros termos, o Sujeito universal da Ideologia *representa* para os sujeitos "a causa que os determina" e lhes representa essa causa *na esfera sem margens da forma-sujeito*. Portanto, pode-se dizer que o Sujeito universal da Ideologia representa *na forma-sujeito* o processo sem sujeito (na medida em que este último é a causa do sujeito), de modo que um passa espontaneamente para o outro, separando-os, apenas, uma simples *nuance*... É, contudo, com base nessa *nuance* que a divisão entre idealismo e materialismo se estabelece no "pensamento": a tendência idealista inclina-se a que um mais outro some apenas um, sendo o processo sem sujeito identificado ao Sujeito (tendencialmente; Platão, Descartes, Hegel, etc.); a tendência materialista inclina-se, ao contrário, a desfazer a unidade dessa identificação, fazendo aparecer o Sujeito como efeito do processo sem sujeito (tendencialmente: Lucrécio, Espinosa, Marx, etc.).

Voltemos por um instante a essa *nuance*: na terminologia que empregamos aqui, diremos que *um nada separa o "efeito Münchhausen" do processo sem sujeito, nem origem, nem fim(s)*. Uma "simples nuance" *separa o movimento perpétuo da matéria* (Engels) e *o motor que se move a si mesmo* (quer se estivesse tratando do Deus de Aristóteles ou da fantasia mecânica que busca realizar o movimento perpétuo!); uma "simples nuance" também entre *a luta de classes, cujo lugar, isto é, a causa e o efeito, é o modo de produção capitalista*, e *a circularidade da dialética hegeliana*; uma "simples nuance", ainda, entre o *processo sem sujeito da produção dos conhecimentos e o "quase-sujeito" bachelardiano*, a propósito do qual D. Lecourt observa:

> *Bachelard produziu a categoria do processo dialético, propondo a tese da objetividade e destruindo, conseqüentemente, a categoria do Sujeito; contudo, recuando ante sua própria descoberta, busca nesse processo sem sujeito... um sujeito. Vê-se logo em que sentido eu digo: quase-sujeito. 'Sujeito' de um processo sem sujeito... Esse "quase-sujeito" são as Matemáticas*. [21]

Uma "simples nuance", portanto, inicialmente, entre idealismo e materialismo; uma nuance, porém, que decide tudo e continuamente: essa nuance se localiza na separação entre a *identificação* (do sujeito com o objeto, do sujeito com o Sujeito, do Sujeito com o processo objetivo, etc.) e o que chamamos a *desidentificação* (que desvincula os objetos-coisas da objetividade do processo, a substância e o sujeito da causa, etc.). E essa separação não é jamais, em nenhum pensamento concretamente existente, definitivamente realizada. Tudo é "uma questão de tendência"...

Para que sejamos melhor compreendidos, vamos tomar emprestado a J. Lacan o exemplo seguinte, que visa ironicamente à circularidade:

> *Christophe carregava Christ*
> *Christ carregava o mundo inteiro*
> *Diga, pois, onde podia*
> *Colocar seus pés Christophe*? [22]

O que se questiona aqui é o caráter *excepcional* do objeto que é o sujeito-Christophe que, absurdamente, deve *estar no* mundo para *poder sustentá-lo*: crítica da mitologia religiosa com base nessa mesma mitologia, aceitando-a ao pé da letra para denunciar sua "circularidade". Esboço de uma dissociação materialista no interior do idealismo religioso. Ora, sabe-se de que modo a prática científica da Astronomia "resolveu" essa circularidade, ao mostrar que, se "tudo" se sustenta sobre "a terra" *exceto* o "céu" (e a própria terra), é por causa do puro *non-sens* que faz com que "a terra" esteja "no céu", de modo que tal *exceção da terra como suporte* inaugura uma nova *regra* na qual a terra se inscreve como *corpo celeste*. É preciso atentar aqui para o fato de que essa regra das leis da Astronomia (regra com relação à qual a terra não constitui absolutamente uma exceção) é informulável no elemento de pensamento pré-copernicíano justamente onde essa exceção aparece.

Uma nuance, portanto, no tratamento da exceção: a tendência idealista visa fixar a exceção em um objeto e reinscrever seu sentido em um Sujeito, de tal forma que ela confirma a regra

ao fundá-la; a tendência materialista, ao contrário, *parte da exceção* como sintoma de uma "regra" desconhecida, desarticulada do terreno das evidências em que essa exceção nasce. Pense-se, por exemplo, na maneira pela qual Marx chegou a formular as leis do modo de produção capitalista, partindo da "mercadoria" *excepcional* que é a força de trabalho, no espaço submetido à regra "universal" do valor.

Enquanto categoria filosófica, a Ideologia – distinta de conceitos científicos do materialismo histórico como os de superestrutura ideológica, de formação ideológica, de aparelho ideológico de Estado e de prática ideológica, de ideologia dominante, de relações ideológicas de classe, etc. – não é, pois, o equivalente "marxista" do erro, da ilusão ou da ignorância. Essa categoria designa o espaço da luta "eterna" entre duas tendências:

– a tendência idealista, que visa identificar o processo sem sujeito a um sujeito – cf. a saborosa acusação que Hegel dirige, em *La Science de la logique*, a Espinosa: "falta à Substância o princípio de Personalidade"! –, tendo como "fim" a unificação do real sob a forma de unificação do pensamento;

– a tendência materialista, que visa desfazer essa identificação, colocando o real (incluindo-se nele o pensamento que, sob uma forma específica, é, por ele, determinado) como um processo não-unificado, atravessado por desigualdades e por contradições.

Esse ponto implica, sublinhemos isso, uma última conseqüência, a saber, que as duas tendências não são simétricas: o idealismo *nunca* se depara com nada a não ser consigo mesmo, inclusive quando "se opõe" ao materialismo; este, ao contrário, reconhece *sempre* a existência do idealismo, uma vez que se dissocia dele indefinidamente.

NOTAS

1 Portanto, a retomada das oposições que caracterizam as "gramáticas gerais" da época clássica e também daquelas que formam o arcabouço da Lingüística Histórica (em primeiro lugar, o uso da língua como sendo, ao mesmo tempo, uma deterioração e uma "criação").

2 Pela mesma razão, as questões abertas pela lingüística histórica estão sendo, de certa forma, rapidamente liqüidadas.

3 A história das ciências mostra que o filosófico constitui, inevitavelmente, a *superfície* no interior de uma prática científica sempre que essa prática atravessa uma "crise". É por isso que pensamos ser indispensável ao lingüista que trabalha nesse domínio poder orientar-se em filosofia. Esperamos ter contribuído para isso. Cabe aos próprios lingüistas ir mais longe.

4 A. Schaff, *Langage e Connaissance*, op. cit., p. 168.

5 Evidentemente, não poderíamos desenvolver aqui esses diferentes pontos. Encontraremos no anexo I alguns elementos sobre a questão da "propaganda científica".

6 Não estamos questionando aqui as formas intramatemáticas dessa nova teoria, mas sua reinscrição ideológica nas preocupações semânticas. Cf. I. Zadeh. 'Quantitative Zuzzy Semantics'. *Information Sciences*, 1971, nº 3.

7 A. Schaff, *Introdução à Semântica*, op. cit., pp. 348-9.

8 Ibid., p. 349.

9 O efeito que esse deslize produz, no que se refere à teoria freudiana, não deixa também de ter conseqüências; encontraremos em *Un discours au réel* de E. Roudinesco (op. cit.) uma análise notável desse deslize e de seus efeitos – ver, especialmente, o estudo 'Inconscient et Archïcité', pp. 131-60.

10 Esta é uma das mais graves falhas teóricas do trabalho que publicamos em 1969 sob o título de *Analyse authomatique du discours*. Para uma discussão crítica dos diferentes aspectos desse trabalho ver Pêcheux & Fuchs, 'Mises au point et Perspectives...', art. citado.

11 Sobre esse ponto, ver o estudo já mencionado de D. Lecourt, presente em *La Pensée*, nº 152.

12 (N. dos T.) Optamos por traduzir aqui "*lá* pure pensée" por "a reflexão pura" e "le langage..." por "o lingüístico..." para que não se perdesse, no português, os caracteres, respectivamente, de feminilidade e de masculinidade, atribuídos nesta passagem, ao simulacro de "casal" proposto pelo autor. O leitor deve estar atento para a inversão que se segue com a tradução canônica.

13 É nesse ponto que Freud toma suas distâncias relativamente a essa matéria-prima-obstáculo (produzida pela filosofia burguesa) constituída pela categoria de *representação*.

14 Lacan. *Ecrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 508.

15 Ibid., p. 495.

16 M. Safouan. 'De la structure en psychanalyse. Contribution à une théorie du manque'. *Qu'est-ce que le structuralisme?* Paris, Seuil, 1968.

17 *Bachelard, le Jour e la Nuit*, Paris, Grasset, 1974.

18 De fato, o interdiscurso é, perpetuamente, o lugar de um "trabalho" de reconfiguração no qual uma formação discursiva é levada, em função dos interesses ideológicos que ela representa, a absorver elementos *pré-construídos* produzidos fora dela, associando-os metonimicamente a seus próprios elementos por *efeitos-transversos* que os incorporam, na evidência de um novo sentido em que eles são "acolhidos" e fundados (com base em um novo terreno de evidências que os absorve) por meio do que chamamos um "retorno do saber ao pensamento": em suma, um "trabalho" de unificação do pensamento, em que as subordinações se realizam ao se apagarem na *extensão* sinonímica da paráfrase-reformulação.

19 O fato de que esses "não-sujeitos" possam passar por sujeitos constitui um ponto muito importante em uma teoria da ideologia do proletariado. Esse problema é abordado no estudo já assinalado de M. Plon, *La Theorie des jeux: une politique imaginaire*.

20 Sobre essa questão, o trabalho de B. Edelman, *Le Droit saisi par la photographie*, op. cit., constitui uma explicação muito clara.

21 Lecourt, *Bachelard, le Jour e la Nuit*, op. cit., p. 103.

22 Lacan, *Ecrits*, op. cit., p. 377. Poder-se-ia citar também Lênin com respeito à "circularidade" da sensação como fundamento da matéria: "A terra sustenta o mar, a baleia sustenta a terra, o mar sustenta a baleia" (*Matérialisme et Empiriocriticisme*, op. cit., p. 93) (N. dos T.: Há tradução em português, cf. bibliografia).

ANEXOS

1. Uma teoria científica da propaganda?

O filósofo e lógico marxista Georg Klaus observava recentemente em um estudo surgido na R. D. A. sob o título *Sprache der politik* ("A linguagem da política") que "os clássicos do marxismo infelizmente não nos deixaram nada sobre teoria da agitação" [1]. Ele começa a elaborar as premissas de uma tal teoria – com base nos princípios científicos do materialismo histórico – utilizando noções emprestadas à Semântica, à Semiologia e à Cibernética. Contrariamente a A. Schaff, que plana gostosamente acima da política e da luta de classes, G. Klaus anuncia claramente sua posição ao propor que *a língua da política é um elemento da luta de classes* nos modos de produção pré-socialistas e também um instrumento para o desenvolvimento do socialismo no quadro deste último. Descarta, pois, de saída, todo o neutralismo que visa restringir as condições do discurso político ao puro tecnicismo retórico; insiste, com razão, no fato de que *as palavras são armas, venenos ou tranqüilizantes* e reflete, a propósito do exemplo do fascismo alemão, sobre as condições nas quais certas expressões (por exemplo, Volksgemeinschaft,

isto é, "comunidade popular") *voltaram-se* contra o proletariado e o povo alemães.

A resposta que ele dá a essa questão é a d'*A ideologia alemã*, a saber, a distinção entre o ser *(Wesen)* e a aparência *(Schein)*, com a idéia de que a exploração capitalista se apóia sobre uma manipulação ideológica que tem por fim apresentar as aparências às massas exploradas, de modo que essas massas as tomam pela própria realidade: no capitalismo (o dos anos 30 e também o da Alemanha Ocidental hoje), "as massas trabalhadoras não têm a possibilidade de ver por trás dos bastidores, elas estão reduzidas, a esse respeito, a utilizar testes elementares *(primitive Testmittel)* [2]". Um comentário possível seria o de que *as massas estão prisioneiras na caverna capitalista*, segundo a distribuição tripartida do espaço ideológico, a qual tivemos ocasião de expor mais acima (o auditório, a cena, os bastidores – cf. p. 230), como sendo a estrutura de representação própria aos A. I. E. burgueses e pré-capitalistas. E, de fato, "é bem isso", G. Klaus está realmente "no verdadeiro": há os bastidores do mundo capitalista, com os *responsáveis*, que manejam os fios das marionetes, há o quadro das aparências, a tela do *Schein* das ilusões, e há o povo encantado... é exatamente isso, com exceção de que G. Klaus não chega a reconhecer explicitamente que são *em parte* as próprias "ilusões" que mantêm o povo "encantado", o que implica que a Ideologia não é um puro não-ser mas uma força material, e também que é no próprio elemento dessa força material que o povo "se liberta de suas correntes", utilizando contra ela mesma essa força material que, como tal, não tem nem história nem fim. Por não reconhecer esse ponto essencial, G. Klaus é levado a retomar, por sua conta, a divisão platônica entre a *Lógica* como lugar do verdadeiro e a *Retórica* como lugar da mentira, do erro e do engano o que autoriza seu recurso à Semântica, à Semiologia e também, como veremos, à Cibernética e a Psicologia:

> Há palavras e expressões [escreve G. Klaus] que descrevem e apreendem a aparência *(Schein)*, e outras, o ser *(Wesen)*. A aparência age direta e imediatamente sobre as grandes massas e constitui, por essa razão, um tema preponderante da linguagem

política. O ser que está na base dessa aparência exige que se vá ao fundo das coisas *(verlangt Gründlichkeit)*, que se esclareça sistematicamente pela propaganda as questões sociais fundamentais, portanto que se efetue uma abordagem científica" [3]; nessas condições, e em face da linguagem política burguesa, quem é que joga espontaneamente com as aparências e insiste preferencialmente na "esfera emocional" (o que constitui um dos motores da demagogia), quais são as características da "linguagem" da revolução socialista?

G. Klaus responde: "uma política e uma agitação fundadas cientificamente empregarão apenas termos pelos quais é possível uma *redução* [...] e nos quais a *univocidade semântica* é predominante, excluindo aqueles em que nenhuma *operação* pode ser acrescentada" [4]. G. Klaus esclarece que a exigência de possibilidade de uma redução exprime a necessidade de utilizar somente "signos e seqüências de signos semanticamente dotados de sentidos", isto é, passíveis de receber uma "interpretação operacional", que assegure sua univocidade. Ele tem, aliás, o grande mérito de acrescentar também que essa redução só é possível *com base no materialismo histórico*, e que qualquer outra tentativa nos levaria ao materialismo biológico primitivo, ou ao idealismo objetivo ou subjetivo. Não se trata, pois, de uma pura distinção lógica como a que os neopositivistas propõem entre as "expressões dotadas de sentido" *(sinnvoll)* e as "expressões desprovidas de sentido" *(sinnlos)*, mas de uma distinção que remete à existência de uma ciência: essa distinção lógica *(sinnvoll/sinnlos)* se exerce a partir da ciência das formações sociais, é como que sua operacionalização político-pedagógica, permitindo, em cada ocasião, *efetuar uma triagem entre Wesen e Schein;* em outras palavras (e está aí o "x da questão"!), a lógica intervém como a modalidade de aplicação, na luta política e ideológica, dos conteúdos científicos do materialismo histórico, de modo que essa luta toma em definitivo *a forma do pedagógico*, uma vez que é *no reconhecimento do verdadeiro* que a teoria – presume-se – se torna "uma força material".

Contudo as coisas não são assim tão simples, pois a luta de classes não tem exatamente as características de uma sala de

conferências (com o gabinete do professor, a tribuna e a platéia), e G. Klaus bem o sabe, seu "instinto político" está aí para lembrá-lo: *ele percebe politicamente que as ideologias não são "idéias", mas não consegue pensá-lo teoricamente, uma vez que isso é impensável no quadro da Semântica, da Semiologia, etc.;* então, ele é levado, para representar esse impensável no interior desse quadro (onde, sabemos, o par lógica/retórica está pronto a prestar serviço), a contrabalançar o logicismo ao justapor a ele a retórica sob a forma de uma psicologia da mudança de atitude: a linguagem política, diz G. Klaus, sempre tem por objetivo final "acarretar um certo tipo de comportamento da parte daquele a quem se está dirigindo" [5], e o fato de que os ardis da manipulação psicológica capitalista sejam, ao mesmo tempo, inaceitáveis e inutilizáveis em um Estado socialista "não significa que devamos ignorar as leis objetivas da Psicologia ou considerá-las como nunca tendo existido quando se trata de produzir alguma compreensão com respeito à verdade" [6]. Esse fato explicaria a necessária existência, no socialismo, de um tipo de retórica a serviço do verdadeiro, no qual intervêm elementos que tocam os olhos e o coração antes de atingir o espírito, e participam do que G. Klaus chama *o cerimonial*, e que – como ele diz –, quando é adequado à situação histórica e às condições sociais existentes, "pode mobilizar mais os homens do que uma teoria política logicamente encerrada em sua dedução e rigorosamente provada *(eine logisch in sich geschlossene und streng bewiesene politische Theorie"* [7]. Não haveria aí uma contradição com o critério formal da *operatividade*, enunciado mais acima, que parece sugerir a possibilidade constante de uma verificação e de um controle das "próprias coisas" *(Testmittel)*, por meio da apreensão das múltiplas ações em retorno (no sentido cibernético da retroação – *Ruckkopplung*), as quais, segundo G. Klaus, caracterizam o conjunto das práticas socialistas? "Instintivamente" – isto é, na verdade, politicamente –, G. Klaus percebe bem que isso seria se isolar numa falsa contradição, estranha a todo desenvolvimento concreto, teórico e prático do marxismo-leninismo; mas, aprisionado teoricamente, como vimos, no par lógica/retórica (a sala de conferências e o teatro...), ele se desemba-

raça por um jogo de palavras suficientemente sintomático. Logo após a frase que acabamos de citar, ele acrescenta:

> *E, ademais, as cerimônias são também um elemento da ordem. Descobrir ou instituir uma ordem corresponde a uma necessidade fundamental do homem, como estabeleceu a psicologia da forma – na medida em que ela é científica.* [8]

Esse jogo de palavras entre ordem lógica formal e ordem social, garantido pela psicologia, poderia, aliás, ser comparado à observação extraída da *Moderne logik* [9] do mesmo autor:

> *A lógica formal não tem nada a ver com o pensamento de tipo metafísico. [...] A necessidade de uma racionalização de nossa vida social (por exemplo, por leis jurídicas, pela introdução das determinações das retribuições e dos salários, pela regulamentação de nossa vida democrática, etc.) necessita continuamente de classificações lógicas.* [10]

Um tal jogo de palavras, em que se superpõem o que distinguimos acima pelos termos *Erfahrung* e *Experiment*, é para nós o índice do fato de que, a despeito de todas as denegações, a lógica formal e a psicologia mantêm, em definitivo, um ótimo relacionamento, inclusive quando se apresentam "sob a bandeira do marxismo": elas contribuem, uma a outra, para marginalizar a dialética (e a política) propondo-se como as duas matrizes cúmplices das evidências cotidianas, de modo que a dialética só aparece excepcionalmente, quando as coisas "saem do ordinário".

Em suma, G. Klaus fornece *aqui* (e não no conjunto de seu trabalho, o qual não pretendemos evidentemente "julgar" nesta nota) um exemplo do que se poderia chamar "alçapão" teórico-político:

– de um lado, objetivos marxistas-leninistas (compreender por que o discurso político do fascismo chegou a "se fazer entender" na Alemanha, determinar a natureza das resistências

à *ditadura do proletariado* – resistências à palavra e à coisa –, compreender por que, em 1945, a palavra de ordem da instauração imediata do socialismo em zona de ocupações soviética era retoricamente confortável, mas politicamente falsa, determinar como desenvolver hoje, ao máximo, nas massas, a força material constituída pelo marxismo-leninismo em um país socialista desenvolvido, etc.);

– de outro lado, "instrumentos teóricos" (Cibernética, Semântica, etc.) que, a despeito de sua aparência "científica", têm freqüentemente como efeito, por meio da ideologia teórica que eles veiculam, deslocar e, em seguida, destruir o próprio núcleo do marxismo-leninismo;

de modo que o "alçapão" em questão é um equilíbrio instável, que deve, de qualquer maneira, ser resolvido, sendo a questão a de saber, a cada vez, se essa resolução tem lugar no terreno do marxismo-leninismo ou fora dele.

2. *Algumas repercussões possíveis nas pesquisas lingüísticas*

Nosso trabalho, como dizíamos ao começar, visa intervir na relação entre as *três tendências principais* cujas contradições atravessam e organizam o campo atual das pesquisas lingüísticas, tal como um pesquisador francês o encontra hoje. Seu ponto de ataque diz respeito, pois, sobretudo à situação teórica *da Lingüística nos países "ocidentais" submetidos ao imperialismo,* na medida em que essa situação se encontra atualmente marcada pela dominação da tendência formalista-logicista. Certamente, a luta ideológica que tem lugar no quadro da coexistência pacífica necessariamente relaciona – e não apenas no quadro dos grandes congressos internacionais! – essa situação com a que caracteriza a Lingüística nos *países socialistas,* onde a tendência da *lingüística histórica* (freqüentemente marcada pelo evolucionismo historicista, é preciso dizer) vê hoje aumentar a importância de uma corrente mais ou menos próxima do *formalismo logicista* que conhecemos [11] . Dito isso, é-nos difícil avaliar qual eco as preocupações que manifestamos neste trabalho podem atualmente encontrar nessa situação: tendo-se em conta, entre outras razões, a débil proporção de textos atualmente traduzidos do

russo nesse domínio, estamos limitados, a esse respeito, a alguns pressentimentos teóricos fundados em certos indícios (por exemplo, no que conhecemos das pesquisas efetuadas sob a perspectiva do lingüista soviético Mel'čuk; voltaremos a isso).

As várias observações que se seguem visam indicar muito esquematicamente as *questões lingüísticas* nas quais nos parece desembocar o presente estudo. Dizemos *questões lingüísticas*, na medida em que pensamos que seria absurdo pretender fundar uma nova "disciplina" ou uma "teoria", mesmo que fosse a "teoria materialista do discurso". É certo que empregamos essa formulação várias vezes, mas, como dissemos, era menos para delimitar as fronteiras de uma nova "região" científica do que para designar *alguns elementos conceptuais* (principalmente o de *formação discursiva*) os quais, até que venham a ser "retificados", podem ser utilizados pelos lingüistas materialistas preocupados em trabalhar *no interior do* materialismo histórico: trata-se, no fundo, de começar a formular as condições conceptuais que permitam analisar cientificamente o suporte lingüístico do funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado.

Reagruparemos, mais ou menos arbitrariamente, essas questões lingüísticas sob duas rubricas:

1. A primeira questão nos parece ser a da *paráfrase*, que constitui atualmente o objeto de pesquisas que estão sendo feitas sob diferentes perspectivas teóricas; pode-se citar, sem nenhuma pretensão à exaustividade, as pesquisas de Z. Harris [12] nos Estados Unidos, as do soviético I. A. Mel'čuk e também os trabalhos empreendidos na França (ver, por exemplo, A. Culioli, C. Fuchs, J. Milner). Não comentaremos aqui esse último aspecto, nem as recentes pesquisas de Z. Harris, na medida em que esses dois pontos são abordados na revista *Langages*, nº 37, em particular no artigo citado de Pêcheux e Fuchs, por meio de uma discussão crítica sobre o procedimento chamado de "análise automática do discurso [13]" do qual buscamos atualmente o esclarecimento e a retificação.

Em compensação, aproveitamos aqui a ocasião de evocar, a propósito da questão da paráfrase, os trabalhos, ainda insufi-

cientemente conhecidos na França, de I. A. Mel'čuk e A. K. Zolkovskij: tal como aparece no texto do qual tivemos conhecimento [14], isto é, infelizmente sob uma forma muito esquemática e programática, essa perspectiva nos parece, ao mesmo tempo, extremamente interessante e profundamente ambígua. Do mesmo modo como esses autores se relacionam com J. Katz e Chomsky, imediatamente se distinguem deles ao criticar a teoria chomskyana clássica, na medida em que pretende (ou pretendia) "gerar seqüências textuais a partir de um sistema formal de regras 'gramaticais' ": eles são levados a insistir, por contraste, na relação necessária entre *sentido* e *texto*, para isso fundamentando-se, por outro lado, na tese *da língua como meio de comunicação*, tese que constitui aqui mesmo o objeto de uma longa discussão. Questionando, assim, a noção de estrutura profunda puramente sintática, eles podem *dar a impressão* de efetuar o mesmo percurso de alguns discípulos de Chomsky agrupados na corrente da "semântica gerativa" (Fillmore, Lakoff, Ross, etc.), e talvez até eles tenham essa impressão atualmente [15]. De fato, bom número de formulações utilizadas por Mel'čuk e Zolkovskij vão inegavelmente nessa direção. No entanto, a maneira pela qual eles definem o *sentido* nos parece por sua própria ambigüidade, manter uma relação de fecunda contradição com a tese da preexistência ideal do sentido:

> *O sentido é o que é comum às diversas expressões reconhecidas e utilizadas pelos sujeitos falantes como sinônimos ou, mais resumidamente, o sentido é o invariante das transformações sinonímicas (paráfrases),*

e acrescentam:

> *Assim, o sentido se apresenta como um modelo-feixe de correspondências entre expressões reais sinônimas. [...] tem-se aqui uma analogia completa com a reconstrução das formas originais em lingüística histórica comparativa.* [16]

Não podemos evidentemente determinar em que medida essa referência à lingüística histórica comparativa é ou não *circunstancial* na intenção de Mel'čuk e Zolkovskij. Digamos simplesmente que, sob a condição de ser levada a sério, desvinculada do aspecto evolucionista ("formas originais") que ela parece veicular, essa formulação pode desembocar *na idéia de que o sentido existe sob a forma de invariantes parafrásticos históricos, isto é, de invariantes variáveis historicamente*. Não sabemos se as reflexões desses dois pesquisadores se desenvolvem atualmente nessa direção; seja qual for, esse breve comentário de um aspecto de seu trabalho deve ter permitido chamar a atenção, no que nos diz respeito, para a *oposição entre* uma concepção "puramente sintática" da paráfrase, pressupondo uma unidade não-contraditória do sistema da língua como reflexo eterno do espírito humano, *e* uma concepção da paráfrase que chamaremos histórico-discursiva para marcar a inscrição necessária dos funcionamentos parafrásticos em uma *formação discursiva historicamente dada*.

Fecharemos esse primeiro ponto com algumas perguntas:

– Em que condições a prática científica lingüística pode se apropriar teoricamente desse novo objeto constituído pelos *processos discursivos de paráfrase em uma formação discursiva*?

– E, em particular, de que modo conceber as "sistematicidades" fonológicas, morfológicas e sintáticas – que constituem as condições materiais lingüísticas de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos – para que seja desfeita a ilusão que faz com que essas sistematicidades (e, sobretudo, a da sintaxe) apareçam como um bloco homogêneo de regras, uma máquina lógica? De que modo conceber os apagamentos, os recobrimentos e as superposições parciais que afetam *necessariamente* essas diversas sistematicidades?

– De que modo conceber, enfim, o que se nomeia "a estruturação do léxico" para que ela seja, ao mesmo tempo, o resultado e a matéria-prima dos processos discursivos (através da formação de metáforas, metonímias e sinonímias, da construção jamais unificada de subordinaçõs lexicais contraditórias, da de-

terminação sempre provisória do "próprio" em relação ao "figurado", etc.), e deixe de funcionar como o pressuposto lógico de todo "ato de linguagem"?

2. Seremos ainda mais breves e esquemáticos a respeito da segunda questão, que evocamos no curso deste trabalho ao falar de imaginário lingüístico ou de *corpo verbal*: "Se a teoria freudiana do insconsciente é a grande negligenciada dos lingüistas [escreve E. Roudinesco [17]] é sem dúvida porque ela intervém de maneira *crítica* em seus pressupostos". De onde a pergunta seguinte, que visa as condições nas quais essa crítica pode se tornar conhecimento:

– De que modo é preciso conceber o tempo (modalidades, aspectos, etc.) e o espaço (localizações, determinantes, etc.) que são o tempo e o espaço imaginários do sujeito-falante para que a evidência do sentido e do sujeito se torne um objeto teórico para a Lingüística e deixe de se repetir nela, espontânea e cegamente, sob a forma do duplo imperialismo, do sujeito e do sentido? Em suma: de que modo tirar as conseqüências lingüísticas do fato de que "o não-dito precede e domina a asserção"?

3. *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* *

Intervir no Marxismo sobre a questão da ideologia, levantando questões sobre sua relação com a Psicanálise e com a Lingüística, é *ipso facto*, mexer com uma espécie de "Tríplice Aliança" teórica que, na França ao menos, se configurou sob os nomes de Althusser, Lacan e Saussure no decorrer dos anos 60. Como se sabe, o destino dessa Tríplice Aliança é, hoje mais do que nunca, extremamente problemático, e até mesmo as partes do pacto são objeto de um verdadeiro bate-boca teórico *e* político em que tudo se abre novamente a questionamentos.

Se tal bate-boca afeta hoje o triplo campo da Lingüística, do Marxismo e da Psicanálise, é, fundamentalmente, porque alguma coisa *não ia bem* (logo, e simultaneamante, *ia*, sem dúvida, *bem demais*) nessa Tríplice Aliança, que pretendia "articular" entre si essas três disciplinas e controlar o trânsito entre os continentes da História, do Inconsciente e da Linguagem: não há fumaça sem fogo.

---

* Cf. N. dos T. na pág. 29.

E se esse bate-boca provoca nuvens de fumaça, cujas camadas, atualmente, não param de se estender (em direção a um além-do-"sexológico" do freudismo, em direção a um além-do-"linguageiro" da Lingüística, em direção a um além-do-"neofilosófico" do marxismo), é também porque o bate-boca segue sua linha política de maior inclinação e se realiza cegamente como o efeito necessário das causas que o determinam: não há fumaça sem fogo.

É notório que as duas coisas destacadas aqui pela repetição do mesmo aforismo são uma única e mesma contradição política, operando no elemento filosófico: podemos expressá-la dizendo que os erros, desvios, "equívocos", etc., que se instalaram no coração da Tríplice Aliança para desempenhar nela um papel teórico, às vezes, mortal, designavam a presença não-reconhecida do adversário no próprio *interior* da cidadela teórica, que se organizava para resistir aos ataques *exteriores* desse adversário.

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido *pelo* fogo de um trabalho crítico, que, muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da "Tríplice Aliança" como tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, algo novo venha a nascer – *contra* o fogo incinerador que só produz fumaça.

Essa tomada de partido obriga a discernir as posições que, no campo de batalha filosófica, precisam urgentemente ser abandonadas daquelas posições que, mais do que nunca, é importante ocupar e defender, sob a condição de que sejam ocupadas e defendidas *de um modo diferente*. É uma questão de precisão: a luta filosófica (luta de classes na teoria) é um processo sem fim de retificações coordenadas, que se sustentam pela urgência de uma posição a ser defendida e fortalecida frente ao que se poderia chamar a adversidade no pensamento. E é assomando a essa "linha de maior inclinação" que a filosofia toca especificamente o real.

Gostaria de apresentar aqui para os leitores um esboço fragmentário dessa tentativa de ajustamento [18] lançando mão de um ponto preciso, ao qual me restringirei. Na conclusão do texto redigido em 1975, encontramos (cf. p. 266) a seguinte formulação resumida:

A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o non-sens *da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira.*

Devo destacar que não é por acaso que, em sua própria formulação, essa tese, que procura sintetizar um ponto fundamental do empreendimento althusseriano, produz um estranho ruído que evoca, ao mesmo tempo, o *non-sens* do humor inglês, o absurdo do espírito alemão (presente, por exemplo, nas aventuras do Barão de Münchhausen) e, como que ao inverso, as evidências auto-irônicas da brincadeira dita "lapalissade", que a tradição francesa atribui ao Senhor de La Palice [19]. Não é um acaso, uma vez que se trata, justamente, do ponto-limite da reflexão marxista em que ("a ideologia interpelando o indivíduo em sujeito") se toca no impossível de uma "forma-sujeito" tomada na História como "processo sem Sujeito nem Fim(s)".

Inicialmente, foi o caráter na verdade incompreensível para o puro "racionalismo" desse ponto materialista que me chamou a atenção e, literalmente, captou meu interesse. Contudo, os marxistas já tinham, há muito, reconhecido e expressado especificamente esse ponto, de mil formas absolutamente razoáveis, cheias de um bom senso claro e evidente, por exemplo: dizendo que as condições materiais de existência dos homens determinam as formas de sua consciência, sem que as duas jamais coincidam; ou ainda, dizendo que os homens fazem a história mas não a história que eles querem ou acreditam fazer, etc. Tudo isso exprimia muito bem que "os homens" estão determinados, na História, a pensar e a fazer livremente o que não podem deixar de fazer e pensar, e sempre através da eterna repetição de uma *evidência descritiva* que ameaça, em definitivo, enclausurar a política do proletariado no dilema do quietismo (a idéia de que, do próprio interior do movimento operário, o tempo e a experiência trabalham a favor da revolução) e do salto voluntarista (a idéia de que é preciso importar a teoria revolucionária para o movimento operário, a fim de "colocá-lo nos trilhos").

Como não ver que as explicações razoáveis, claras e evidentes (a "tomada de consciência", as "lições da experiência", a "penetração das idéias" e mesmo "a prova da prática"...) acabavam, nesse ponto, por marcar o lugar de um emperramento teórico *e* prático...

Ora, foi a partir desse ponto, sob muitos aspectos insuportável, que Althusser pretendeu mexer com o materialismo histórico (através da teoria das condições "extra-econômicas" da reprodução das relações de produção), para dar, enfim, a esse famoso ponto singular uma chance de trabalhar no marxismo-leninismo: ao dizer que os sujeitos "funcionam sozinhos" porque são sujeitos, isto é, indivíduos interpelados em sujeitos pela ideologia, ele fez com que algo novo fosse *ouvido* (escutado/entendido) no interior do movimento operário:

– ele *enunciou teoricamente* com respeito ao sujeito da ideologia algo que, do exterior do movimento operário, jogava com a idéia de uma relação teórica do marxismo com certos conceitos psicanalíticos (sobre termos como sujeito, ego, inconsciente/consciente, imaginário, identificação...) na linha de seu trabalho de 1964 sobre 'Freud et Lacan'.

– mas, sobretudo, ele *desvendou politicamente*, no movimento operário, a urgente necessidade de desenvolver, em proporções sem precedentes, a "fusão" entre teoria e prática sobre o terreno da luta ideológica de classes, em sua relação com a questão do Estado; ele fez com que, do interior das práticas do movimento operário, se ouvisse (escutasse/entendesse) em que medida as evidências e as injunções da Ideologia dominante podem cegar e ensurdecer.

A intervenção *política* era provavelmente tão insuportável que, para compensar um teoricismo pronto a reconhecer nos aparelhos ideológicos de Estado o horror de sua própria imagem invertida (ainda mais porque encontrava neles sua verdadeira "fonte"), os "Aparelhos Ideológicos de Estado" eram lidos – massivamente, e pelas diferentes partes interessadas – como uma intervenção puramente *teórica*, mais precisamente como uma tese funcionalista, seja para reproduzi-la, seja para condená-la. E

alguns ousariam ainda hoje – a despeito de todas as retificações de Althusser, das quais simplesmente não se considera a existência – ir até o fim afirmando que o "althusserianismo" é um pensamento da Ordem e do Mestre, que se institui por uma dupla circunscrição: da História (enclausurada na reprodução) e do Sujeito (reduzido ao autômato "que anda sozinho"). Era preciso fazê-lo!

Como se o Ressentimento não perdoasse a Althusser o fato de ter designado politicamente a Peste do assujeitamento e o de ter tentado chamá-la por esse nome teórico, e se livrasse do insuportável denunciando-o, pura e simplesmente, como cúmplice do que ele estava nomeando e designando... Outros antes dele já tinham experimentado, no fio da história e sob formas diversas, o efeito desse mesmo ressentimento; Espinosa, por exemplo, verdadeiro companheiro de Althusser em heresia, que tinha, ele também, a arte de levar aos extremos as questões imperdoáveis.

O mais estranho é que, aqui e ali (e particularmente em lugares de onde não se esperava!) via-se logo surgir a mesma interrogação provocante: "O que faz você da luta de classes, senhor Althusser?" Essa era uma forma de lhe dizer: "você passou para o campo do inimigo de classe que leva a luta de classes sob as formas do silêncio ou da denegação, em nome da Eternidade!". Resposta, no fundo, bastante natural da parte de todos os que Althusser, com seus indivíduos interpelados e seus agentes-suportes, acabava de despossuir do famoso "sujeito-político" que – pelo autodidatismo da "tomada de consciência", das "lições da experiência", etc... – "faz política" e escapa, assim, à interpelação da ideologia dominante, lutando, se não pela revolução, ao menos pela "mudança"... que fazer se os homens não são mais do que "suportes"?

Muitos em nosso meio tiveram a fraqueza de levar a sério essa questão provocadora, a despeito das intenções malevolentes dos que a colocavam. Continuo a ter essa fraqueza, pois o risco de uma interpretação *politicamente funcionalista* dos Aparelhos Ideológicos de Estado é, de fato, muito grande (a linha de maior inclinação) para que se negligencie essa questão; não serão, certamente, alguns estudos recentes feitos sobre a ideologia e o

Estado (por exemplo, o de S. Carilo, que apela a Gramsci e Althusser para pregar a "democratização do Aparelho do Estado") que me dirão se estou errado sobre este ponto.

Pus-me, então, a desenvolver em *Les Vérités de La Palice (Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio)*, tendo como base o artigo de Althusser, a noção de luta ideológica de classes, a partir das observações finais desse artigo, no qual os Aparelhos Ideológicos de Estado são caracterizados como a *sede* e o *motivo* de um luta de classes: pareceu-me, também, mais justo caracterizar a luta ideológica de classes como um processo de *reprodução-transformação* das relações de produção existentes, de maneira a inscrever nessa noção a própria marca de contradição de classes que a constitui (e continuo, ainda hoje, a manter firmemente esse ponto).

Procurando me esmerar ao responder aos ataques que vizam "o eternitarismo apolítico" dos Aparelhos Ideológicos de Estado, fui mais longe investigando de que modo, no absurdo círculo de evidência constituído pela interpelação, "o sujeito é produzido" como historicamente capaz – sob certas condições essencialmente ligadas à aparição da teoria marxista-leninista – de se voltar contra causas que o determinam, porque elas as apreende teórica e praticamente: de bom ou mau grado, cheguei, assim, no fim de *Les Vérités de La Palice* a delinear o fantasma de um estranho sujeito materialista que efetua a "apropriação subjetiva da política do proletariado". E, apesar de todas as precauções teóricas de que eu me cercava (em particular com a noção de "desidentificação" cuja discussão retomarei em outra parte), cheguei finalmente a um paradoxal sujeito da prática política do proletariado cuja simetria tendencial com o sujeito da prática política burguesa não era questionada!

É que, frente ao sujeito pleno identificado na interpelação da ideologia dominante burguesa, portador da evidência que faz com que cada um diga "sou eu!", eu me apoiava em uma *exterioridade radical da teoria marxista-leninista* para desvendar o ponto em que o absurdo reaparece sob a evidência, determinando, assim, a possibilidade de uma espécie de *pedagogia da rup-*

tura das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra, logo a possibilidade de uma "interpelação às avessas" atuando na prática política do proletariado: a exterioridade teoricista vinha, assim, necessariamente dublada por um pedagogismo invertido, o que acarretava uma inclinação tipicamente platônica que consistia em colocar em uma sucessão teórica:

1. O mecanismo ideológico da interpelação-assujeitamento;

2. O apagamento ("esquecimento") de qualquer traço detectável desse mecanismo no sujeito pleno que nele se encontra produzido;

3. A rememoração teórica de tal mecanismo e de seu apagamento, em uma espécie de anamnésia de porte marxista-leninista da qual resultava a noção de "apropriação subjetiva" a título de efeito prático

O leitor talvez se surpreenda com essa insistência na autocrítica, ao que responderei que não se deixa jamais um erro dormir impunemente em paz, pois esse será um meio seguro para que ele perdure; é preciso discernir o que falha não por pretender com isso se amparar definitivamente no verdadeiro (!), mas para tentar avançar tanto quanto se possa em direção à justiça.

Como acabamos de ver, o que está inadequado, aqui, em referência ao marxismo-leninismo é o retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática. Mas o pedagogismo que coincide com esse retorno designa, por ricochete, uma outra dificuldade, que se dá numa outra cena: ao mesmo tempo, alguma coisa está falhando também do lado da Psicanálise, na referência feita à seus conceitos, e se concentra sobre a relação entre *o ego* e *o sujeito*. Tudo se passa, em *Les Vérités de La Palice*, como se o que foi dito *do sujeito* se confundisse tendencialmente com o que foi posto relativamente ao *ego* como "forma-sujeito" da ideologia jurídica, a ponto de que o funcionalismo, expulso politicamente pela porta, pudesse, apesar de todas as denegações, ter voltado a tamborilar pela janela psicanalítica, sob a forma de uma espécie de gênese do ego; à força de levar exageradamente a sério as ilusões do poder unificador da consciência.

Permitir a instalação de um tal *jacobinismo da consciência*, enclausurada na evidência de seu próprio império sobre seus atos, palavras e pensamentos, sem que nada falhe, era (sob pretexto de delimitar os efeitos do assujeitamento da interpelação ideológica) fazer a parte bonita da adversidade e ficar, de certo modo, seu prisioneiro: levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*.

Assim, ficava contornado, com toda a obstinação filosófica possível, o fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca* é *inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma "pulsação" pela qual o *non-sens* inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar.

Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se "manifesta" incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais "apagados" ou "esquecidos", mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non-sens* do sujeito dividido. [20]

E é justamente isso que separa em definitivo o conceito psicanalítico de recalque da idéia filosófica (platônica) de esquecimento ou de apagamento. Continua, pois, bastante verdadeiro o fato de que "o sentido" é produzido no *"non-sens"* pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar imediatamente que *esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da "forma-sujeito" ideológica, identificada com a evidência de um sentido. Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe

reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, "uma palavra por outra" é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político ...) [21] .

Por esse viés, não estaria a série analítica sonho-lapso-ato falho-Witz encontrando obliquamente aqui algo que infecta constantemente a ideologia dominante, do próprio interior das práticas em que ela tende a se realizar? "Quem diz luta de classe da classe dominante diz resistência, revolta e luta de classe da classe dominada", escrevia Althusser no fim do artigo sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado ... O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa "de uma outra ordem", vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio. [22]

Retracar a vitória do lapso e do ato "falho" nas falhas da interpelação ideológica não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada, depois do fracasso de fazê-lo o impulso do superego da ideologia dominante: a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente. Não estamos, com isso, querendo sugerir que o lapso ou o ato falho seriam, como tais, as bases históricas de constituição das ideologias dominadas; a condição real de sua disjunção em relação à ideologia dominante se encontra na luta de classes como contradição histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre.

Com respeito a essa questão, certas análises de Michel Foucault fornecem a possibilidade de retificar a distinção althusseriana entre interpelação ideológica e violência repressiva, co-

locando à mostra o processo de individualização-normativização no qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam os corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados – *mas com a condição expressa de retificar o próprio Foucault sobre um ponto essencial*, a saber, seu embaraço com respeito à psicanálise e ao marxismo: desmontando pacientemente as múltiplas engrenagens pelas quais se realizam o levantamento e a arregimentação dos indivíduos, os dispositivos materiais que asseguram seu funcionamento e as disciplinas de normativização que codificam seu exercício, Foucault traz uma contribuição importante para as lutas revolucionárias de nosso tempo, mas, simultaneamente, ele a torna obscura, ficando inapreensíveis os pontos de resistência e as bases da revolta de classe. Farei a hipótese de que esse obscurecimento se dá pela impossibilidade, do ponto de vista estritamente foucaultiano, de operar uma distinção coerente e conseqüente entre os processos de assujeitamento material dos indivíduos humanos e os procedimentos de domesticação animal. Esse biologismo larvado, que ele partilha, em todo o desconhecimento de causa, com diversas correntes do funcionalismo tecnocrático, torna, conseqüentemente, a revolta totalmente impensável, pois, assim como não poderia haver "revolução dos bichos", também não poderia haver extorsão de sobre-trabalho ou de linguagem no que se convencionou chamar reino animal.

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história.

E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico.

A especificidade dessas duas "descobertas" impede de fundi-las sob qualquer teoria que seja, mesmo sob uma teoria da revolta. Mas a constatação do preço pago por esse impedimento obriga a admitir que elas têm, politicamente, algo a ver uma com a outra.

Há, talvez, no estudo histórico das práticas repressivas ideológicas um fio interessante a seguir, para que se comece, en-

fim, a compreender o processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica e política de classes, evitando fazer da ideologia dominada, seja a repetição eternitária da ideologia dominante, seja a autopedagogia de uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante, seja a irrupção teoricista de um saber exterior, o único capaz de romper o círculo encantado do ideologia dominante.

Parece-me, hoje, que *Les Vérités de La Palice* roçaram essa questão de uma maneira estranhamente abortada, pelo viés de um sintoma recorrente que soava de maneira oca: estou querendo designar o prazer sistemático, compulsivo (e incompreensível para mim) que eu tinha em introduzir a maior quantidade possível de chistes – o que, pelo que sei, acabou por irritar mais de um leitor.

Era – percebo agora – o único meio de que eu dispunha para expressar, pela guinada do *non-sens* no chiste, o que o momento de uma descoberta tem fundamentalmente a ver com o desequilíbrio de uma certeza: o chiste é um indicador determinante pois, sendo estruturalmente análogo ao caráter de falta do lapso, acaba por representar, ao mesmo tempo, a forma de negociação máxima com a "linha de maior inclinação", o instante de uma vitória do pensamento no estado nascente, a figura mais apurada de seu surgimento. Isso reforça que o pensamento é fundamentalmente inconsciente ("isso [ça] pensa!"), a começar pelo pensamento teórico (e o "materialismo de nosso tempo" não pode, sob risco grave, permanecer cego a esse respeito). Em outras palavras, o Witz representa um dos pontos visíveis em que o pensamento teórico encontra o inconsciente: o Witz apreende algo desse encontro, dando a aparência de domesticar seus efeitos.

O texto de Althusser sobre os A.I.E., no qual a referência analítica à série sonho-lapso-ato falho era sistematicamente evitada, permanecia, a esse respeito, prudentemente na indecisão, apontando, contudo, para a direção do Witz.

O "efeito Münchhausen" se inscreve, por sua vez, nessa direção, mas prolonga, de novo, a indecisão, "teoricizando-a".

De onde essa pequena trilha que, três anos após, eu tento traçar em nosso inverno político, atendo-me a dois pontos incontornáveis:

– não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso "ousar se revoltar".

– ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso "ousar pensar por si mesmo".

NOTAS

1 George Klaus, *Sprache der politik*, Berlin, V.E.B., Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1971, p. 103.

2 Ibid., p. 56.

3 Ibid., p. 74.

4 Ibid., p. 110; sublinhamos as expressões que serão comentas.

5 Ibid., p. 130.

6 Ibid., p. 207.

7 Ibid., p. 75.

8 Ibid., pp. 75-6.

9 George Klaus, *Moderne logik*, Berlin, V.E.B., Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1965.

10 Ibid., p. 198.

11 Por exemplo, como assinalamos, os recentes trabalhos do pesquisador soviético S. K. Saumjan, que constituíram o objeto de um número da revista *Langages* (março 1974, nº 33), se inscrevem explicitamente nessa tendência.

12 Ver, por exemplo, Harris: 'Les deux systèmes de la grammaire ...', art. citado; e o nº 29 da revista *Langages* consagrada a essa questão. "Segundo certos lingüistas reunidos em torno de Z. S. Harris, a descrição de uma linguagem comporta como parte integrante (e indubitavelmente essencial) a construção de um algoritmo de paráfrase, ou seja, de um processo mecânico, de um cálculo, que permita prever, a partir de um enunciado, o conjunto das suas paráfrases possíveis. Pensam até que esse algoritmo de tradução poderia ter uma estrutura matemática mais simples do que o algoritmo de produção de frases que constitui as gramáticas generativas ..."

Essa caracterização das perspectivas de Harris é fornecida por O. Ducrot & T. Todorov (*Dicionário das ciências da ...*, op. cit., p. 343). Vê-se, com suficiente clareza, em que a perspectiva que mostramos aqui se aproxima da de Harris (mais do que das de Chomsky ou de Saumjan, por exemplo), e, também, em que se separa dela (sobretudo com relação à idéia de que se tratava aí de uma descrição da *língua* e de propriedades *internas aos enunciados*).

13 M. Pêcheux, *Analyse automatique du discours*, Paris, Dunod, 1969.

14 I. A. Mel'čuk & A. K. Zolkovskij, 'Construction d'un modèle actif de la langue: sens-texte', *La sémantique en U.R.S.S. Documents de linguistique quantitative*, 1971, nº 10, pp. 11-50.

Cf. igualmente V. Rozencvejg, 'Les modèles dans la linguistique soviétique', *La nouvelle critique*, novembre 1973, nº 68.

15 Lembremos que, na *semântica gerativa*, o idealismo de uma teoria universal das idéias se manifesta, como dissemos, "a céu aberto", por exemplo no projeto de uma gramática que consiste em um conjunto de transformações que levam cada es-

trutura conceptual ao vasto conjunto das estruturas superficiais que podem ser utilizadas para exprimir esse conceito. Em suma, no princípio era o sentido ...

16 I. A. Mel'čuk & A. K. Zolkovskij, 'Construction d'un modèle actif ...', artigo citado.

17 *Un discours au réel*, op. cit., p. 123.

18 Esse trabalho de retificação implica outros, sobre a noção de ideologia dominada, e também sobre o termo "desidentificação", que achei bom propor em 1975. Estou mantendo aqui apenas a questão da disjunção entre *sujeito* e *ego* na problemática da interpelação ideológica, em relação com a questão do sentido, portanto, com a questão da linguagem e especialmente a da metáfora. Esse estudo teria sido literalmente impossível – e isso não é uma frase de efeito – sem a contribuição de vários trabalhos recentes, sobretudo os de E. Roudinesco. *Pour une politique de la psychanalyse*; P. Henry. *Le mauvais outil*; J.-C. Milner. 'L'amour de la langue' (in *Ornicar* nº 6 e 7); F. Roustang. *Un destin si funeste*; assim como a resenha crítica de M. Plon consagrada às Véretés de La Palice, sob o título 'La sémantique ou le fantasme du cercueil de verre' (*Nouvelle Critique*, 1976). Acrescento que o comentário feito com um tom bem pouco ameno que J. L. Houdebine publicou na revista *Tel Quel* (1976, nº 67) sobre as Vérités de La Palice me esclareceu igualmente bastante, por alguns de seus aspectos, ao que lhe sou filosoficamente grato, por mais que, a seus olhos, eu tenha sido e permaneça "stalinista"! Enfim, o texto inédito de Althusser (1976), que acompanha a apresentação de seu artigo de 1970 'Idéologie et Appareils idéologiques d' États' para o público alemão (in *Ideologie und Ideologishe Staatsapparate, Verlag Für das Studium der Arbeiterbèwegung*, Berlin, Hamburg & West, 1977), é evidentemente muito precioso neste trabalho, que tem realmente em seu "very beginning" justamente esse artigo de 1970.

19 (N. dos T.) lembre-se o leitor de que, em francês, o título do presente livro é *Les Vérités de La Palice*, expressando, assim, uma crítica bem humorada do autor à Semântica formal, tal como poderemos ler mais adiante.

20 Cf. P. Henry, *Le mauvais outil*, p. 144.
"[...] o sujeito não pode ser pensado com base no modelo da unidade de uma interioridade, como uno. Ele é dividido, como aquele que sonha, entre a posição de "autor" de seu sonho e a de testemunha desse sonho. Como observa Safouan, 'é fazendo alguma violência ao espírito que o sonho, considerado sob a perspectiva freudiana, impõe a distinção entre o sujeito que *verdadeiramente* fala (aquele que está atuando no sonho) e aquele a quem se pode chamar o *locutor* ou o "moinho de palavras", aquele que nos relata, acordado, esse mesmo sonho'. Ele é dividido como aquele que cometeu um lapso: não foi ele quem o cometeu, ele disse uma palavra por outra, etc. ... Mas é preciso que haja o sonho, o lapso, o singular de uma conduta, a neurose ou a psicose para que isso apareça. Com exclusão desses casos, eu me penso espontaneamente como fonte de meus pensamentos, de um meus atos e de minhas palavras."

21 Cf., com respeito a esse fato, Gadet & Pêcheux – *La langue introuvable*, (Collection "Théorie"), Paris, Maspero, 1981.

22 Esse *ponto de realização impossível* do assujeitamento "perfeito", no interior do *processo de trabalho* imposto pelo modo de produção capitalista, surge nessas poucas linhas, tiradas da narrativa autobiográfica de um militante intelectual empregado durante um ano como OS 2 em uma das indústrias Citroën; ele fala do trabalho em série:

"E se a gente se dissesse que nada tem muita importância, que basta se habituar a fazer os mesmos gestos de uma forma sempre idêntica, aspirando somente à perfeição plácida da máquina? Tentação da morte. Mas a vida se revolta e resiste. O organismo resiste. Algo, no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que pende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade, um falso movimento, a "reconstrução", o "escoamento", a tática do posto; tudo o que faz com que, nesse irrisório quadrado de resistência contra a eternidade vazia que é o posto de trabalho, haja ainda acontecimentos, mesmo minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo mostruosamente estirado. Esse desajeito, esse deslocamento supérfluo, essa aceleração súbita, essa solda fracassada, essa mão que retoma a vida que se liga. Tudo o que, em cada um dos homens da cadeia, urra silenciosamente: "Eu não sou uma máquina!". R. Linhart: *L'établi*, Paris, ed. de Minuit, 1978, p. 14.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. 'La philosophie comme arme de la révolution', *La Pensée*, nº 138, 1968, pp. 26-34.

—— . 'Idéologie et appareils idéologiques d'État', *La Pensée*, nº 151, 1970, pp. 3-38. Edição em português: *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2º ed., Tradução de Walter J. Evangelista e Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro, Graal, 1985, 128 p.

—— . *Lénine et la philosophie, suivi de Marx et Lénine devant Hegel*, Paris, Maspero, 1972.

—— . *Réponse à John Lewis*, Paris, Maspero, 1973, 99 p. Edição em português: In: *Posições I*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978, 167 p. (Biblioteca de Estudos Humanos: Série Posições ideológicas).

—— . *Eléments d'auto-critique*, Paris, Hachette, 1974, 126 p. Edição em português: In: *Posições I* (Ibid.).

—— . *Philosophie et philosophie spontanée des savants* (P.S.S.) (1967), Paris, Maspero, 1974, 156 p. Edição em português: *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas*. Tradução de Elisa Amado Bacelar. Lisboa, Presença, 1976, 202 p.

ALTHUSSER, L. & BALIBAR, E. *Lire le Capital*, t. I e II, 2ª ed., Paris, Maspero, 1968. Edição em português: Althusser L., Rancière J. & Macharey P., *Ler O Capital*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, 211 p.

ARNAULD, A. & LANCELOT. *Grammaire générale et raisonnée* (1660), republication Paulet, avec une préface de M. Foucault, Paris, 1969, 157 p.

ARNAULD, A. & NICOLE, N. *Logique ou art de penser* (1662), Paris, Flammarion, 1970, 440 p.

BALIBAR, E. 'Marxisme et linguistique', *Cahiers marxistes-léninistes*, nº 12-13, 1966, pp. 19-25.

—— . 'La rectification du manifeste communiste', *La Pensée* nº 164, 1972, pp. 38-64.

—— . *Cinq études du matérialisme historique*, Paris, Maspero, 1974, 291 p. Edição em português: *Cinco estudos do materialismo histórico*. 2 v. Tradução de Elisa Amado Bacelar. Lisboa, Presença, 1975.

BALIBAR, E. & MACHEREY, P. 'Sur la littérature comme forme idéologique. Quelques hypothèses marxistes', *Littérature*, nº 13, 1974, pp. 29-28.

BALIBAR, R. *Les français fictifs*, Paris, Hachette, 1974, 292 p.

BALIBAR, R. & LAPORTE, D. *Le Français national*, Paris, Hachette, 1974, 222 p.

BARBAUT, M.C. & DESCLES, J.P. *Transformations formelles et théories linguistiques*, Paris, Dunod, 1972, 110 p.

BAUDELOT, C. & ESTABLET, R. *L'ecole capitaliste en France*, Paris, Maspero, 1971, 340 p.

BELAVAL, Y. *Leibniz critique de Descartes*, Paris, N.R.F., 1960, 559 p.

BOULOVERESSE, J. *La parole malheureuse*, Paris, Editions de Minuit. 1971, 475 p.

BRUNO, P.; PÊCHEUX, M.; PLON, M. & POITOU, J.P. 'La psychologie sociale: une utopie en crise'. *La Nouvelle Critique*, nº 62, 1973, pp. 72-8; e nº 64, 1973, pp. 21-8.

CAVAILLÈS, J. *Sur la logique et la théorie de la science*, Paris, P.U.F., 1960, 79 p.

CONDILLAC, E. de. 'Cours d'étude, II. Grammaire' (1775), *Varia Linguistica*, Paris, Ducros, 1970, pp. 149-211.

DESSAINTES, M. *La Construction par insection incidente*, Paris, d'Artrey, 1960, 253 p.

DUBOIS-CHARLIER, F. & GALMICHE, M. 'La Sémantique générative', *Langages*, nº 27, 1972.

DUCROT, O. Presupposés et Sous-Entendus', *Langue française*, nº 4, 1969, pp. 30-43.

——. *Dire et ne pas dire. Principes de sémantique linguistique*, Paris, Hermann, 1972, 277 p. Edição em português: *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*. Tradução de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo, 1977, 331 p.

DUCROT, O. & TODOROV, T. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris, Editions du Seuil, 1972, 470 p. Edição em português: *Dicionário das ciências da linguagem*. Tradução de Antônio J. Massano, José Afonso, Manuela Carrilho e Margarida Font. Lisboa, Dom Quixote, 1982, 445 p.

EDELMAN, B. *Le Droit saisi par la photographie*, Paris, Maspero, 1973, 143 p.

FICHANT, M. & PÊCHEUX, M. *Sur l'histoire des sciences*, Paris, Maspero, 1969, 172 p. Edição em português: *Sobre a história das ciências*. Tradução de F. Bairrão, Lisboa, Estampa, 1971.

FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969, 275 p. Edição em português: *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz F. Baeta Neves. Petrópolis, Vozes, 1972, 260 p.

FREGE, G. *Ecrits logiques et philosophiques (1879-1925)*, Paris, Editions du Seuil, 1971, 237 p. Edição em português: *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix e Edusp, 1978, 157 p.

—— . 'Logik' (1897), *Schiften zur Logik*, Berlin, Akademie-Verlag, 1973, 310 p.

FRÉMONTIER, J. *La Forteresse ouvrière: Renault*, Paris, Fayard, 1971.

FREUD, S. *Le mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient* (1905), Paris, Gallimard, 1971, 377 p. Edição em português: *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Tradução de Margarida Salomão, sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1977, 290 p. (volume III das Obras Completas).

—— . *La science des rêves (1900)*, Paris, P.U.F., 1950, 528 p. Edição em português: *A interpretação dos sonhos*. 2 v. Tradução de Walderedo I. de Oliveira, sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1972, (volumes IV e V das Obras Completas).

FUCHS, C. *Contribution à la construction d'une grammaire de reconnaissance du français*, thèse de doctorat 3º cycle, université Paris VII, 1970.

FUCHS, C. & LEONARD, A.M. *Vers une théorie des aspects, des systèmes du français et de l'anglais*, Paris, Mouton-EHESS, 1979.

FUCHS, C. & MILNER, J. *A propos des relatives*, Etude empirique des faits français, anglais et allemande, et tentetive d'interprétation, Paris, Editions SELAF, 1979.

GADET, F. 'La Sociolinguistique n'existe pas: je l'ai rencontrée', *Dialectiques*, nº 20.

GRIZE, J.B. *Logique moderne*, Paris, Gauthier-Villars, 1969, 99 p.

GUEDJ, A. & GIRAULDT, J. *'Le monde': humanisme, objectivité et politique*, Paris, Editions sociales, 1970, 255 p.

HAROCHE, C.; HENRY, P. & PÊCHEUX, M. 'La Sémantique et la Coupure saussurienne: langue, langage, discours', *Langages*, nº 24, 1971, p. 93-106.

HARRIS, Z. 'Les Deux Systèmes de la grammaire: prédicat et paraphrase', *Langages*, nº 29, 1973, pp. 55-81.

HEGER, K. 'Les Bases méthodologiques de l'onomasiologie et du classement par concepts', *Tralili*, 1965, III, 1,pp.7-32.

HENRY, P. *De l'énoncé au discours: présupposition et processus discursifs*, ronéo C.N.R.S.-E.P.H.E., 1974.

——. 'Constructions relatives et articulations discursives'. *Langages*, nº 37, 1975, pp. 81-98.

——. *Le mauvais outil: langue, sujet e discours*, Paris, Klincksieck, 1977.

HERBERT, Th. 'Remarques pour une théorie générale des idéologies, *Cahiers pour l'analyse*, nº 2, 1966, pp. 174-203 e nº 9, 1968, pp. 74-92.

HUMBOLDT, G. de. *De l'origine des formes grammaticales suivi de Lettre à M. de Rémusat* (1827), Paris, Ducros, 1969, 155 p.

HUSSERL, E. *Recherches logiques I* (1900), Paris, P.U.F., 1959, 285 p.

——. *Recherches logiques II* (1913), Paris, P.U.F., 1961-62, 378 + 284 p. (Há tradução para o português de partes das *Investigações Lógicas* (Coleção Os Pensadores) 1ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1975, pp. 7-192).

——. *Krisis der europäischen Wissenschften und die transzendentale Phänomenologie* (1936), Den Haag, Martin Nijhoff, 1954, 559 p.

KANT, E. *Critique de la raison pure* (1781), Paris, P.U.F., 1944, 586 p. Edição em português: *Crítica da Razão Pura*. 4ª ed., Tradução de J. Rodriguez de Mereje. São Paulo, Edições e Publicações Brasil, 1965, 244 p.

KARSZ, S. *Théorie et Politique: Louis Althusser*, Paris, Fayard, 1974, 340 p.

KATZ, J.J. *Semantic Theory*, New York, Harper and Row, 1972, 464 p.

KIEFER, F. *Essais de sémantique générale*, Tours, Mame, 1974, 163 p.

LACAN, J. *Ecrits*. Paris, Seuil, 1966, 912 p. Edição em português: *Escritos*, São Paulo, Perspectiva, 1978, 342 p. (Debates. Psicanálise, 132).

——. *Les Quatre Concepts fondamentaux de la psychanalyse*, Paris, Seuil, 1973, 256 p. Edição em português: *O seminário – Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Versão brasileira de M. D. Magno. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, 269 p.

LECOURT, D. *Bachelard, le jour et la nuit*, Paris, Grasset, 1974, 178 p.

——. 'Sur l'archéologie du savoir. A propos de Michel Foucault', *La Pensée*, nº 152, 1970, pp. 69-87.

——. *Une crise et son enjeu*, Paris, Maspero, 1973, 143 p.

LEIBNIZ, G.W.F. *Nouveaux essais sur l'entendement humain* (1703), Paris, P.U.F., 1961, 278 p. Edição em português: *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. 2ª ed. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo, Abril Cultural, 1984, 433 p. (Os pensadores).

——. *Théodicée* (1710).

LÉNINE, V.I. *Explication de la loi sur les amendes* (1895), *Oeuvres*, t. II, Paris, Editions sociales, 1958, pp. 27-69.

——. *Matérialisme et empiriocriticisme* (1908), *Oeuvres*, t. XIV, Paris, Editions sociales, 1962, 415 p. Edição em português: *Materialismo e empiriocriticismo: Notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Lisboa, Edições "Avante!", 1982, 339 p.

——. *A propos de la brochure de Junius* (1916), *Oeuvres*, t. XXII, Paris, Editions sociales, pp. 328-342.

——. *Bilan d'une discussion sur le droit des nations à disposer d'elles-mêmes* (1916), *Oeuvres*, t. XXII, Paris, Editions sociales, 1960, pp. 344-98.

MACHEREY, P. *Pour une théorie de la production littéraire*, Paris, Maspero, 1966, 332 p. Edição em português: *Para uma teoria da produção literária*. Tradução: A.M. Alves, Lisboa, Estampa, 1971, 296 p. (Teoria, 4).

MARX, K. & ENGELS, F. *L'idéologie allemande* (1846), Paris, Editions sociales, 1962, 632 p. Edição em português: *A ideologia alemã: I Feurbach*. Lisboa, "Avante!", 1981. 112 p. (Biblioteca do marxismo-leninismo, 16).

—— . *Manifeste du Parti communiste* (1848), Paris, Editions sociales, 1961, 48 p. Edição em português: *Manifesto do partido comunista*. 2ª ed. São Paulo, Global, 1981, 45 p.

—— . *Critique des programmes de Gotha et d'Erfurt* (1875), Paris, Editions sociales, 1966, 158 p.

MAUPERTUIS, 'Reflexions philosophiques sur l'originé des langues et la signification des mots' (1748), *Varia Linguistica*, Paris, Ducros, 1970, pp. 27-67.

MEL'CUK, I.A. & ZOLKOVSKIJ, A. K. 'Construction d'un modèle actif de la langue: sens-texte', *La Sémantique en U.R.S.S. Documents de linguistique quantitative*, nº 10, 1971, pp. 11-50.

PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*, Paris, Dunod, 1969.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. 'Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours', *Langages*, 1975, nº 37.

PÊCHEUX, M. & GADET, F. *La langue introuvable*, Paris, Maspero, 1981.

PLON, M. 'Sur quelques aspects de la rencontre entre la psychologie sociale et la théorie des jeux', *La Pensée*, nº 161, 1972, pp. 53-80.

—— . *Formes et Limites d'une idéologie théorique : la psychologie sociale. Essai sur l'appropriation subjective de la politique*, ronêo, 1974, à paraitre.

—— . 'La semantique ou le fantasme du cercueil e verre', *La Nouvelle Critique*, nº 89, 1976 (a), pp. 94-5.

—— . *La Théorie des jeux : une politique imaginaire*, Collection "Algorithme", Paris, Maspero, 1976 (b).

PLON, M. & PRÉTECELLE, E., 'La Théorie de jeux et le Jeu de l'idéologie'. *La Pensée*, nº 166, 1972, pp. 36-68.

RAYMOND, P. *Le Passage au matérialisme*, Paris, Maspero, 1973, 415 p.

ROZENCVEJG, V. 'Les Modèles dans la linguistique soviétique', *La Nouvelle Critique*, nº 68, novembre 1973.

ROUDINESCO, E. *Un discours au réel*, Tours, Mame, 1973, 212 p.

RUSSELL, B. *Signification et Vérité* (1938-1940), Paris, Flammarion, 1969, 378 p. Edição em português : *Significado e verdade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, 309 p. (Obras de Bertrand Russell).

SAFOUAN, M. 'De la structure en psychanalyse; contribution à une théorie du manque'. *Qu'est-ce que le structuralisme?*, Paris, Seuil, 1968.

SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale* (1915), Paris, Payot, 1962, 331 p. Edição em português : *Curso de lingüística geral*. 13ª ed. Org. por Ch. Bally e A. Sechehaye, com a colaboração de A. Reidlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1987, 279 p.

SCHAFF, A. *Introduction à la sémantique* (1960), Paris, Editions Anthropos, 1968, 334 p. Edição em português : *Introdução à semântica*. Tradução de Célia Neves, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, 378 p.

SCHAFF, A. *Langage et Connaissance* (1967), Paris, Editions Anthropos, 1969, 372 p.

SMITH, A. 'Considérations sur l'origine et la formation des langues' (1759), *Varia Linguistica*, Paris, Ducros, 1970, pp. 307-44.

SPINOZA, B. de. 'Lettre à Hugo Boxel' (1674), *Oeuvres complètes*, Paris, N.R.F., 1952, pp. 1300-04.

STALINE, J. 'A propos du marxisme en linguistique' (1950), *Cahiers marxistes-léninistes*, nº 12-13, 1966, pp. 26-42.

TORT, M. 'La Psychanalyse dans le matérialisme historique', *Nouvelle Revue de psychanalyse*, 1970, pp. 146-166.

VAX, L. *L'empirisme logique*, Paris, P.U.F., 1970, 122 p.

VINOGRADOV. 'Triompher des conséquences du culte de la personnalité dans la linguistique soviétique', *Langages*, nº 15, 1969, pp. 67-84.

ZADEH, J. 'Quantitative Fuzzy Semantics', *Information Sciences*, nº 3, 1971, p. 159 e ss.

A Análise de Discurso introduz no domínio dos estudos da linguagem o tema da história, do poder, da ideologia, que são as condições em que se dão os processos discursivos. A referência à história se justifica na perspectiva de uma análise materialista das "práticas lingüísticas" inscritas num determinado contexto sócio-político-econômico.

Para Pêcheux, a Semântica é o ponto nodal em que a lingüística tem a ver com a filosofia e a ciência das formações sociais. A partir desta concepção discursiva da Semântica o autor desenvolve uma reflexão crítica sobre a produção de conhecimentos científicos e a questão da prática política.